CARLOS EDUARDO FRANKIW DE ANDRADE

Blásfemos e sonhadores:

Ideologia, utopia e sociabilidades nas Campanhas
anarquistas em *A Lanterna* (1909 – 1916)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em
História da Universidade de São Paulo para a obtenção do título
de Mestre em História Social.

Área de concentração: História Social

Orientadora: Prof. Dra. Zilda Marcia Gricoli Iokoi

São Paulo

2009

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Andrade, Carlos Eduardo Frankiw de.

Blásfemos e sonhadores: ideologia, utopia e sociabilidades nas Campanhas anarquistas em *A Lanterna* (1909 – 1916)./ Carlos Eduardo Frankiw de Andrade; Orientadora: Professora Doutora Zilda Marcia Gricoli Iokoi – São Paulo, 2009.

209 fls.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-graduação em História, Área de Concentração: História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Dedicado à minha avó, Edite Camargo Frankiw, que me ensinou os primeiros passos nessa vida.

Agradecimentos

É difícil registrar em poucas palavras minha gratidão para com tantas pessoas que, à sua maneira, contribuíram para que esta dissertação fosse possível. Talvez não seja possível me lembrar de todos, talvez o aspecto burocrático desta parte me iniba num tanto. Ainda assim, tentarei fazer o que for possível.

Em primeiro lugar, gostaria de registrar meu agradecimento aos meus pais, Vera Lúcia e José Antonio, por todo o incentivo e apoio logístico à minha volta a São Paulo para a continuidade de meus estudos. Sem contar, naturalmente, que sou eterna e permanentemente grato ao carinho, à paciência e aos constantes apelos para que eu fosse dormir ou comer enquanto eu escrevia ou estudava. Agradeço também meu irmão, José Antonio, pelos momentos de risada que me proporcionou nestes anos todos em que saímos da guerra total de nossa infância e conseguimos negociar um acordo de paz permanente. Aos meus tios, Fernando, Iara e Maria Helena, e aos meus primos Fernando, Ana Carolina, Sérgio e Bruno pela convivência nesta volta à São Paulo.

Agradeço também aos “republicanos” colegas de trabalho Leonardo Souza, João Ricardo Lima, Marcela Telles, Isabel Leite e Bruno Viveiros pelos momentos de solidariedade dos oprimidos que vivenciamos na rotina dos trabalhos em cafés, cigarros, e iluminações transcendentais de besteiras em horas inóspitas de trabalho.

Também dedico esta dissertação aos funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth, em Campinas, cuja paciência para com meus pedidos de dez minutos a mais tornou em larga medida essa pesquisa possível. Também sou grato ao CNPq pela oportunidade dada ao desenvolvimento deste estudo a partir de seu financiamento.

Eternamente grato aos bons amigos Miguel Duarte (trocadilheiro ambulante) e Ricardo Nachmanowicz (o rei do anticlímax nas histórias narradas), por todas as bebedeiras, neuras, descompassos intelectuais, momentos dançantes e discussões filosóficas que tecemos nestes dias todos. A ambos, sou também grato pelos momentos em que conjuntamente se dedicaram a pensar comigo os problemas que me afligiam durante a escrita desta dissertação. À João Rafael Serra (imã de bizarrices), por todos os momentos gastos em instigantes e surreais conversas sobre os mais variados assuntos, de futebol à zumbis, passando por Bordieu e Mannheim.

Aos amigos da “turma”, também eternamente grato, em particular à Ciça, o Zeitona e o Daniel Mauzão por todo o apoio prestado nestes dias todos.

Por fim, meus sinceros agradecimentos à quem eu me esqueci e que foi importante nesses últimos três anos.

Resumo

ANDRADE, CARLOS E. F.. *Blásfemos e sonhadores: ideologia, utopia e sociabilidades nas Campanhas anarquistas em A Lanterna (1909 – 1916)*. 2009. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

A presente pesquisa tem por objeto a agitação política e social desenvolvida pela militância anarquista paulistana em torno de duas campanhas em que a mesma tomou parte entre os anos de 1909 e 1916: a campanha contra o Orfanato de Artes e Ofícios Christóvam Colombo e a campanha em favor da construção das Escolas Modernas em São Paulo. Tendo por fonte documental os registros tecidos pela participação da militância anarquista envolvida na produção coletiva do periódico *A Lanterna* ao longo destes anos, este estudo teve como objetivo constituir uma leitura acerca dos cerne de sociabilidade desenvolvidos e instigados em meio a suas manifestações diretamente relacionadas à questão educacional no Brasil destes anos. Nos artigos e reportagens coletivamente construídos e disseminados por *A Lanterna* sobre as duas campanhas, foram encontrados e delineados indícios diversos que apontam para uma multifacetada e singular constelação de aspectos políticos, sociais e culturais de resistência, crítica e transformação da realidade em que viviam. A partir dos registros de uma coletiva construção e difusão de saberes e práticas por meio do incentivo à adoção de sociabilidades especificamente adaptadas às circunstâncias de suas agitações, forjaram-se instrumentos tanto para a denúncia dos aspectos ideológicos do discurso dominante vigente quanto para a experimentação de seus ideários utópicos em meio ao mundo em que viviam. No uso desses instrumentos, esta pesquisa pôde perceber uma clara preocupação com a coerência entre meios e finalidades nos saberes e práticas desenvolvidas por estes militantes.

Palavras-chave: História Social, História do Brasil República, anarquismo, imprensa, sociabilidade, cultura de resistência, ideologia, utopia.

Abstract

ANDRADE, CARLOS E. F.. *Blásfemos e sonhadores: ideologia, utopia e sociabilidades nas Campanhas anarquistas em A Lanterna (1909 – 1916)*. 2009. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

This research has its core on the political and social stir led by the anarchist militancy of São Paulo around two campaigns that took place between 1909 and 1916: The first, against the *Christóvam Colombo Arts and Trades Orphanage* and the later in favor of building the so called *Modern Schools* in São Paulo. Its main documental resource is the records of anarchist militancy participation on the collective forge of the newspaper *A Lanterna* – between 1909 and 1916. This study pursued the constitution of a reading concerning main aspects of sociability developed and incited amidst these flusters and connected directly with educational issues on Brazil over those years. On the articles and briefings collectively made and spread by *A Lanterna* about both campaigns were found and outlined several signs that point to a singular and yet multifaceted constellation of political, social and cultural aspects of resistance, *critique* and transformation of the reality they lived. From the records of a collective construction and diffusion of knowledge and practices through the induction of acceptance of sociabilities specific adapted to the circumstances of their agitations were forged instruments for both the denounce of ideological aspects of dominant speech as to the inquiry of their own utopic ideas on their living realities. In the use of these instruments, this research could perceive a clear concern about the coherence between means and goals in the knowledge and practice developed by this militancy.

Keywords: Social History, Brazilian Republican History, anarchism, press, sociability, resistance culture, ideology, utopia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1: “HOJE, COMO SEMPRE, PERGUNTAMOS: ONDE ESTÁ IDALINA?”	
1.1. INTRODUÇÃO.....	16
1.2. O RESSURGIR D’A <i>LANTERNA</i> EM 1909 – 1910: ESTUPRADA E ASSASSINADA?.....	19
1.3. 1910 – 1912: CONTINUAM DE PÉ AS NOSSAS GRAVÍSSIMAS ACUSAÇÕES.....	36
1.4. 1912 – 1916: ONDE ESTÁ IDALINA?.....	69
CAPÍTULO 2: “ESTUPRADORES, MARTIRIZADORES E ASSASSINOS”	
2.1. INTRODUÇÃO.....	85
2.2. OUTUBRO DE 1910 – FEVEREIRO DE 1911: A BASTILHA DA INFÂNCIA.....	88
2.3. FEVEREIRO – MARÇO DE 1911: DESMASCARANDO OS TARTUFOS.....	109
CAPÍTULO 3: “AS NOSSAS ESCOLAS”	
3.1. INTRODUÇÃO.....	133
3.2. 1909 – 1913: CONTRIBUIR, EFICAZMENTE, COM SUA PEDRA GRANDE OU PEQUENA, TOSCA OU CINZELADA.....	135
3.3. 1913 – 1916: CONHECIMENTO DE TUDO QUANTO NOS RODEIA.....	170
CONCLUSÃO	201
LISTA DE FONTES	203
BIBLIOGRAFIA	204

INTRODUÇÃO

“Mas, numa obstinação cega contra as leis físicas da mortalidade dos eventos, manteremos acesa essa vontade de enxergar o filme para o qual chegamos atrasados. O historiador que optou pela história subterrânea, já quase-ficção, em que os duendes são operários, a floresta uma cidade apinhada de rostos parecidos e o passeio e o som de flautas e harpas, os passos apressados rumo à fábrica, as passeatas e as greves, os tiros e gritos, está sempre carregando, como uma metodologia de algibeira, esta dose de utopia: é ela que o move atrás de livros, papéis e jornais; é ela que o faz de repente imaginar que descobriu o fio condutor da narrativa.”

Francisco Foot Hardman

O poeta Afonso Schmidt certa vez escreveu um artigo em que procurou reconstruir algumas de suas lembranças do convívio que travou durante certo período de sua vida com o jornalista, tipógrafo e militante anarquista Edgard Frederico Leuenroth. No artigo, se encontrava o seguinte trecho:

“Todos os dias, no almoço e no jantar, atira punhados de papeizinhos num caixão. Num caixão? Hoje são muitos, abarrotados. Aos domingos e feriados [...] separa os recortes por cidade, por data. Escreve às redações fichadas, pedindo exemplar. E o seu fichário cresce [...] os livros de nota vão engrossando na prateleira. Lá estão também as obras publicadas sobre a matéria, os Congressos de Imprensa, realizados em todo o Brasil, as concentrações jornalísticas, as associações de classe, a história das iniciativas de assistência e as biografias dos que passaram pela trabalhosa profissão [...]. Depois chega o dia de escrever [...]. Edgard convoca as máquinas de escrever da vizinhança, põe amigos e parentes diante de cada uma delas e dá-lhes tarefas. Um copia a lista de jornais do passado e do presente, de acordo com o fichário. Outro copia as realizações dos Congressos das concentrações jornalísticas. E os restantes se ocupam em datilografar as tiras de papel que ele vai redigindo à lápis, mergulhado numa avalanche de documentos. É uma chuva torrencial de papel. Duas noites e um dia de intensíssimo trabalho. Os auxiliares se revezam. Os datilógrafos cochilam sobre o teclado. E ele firme, a escrever...”¹

Das lembranças de Schmidt, sobressaem alguns aspectos do frenético trabalho desenvolvido por Leuenroth, então às voltas com a constituição das pastas de seu acervo memorialístico sobre a militância anarquista, através dos textos que legava a cada uma

---

¹ SCHMIDT, Afonso. *História de uma história*, texto datilografado, acervo da família Leuenroth. Apud: KHOURY, Yara Maria Aun. *Edgard Leuenroth: uma voz libertária. Imprensa, memória e militância anarco-sindicalistas*. São Paulo: FFLCH/USP (tese de doutorado), 1988, p. 65, 66.

delas. A primeira delas é referente ao caráter do espaço em que trabalhava, abarrotado de livros, notas, jornais, revistas, anais. Denota-se um lugar de estudo, escrita, biblioteca e convívio. A segunda característica se refere ao modo em que trabalhava: escrevendo, estudando, conversando. A terceira, sobre o tipo de convívio no ambiente: ajudado por amigos e parentes que por sua própria vontade se revezavam em datilografar notas, copiar resoluções, ou cediam suas máquinas de escrever e seus esforços à exaustão para auxiliar em seus trabalhos. Havia num mesmo lugar uma polimorfia de espaço, de trabalho, de convívio, tendo por centro irradiador de tarefas, aparentemente desempenhadas como possível por seus espontâneos auxiliares, o próprio Leuenroth.

Na perspectiva de algo do que foi trazido desta imagem do velho Edgard trabalhando que esta dissertação situou sua proposta de estudo. Nesse sentido, adianta-se que este algo se refira ao convívio, e à forma singular de organização de um trabalho coletivo no sentido de produção e disseminação de saberes.

Em 1909, Edgard Frederico Leuenroth se tornou o principal articulador do periódico anarquista. Na companhia de outros companheiros, de militantes anarquistas ao seu modo, de colaboradores perenes ou momentâneos não necessariamente libertários, ao longo de sete anos Leuenroth trouxe para as ruas suas páginas. Carregadas de humor ácido, de denúncias, de apelos, de incentivos, de apoios, de solidariedades, de saberes, de práticas, as páginas d'A *Lanterna* detinham um lugar especial em meio à diversa gama de periódicos produzidos pela militância anarquista, sindicalista e operária nestes anos. Primeiro de tudo, por seu tema de especialização, o intermitente combate à Igreja onde quer que fosse possível. Em segundo lugar, por duas das campanhas de agitação na qual o periódico teve um destacado papel de solidariedade na qualidade de um dos núcleos irradiadores de ações e comportamentos sociais multifacetados e voltados à denúncia, ao registro e à transformação do vigente, que são os objetos deste estudo: a campanha contra o Orfanato de Artes e Ofícios Christovam Colombo e a agitação produzida em favor da iniciativa da construção das Escolas Modernas em São Paulo.

Tendo por documentação os variados registros do periódico sobre estas campanhas, é intenção desta pesquisa fazer uma leitura dos mesmos no sentido de resgatar algumas das estruturas de funcionamento, de comportamento e de conhecimento utilizadas pela militância anarquista envolvida nestas agitações. Estruturas estas que permitem delinear comportamentos societários de produção de saberes e práticas singulares, inteiramente voltadas à denúncia e no incentivo à

transformação do vigente, a partir de uma perspectiva direcionada à construção de meios de emancipação coletiva.

Este trabalho, portanto, pretende se situar no esteio das variadas discussões concernentes à história do movimento anarquista no Brasil no primeiro período republicano. Discussões que, na academia, tiveram seus primórdios a partir das leituras marxianas construídas nas décadas de 1960 e 1970 acerca da história dos primórdios do movimento operário brasileiro em confins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Deste período, destacam-se as obras de Boris Fausto², e Maria de Nazareth Ferreira³, que à sua maneira traçaram importantes perspectivas paradigmáticas acerca da leitura da atuação militante anarquista neste período. No que tange a Fausto, seu exaustivo estudo sobre as práticas de resistência operária no espaço de trabalho, delineando alguns dos principais marcos históricos da agitação militante nestes anos, é de fundamental referência, independentemente da atual validade dos tipos de concepções marxianas desenvolvidas pelo autor. Diga-se de passagem, coube ao mesmo o primeiro registro sobre a campanha contra o Orfanato Christóvam Colomobo, destacada, mas não analisada em sua leitura sobre o periódico *A Lanterna*. De Ferreira, vale destacar que sua extensa pesquisa sobre os diversos periódicos operários e anarquistas no período forneceram algumas das balizas sobre a idéia de se pensar o espaço do jornal como espaço de disseminação e registro de práticas variadas de resistência na configuração de marcos de valores que orientavam os mesmos.

Ainda sob uma perspectiva imersa no cotidiano operário no espaço de produção, na década de 1980, as pesquisas de Luzia Margareth Rago⁴, Paulo Ghiraldelli Junior⁵ e Francisco Foot Hardman⁶ constituem um avanço significativo nas discussões referentes ao tema. De Hardman, sua preocupação em reconstituir alguns dos marcos de configuração sobre as atividades culturais desenvolvidas principalmente por operários trouxe à cena um novo e rico campo de investigações. Em sua leitura de poesias, romances, festividades, revistas culturais e centros de estudo surgiu um dos conceitos referenciais desta pesquisa, delineado por sua noção de *cultura de resistência*

---

² FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890 – 1920)*. São Paulo: Difel, 1986.

³ FERREIRA, Maria de Nazareth. *A imprensa operária no Brasil: 1880 1920*. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

⁴ RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

⁵ GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *Pedagogia, educação e movimento operário na primeira república*. São Paulo: PUC/SP (dissertação de mestrado), 1986.

⁶ HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria nem patrão!: memória operária, cultura e literatura no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp: 2002

anarquista. Em Rago, há o mérito de ser o primeiro registro sistemático referente ao imaginário operário mais diretamente concernente ao cotidiano proletário, delimitando algumas das balizas que referenciavam suas idéias de moradia, do espaço de trabalho, da participação feminina e infantil nas práticas de resistência adotadas nestes anos. Na pesquisa de Ghiraldelli, há uma importante contribuição à temática da educação desenvolvida pelas variadas formas de militância operária atuantes no Brasil das primeiras décadas do século XX.

Também deste período cabe o registro de uma variada coletânea de temas e biografias militantes, exercido nas obras escritas pelo militante anarquista português Edgar Rodrigues⁷. Seu registro exaustivo de multifacetadas práticas encontradas em associações, grupos dramáticos, centros de estudo e o registro de aspectos marcantes da vida de diversos militantes do anarquismo brasileiro constituem um importante manancial de referências num amplo trabalho de registro de memória exercido pelo autor.

As perspectivas trazidas por Rago, Hardman e Rodrigues repercutiram imensamente sob os campos de trabalho estabelecidos desde a década de 1990. Nesse ínterim, vale destacar as pesquisas de José Eduardo Montechi Valladares de Oliveira⁸, de Raquel de Azevedo⁹ e de Cristina Roquete Lopreato¹⁰. Sob um prisma oriundo das concepções desenvolvidas pela nova história política, os trabalhos de Azevedo e Lopreato trouxeram importantes contribuições referentes à especificação dos tipos de agitação política exercidos pelos militantes libertários nestes anos, que delinearão as singularidades de suas imagens identitárias em meio aos diversos agrupamentos em disputa neste período, além de caracterizar suas práticas enquanto permanentemente imersas numa interação singular entre político e social. Do trabalho de Oliveira, vale destacar seu esforço de construir uma primeira abordagem acerca da temática anticlerical em meio à militância anarquista, a partir do registro e mapeamento de

---

⁷ RODRIGUES, Edgar. *Os companheiros*, vol.1 e 2. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados, 1994; RODRIGUES, Edgar. *Os libertários: José Oiticica, Maria Lacerda de Moura, Neno Vasco, Fabio Luz*. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados, 1993; RODRIGUES, Edgar. *Pequena História da imprensa social no Brasil*. Florianópolis: Editora Insular, 1997; RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operária*. Rio de Janeiro: Edições Mundo Livro, 1979; RODRIGUES, Edgar. *O anarquismo: na escola, no teatro, na poesia*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992.

⁸ OLIVEIRA, José Eduardo Montechi Valladares de. *O Anticlericalismo na República Velha: a ação dos anarquistas*. São Paulo: FFLCH/USP (Dissertação de Mestrado), 1996

⁹ AZEVEDO, Raquel de. *A resistência anarquista: uma questão de identidade: (1927-1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002.

¹⁰ LOPREATO, Cristina Roquete. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.

diversos tópicos diretamente concernente às atividades produzidas neste campo. Ainda que pouco citado nesta obra, muitas das delimitações referentes às críticas e denúncias produzidas pelos anarquistas de *A Lanterna* são diretamente tributárias de sua pesquisa.

Mais recentemente, a profusão de novos campos de estudo permitiu um salutar desenvolvimento das questões referentes a estas discussões. Nesse sentido, tem grande destaque as contribuições trazidas por Lúcia Parra¹¹ e Rogério Nascimento¹². No trabalho de Parra se encontra um importante referencial no que tange à repressão política organizada pelo Estado brasileiro à militância anarquista durante os primeiros decênios do século XX. Trata-se de um registro bastante profícuo no sentido da delimitação do imaginário construído pelas classes dominantes a partir de seus aparelhos repressivos sobre as variadas formas de agitação e resistência popular encontradas na militância anarquista no período. Em Nascimento, há um salutar e instigante desenvolvimento na perspectiva de delimitar alguns dos marcos fundamentais na apreensão, configuração e disseminação de saberes tendo o espaço dos jornais e revistas anarquistas deste período como objeto. Tendo por base o parâmetro do jornal como feixe de constituição de sociabilidades e saberes relacionais, o autor desenvolveu algumas das principais noções que referenciam este estudo, dentre as quais, em particular se encontra sua noção de *indisciplina* como perspectiva de entendimento do tipo de prática envolta neste trabalho cognitivo realizado pela militância libertária. Foi justamente na idéia de estabelecer um diálogo crítico com a obra de Nascimento que este estudo procurou delimitar suas balizas, partindo de uma perspectiva metodológica distinta da deste autor em que fosse possível restaurar uma perspectiva de práticas emancipatórias potencialmente totalizantes e coletivas em meio à agitação produzida por *A Lanterna* nos anos que fazem o recorte desta pesquisa.

Para tanto, esse estudo faz uso de uma metodologia embasada nos parâmetros da sociologia do conhecimento desenvolvida por Karl Mannheim¹³. Partindo do pressuposto de que os registros deixados por *A Lanterna* expressam conhecimentos relacionais em que é possível a percepção dos comportamentos políticos e sociais de seus produtores, é intuito desta pesquisa, a partir de um trabalho fenomenológico, delinear alguns dos parâmetros comumente utilizados pela militância anarquista nestas

---

¹¹ CARNEIRO, Maria Luíza Tucci (org.) e PARRA, Lucia Silva. *Combates pela liberdade: o movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP (1924 – 1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003.

¹² NASCIMENTO, Rogério Humberto Zeferino Nascimento. *Indisciplina: experimentos libertários e emergência de saberes anarquistas no Brasil*. São Paulo: PUC/SP, 2006.

¹³ MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986

campanhas em sua inserção em um cenário de conflitos e transformações como o espaço público paulistano nestes anos. Parâmetros estes que permitem vislumbrar, mas não reduzir, um rico e multifacetado caleidoscópio de práticas, comportamentos e saberes desenvolvidos pela militância libertária no uso de seus instrumentos e princípios de inserção, como a ação direta e a solidariedade, nestas campanhas. Nestes, torna-se possível a percepção da constituição de práticas, comportamentos e saberes permanentemente orientados para uma conduta ativa e dinâmica de seus militantes diante de suas experiências em meio a estas campanhas. Para tanto, esta pesquisa buscou cunhar uma constelação de noções especificamente adaptadas aos sentidos das estruturas de funcionamento das campanhas, dos comportamentos de sociabilidade instigados, dos conteúdos produzidos e das práticas disseminadas pela militância anarquista em meio às duas agitações.

Nesse sentido, o nome desta dissertação, “Blásfemos e Sonhadores”, procura dar uma dimensão mínima ao direcionamento destas condutas. Blásfemos, os anarquistas reunidos em meio à campanha contra o Orfanato faziam, a partir dos saberes coletivamente produzidos pelos comportamentos adotados em suas agitações, oportunidades propícias para a construção de práticas visando registrar ácidas críticas sob forma de denúncias do que havia no comportamento de seus opositores que os reduzia a ideólogos de uma autoritária e excludente estrutura de ordenamento social. Sonhadores, os libertários que juntaram seus esforços na campanha em favor das Escolas Modernas faziam de sua campanha momento profícuo para a adoção de comportamentos adaptados a uma multifacetada prática de disseminação de saberes eivados por uma conduta de experiência utópica em meio ao existente. Foi no esteio desta dupla face que esta dissertação construiu sua narrativa.

Para os propósitos desta dissertação, esta pesquisa se subdividiu em três capítulos.

O primeiro, “Hoje, como sempre, perguntamos: Onde está Idalina?”, é inteiramente dedicado a narrar a campanha contra o Orfanato Christovam Colombo do ponto de vista do resgate das práticas e das estruturas de funcionamento de sua agitação. No funcionamento destas estruturas de funcionamento, era perceptível uma dinâmica e coletiva prática de produção de saberes a partir de comportamentos de sociabilidade singulares da parte de militantes e colaboradores empenhados na solução do mistério do desaparecimento da menor que traduziam um sentido específico de *cultura de resistência* próprio a estes anarquistas.

No segundo capítulo, “Estupradores, martirizadores e assassinos!”, busca-se dar uma atenção especial ao teor das críticas lançadas pela militância libertária reunida pela campanha em *A Lanterna* a partir das especificidades de produção de seus conteúdos. No registro de suas denúncias, foi perceptível a construção de conteúdos orientados para alimentar a agitação no sentido de uma intermitente acusação à sociedade paulistana sobre os aspectos ideológicos trazidos à luz pelas contradições nos comportamentos dos poderes estabelecidos diante da campanha.

O terceiro capítulo, “As nossas Escolas”, é inteiramente dedicado à narrativa trazida a partir dos registros existentes em *A Lanterna* acerca da campanha e do funcionamento das Escolas Modernas fundadas em São Paulo. Na constituição de comportamentos permanentemente preocupados com a construção de práticas de disseminação de saberes adquiridos às classes populares, procurou-se descrever os indícios de que esta experiência envolvia diretamente uma conduta de vivência utópica em meio à realidade vigente.

CAPÍTULO 1

“HOJE, COMO SEMPRE, PERGUNTAMOS: ONDE ESTÁ IDALINA?”

“Seria – já o dissemos – absurdo e em contradição com nosso objetivo querer impor a liberdade, o amor entre os homens, o desenvolvimento integral de todas as faculdades humanas pela força. É preciso contar com a livre vontade dos outros, e a única coisa que podemos fazer é provocar a formação e a manifestação desta vontade.”

Errico Malatesta

1.1: INTRODUÇÃO

Na edição do dia 4 de março de 1911, o coletivo editorial de *A Lanterna* publicava, em sua segunda página, uma pequena seção, intitulada “O Carnaval e o Orfanato”. A seção se subdividia em três partes, contemplando manifestações ocorridas em festejos carnavalescos deste ano em São Paulo, Mogi das Cruzes e Osasco. Nela se lia que:

“Nesta capital

Nas críticas carnavalescas deste ano não passou inteiramente despercebido o caso Idalina. Citemos algumas críticas:

A primeira era um casal singular, um padre e uma freira. Trazia ela uma grande boneca, representando Idalina. E iam-na apresentando a todos, com gestos místicos. A segunda era um grande morcego, agitando furiosamente as asas e indagando de todos se sabiam aonde os anticlericais haviam posto a menina roubada do Orfanato.

A terceira era um dominó, com exótica lanterna, qual outro Diógenes, buscando em todos os cantos a pobre vítima da sanha faustinesca.
Finalmente, um fantasiado de padre Faustino. Ia, todo reverencioso, piscando os olhos para todas as pequenas beatas que via.
Foram estas críticas de que tivemos conhecimento. Se não fosse, entretanto, o receio da polícia, seriam mais numerosas as alusões carnavalescas ao caso que traz interessada toda a opinião pública.
Enfim, e com prazer o registro, não passou esquecido do nosso público, durante o Carnaval, o escandaloso caso do Orfanato.”¹⁴

A nota termina dando conta de que um folião fantasiado de corvo a procurar Idalina divertiu os habitantes de Mogi das Cruzes, e que em Osasco, dois foliões correligionários do periódico, carregando cartazes com a pergunta “Onde está Idalina?”, foram interpelados por policiais que os levaram à delegacia, aonde foram vítimas de suplícios com banhos de água fria em baldes atirados durante uma tarde inteira sobre seus corpos.

Esta nota, como muitas outras publicadas na qualidade de ecos e demonstrações de solidariedade a *A Lanterna*, davam uma pequena dimensão da penetração e da disseminação da campanha conduzida pelo periódico, em companhia do semanário italiano *La Battaglia*, acerca do paradeiro da órfã Idalina Stamato de Oliveira. Ao que parece, junto às reportagens e artigos produzidos pelo periódico e seu raio de disseminação, a propaganda oral e a manifestação pública e espontânea da população em reação aos acontecimentos concernentes à campanha desempenhou um papel fundamental em sua continuidade. Tais manifestações simbolizavam um apoio, anônimo ou não, à disseminação de práticas de questionamento e ação singulares à militância libertária, que encontrou na campanha acerca do desaparecimento da órfã Idalina um locus privilegiado para a manifestação de suas especificidades.

Trata-se, neste caso, daquilo que era próprio à atividade anarquista imersa em seus periódicos quanto ao seu significado, ou seja, sua qualidade de veículo difusor de uma cultura própria em oposição aos estratos culturais dominantes em meio à sociedade brasileira de então. Ou seja, aquilo que Francisco Foot Hardman¹⁵ denominou de *cultura de resistência*:

---

¹⁴ “O carnaval e o Orfanato”. *A Lanterna*, ano IX, nº 77, 04/03/1911.

¹⁵ HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria nem patrão!: memória operária, cultura e literatura no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp: 2002, p. 309..

“Essa produção cultural, materializada na atividade da imprensa de propaganda anarquista, representa o que chamarei de *cultura de resistência*, dado seu papel aglutinador buscando manter a integridade ideológica e vivencial do operariado emergente, contra o sistema emergente e em prol da chamada ‘emancipação social’. Se existiu uma ‘política libertária’ (oposta à política institucional, vista em seu conjunto como burguesa), esta consistiu basicamente nessas atividades de propaganda: quero dizer que estão imbricados de forma global o sentido cultural e o sentido político da prática anarquista.”

É importante notar que a definição fornecida por Hardman procura configurar um sentido específico à atividade anarquista, na qualidade de construção, disseminação e defesa de uma cultura própria ao movimento libertário brasileiro em sua atuação política e social. O que, entretanto, não é caracterizado por Hardman, em sua definição de significado, é o que constitui a singularidade desta *cultura de resistência* em seu aspecto mais diretamente transgressor, ou seja, o *como* esta propaganda se produzia nas tipografias, nas greves, nas associações, nas variadas manifestações da militância anarquista.

Nesse sentido, é fundamental ressaltar, de início, alguns dos aspectos intrínsecos a esta pequena nota. Em primeiro lugar, que a mesma é de autoria anônima, característica comum à maior parte da cobertura de *A Lanterna* sobre o caso Idalina. Ao que parece, o anonimato destes artigos e notas detinha uma função deliberada de defesa diante das possibilidades de repressão e perseguição às suas atividades. Em segundo lugar, o papel do humor. Na transcrição destas anônimas manifestações carnavalescas, fica patente que as mesmas se tornaram outra modalidade de disseminar um tom característico da cobertura do periódico sobre o caso, pautado por uma ironia ferina e ácida na construção narrativa de seus eventos em que a iconoclastia tinha papel primordial. Em terceiro lugar, algo que não está presente nesta nota, mas no título deste capítulo¹⁶. A saber, o constante e reiterado uso de pronomes e verbos no plural, indicando uma dimensão coletiva na construção dos saberes e práticas a serem disseminados nas páginas do jornal e na atuação dos militantes agregados em seu redor.

Será no rastro de tais indícios, que este capítulo se fundamenta. Ou seja, de que os mesmos fornecem aspectos claros das formas em que a *cultura de resistência* anarquista se manifestava, tendo por espaço a campanha contra o Orfanato Christovam Colombo em *A Lanterna* enquanto meio de disseminação das singularidades de sua propaganda e de suas formas de sociabilidade. Mais do que o espaço, é também missão

---

¹⁶ O título deste capítulo é o título da reportagem publicada por *A Lanterna* sobre o caso na edição de 05/11/1910.

deste capítulo determinar de que modo as singularidades do objeto, o caso Idalina, e o contexto em que este se insere, engendraram novos locais para a disseminação do meio privilegiado de ação anarquista, a ação direta, tendo por base o jornal enquanto um dos feixes de uma ampla *rede solidarizante*¹⁷ constituída pela militância libertária em torno deste evento e de seus desdobramentos. *Rede* esta que, em seu funcionamento, disseminou potenciais *figuras de experiência*¹⁸ sob a forma de instigação de comportamentos ativos por parte de seus leitores na produção de *A Lanterna* ao longo da campanha conduzida pelo jornal.

1.2: O RESSURGIR D'A LANTERNA EM 1909 - 1910: ESTUPRADA E ASSASSINADA?

Em 17 de outubro de 1909, o periódico *A Lanterna* lançava seu primeiro número após um hiato de cinco anos sem circular. Consta deste número a publicação de uma pequena nota em sua primeira página, assinada pelo advogado e militante anarco-comunista Benjamin Mota, justificando os motivos do reaparecimento do jornal após sua interrupção forçada, em 1904. Nela se lia que:

“Aos amigos conhecidos e desconhecidos

Reaparece hoje *A Lanterna* para encetar novos e fortes combates contra o monstro clerical que, sorratamente, cada vez mais se infiltra na imensa extensão do território brasileiro.

Frades e freiras expulsos de outros países, corridos de outras terras onde seus crimes se achavam suficientemente provados, procuram refúgio no nosso país, contando com a proteção escandalosa que lhes dão os politicantes carolas e os jesuítas de todos os matizes.

Aos amigos conhecidos e desconhecidos, apesar d'*A Lanterna* reaparecer sob a direção de um grupo de companheiros de lutas, porque outros afazeres não me permitem estar a sua frente, eu venho pedir todo o apoio para a folha que, pelo seu passado tradicional, representa o maior esforço que já se fez entre nós para dar

---

¹⁷ O termo *rede solidarizante* é uma proposição desta dissertação para operacionalizar a estrutura e os sentidos da atuação da militância libertária na campanha contra o Orfanato quanto ao seu funcionamento. Para tanto, o uso do termo *rede* visa atestar o caráter horizontal e relacional do funcionamento da estrutura disseminada pela militância anarquista na produção dos saberes e práticas que tiveram lugar ao longo da campanha. Pelo termo *solidarizante*, seu uso nesta dissertação visa jogar luz sobre o caráter inclusivo, expansivo e potencialmente totalizante, no que tange a fundar uma prática estruturalmente comum de emancipação, que este tipo organização, em seu funcionamento, procurou disseminar ao longo de sua existência em meio à campanha contra o Orfanato.

¹⁸ O termo *figuras de experiência* também é uma proposição desta dissertação para o entendimento dos comportamentos instigados aos colaboradores e leitores do periódico na campanha contra o Orfanato ao longo de sua existência. Seu uso aqui reflete uma tentativa de compreensão das singularidades das atitudes instigadas pela campanha aos militantes agregados em seu redor no uso da ação direta como meio de construir saberes e práticas adaptadas às circunstâncias exigidas pelo seu objeto de atenção.

combate ao obscurantismo e aos inimigos do progresso e da liberdade de consciência.

Confiando a direção d'*A Lanterna* a um grupo de decididos anticlericais, serei, todavia, um seu assíduo colaborador, e espero que todos os amigos espalhados pelo Brasil correrão pressurosos a dar-lhe força, já propagando-a, já enviando aos seus atuais diretores correspondência e artigos de combate e crítica.

O programa d'*A Lanterna* é sempre o mesmo: desvendar todas as patifarias clericais e trabalhar pela emancipação da consciência humana.

Assim, pois, ficam nestas poucas linhas o meu apelo, chamando às fileiras todos os lutadores.”¹⁹

O apelo construído por Mota nesta pequena nota dimensionava de maneira clara uma atmosfera social permeada pelo estado de alerta ao qual estavam, ou deveriam estar, aqueles que se interessavam pela causa da liberdade de consciência no Brasil. Na hospitalidade para com religiosos expulsos de outras nações, na proteção ou na subvenção pública aos estabelecimentos eclesiásticos por parte de um Estado pretensamente laico como o brasileiro, se delineava, segundo Mota, um ambiente propício à propagação dos dogmas obscurantistas que constituíam o cerne da presença e da influência do catolicismo em meio à sociedade moderna. Delineava-se, ademais, a necessidade de que aqueles que não se sujeitassem a esta influência de ocupar a cena pública visando um combate intermitente e direto à presença da Igreja Católica no Brasil.

Na reconstituição desta atmosfera, Mota fazia uso de um discurso pautado por um jogo de luzes e sombras que remetia diretamente ao nome do jornal, *A Lanterna*, e seu programa. No combate à influência clerical e no trabalho visando à emancipação das consciências dos dogmatismos que obstruíam o usufruto pleno da liberdade de expressão, pensamento e crítica em solo brasileiro, *A Lanterna* encontrava sua especialidade. Próprio a este jogo de luzes e sombras, a simbologia de seu nome se referia a uma dualidade que remetia aos propósitos e aos raios de atuação que seriam singulares ao periódico e ao coletivo editorial encarregado de dirigi-lo entre a variada gama de publicações proletárias e libertárias circulantes neste período. Como diz seu subtítulo, “Folha Anticlerical e de Combate”, *A Lanterna* se empenhava diretamente no embate contra a Igreja, através da publicação de toda sorte de denúncia e escândalo envolvendo o clero, na sugestiva simbologia oriunda de seu nome de “por às claras, ou à luz, ainda que de uma pequena lanterna ou lamparina tudo o que estivesse na escuridão,

---

¹⁹ “Aos amigos conhecidos e desconhecidos”. *A Lanterna*, ano VIII, nº1, 17/10/1909.

nos porões, ou por detrás dos muros da Igreja ultramontana.²⁰” Por um lado, o nome do jornal remetia a um campo de embate entre forças sociais e políticas antagônicas, marcado pela divisão entre as trevas que seriam próprias à doutrina católica e as luzes portadas por aqueles que faziam uso do periódico na defesa da liberdade de pensamento. Por outro, este jogo de luzes e sombras próprio ao nome *A Lanterna* fazia uma alusão direta à atitude a ser tomada por seus entusiastas, pautada no uso das luzes que estes seriam portadores visando trazer a público tudo aquilo que se encontrava sob a escuridão própria à presença das instituições religiosas em solo brasileiro.

Também não é sem propósito que Benjamin Mota seja o autor desta breve nota. Mota havia sido o principal articulador e editor de *A Lanterna* em sua primeira fase de publicação, entre os anos de 1901 e 1904. Com tiragem e periodicidade irregular, devido à constante falta de recursos, afetado pela perseguição policial em virtude de suas constantes críticas ao catolicismo, *A Lanterna* conseguiu circular por cerca de três anos em sua primeira fase. O jornal teve uma tiragem de cerca de sessenta números até seu fechamento, pelos mesmos motivos que dificultavam sua periodicidade, em 1904. A autoria da nota por parte de Mota no primeiro número da nova fase do periódico, iniciada em 1909, buscava, portanto, assegurar aos leitores a continuidade dos princípios e espaços instaurados pelo primeiro coletivo editorial reunido em torno de *A Lanterna* em seu relançamento. Continuidade esta que estaria assegurada, mesmo que agora coubesse ao operário tipógrafo, jornalista e militante anarco-sindicalista Edgard Leuenroth as articulações visando manter o periódico em funcionamento.

É da iniciativa de Mota a idéia de que este periódico se destinasse a ser um veículo voltado a dar voz a livres-pensadores, socialistas, sindicalistas, anarquistas e opositores ao regime republicano instaurado. Buscava, através de um campo comum, a questão clerical, suscitar debates e ações conjuntas no combate à influência do catolicismo no Brasil, característica mantida na segunda fase de circulação do jornal, entre os anos de 1909 e 1916.

Uma rápida recuperação da biografia de alguns dos militantes envolvidos como colaboradores do jornal em sua segunda fase permite estabelecer a composição plural de seu corpo editorial e das funções assumidas por estes. Além Edgard Leuenroth e de Benjamin Mota, que a partir de 1911 se declarou socialista, participaram ativamente do jornal, nesta segunda fase: o advogado, jornalista e militante anarco-sindicalista

---

²⁰ SOUZA, Wlaumir Doniseti de. *Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante – Das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o Caso Idalina*. São Paulo, Editora da UNESP, 2000. P.172.

português Neno Vasco, escrevendo inicialmente do Rio de Janeiro e, após sua expulsão do Brasil, em 1911, serviu de correspondente do periódico em Lisboa; o romancista, ator, dramaturgo, jornalista, farmacêutico e militante anarco-comunista mineiro Avelino Fóscolo, publicando nas páginas do jornal alguns de seus folhetins de romance social enviados da vila de Tabuleiro Grande, em Minas Gerais, onde residia, à época; o jornalista e militante anarco-comunista italiano Oreste Ristori, um dos redatores de *La Battaglia* e ativo colaborador na campanha iniciada por *A Lanterna* e seu periódico acerca do caso Idalina; o pedagogo, professor e militante libertário João Pentead, diretor da Escola Moderna nº 1 e ativo participante dos círculos de estudos de Florentino de Carvalho, militante anarquista de tendência individualista inspirada nos escritos de Max Stirner; a ensaísta, professora, tecelã e militante libertária Maria Angelina Soares, reconhecida por sua ativa militância no campo do feminismo brasileiro, que neste período de circulação do periódico contribuiu com sua leitura crítica acerca da Grande Guerra de 1914-1918, além de ter lecionado nas Escolas Modernas de São Paulo²¹.

Tanto quanto o caráter comum do campo de atuação dos indivíduos e associações ligadas ao periódico, na dimensão plural das manifestações sobre a questão encontradas em suas páginas, expressava-se uma perspectiva horizontal de construção e disseminação dos saberes veiculados por *A Lanterna* a partir da *rede solidarizante* que se constituiu ao seu redor. Ao coletivo reunido em torno do jornal, tanto quanto seu objeto de especialidade ser conteúdo comum de variados programas políticos, era importante que a agitação estabelecida, quanto à sua forma, expressasse uma perspectiva não hierarquizada e igualitária entre seus participantes na produção destes saberes e práticas. O apelo de Mota nesta primeira nota aos “amigos conhecidos e desconhecidos” para que colaborem na divulgação do jornal, no envio de correspondência referente à situação da questão clerical em seus locais de origem, de

---

²¹ Os dados relativos à vida destes militantes foram retirados dos perfis biográficos traçados pelas pesquisas das seguintes obras: DUARTE, Regina Horta. *A Imagem Rebelde: a trajetória libertária de Avelino Fóscolo*. Campinas: Pontes, Editora da Unicamp, 1991; NASCIMENTO, Rogério Humberto Zeferino. *Indisciplina: experimentos libertários e emergência de saberes anarquistas no Brasil*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (tese de doutorado), 2006; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.) e PARRA, Lucia Silva. *Combates pela liberdade: o movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP (1924 – 1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003. RODRIGUES, Edgar. *Os companheiros*, vol.1 e 2. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados, 1994; RODRIGUES, Edgar. *Os libertários: José Otílica, Maria Lacerda de Moura, Neno Vasco, Fabio Luz*. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados, 1993; ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume, 2002; SEIXAS, Jacy de Alves. “Anarquismo e socialismo no Brasil: as fontes positivistas e darwinistas sociais”. In: *História & Perspectivas*, nº12/13. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 1995.

artigos de combate e crítica próprios à tópica desenvolvida por *A Lanterna*, visava reinstaurar esta atmosfera de horizontalidade da *rede solidarizante* reunida em torno do jornal na produção e disseminação de seus saberes, presente em sua primeira fase de publicação. Será sob a forma de apelos como este que *A Lanterna* irá constituir ao seu redor sua *rede solidarizante* que será fundamental à dinâmica instaurada por seu coletivo editorial na leitura dos acontecimentos concernentes ao caso Idalina.

Em algum momento indeterminado entre junho de 1907 e fevereiro de 1908, a menina Idalina Stamato de Oliveira, contando então com sete anos de idade, desapareceu misteriosamente do Orfanato Christovam Colombo, então situado no bairro do Ipiranga, em São Paulo. Idalina era filha de Francisca de Oliveira, e seu nascimento era o resultado de um infeliz relacionamento entre sua mãe e um homem casado de Jaboticabal que culminou no suicídio de Francisca. Órfã de pai e mãe, Idalina ficou, junto a seu irmão, Sócrates Stamato de Oliveira, sob a guarda do comerciante Domingos Stamato, que se compadecera do destino das crianças e tomou os cuidados das mesmas para si. Entretanto, as constantes viagens requeridas pelo ofício de comerciante impediam que Domingos prestasse os cuidados requeridos para a criação das crianças. Sua condição lhe fez buscar alternativas para que os menores recebessem uma educação adequada às suas necessidades. Seguindo a sugestão do padre Núncio Greco, pároco de Jaboticabal, Domingos optou em 1905 por internar as crianças no Orfanato Christovam Colombo, dirigido pelo padre Faustino Consoni sob ordens da Pastoral do Imigrante italiana, instaurada em São Paulo desde a década de 1890²². Como tutor das crianças, Domingos ia sempre que possível visitá-las no Orfanato, as retirando de lá de quando em quando durante os feriados para que passassem alguns dias na companhia de sua família em Jaboticabal. A última vez que viu Idalina se deu na semana santa de 1907, em março daquele ano.

Em fevereiro de 1908, Domingos, ao ir visitar as crianças junto com sua mãe, recebeu a notícia de que a menina não mais se encontrava no Orfanato. Ao que consta da versão que lhe foi apresentada pelos religiosos, em junho de 1907 apareceu no

---

²² A instauração da Pastoral do Imigrante em São Paulo, na década de 1890, atendia diretamente aos anseios da Igreja Católica em fazer propaganda entre os imigrantes italianos acerca do auxílio e do apoio prestado pelas autoridades eclesiásticas à adaptação dos mesmos à nova realidade enfrentada em solo brasileiro. Tratava-se, também, de um esforço destas autoridades em dar combate à disseminação das tendências socialistas e anarquistas entre as levas imigrantes, que culminou, entre outras obras, na instauração do Orfanato Christovam Colombo em São Paulo, em 1895. Para saber mais, ver SOUZA, Wlaumir Doniseti de. *Anarquismo, Estado e Pastoral do Imigrante – Das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o Caso Idalina*. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

Orfanato uma mulher de nome Maria Luiza ou Ítala Fonte²³, que, se dizendo mãe da órfã, conseguiu ter uma entrevista com o padre Giovanni Capelli, então reitor substituto do Orfanato em virtude do padre Faustino Consoni se encontrar em viagem. A mulher, sem quaisquer provas de ser mãe biológica da criança, teria convencido o padre Capelli a lhe autorizar a retirada de Idalina, que teria ocorrido na presença de religiosos, funcionários do Orfanato e do irmão da menor, Sócrates. Mesmo diante da negativa de Sócrates em ter presenciado a suposta cena perante seu tutor posteriormente em seus depoimentos à Justiça, a instituição insistiu nesta versão²⁴. Atordoado com a notícia e sem compreender os motivos que levaram os padres a entregar a menor a uma mulher que se apresentou dizendo ser sua mãe sem quaisquer provas, dado que um dos documentos que reuniu para a internação de Idalina na instituição era a certidão de óbito de sua mãe biológica, Domingos Stamato procurou a polícia em fevereiro de 1908. No mesmo mês, as autoridades policiais instauraram o primeiro inquérito para averiguar o desaparecimento de Idalina²⁵.

O caso ganhou a atenção da militância libertária em São Paulo em meados de 1908, quando começaram a circular entre a colônia italiana rumores de que Idalina teria sido, na verdade, estuprada e morta pelos padres da instituição. Coube ao periódico anarco-comunista da colônia italiana *La Battaglia*, então dirigido pelo coletivo editorial reunido em torno de Oreste Ristori, o início da campanha visando obter informações sobre o paradeiro da menina. Nesse intuito, *La Battaglia* chegou a oferecer a recompensa de um conto de réis por quaisquer pistas que pudessem desvendar o que de fato se sucedera à órfã. Entre meados de 1908 e o final de 1909, a repercussão sobre o

---

²³ A confusão em torno do nome da mulher foi oriunda dos próprios depoimentos prestados pelos religiosos e funcionários do Orfanato à polícia no inquérito instaurado para apurar o desaparecimento de Idalina em fevereiro de 1908.

²⁴ Segundo consta, no primeiro depoimento de Sócrates, quando ainda residia no Orfanato, o menino chegou a confirmar a informação cedida pela versão da instituição. Entretanto, quando saiu da instituição, o menino retificou suas declarações nos depoimentos prestados quando do segundo inquérito instaurado, dizendo que corroborara a versão do Orfanato em virtude de um constante processo de intimidação de que foi vítima quando era interno para confirmar a estória.

²⁵ Ao que consta, a Justiça paulista instaurou dois inquéritos acerca do caso. O primeiro, em 1908, terminou por pronunciar como culpada de rapto a mulher Ítala Fonte ou Maria Luiza. Diante da campanha instaurada pelos periódicos *La Battaglia* e *A Lanterna*, foi instaurado novo inquérito em 1910, para apurar as denúncias veiculadas por estes dois jornais. Novamente, foi aberto processo contra a suposta mulher, e em 1912, o julgamento do caso estabeleceu a improcedência da denúncia contra Maria Luiza ou Ítala Fonte como resultado do segundo inquérito, dada a existência de fortes indícios de que a mesma não existia. Os dados referentes à biografia de Idalina, bem como à história de seu desaparecimento, foram retirados das seguintes reportagens publicadas em *A Lanterna*: “Mistério Desvelado”. *A Lanterna*, ano IX, nº 55, 29/10/1910; “Orfanato sinistro: Continuam de pé as nossas gravíssimas acusações – A ridícula defesa do Orfanato”. *A Lanterna*, ano IX, nº 56, 05/11/1910.

caso aparentemente se restringiu à colônia italiana da capital paulista, mantida solitariamente pelas reportagens e apelos de *La Battaglia* publicados neste período.

Somente em novembro de 1909, estes apelos foram atendidos. No sétimo número de *A Lanterna* em sua nova fase, publicado em 27 de novembro de 1909, seu coletivo editorial publicou uma pequena nota anônima em sua primeira página intitulada “Estuprada e assassinada?”, a primeira nota do periódico sobre o caso. Nela, se lia:

“Uma menina desaparecida misteriosamente do Orfanato Christovam Colombo – As infâmias dos padres

Até hoje a polícia e a justiça desta terra tem deixado em paz os responsáveis pelo desaparecimento da menina Idalina Stamato, que se achava recolhida ao Orfanato Christovam Colombo.

Bafejados pela impunidade, à sombra de uma criminoso tolerância, os delituosos que se aboletam no dito orfanato, cinicamente, com o mais vivo despudor, têm tecido uma série de mentiras para explicar o misterioso desaparecimento.

Ora Idalina se encontra em Monte Alto em casa de um padre e verifica-se que isto é mentira.

Ora acha-se em uma fazenda em Ariranha e o Alferes João de Oliveira a vai buscar e, com vinte soldados, tem de fugir repellido pelos capangas.

Tudo isso é farsa.

E, mais do que farsa, é infâmia.

Os padres do orfanato fazem desaparecer uma infeliz órfã e ainda chacoteiam dos que exigem contas do delito, zombam da justiça e tripudiam.

É necessário que seja esclarecido o fato; que o mistério se desvende, pois é bem possível que Idalina tenha sido estuprada e depois suprimida para que seus algozes continuem a mostrar ao mundo a face de histrião untada de santidade.

E para isso empenharemos todas as nossas energias.

Queremos saber o que há de verdade no caso.

Nosso colega *La Battaglia* promoveu uma longa e enérgica campanha sobre o caso até agora sem resultado, infelizmente.

A colega chegou a oferecer um conto de réis pelo depoimento de alguém que por acaso tivesse visto ou percebido qualquer coisa.

Mas o mistério permanece, porque a justiça e a polícia, não sendo impelidas pelos grandes rotativos, nada fazem, nada vêem, nada ouvem.

Continuaremos no próximo número, publicando o retrato da infeliz Idalina²⁶.”

A nota foi a primeira demonstração de solidariedade da parte de algum coletivo editorial à campanha iniciada por *La Battaglia* sobre o caso. Sua importância reside fundamentalmente por esta ser a primeira ponte instaurada entre os dois periódicos acerca do caso, articulando inicialmente seus coletivos em uma *rede solidarizante*

---

²⁶ “Estuprada e assassinada?”. *A Lanterna*, ano IX, nº 7, 27/11/1909.

especificamente para uma apuração conjunta do paradeiro de Idalina. *Rede* esta que aparentemente já se encontrava atuante, ainda que restrita à colônia italiana e a este semanário, dado que parece ter sido obra dos colaboradores de *La Battaglia* a apuração de que os rumores que Idalina teria reaparecido em Monte Alto e Ariranha eram falsos.

Ao dar atenção ao caso, *A Lanterna* rompia os muros da barreira lingüística existente entre a colônia italiana e a população brasileira, dando aos leitores brasileiros o conhecimento da existência do mistério envolvendo o sumiço da órfã. O anúncio de que seu coletivo editorial se juntava à campanha, empregando “todas as nossas energias” significava que a *rede solidarizante* articulada em torno do jornal aderira à *rede* que se constituiu ao redor de *La Battaglia*. Deste modo, ao dar visibilidade em suas páginas à campanha, o jornal buscava ampliar os raios de atuação dos colaboradores do periódico da colônia italiana ao integrar em sua *rede* os potenciais colaboradores brasileiros na construção dos conhecimentos sobre o caso. Ademais, a adoção desta perspectiva, de ordem inclusiva, por parte de *A Lanterna*, representava a possibilidade de ampliação dos instrumentos de pressão da militância libertária para que a Justiça e os grandes jornais dessem ao caso um tratamento proporcional à sua relevância, até então obscurecida, em meio à sociedade brasileira.

O episódio também tornava nítido o esforço da parte dos colaboradores reunidos por *A Lanterna* na construção de práticas e espaços inclusivos à militância libertária e seus apoiadores de origem estrangeira. Delineava sua preocupação com a necessidade de inclusão destes no esforço multifacetado de conscientização da importância da questão clerical para a emancipação humana, bem como para o entendimento das especificidades da realidade brasileira de então.

Tal preocupação era expressa, por exemplo, na quarta página de sua edição de primeiro de novembro de 1913, geralmente dedicada a pequenos e variados anúncios relativos à temática anticlerical, em que o periódico publicava, como de costume no período aqui estudado, uma seção especial com duas colunas intitulada “Biblioteca da ‘Lanterna’²⁷”. Esta seção era constituída por uma gama de livros e panfletos, de ordem anticlerical e anarquista, recomendados pelos editores do periódico como importantes contribuições às discussões concernentes a estas duas temáticas, divididos por obras escritas em quatro línguas: português, francês, espanhol e italiano. Assim, apareciam lado a lado, à venda, obras como *Lo que entiendo por libre pensamiento*, de Francisco

---

²⁷ “Biblioteca da ‘Lanterna’”. *A Lanterna*, n.º 166, ano XII, 01/11/1913.

Gien, uma tradução de obras de Errico Malatesta intitulada *Programa socialista-anarquista revolucionário* e uma edição francesa de uma obra de Diderot, *Entretien d'un philosophe avec la marechale*.

O caráter de pluralidade lingüística denotado pela seção afirmava a condição nacionalmente plural do movimento operário brasileiro do período, bem como dos potenciais leitores do periódico, em virtude da grande presença de imigrantes estrangeiros entre os operários fabris presentes em São Paulo. Mais do que afirmar uma condição, a seção era uma demonstração de que o periódico se empenhava na construção de espaços de sociabilidade pautados pela integração dos militantes e operários estrangeiros ao escopo das discussões e ações promovidas por operários, profissionais liberais, livres-pensadores e militantes brasileiros de matizes políticas distintas que faziam uso do jornal para a construção e disseminação de seus saberes. Nestas práticas, se torna perceptível uma preocupação do jornal quanto ao caráter inclusivo da *rede solidarizante* dinamizada através dos saberes construídos e disseminados pelo periódico, como no caso Idalina.

Os próximos dois artigos publicados por *A Lanterna* sobre o caso²⁸, publicados ainda em 1909, são voltados à expressão de breves e ferinas críticas por parte de seu coletivo editorial acerca dos rumos do inquérito instaurado pela justiça para apurar o caso. *A Lanterna* lamentava que a ausência de pressão da opinião pública sobre a polícia estava conduzindo a mesma à conclusão de um processo que deixariam impunes os padres responsáveis por dirigir o Orfanato. Mesmo com as contradições da versão da instituição apresentadas à polícia, relativas à mulher que teria raptado Idalina, o inquérito, segundo seus editores, estava sendo conduzido sob uma forte marca de cumplicidade das autoridades policiais para com os religiosos. Ademais, o silêncio do Orfanato diante da denúncia que lhe era dirigida pela campanha iniciada por *La Battaglia*, bem como diante de prestar explicações públicas sobre as contradições de sua versão apresentada às autoridades se tornavam indícios claros de que seus padres dirigentes eram culpados da denúncia publicada pelos periódicos. Seu tom de suspeita, nestes artigos, termina aventando a possibilidade de que os rumores sobre o reaparecimento de Idalina estariam sendo plantados pelos padres dirigentes da instituição para confundir e minorar a repercussão do caso em meio à sociedade. Nestes

---

²⁸ Trata-se dos artigos “Um ajuste de contas: Que fizeram de Idalina? – É morta? – Onde a puseram os infames?”. *A Lanterna*, ano VIII, nº 8, 11/12/1909; “O caso Idalina: Continua o mistério – os padres não respondem”. *A Lanterna*, ano VIII, nº 9, 18/12/1909.

dois artigos, pela primeira vez, o que era publicado como sendo fonte de rumores era categoricamente afirmado como fato: Idalina foi estuprada e assassinada pelos padres residentes no Christovam Colombo.

Após um hiato de cerca de dez números sem qualquer publicação de notícias ou artigos referentes ao assunto, na edição de 26 de fevereiro de 1910, em sua segunda página, *A Lanterna* voltou a publicar notícias referentes ao caso. O artigo tratava de rumores disseminados pela capital paulistana de que Idalina teria sido encontrada na Europa, na companhia de três freiras grávidas. Nele, lia-se:

“A viagem das três... freiras – Seria o Espírito Santo?”

Já há muito tempo que a nossa pergunta – onde está Idalina? – permanecia sem resposta. Em torno do seu desaparecimento a caligem do mistério era compacta. Nem o clamor da imprensa, nem a ação, aliás indecisa, de nossa infável polícia, nem a justiça tinham podido arrancar um indício, um esclarecimento, nada.

Já supúnhamos morta a infeliz criança, a imaginação excitada pelos maus precedentes desses jesuítas que dirigem estabelecimentos de educação evocava o pequeno corpo seviciado, maculado, intamado, pasto da concupiscência dos sacerdotes, o irredutível mutismo dos padres do orfanato dava-nos a impressão de um pavoroso delicto, da espécie dos que esta casta sabe urdir habilmente.

Parece-nos, entretanto, que nada há de trágico nem de horrível no caso Idalina, que talvez sirva para uma opereta com música offenbachiana.

Segundo recentes informações, ainda um tanto vagas, e que procuraremos ampliar, Idalina e mais duas meninas internadas no orfanato C. Colombo estão na Europa, onde têm em companhia três freiras, que escolheram aquela parte do mundo para a sua *deliviance*, porque as três esposas de Cristo enganaram o divino esposo e, daí, já se sabe...

Esperamos obter informações mais precisas, que fiaremos aos nossos leitores, sendo bem possível que o próprio sr. Stamato nos esclareça sobre o fato.

Idalina e mais duas internas do orfanato estão na Europa. Decerto escaparam à lubricidade dos reverendos, que se contentaram das freiras.

E como, se aqui ficassem, o escândalo seria inevitável, mandaram-nas à Europa para ali deixarem o fruto... do Espírito Santo?

Três freiras grávidas a um tempo! É de alegrar aos que vivem preocupados com o povoamento do solo. É pena que os filhos das beatas criaturas fiquem na Europa, abandonados talvez a algum asilo.

É de preferir que os padres prefiram as freiras às crianças que lhes são confiadas. Evitando-se o caso recente de Cantu e de Marsala, na Itália, ainda há a vantagem, para os países novos, de um rápido aumento da população.

O pior é que nem todos os estabelecimentos religiosos têm freiras; por isso é de bom aviso que o papa providencie para fornecer tantas quantas forem necessárias.²⁹”

O uso do humor como arma discursiva própria à *rede* constituída por *A Lanterna* e *La Battaglia* fica patente neste artigo. Arma de defesa, seu humor abria uma

²⁹ “Onde está Idalina: A viagem das três... freiras - seria o espírito santo?”. *A Lanterna*, ano IX, nº 19, 26/02/1910.

possibilidade de autocrítica, prática perene em seu uso no jornal, sem perder um potencial ofensivo ao desnudar o contraditório do oponente no combate. Ao ironizar, por todo o artigo, o comportamento sexual dos religiosos ligados à Igreja, o humor tinha como claro objetivo instaurar uma aura de dúvida acerca dos rumores propagados acerca do reaparecimento de Idalina. Conjuntamente à dúvida, seu humor reconstruía a informação recebida num signo aberto, transformando-a em instância de prática crítica que não perde aquilo que nela permite manter o espaço de combate, expressa na nota pelo fato de que o rumor também trazia a informação de que Idalina se encontrava em companhia de freiras grávidas. Nos artigos e reportagens produzidos pelo periódico sobre a campanha, o humor terá sempre esta perspectiva de dessacralizar o objeto ao qual seu uso se dirige.

Instigando seus leitores ao questionamento da veracidade das informações então disseminadas em São Paulo, o periódico deixava em aberto a possibilidade de que efetivamente se tratassem de serem verídicas. Mesmo um recuo em potencial, como a possibilidade de verdade do reaparecimento de Idalina, se tornava a possibilidade de afirmação da singularidade do uso do jornal como espaço de compartilhamento. O recuo, ao que parece, era encarado como prática de correção permanentemente mediada pela perspectiva coletiva, situada na qualidade de instância de criação e julgamento da veracidade dos acontecimentos. Cabia à *rede* configurada pelos coletivos, a partir do uso dos contatos dos leitores, dos colaboradores, a obtenção da confirmação destes rumores. Daí a prudência no trato com a veracidade do rumor, justamente por ela não necessariamente ser proveniente da experiência oriunda desta prática de construção de saberes. A *Lanterna* transformava, na construção e funcionamento de sua *rede solidarizante*, seus leitores em potenciais leitores-colaboradores, uma das faces da experiência compartilhada pela prática coletiva de jornalista-jornaleiro.

Para Rogério Nascimento³⁰, a *figura* do jornalista-jornaleiro é uma das formas de matizar as facetas da experiência de produção de saberes *indisciplinares* compartilhados, própria à militância anarquista deste período. Trata-se de uma *figura de experiência* de sociabilidade em que não se dissociam, no indivíduo ou numa associação enredada em sua prática, o contexto de produção e circulação dos saberes reunidos pelos periódicos anarquistas, a partir de uma postura relacional e simultânea de atuação. Esta

---

³⁰ NASCIMENTO, Rogério Humberto Zeferino. “Escolas de indisciplina: notas sobre sociabilidades anarquistas no Brasil em inícios do século XX”. In: Programa de Estudos Pós-Graduandos em Ciências Sociais, PUC-SP. *Verve: Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária*, nº 14, 11/2008. São Paulo: o Programa, 2008.

indissociação oriunda de uma disposição de sociabilidade prática determinava os raios de penetração e atuação dos coletivos editoriais quanto aos locais em que circulavam seus jornais. Como um dos aspectos potencializados por esta noção, a proposição de leitura de uma de suas características como sendo a de leitor-colaborador visa acentuar as singularidades da dimensão de assimilação e criação neste contexto de produção e circulação destes saberes coletivamente construídos na experiência de jornalista-jornaleiro. Resguarda-se, deste modo, na noção auxiliar e complementar de leitor-colaborador o caráter ativo desta assimilação, que implica esta prática, conjugada à de jornalista-jornaleiro, numa perspectiva de diluição de fronteiras entre os lugares estabelecidos para jornalistas, leitores e responsáveis pela circulação do jornal em sua produção.

Do que se pode depreender da leitura do jornal, os jornalistas-jornaleiros e leitores-colaboradores reunidos na *rede solidarizante* em torno da iniciativa de *A Lanterna* desempenhavam um papel fundamental na constituição dos raios de alcance da circulação do periódico. Na quarta página da edição de 10 de junho de 1911, na seção dedicada a anunciar aos leitores-colaboradores os pontos de venda do periódico no Rio de Janeiro, é possível ver alguns de seus indícios:

“‘A Lanterna’ no Rio

é encontrada à venda nos seguintes pontos:

Café Criterium, largo do Rocío;

Na rua Salvador de Sá, 48, esquina da rua Visconde de Sapucaí (engraxate);

Na rua da Assembléia, esquina da rua do Carmo (engraxate);

Rua do Ouvidor, 181, agência do sr. Braz Lauria;

Na rua do Senado, 61;

Avenida Passos, 120 (engraxate);

No Bangu, com o sr. Diogo Moreno;

Rua Lavradio, 46, com o sr. Angelo Priasi;

Rua Senador Pompeu, 21, com o sr. Manoel Julio Pereira;

Largo da Carioca, 2, com o sr. Leandro Bettino.³¹”

Este pequeno anúncio deixa transparecer a construção e o uso de sua *rede* quanto aos raios de alcance da cartografia de distribuição do periódico na então capital federal, no situar de seus espaços de irradiação em locais de maior movimento localizado em

---

³¹ “‘A Lanterna’ no Rio”. *A Lanterna*, ano X, nº 85, 10/06/1911.

ruas da região central do Rio de Janeiro, tentando atingir deste modo a maior quantidade possível de potenciais leitores-colaboradores. Quanto ao caráter dos espaços de distribuição, a nota permite inferir sua pluralidade, situando, além das próprias ruas através das mãos dos engraxates, bancas de jornal, cafés, pequenos estabelecimentos comerciais, além de sedes sindicais e de associações operárias³². No que tange aos distribuidores, além de engraxates, operários e tipógrafos, como o jornalista e militante anarco-sindicalista espanhol Manuel Moscovo, agente do periódico encarregado de cobrar os valores referentes aos assinantes na capital federal, as localizações contidas nesta nota permitem perceber que pequenos comerciantes, livres-pensadores e profissionais liberais também compartilhavam desta *rede*. É importante notar que até mesmo o ato de escolha do ponto ou do agente de venda do periódico por parte de seus leitores-colaboradores não era isento das preocupações do coletivo reunido em seu redor. Era comum a publicação de notas como a da edição do dia 12 de fevereiro de 1910, na quarta página do periódico, em que seu coletivo recomendava a estes que não boicotem os vendedores que também comercializassem jornais considerados adversários de sua *rede solidarizante*, como atitude de tolerância perante um inimigo que fazia uso de recomendações aos seus leitores em suas publicações para prestarem favores aos vendedores que se negassem a vender *A Lanterna*³³.

Esta multiplicidade de espaços, atitudes e sujeitos quanto ao aspecto cartográfico também parece se repetir em São Paulo. Na edição de 25 de junho de 1910, por exemplo, *A Lanterna* publicava em sua quarta página um pequeno anúncio fazendo saber aos seus leitores-colaboradores que a mesma se encontrava a venda em locais como o Armazém de Secos e Molhados, situado na avenida Celso Garcia, 74, na agência de jornais pertencente a Antonio Scafuto na rua 15 de novembro, 37, e no salão de barbeiro localizado na avenida Rangel Pestana, 297³⁴. Tratava-se de uma cartografia fluida, que variava ao sabor da repressão, da quantidade e da localidade dos potenciais jornalistas-jornaleiros e leitores-colaboradores à *rede solidarizante* instaurada pelo periódico. Era extremamente comum ao longo da existência de *A Lanterna* a mudança de endereços e de agentes encarregados de distribuir os periódicos nas localidades alcançadas por seu raio de disseminação.

---

³² Ainda que a referência contida nesta edição de *A Lanterna* não faça menção, um dos locais mais constantemente presentes nesta seção do jornal ao longo de sua segunda fase de existência é o da sede da Federação Operária do Rio de Janeiro, situado na rua do Hospício, 166.

³³ “Aos leitores”. *A Lanterna*, ano IX, nº 22, 12/02/1910.

³⁴ ““A Lanterna””. *A Lanterna*, ano IX, nº 37, 25/06/1910.

No que tange à distribuição em outras cidades, a edição do periódico de 16 de julho de 1910 listava a presença de representantes em Ribeirão Preto, Franca, Santos, Niterói, São Roque, Dobrada, Porto Alegre, Vila Americana, Rebouças, São Vicente, Rinca, Pontal, Pitangueira, Mogi-Guaçu, Atibaia, Jardinópolis, Salto de Itu, Araraquara, Jundiá, Bauru e Uberaba³⁵. Ao longo desta fase de existência do periódico, era comum aparecer referências a jornalistas-jornaleiros, pontos de venda e manifestações de leitores-colaboradores em outras cidades do interior como Campinas, Mogi das Cruzes, Jaboticabal, Uberlândia, Juiz de Fora, Ouro Preto, Petrópolis, e Blumenau, além de capitais como Florianópolis, Curitiba, Cuiabá, Belo Horizonte, Recife, São Luiz, Maceió e Belém.

A *Lanterna* também possuía potenciais leitores-colaboradores e jornalistas-jornaleiros no exterior. O fato de aparecer no canto superior à esquerda da primeira página de todas as edições de *A Lanterna* indicações para assinantes do periódico residentes no exterior permite inferir que os fundamentos práticos instaurados por sua *rede solidarizante* tinham eco em experiências instauradas por jornais em outros países. Aparentemente, o periódico, em seus vínculos com outros jornais, transformava seu espaço em uma espécie de lugar de entrecruzamento crítico de experiências distintas praticadas por coletivos reunidos em outros periódicos, incluindo nesta *rede* agrupamentos existentes em outros países. Para a obtenção de *A Lanterna* no exterior, era preciso que o interessado, além de pagar uma quantia relativa à assinatura do jornal, tivesse responsabilidade em pagar as despesas de postagem do periódico para as suas localidades.

Era comum o uso do espaço do periódico também para a divulgação de notícias referentes à militância operária e anticlerical vindas por telégrafo de locais como Roma, Londres, Bruxelas, Madrid, Constantinopla, Buenos Aires, Lima e Nova Iorque. Neste uso, a tradução de artigos de militantes publicados em periódicos sediados em outros países parece apontar para a perspectiva de que jornais como *A Lanterna*, tanto quanto irradiavam suas próprias *redes solidarizantes*, compartilhavam das experiências que tiveram lugar em outras publicações. Nesse sentido, por um lado, a tradução de artigos publicados em outros periódicos pode ser encarada como forma de envolver seu coletivo editorial na experiência de serem leitores-colaboradores dos saberes compartilhados por outros jornais. Por outro, a condição do uso do espaço de sua

---

³⁵ “Os nossos representantes”. *A Lanterna*, nº 41, ano IX, 26/07/1910.

redação como lugar de disseminação destes periódicos estrangeiros permitia ao coletivo editorial reunido em *A Lanterna* o exercício da tarefa de jornalistas-jornaleiros, compartilhando de experiências instauradas por outras *redes solidarizantes* existentes em outros jornais. Para ficar num exemplo deste compartilhamento, na edição de 9 de abril de 1910³⁶, *A Lanterna* publicou uma nota em sua quarta página anunciando que sua redação intermediava o contato para o pedido de assinatura das publicações francesas *Les Temps Nouveaux*, *La Guerre Sociale*, *Les Hommes du Jour*, além dos jornais portugueses *A Sementeira*, *A Vida*, *O Clarão* e da revista *Internacla Socia Revno*, publicação em esperanto de Paris. O caráter destas publicações era diverso: *A Sementeira* era qualificada como uma publicação semanal de crítica e sociologia; *La Guerre Sociale* era caracterizado como um semanário revolucionário; *O Clarão* era definido como uma publicação eventual de pedagogia de cunho racionalista; de *Les Hommes du Jour* se dizia ser uma publicação semanal ilustrada de biografias, e crítica social, literária e artística, enquanto *A Vida* era classificada como sendo um hebdomadário operário. Tais indícios permitem inferir que a radicalidade da experiência de instauração, manutenção e expansão das *redes solidarizantes* residia não no privilégio de espaço, momento, assunto, ou lugar de seu aparecimento, mas sim na própria prática desta experiência mediada pela maleabilidade destas condições. Esta perspectiva de favorecimento ao cruzamento de experiências constituídas em distintas *redes* parece ter sido importante no sentido de facilitar a junção das *redes* de *La Battaglia* e *A Lanterna* na campanha que ambos propagaram acerca dos crimes cometidos no Orfanato.

A prudência na nota publicada por *A Lanterna* acerca dos rumores do reaparecimento de Idalina na Europa na companhia de freiras grávidas, em 26 de fevereiro de 1910, permite inferir que os coletivos envolvidos na campanha esperavam que a *rede* construída em seu redor por potenciais jornalistas-jornaleiros e leitores-colaboradores fornecesse informações verídicas sobre o assunto. Ainda assim, é importante notar que, neste momento, não é preocupação destes coletivos instaurarem uma *rede solidarizante* exclusivamente para a construção dos saberes acerca do paradeiro de Idalina, mas sim fazer o uso de uma já existente, oriunda dos contatos do periódico com outros coletivos. Outro motivo, somente explicado após um hiato de cerca de vinte números sem menção ao caso, ajuda a entender o porquê da publicação

---

³⁶ “Publicações Periódicas”. *A Lanterna*, ano IX, nº 26, 09/04/1910.

destes rumores, e desta ausência de preocupação em instaurar a partir do caso sua própria *rede solidarizante* neste momento. Nesse sentido, constata-se que *A Lanterna* não chegou a publicar um desmentido sobre os rumores, apenas atestando, depois de cerca de 20 números, que eram falsos. Provavelmente, a confirmação da inverdade dos mesmos foi obra do coletivo reunido em torno de *La Battaglia*. De todos os modos, segundo o artigo publicado em sua edição de 10 de setembro de 1910³⁷, a vazão destes rumores sem confirmação nas páginas do periódico tinha como objetivo fundamental retirar a Igreja Católica de sua postura de silêncio acerca da denúncia veiculada pela campanha, através da obtenção de ao menos um desmentido sobre o caso.

A divulgação dos mesmos encetava a possibilidade de um recuo, mas não uma retirada do campo de combate. Nesse sentido, a postura de recuar, além de expor uma forma coletiva de construção e disseminação de saberes que singularizasse suas armas diante da Igreja, visava desnudar a postura de silêncio do oponente como sua arma. Este silêncio, no periódico, foi associado tanto à culpabilidade sobre a denúncia vinculada quanto ao fato de servir de arma da Igreja para afirmar a estrutura autoritária das relações tecidas pelo catolicismo com a sociedade. A postura foi reiterada em sua edição de 17 de setembro de 1910³⁸, em que o periódico anuncia a continuidade de suas investigações.

A partir das edições de número 48 e 49, publicadas em 24 de setembro e em primeiro de outubro de 1910, a postura do coletivo de *A Lanterna* quanto ao caso muda de perspectiva. Nestas edições, são publicados os primeiros apelos dirigidos ao seu público leitor e aos coletivos reunidos em outros jornais no sentido de constituírem uma *rede solidarizante* específica para a apuração do caso:

“O caso Idalina: A órfã Idalina foi vítima de um crime – Apelo à imprensa independente

Não resta a menor dúvida – os padres do Orfanato Cristóvão Colombo cometeram com a órfã Idalina Stamato, ali internada, um desses crimes infames a que são arrastados pela sua condição de celibatários e pela vida de ociosidade que levam.

Sim, um crime foi cometido e Idalina ocultada, ou quem sabe mesmo se não a assassinaram para que não se pudesse apresentar a prova do delito?

Mas tudo há de se saber. Com o esforço de todos havemos de descobrir o que foi feito da infeliz menina e para isso fazemos um apelo à imprensa independente, à imprensa que não tem a sua opinião escravizada a tal canalha.

---

³⁷ “O Caso Idalina – Desaparecimento misterioso da órfã Idalina Stamato do Orfanato Cristóvão Colombo”. *A Lanterna*, ano IX, nº 46, 10/09/1910.

³⁸ “O Caso Idalina : Continua o mistério”. *A Lanterna*, ano IX, nº 47, 17/09/1910.

Vamos, colegas de São Paulo e do Interior, é preciso que nos ajudeis nesta grande campanha!³⁹”

“O caso Idalina

Continuamos a perguntar aos padres do Orfanato Christovam Colombo onde está a órfã Idalina, que ali foi internada pelo seu tutor?

Se está viva, onde se encontra? Quem a retirou do colégio? Qual o seu nome? Onde reside? Em que data saiu a menina do Orfanato?

Tudo isso já teria sido esclarecido se não estivéssemos em uma terra onde as infâmias como estas são encobertas pelo relaxamento e cumplicidade das autoridades públicas.

Estivéssemos em um país onde há uma opinião pública formada e os padres do colégio do Ipiranga seriam obrigados a dar conta do paradeiro da pobre órfã por eles ocultada ou assassinada.

Aqui só impressiona o público, só o faz pulsar as espalhafatosas notícias de reportagem barata.

Fatos como este, que deveriam provocar uma intensa agitação, não interessam os grandes rotativos e por isso não encontram eco no público.

Mas não importa. Continuaremos nós a fustigar os criminosos. Por todos os meios havemos de sustentar esta campanha.

Vamos promover um inquérito por nossa conta e dele daremos conta ao público.

Então veremos se os padres do Orfanato darão ou não esclarecimentos positivos sobre o paradeiro de Idalina.⁴⁰”

Ao que parece, a ausência de maior repercussão sobre o caso na sociedade paulistana, fruto da omissão dos grandes rotativos, alertava o coletivo sobre a possibilidade de que o inquérito instaurado pela Justiça acabasse cúmplice da Igreja, deixando impunes os responsáveis pelo desaparecimento da órfã pela não existência de qualquer reação em contrário. Dessa maneira, o apelo aos periódicos independentes e o anúncio da constituição de um inquérito por conta própria por parte de *A Lanterna* situava uma forma de reagir perante essa possibilidade. Nesta reação, o inquérito “por nossa conta” e o apelo aos periódicos independentes para que “com o esforço de todos” apurassem os acontecimentos era a forma do coletivo reunido em torno do jornal de convidar seu público leitor ao desempenho do papel de leitores-colaboradores complementarmente à sua atuação enquanto jornalistas-jornaleiros.

O apelo não demorou a encontrar resposta. Em 15 de outubro de 1910⁴¹, *A Lanterna* publicava uma carta de solidariedade à campanha escrita por P. Navarro, e na

³⁹ “O Caso Idalina: A órfã Idalina foi vítima de um crime – Apelo à imprensa independente”. *A Lanterna*, ano IX, nº 48, 24/09/1910.

⁴⁰ “O caso Idalina”. *A Lanterna*, ano IX, nº 49, 01/10/1910.

⁴¹ “O caso Idalina: A nossa campanha vai encontrando apoio”. *A Lanterna*, ano IX, nº 51, 13/10/1910.

edição seguinte, em 22 de outubro⁴², seu coletivo transcrevia integralmente um pequeno artigo de solidariedade publicado por *O Imparcial*, de Bebedouro.

Entretanto, somente a partir de seu próximo número, publicado no dia 29 de outubro de 1910, que estes apelos começaram a ter um resultado efetivamente prático. A partir desta reportagem, a *rede solidarizante* instaurada por *A Lanterna* e *La Battaglia* para a produção de saberes e práticas compartilhadas sobre o caso começou a construir e disseminar novas figuras de experiência ao papel de jornalista-jornaleiro que estava na base das relações de sociabilidade que marcavam sua existência.

1.3: 1910 – 1912: CONTINUAM DE PÉ AS NOSSAS GRAVÍSSIMAS ACUSAÇÕES

Data da edição de 29 de outubro de 1910 a primeira reportagem de capa publicada em *A Lanterna* sobre o caso Idalina.

Com uma grande chamada em letras garrafais, neste número, o periódico anunciava: “Mistério desvelado: Duas meninas estupradas e assassinadas pelos padres do Orfanato C. Colombo”. Na reportagem, se encontrava uma extensa narrativa sobre o caso, oferecendo dados sobre a biografia de Idalina, sobre a autenticidade dos rumores propagados de seu reaparecimento e seu paradeiro pela Igreja.

Segundo a versão propagada pelo Orfanato neste momento, Idalina teria sido raptada por uma mulher de nome Maria Luiza ou Ítala Forte a mando de Vicente Delfim, residente em São João do Ariranha. Vicente Delfim teria raptado a menor em virtude de ser herdeira direta de Antonio Chrisóstomo, sendo o rapto uma forma de Delfim se apossar das heranças do mesmo. O paradeiro de Idalina seria, nesta versão, a sede de uma fazenda de Vicente Delfim em São João do Ariranha, onde era mantida em cativeiro. A *rede solidarizante* montada em torno da campanha, contudo, desmontou esta versão, ao recolher informações de que nunca se ouviu falar de Vicente Delfim em São João do Ariranha e que Antonio Chrisóstomo era um lavrador de poucas posses,

---

⁴² “O caso Idalina: A menor Idalina desaparecida do Orfanato Chistovam Colombo”. *A Lanterna*, ano IX, nº 52, 22/10/1910.

cujo testamento, transcrito posteriormente pelo periódico, destinava seus bens à sua esposa⁴³.

A reportagem prosseguia trazendo uma descrição sobre como Idalina e outra menor teriam sido mortas pelos padres dirigentes do Orfanato:

“Como foi morta Idalina

Um dia a pobre órfã internada no Orfanotrófio Cristoforo Colombo do Ipiranga foi à banheira tomar um banho.

O PADRE STEFANI entrou no quarto de banho, fechou-se por dentro e à viva força estuprou-a.

Consumado o crime bestial, a pobre criança, manchada, magoada nas partes genitais, queixou-se de dores insuportáveis e chorava desesperadamente.

O boato do sucedido espalhou-se logo entre padres e freiras, suscitando grande apreensão, tanto mais que a menina não cessava de chorar e revelar a todos os que dela se aproximavam o ato obsceno de que fora vítima.

No dia seguinte, iludindo a vigilância da madre superiora, Idalina conseguiu fugir.

Duma janela do Orfanotrófio, o padre Faustino viu-a fugir pela estrada, seguiu-a, trouxe-a para dentro e matou-a com uma pazada na frente.

O padre Capelli, a madre superiora e outras freiras sabem deste fato.

Data de então o desaparecimento de Idalina. Desde então não mais foi vista viva nem morta.

Foram as mãos assassinas do PADRE FAUSTINO, cúmplice do PADRE STEFANI, que puseram termo aos dias da desventurada órfã.

Há sobre isso todos os esclarecimentos, que não se publicam por prudência.

Não é tudo, porém.

Idalina não é a única vítima.

Depois de Idalina, foi estuprada e assassinada outra órfã

Era uma bonita rapariga de quatorze anos. Chamava-se *Josephina* (o sobrenome ainda não o pudemos saber). Era órfã de pai. Sua mãe, na impossibilidade de a manter e educar, tinha-a internado no Orfanotrófio Cristoforo Colombo, cuja seção feminina, após o fato de Idalina, foi transportada para a Vila Prudente.

Foi ali que se deu a tragédia, nas mesmas circunstâncias da primeira.

Josephina foi tomar um banho.

O quarto do banho, muito afastado, é um lugar propício.

O padre Faustino, que há muito a cobiçava, entrou logo atrás dela, fechou a porta à chave e antes de ter a menina tempo de gritar, tapou-lhe a boca com a mão e submeteu-a, violentamente, à sua luxúria bestial.

Em seguida, estrangulou-a.

Momentos depois, o cadáver da rapariga jazia no chão, coberto apenas com a camisa, enegrecido e com a face extraordinariamente inchada.

Muitas meninas a viram, ficando de tal modo aterradas que muitas saíram e não quiseram voltar.

Como e onde foi enterrado o cadáver desta estrangulada, ninguém jamais o soube.

---

⁴³ Posteriormente, foi apresentada à Justiça uma nova versão, em que o rapto, que teria ocorrido em 28 de junho de 1907, tinha sido ordenado não por Vicente Delfim, mas por Arthur Nobre de Godoy, que seria o pai biológico da criança e estaria interessado na herança de Antonio Chrisóstomo. Entretanto, Godoy afirmou nunca ter tido relações com a mãe da criança e Antonio Chrisóstomo, em uma carta juramentada em cartório enviada a *A Lanterna*, reiterou que detinha um testamento em cartório de reciprocidade na herança de seus bens com sua esposa e que, mediante as informações que circulavam na cidade, fez questão de ir pessoalmente visitar Godoy e lhe apresentar seu testamento.

Certas coisas ficam sepultadas no coração dos padres e das monjas que constituem, nas duas seções do Orfanotrófio, uma cadeia de cumplicidades interessadas. Mas serão só estas duas as vítimas da psicopatia erótica dos masmarros daquele antro de delinqüência chamado Orfanotrófio Cristoforo Colombo? Há motivos para crer que o número dos delitos seja muito maior e que se impõe um inquérito urgentíssimo, imediato, completo. Recolham-se todos os testemunhos possíveis, vigie-se o Orfanotrófio, proceda-se imediatamente a uma visita médica de todas as crianças de ambos os sexos ali internadas; há já indicações suficientes. De acordo com *La Battaglia*, gritamos: Acusamos os padres Faustino e Stefani do Orfanotrófio Cristoforo Colombo de estupro e assassinios cometidos contra as órfãs Idalina e Josephina. Acusamos o reitor daquele instituto, a madre superiora e as freiras de cumplicidade na ocultação de tais crimes.⁴⁴

O anúncio de uma segunda denúncia de crime que teria sido praticado pelos padres responsáveis pelo Orfanato indicava uma mudança nos rumos da própria campanha conduzida pela *rede* construída pelos coletivos editoriais de *A Lanterna* e *La Battaglia*. A descoberta de suspeitas do que se sucedera a Idalina, conjuntamente à denúncia acerca da menor Josephina, transformavam a campanha pelo paradeiro da tutorada de Domingos Stamato em campanha direta pelo fechamento da instituição. Diante desta reorientação, a reportagem alertava aos leitores-colaboradores do periódico ser bastante provável que as testemunhas obtidas fossem alvos de coação e ameaça em caso de irem à Justiça depor. A prudência na revelação da origem dos relatos, entretanto, indicava também que o processo de averiguação da veracidade dos mesmos, neste momento, ainda não tinha sido concluído, o que fez o periódico iniciar esta reportagem dando uma explicação sobre como o processo estava sendo efetuado:

“Enfim! Sim, enfim, depois de meses e meses de uma luta incessante e enérgica, o povo vai ter diante dos seus olhos atônitos as provas irrefutáveis e materiais do horrível crime praticado pelos padres do Orfanato Christovam Colombo. Desde os seus primeiros números que vem *A Lanterna* desassombradamente afirmando em suas colunas que um crime monstruoso havia sido praticado por detrás daqueles fatídicos muros do famigerado colégio do Ipiranga. Quem lhe dava ouvidos, quem se interessava pela nossa gravíssima denúncia, já anteriormente feita pela *Battaglia*? Ninguém, ou antes, poucas eram as pessoas que acompanhavam com interesse a nossa campanha. A imprensa diária não lhe dedicava nem uma linha e as autoridades encolhiam os ombros como se se tratasse de assunto estranho às suas atribuições. Mas nós, apesar de todo esse indiferentismo continuamos a cumprir o nosso dever, renovando constantemente a denúncia de que Idalina havia sido estuprada e assassinada.

---

⁴⁴ “Mistério Desvelado”. *A Lanterna*, ano IX, nº 55, 29/10/1910.

Entretanto, como somente a nossa firme convicção da existência do crime não bastava para interessar aos diários, para fazer mover as autoridades e agitar o público, não nos cansávamos de procurar aqui e ali novas informações, fazendo ameados passeios às imediações do Orfanato, procurando entrar em relações com pessoas conhecedoras da vida do colégio, etc.

A nossa preocupação era conversar com algum ex-aluno e interrogá-lo a respeito. Mas o trabalho era dificultoso. Todos se negavam a prestar-nos informações ou então falavam vagamente, sem muito adiantar. Todos tinham receio de imaginárias conseqüências.

Ultimamente, porém, foram encontrados dois ex-alunos que se dispuseram a falar francamente.

Disseram-nos tudo, tudo quanto era de seu conhecimento, pondo-nos no caminho de proveitosas indagações com as quais o duplo crime foi completamente descoberto e o público tem dele detalhadas notícias.

[...] Fazendo estas revelações, pedimos o auxílio da imprensa afim de se fazer luz completa e não ser a justiça por mais tempo burlada pelos assassinos que passeiam impunes pelas ruas de S. Paulo.

O mistério do desaparecimento de Idalina Stamato do Orfanotrópio Cristoforo Colombo está desvelado.

A POBRE ÓRFÃ FOI ESTUPRADA E ASSASSINADA.

Não se trata já duma suspeita, duma hipótese, mas dum fato, duma espantosa realidade.”

Ao que parece, o inquérito criado por conta própria por parte dos coletivos em meio à campanha dependia fundamentalmente do uso de sua *rede* através da sedução e do encontro de potenciais informantes dispostos a fornecer pistas e indícios que pudessem levar adiante as investigações. Além disso, havia uma preocupação por parte da campanha em seu uso desta *rede* como instância de verificação da veracidade das pistas coletadas, procurando não se precipitar quando da veiculação dos resultados conquistados pela apuração dos acontecimentos como estratégia de se defender da reação dos religiosos às mesmas. Buscando contatos, preferencialmente de “pessoas conhecedoras da vida do colégio”, a campanha não fazia distinções sobre a origem das informações quanto ao caráter de seus fornecedores, apenas procurava se certificar da veracidade do conteúdo do que era recolhido. Criava-se e instigava-se, deste modo, um novo papel de atuação aos jornalistas-jornaleiros e leitores-colaboradores que se reuniam em torno da campanha. No apelo aos coletivos reunidos em periódicos paulistas para que continuem a contribuir com a campanha em suas investigações, *A Lanterna* instigava seu público leitor e os coletivos que faziam parte de sua *rede solidarizante* a assumirem o papel de observadores-investigadores. Tais indivíduos eram responsáveis por procurar e recolher qualquer indício que pudesse levar à confirmação de suas suspeitas, ou ao menos desmontar as explicações fornecidas pelo Orfanato acerca da denúncia sobre Idalina, e agora, também, sobre Josephina. Esta *figura* coletiva de comportamento desempenhará um papel fundamental na ampliação

dos raios de circulação do periódico neste período, ao fornecer os subsídios que transformaram uma campanha restrita aos meios libertários em assunto de preocupação de boa parte da sociedade paulistana de então.

Provavelmente, é nesta fase (1910 – 1912) de circulação do periódico que o mesmo atingiu suas maiores tiragens. Boris Fausto, ao estudar *A Lanterna*, apontou que o periódico tinha uma tiragem regular de cerca de 6000 exemplares, chegando à soma de 26000 jornais comercializados no ápice de sua circulação⁴⁵. Ao que parece, neste período, *A Lanterna* teve um lugar especial em meio a um grande esforço conduzido pelo movimento operário e pela militância anarquista entre os anos de 1900 e 1920 na instauração de *redes solidariantes* que servissem de lugar para o florescimento autônomo de uma *cultura de resistência* própria.

Nesse sentido, pode-se perceber o aparecimento de *A Lanterna*, nestas duas primeiras fases (1901 – 1904; 1909 -1916) como um dos sintomas da disseminação e ampliação dos espaços de atuação política, cultural e social do movimento operário e da militância anarquista entre as décadas de 1900 e 1910. Somente neste período, Edgar Rodrigues contabilizou uma gama de cerca de oitenta publicações diversas editadas por todo o Brasil⁴⁶, entre brochuras, jornais e revistas diversas, publicadas por iniciativa de operários e de militantes das diversas correntes políticas atuantes no país neste período. Trata-se de um número que pode até ser subestimado, dado que Maria de Nazareth Ferreira enumerou, entre os anos de 1880 e 1920, o aparecimento de mais de duzentos e trinta títulos e publicações ligados ao operariado e sua militância⁴⁷. Somados a este esforço de publicação e de debate de aspectos concernentes aos ideários vigentes em meio ao movimento operário e à militância libertária, este também foi um período fértil para a construção e disseminação de espaços próprios de afirmação dos mais variados aspectos de uma *cultura de resistência* operária.

---

⁴⁵ Estes números foram tirados de FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890 – 1920)*. São Paulo: Difel, 1986. Ainda que nesta pesquisa não tenha sido possível estabelecer a veracidade destes números, é bem possível que eles sejam uma estimativa aproximada bastante real para este período de sua circulação, dado que nesta fase o coletivo reunido em torno de *A Lanterna* iniciou uma frustrada campanha para a transformação do periódico em jornal diário.

⁴⁶ A estimativa aqui referida é oriunda das informações contidas na pesquisa de Edgar Rodrigues (RODRIGUES, Edgar. *Pequena História da imprensa social no Brasil*. Florianópolis: Editora Insular, 1997). Tal estimativa se refere somente à parte do estudo do autor referente às publicações surgidas após 1900, dado que Rodrigues, em seu livro, procurou enumerar as publicações de caráter social existentes no Brasil desde meados do século XIX.

⁴⁷ Esta estimativa é embasada na pesquisa realizada pela autora sobre a imprensa operária neste período, e publicada em FERREIRA, Maria de Nazareth. *A imprensa operária no Brasil: 1880 1920*. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

Encarnados em sua luta para a constituição dos mais diversos centros culturais, grupos de estudo, escolas, conferências públicas, campanhas de solidariedade, bibliotecas e teatros aonde atuavam buscando afirmar a singularidade dos valores disseminados por seus ideários, estas manifestações formavam outra face, diretamente imbricada em sua práxis, de sua expressão política e social encontrada na resistência cotidiana dos operários nas greves, campanhas de boicote e sabotagem, relativas às opressivas condições de trabalho e à precariedade de sua subsistência diária. O surgimento e disseminação de *A Lanterna* em suas duas fases, portanto, se singularizava em meio a este amplo escopo de práxis desenvolvida nestes anos pela militância libertária e operária. Na criação e no desenvolvimento de sua própria *rede solidarizante*, *A Lanterna* se esforçou na construção de comportamentos ativos em seu público leitor mais diretamente afeitos ao trabalho desenvolvido pelo coletivo diante das circunstâncias requeridas pela campanha. Desse modo, a investigação em torno do caso Idalina, por exemplo, forneceu uma ocasião propícia para a disseminação e a instigação a estes comportamentos na atuação da *figura* do observador-investigador como função específica que potencializasse o ímpeto singular de sociabilidade requerida pela especificidade do objeto tratado.

Na reportagem publicada na edição seguinte de *A Lanterna*, em 5 de novembro de 1910⁴⁸, a presença e o desempenho do comportamento de observador-investigador por parte dos colaboradores reunidos em torno da *rede* tecida pelo periódico se torna mais nítido. A longa reportagem publicada nesta edição, tomando três páginas, começava novamente detalhando a breve biografia de vida de Idalina, bem como os motivos que levaram Domingos Stamato a internar a menina e o irmão no Orfanato Christovam Colombo. Em seguida, apresentava a versão construída pela instituição às autoridades, deixando claras as contradições nesta que continuaram a alimentar as suspeitas propagadas pelo coletivo:

“Mulher fantástica

Para explicar o desaparecimento de Idalina, o pessoal do Orfanato, frades e freiras, criou a lenda de Itália Fonte ou Maria Luiza, que teria ido reclamar, chorando, do padre Capelli a entrega de Idalina.

E padre Capelli, sensibíllimo, principalmente ante as lágrimas das mulheres, deu logo a licença.

---

⁴⁸ Orfanato sinistro: Continuam de pé as nossas gravíssimas acusações – A ridícula defesa do Orfanato. *A Lanterna*, ano IX, nº 56, 05/11/1910.

Essa mulher fantástica foi assim descrita: sóror Bartholomeu disse ser a desconhecida morena, baixa, robusta; cabelos pretos e olhos escuros. Parecia filha da baixa Itália. Era acompanhada de um velho de cabelos e barba branca.

Sóror Christina afirmou que a desconhecida comparecera ao Orfanato no dia 28 de junho de 1907, ao meio-dia, com um bilhete do padre Capelli. Era ela uma mulher de 28 anos de idade, mais ou menos, cabelos pretos, morena, estatura regular, robusta. Era napolitana.

Padre Capelli disse que a mulher apresentara-se às 10 da manhã do dia 28, acompanhada de um velho e afirmando ter vindo de Monte Alto. Trazia à cabeça um chalé e seu rosto era claro. A desconhecida chorava quando reclamou a entrega de Idalina.

Enternecido, escreveu o bilhete ordenando a entrega da menor.

O sr. Santanello, secretário do Orfanato, disse ser a fantástica Maria Luiza uma mulher bonita e moça, regulando uns vinte e oito anos de idade.

E assim os diretores do Orfanato explicaram o desaparecimento.

Mas quem poderia ser o interessado no furto da menor?

Dizia-se que Francisca Cândida de Oliveira, antes de ir para Bebedouro, vivera em Monte Alto com Arthur Nobre de Godoy, seu amante e pai de Sócrates e Idalina.

Esses menores, ao que se diz, nasceram em Monte Alto. Nobre, que nunca, nem depois da morte de Francisca, declarara ser pai dos dois pequenos era acusado como sendo o único interessado no rapto de Idalina.

O sr. Domingos Stamato seguiu para aquela localidade, encarregou amigos, investigou: a menor não foi encontrada.

O dr. Cantinho Filho, então delegado de Jaboticabal, foi a Monte Alto e Bebedouro, ali fez longas e repetidas diligências: o resultado foi sempre negativo.

A menor Idalina não apareceu: a polícia não viu a pequena; não descobriu a tal 'Maria Luiza'; o delegado de Jaboticabal, dr. Coutinho Filho, ouviu a população toda daquele município, sem resultado... Apesar disso, a autoridade afirmou ter havido rapto.

Os autos foram ao foro criminal e, no dia 22 de junho de 1908, o dr. Silvio de Campos, 3º promotor público, apresentava denúncia contra Arthur Nobre de Godoy, padre Giovanni Capelli e Maria Luiza ou Itália Fonte.

Concluindo o sumário de culpa o meretíssimo juiz criminal pronunciou apenas a fantástica Maria Luiza ou Itália Fonte.

E assim terminou o complicado caso.

De Idalina o público não teve mais notícias.

Bom é frisarmos este fato, altamente significativo – O padre Consoni procurou meios e modos de obstar que Idalina fosse passar os dias festivos da Páscoa [de 1907] em casa de seu pai adotivo Domingos Stamato e só concedeu a necessária licença após inúmeros rogos; seu preposto interno, o padre Capelli, já assim não procede. Chocado pelas lágrimas de uma elegante mulher, sem exigir mais provas, sem procurar satisfazer nenhum requisito legal, entrega a menina confiada à sua guarda...

Ao que consta, a incapacidade da Justiça em estabelecer como de todo verídica a história do rapto de Idalina, era principal motivo pelo qual as suspeitas sobre o que se sucedera à menor continuaram a ser alimentadas pela *rede* montada pelos coletivos editoriais de *A Lanterna* e *La Battaglia* em torno da campanha. As dúvidas quanto à veracidade da versão apresentada pelo Orfanato, serviam, ademais, para contradizer a estória de que Idalina teria sido raptada, em seus meandros, nesta reportagem. Segundo os padres da instituição, a mulher que teria raptado Idalina tomou a menor na presença de funcionários, religiosos e de seu irmão, Sócrates. A mesma mulher, tempos depois,

teria ido visitar junto de Idalina o menino, que residia e trabalhava em São Paulo. Entretanto, como demonstrou o coletivo na reportagem, a primeira contradição desta versão aparecia no momento em que Idalina se deixou ir sem qualquer tipo de protesto, junto a uma mulher que desconhecia e sabendo que sua mãe tinha falecido anos antes. Em segundo lugar, o menino Sócrates jamais presenciou a cena da partida da irmã, bem como jamais foi visitado pela pretensa mãe e pela irmã em São Paulo, dado que, quando retirado da instituição por Domingos Stamato, estes foram direto à Bahia, no município de Amargosa, onde estabeleceram residência. Além disso, em reação à informação veiculada de que o padre Consoni e o padre Stefani não se encontravam na instituição quando teria se dado o estupro e o assassinato da órfã, *A Lanterna* respondia que, naquela altura, era impossível determinar quando ocorrera o crime contra Idalina, ou sequer fixar uma data para seu possível rapto.

No que tange à menina Josephina, durante a semana foi divulgada nos jornais católicos a suposição de que ela não existia, dada a ausência de registros sobre esta, ou que a mesma se tratasse de uma menina do mesmo nome apresentado em seus periódicos. Diante dessas provas, *A Lanterna* reagia nesta edição demonstrando que a menina apresentada pelos católicos como sendo Josephina não era contemporânea da testemunha que afirmara ter visto seu corpo na instituição, e que os registros do Orfanato eram facilmente manipuláveis, como ficava provado no registro manual da entrada de Idalina, em que constam pouquíssimos dados sobre a mesma. Na edição seguinte, publicada em 12 de novembro de 1910⁴⁹, a *rede* atuante em torno da campanha obteve e divulgou a informação de que os registros do Orfanato eram fiscalizados pelos próprios padres, o que corroborava suas suspeitas de que os registros sobre Josephina poderiam ter sido adulterados.

Estas suspeitas mobilizaram a campanha em torno do uso de sua *rede* para angariar informantes dispostos a prestar esclarecimentos e pistas sobre o caso, exercida por indivíduos que operavam na função de observadores-investigadores. Nesta mesma reportagem, há indícios de seu funcionamento, como no relato narrado por *A Lanterna* acerca de como o coletivo reunido em torno da campanha havia obtido suas primeiras testemunhas, América Ferraresi e Domingos Egydio, e as apresentado à Justiça:

---

⁴⁹ “Estrangulando um mistério: Sustentamos as nossas acusações contra o Orfanato Christovam Colombo – Onde está Idalina?”. *A Lanterna*, ano IX, nº 57, 12/11/1910.

“As testemunhas: como foram encontradas

Em conversação com as filhas do sr. Aniello Paciullo e Augusto Moreira a menina América Ferraresi disse um dia que, em Vila Prudente, as internadas sofriam muitos maus tratos e que as freiras eram irascíveis, excessivamente rígidas, de uma severidade sem par.

Então uma das filhas do sr. Paciullo, desejosa de saber algo sobre Idalina, cujo desaparecimento conhecia, pela leitura da *Lanterna*, perguntou a América se não sabia qualquer coisa sobre a menor.

América, naturalmente, contou o que sabia. As meninas revelaram ao sr. Paciullo o que tinham ouvido e este, por sua vez, avaliando a gravidade das notícias, mandou chamar a Oreste Ristori para ser apresentado a América, desejoso de que esta confirmasse o que anteriormente dissera.

Apresentada ao sr. Ristori – que, para não despertar suspeitas, declarou ter uma sobrinha no Orfanato – América contou o que sabia a respeito.

- Deixei o Orfanato há quatro ou cinco meses – disse América – e lá estive um ano, mais ou menos.

- No Ipiranga?

- Não, na seção feminina, na Vila Prudente. Eu dormia num aposento em companhia da irmã Carolina. Esta é órfã, tendo sido criada no Orfanato, contando hoje 24 anos de idade. Carolina está ansiosa para deixar o Orfanato, onde todas são perseguidas pelos padres. Um mês depois da minha entrada – prosseguiu América – vi, dentro da banheira, o cadáver de Josephina.

- De Josephina?

- Sim, de Josephina, uma menina de doze anos, mais ou menos, de estatura regular, branca, de cabelos pretos ondedados; vestia apenas a camisa de banho e apresentava o rosto inchado e enegrecido. Fiquei apavorada com a vista do cadáver e indagando soube que Josephina morrera afogada. Mais tarde, porém, surpreendi uma conversa do padre Faustino Consoni com a superiora. O padre dizia ter feito mal à menina, matando-a depois. Ninguém mais viu seu cadáver, e ninguém soube onde seu corpo foi sepultado.

- Esse fato é gravíssimo – disse o sr. Ristori – mas eu desejava saber alguma coisa sobre Idalina.

- Eu dormia – prosseguiu a moça – com a irmã Carolina e por esta tive o conhecimento de que Idalina fora violentada e depois morta e enterrada no Ipiranga, no Orfanato. Um dia, passeando com a mesma irmã Carolina no campo de futebol, no Orfanato do Ipiranga, a mesma irmã Carolina me indicou o lugar onde Idalina fora sepultada. Na parede que cerca o campo, disse América, os meninos fizeram uma cruz para indicar a sepultura. A irmã -----⁵⁰, acrescentou a moça, possui e guarda com carinho os retratos de Idalina e de Josephina.

Assistiram a essa declaração a família Paciullo e o sr. Ristori.

Os srs. Ristori e Leuenroth, no intuito de auxiliar a Justiça, resolveram denunciar o caso ao juiz de crianças, dr. Luiz Ayrés.

No dia 22 do corrente, o magistrado remetia a denúncia ao dr. Washington Luiz, secretário de Justiça e da Segurança Pública, pedindo providências.

O dr. Secretário passou o ofício do juiz e a denúncia ao dr. Pinheiro e Prado, delegado auxiliar, incumbindo-o de abrir inquérito.

A nosso convite, para melhor firmar a sua narração, América Ferraresi repetiu as declarações aos srs. Hormisdas Silva e Mario Guastini, respectivamente repórteres do *Estado de São Paulo* e *Comércio de São Paulo*.

[...] **Má vontade**

Para demonstrar a má vontade, a calculada desídia com que a polícia está tratando tão importante fato, basta dizer que a testemunha Domingos Egydio não foi encontrada por nem um agente.

Sabiam que o pai desse menor morava na rua General Carneiro, do lado fronteiro ao mercado, o que sobretudo facilitava a investigação, mas nem assim...

---

⁵⁰ O nome se encontra ilegível.

Tornou-se necessário que um nosso companheiro fosse indagando de porta em porta, descobrir a testemunha e levá-la ao sr. Pinheiro para ser interrogado.”

Indo de “porta em porta”, dependendo da espontânea iniciativa de quem pudesse ajudar, como demonstrado pelo gesto de Aniello Pacciullo ao chamar Oreste Ristori para ouvir a história de América Ferraresi, a *figura* anônima dos observadores-investigadores marcava sua presença na produção coletiva dos indícios que levavam rumores a serem tratados como denúncias verídicas por parte da *rede* estabelecida pela campanha. Na reportagem, ainda se encontra mais um indício dessa *figura* na qualidade de questionador dos rumos tomados pelo inquérito instaurado, com a publicação integral das cartas enviadas por dois ex-funcionários do pai de Domingos Egydio, interno fugitivo do Orfanato, em que afirmavam que o mesmo fora duramente reprimido pelo pai quando lhe contou que sabia o que se sucedera com Idalina⁵¹:

DOCUMENTO N. 1

Declaração

À vista das negativas feitas pelo menino Domingos Egydio em seu depoimento na polícia sobre o assassinato da órfã Idalina de Oliveira, do prejuízo que esta sua atitude pode trazer à causa da justiça, sinto o dever de declarar quanto segue:

Se o menino Domingos Egydio desmentiu o que antes afirmara, declarando ao delegado Pinheiro e Prado nada saber sobre o caso Idalina é porque obedeceu a instigações e sofreu pressão de outrem.

Na qualidade de ex-empregado de seu pai, lembro-me (porque prestei muita atenção) que certa vez no mês de julho p. f., em sua própria residência, -----⁵² à rua General Carneiro, 45, o menino Domingos Egydio contou que no Orfanato Christovam Colombo, onde esteve por algum tempo internado, soube da boca de vários de seus colegas ali internados que a menina Idalina fora assassinada, escondida sob um leito e ocultamente sepulta em um campo de futebol.

Pela verdade,
ALEINO STOCCO
S. Paulo, 30 – 10 – 1910.
(Firma reconhecida).

---

⁵¹ Segundo consta desta mesma reportagem, tanto América Ferraresi quanto Domingos Egydio, as duas testemunhas obtidas pela campanha neste momento, quando prestaram depoimento em juízo, mudaram suas versões diante do delegado Pinheiro e Prado. Segundo *A Lanterna*, esta mudança era resultado direto da coação praticada por seus pais na hora ou anteriormente ao momento de prestarem seus depoimentos. Pretende-se fazer uma análise mais detalhada deste episódio no segundo capítulo desta dissertação, destinada a recuperar os elementos surgidos na prática e no discurso dos libertários reunidos na *rede solidarizante* em torno da campanha que lhes permitiram construir uma ferina crítica à ideologia propagada pelo Estado Brasileiro e pela Igreja Católica a partir desta campanha.

⁵² Palavra ilegível.

DOCUMENTO N. 2

Declaração

Sabendo que o menino Domingos Egydio, residente à rua General Carneiro, n. 45, negou que soubesse algo a respeito do assassinio da órfã Idalina de Oliveira, eu, abaixo assinado, afirmo que o dito menino no mês de julho p.f., em sua própria residência (pois que eu era empregado de seu pai) declarou que a Idalina foi assassinada e às escondidas sepultada no campo de futebol; isto ele o soube da boca de seus colegas ali internados.

Pela verdade,
TOMÁS DENÍSIO.

Estas cartas, na reportagem, estavam sendo diretamente vinculadas às críticas tecidas pela *rede* organizada pelos coletivos em torno da campanha quanto ao andamento do segundo inquérito instaurado pela Justiça. Segundo *A Lanterna*, além de permitir, no interrogatório das testemunhas apresentadas pela campanha a possibilidade de que as mesmas fossem coagidas, a morosidade e os métodos de investigação utilizados pelo delegado Pinheiro e Prado estariam levando o inquérito a garantir a impunidade pelos responsáveis pelos crimes denunciado⁵³. Nesse sentido, o periódico sugeria seis passos de investigação que não foram seguidos pelo inquérito de Pinheiro e Prado: separar os alunos e alunas dos padres e freiras e interrogá-los; fazer uma busca minuciosa no Orfanato, verificando cuidadosamente os livros e registros da instituição; procurar o paradeiro dos alunos contemporâneos de Idalina; submeter os meninos e meninas a um exame médico, de modo a verificar a presença ou não de indícios de abusos sexuais e maus-tratos aos menores; realizar acareações entre testemunhas e suspeitos; proceder à realização de escavações no sítio indicado por América Ferraresi. A reportagem, entretanto, terminava anunciando que, no momento em que produziam esta edição, o coletivo foi informado de que as escavações no provável local de sepultamento de Idalina foram iniciadas.

É importante notar também que nesta reportagem se encontram os primeiros indícios de uma reação por parte dos católicos acerca da denúncia publicada pela *rede* reunida em torno de *La Battaglia* e *A Lanterna*. Toda uma parte da reportagem se dedicou a rebater os questionamentos às provas então reunidas pela campanha surgidas em meio aos periódicos católicos.

---

⁵³ Os pormenores deste episódio serão estudados no segundo capítulo desta dissertação.

A reação católica era reflexo claro da reorganização da postura da Igreja Católica no Brasil quanto à questão social. Prova disso é a criação da União Popular do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1908, por iniciativa do Círculo Católico do Rio de Janeiro. Esta associação se destinava a ser uma resposta da Igreja Católica no Brasil à precariedade das condições de subsistência das massas e ao avanço dos ideários de cunho socialista, sindicalista e anarquista entre os operários das grandes cidades e os imigrantes que iam trabalhar nos campos. Sua atuação, fomentando o aparecimento de sindicatos e associações assistenciais católicas nos bairros populares das grandes cidades e em comunidades carentes no campo, se embasava na perspectiva do tratamento da questão social enquanto problema moral da modernidade⁵⁴. Nesse sentido, a postura adotada pelos católicos brasileiros era fruto direto da reformulação da postura da Igreja sobre o tema, dado que seu reconhecimento da existência questão social nas sociedades modernas somente se efetuou no final do século XIX, no pontificado de Leão XIII (1879 – 1903). Ainda assim, este reconhecimento se fez de forma eminentemente conservadora, ao vincular as crescentes desigualdades sociais existentes ao processo de secularização das sociedades modernas, que neste período era fortemente combatida pela Igreja Católica. Na prática, esta vinculação representava a redução da questão social a um problema de moral intrínseco à modernidade, oriundo do desaparecimento dos valores cristãos que ordenavam as sociedades ocidentais. A pregação de respeito à obediência às hierarquias no espaço de trabalho, à resolução pacífica dos conflitos surgidos entre patrões e empregados visando instaurar um ambiente de convívio harmonioso entre as distintas classes sociais eram marcas fundamentais do ideário e das práticas a serem disseminadas pelas associações patrocinadas e rigidamente controladas pelas autoridades eclesásticas a partir da União Popular do Brasil.

Nesse sentido, o ressurgimento de *A Lanterna*, em 1909, como atesta a nota de Mota no primeiro número da nova fase alertando para o crescimento da influência do catolicismo entre as massas, fazia parte do esforço construído pela militância anarquista em dar combate à presença da Igreja na organização das associações, campanhas públicas de agitação e sindicatos fomentados pela atividade do movimento operário em

---

⁵⁴ As considerações aqui tecidas sobre a relação do catolicismo diante da questão social no Brasil neste período são tributárias das seguintes obras: OLIVEIRA, José Eduardo Montechi Valladares de. *O Anticlericalismo na República Velha: a ação dos anarquistas*. São Paulo: FFLCH/USP (Dissertação de Mestrado), 1996; MARCHI, Euclides. *Igreja e a questão social: o discurso e a práxis do catolicismo no Brasil (1850 – 1915)*. São Paulo: FFLCH/USP (tese de doutorado), 1989.

constituir sua *cultura de resistência* própria. No campo católico, também em 1909 surgia em Petrópolis, por iniciativa das autoridades eclesiais brasileiras, o Centro e a Liga da Boa Imprensa. Destinado a ser uma espécie de núcleo de propaganda e defesa das iniciativas do catolicismo no Brasil, segundo Wlaumir Doniseti de Souza, o Centro e a Liga da Boa Imprensa tinha por objetivo

“orientar as iniciativas dos periódicos confessionais ou de leigos militantes, esclarecer os diferentes escândalos nos quais estavam envolvidos parte do clero e reuniria, ainda, um acervo dos diferentes panfletos e periódicos que eram espalhados pelo Brasil para atacar, segundo a Igreja, e denunciar, segundo seus opositores. O acervo era composto pela colaboração dos católicos, que tinham o dever de remetê-lo para lá, a pedido da hierarquia, tentando-se, dessa forma, dar cabo dos diferentes movimentos contrários aos interesses da Igreja.”⁵⁵

Foi do Centro e Liga da Boa Imprensa a iniciativa de organizar os periódicos católicos na defesa do Orfanato, tendo por liderança o jornal *Gazeta do Povo*, diante das denúncias publicadas pela *rede* constituída pela militância libertária. Do que se depreende da narrativa construída por Wlaumir Doniseti de Souza sobre o caso⁵⁶, bem como das menções existentes em *A Lanterna* às folhas católicas, a defesa orquestrada pela Igreja se concentrou fundamentalmente em reafirmar em seus periódicos sua versão prestada às autoridades, bem como em desqualificar as potenciais testemunhas que a campanha contra o Orfanato obteve. Ainda que nesta pesquisa não tenham sido consultados os periódicos católicos, a narrativa de Wlaumir Doniseti de Souza sobre o caso em sua pesquisa esclareceu pontos importantes da estrutura de defesa organizada pela Igreja quanto ao desaparecimento de Idalina. Nesta, o autor afirma, em consonância com a versão da Igreja e o resultado dos dois inquéritos, que Idalina efetivamente tenha sido raptada em 28 de junho de 1907, ignorando não só as críticas e as contradições apontadas pela *rede* constituída pela campanha em torno de ambas. Souza também ignora o resultado do julgamento do segundo inquérito, realizado em 1912, que determinou a improcedência da denúncia do segundo inquérito pela presença de fortes indícios de que Maria Luiza ou Itália Fonte não existia. Ainda assim, esta narrativa permite ao menos situar os pontos principais em que se concentrou a reação católica às denúncias aqui utilizadas.

---

⁵⁵ SOUZA, P. 191.

⁵⁶ Trata-se do livro *Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante – Das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o Caso Idalina*.

No que tange à versão da instituição, secundados pelas conclusões do primeiro inquérito, que dizia que Idalina teria sido raptada por uma mulher em 28 de junho de 1907, sua defesa consistia em afirmar que nesta data nem o padre Consoni, nem o padre Stefani se encontravam presentes na instituição, o que tornava impossível que os mesmos sejam autores do crime. Quanto à desqualificação das testemunhas apresentadas pela campanha, sua defesa se fundamentou na associação dos mesmos a elementos estrangeiros publicamente conhecidos por incitar à perturbação da pacífica e ordeira sociedade brasileira⁵⁷. Ademais, as folhas católicas publicavam constantemente relatos de ameaças e situações vexatórias públicas vivenciadas pelos padres nas ruas de São Paulo em virtude da disseminação das denúncias da campanha entre a população paulistana. O objetivo da publicação destes relatos era apelar às autoridades para que cumpram seu dever de proteger a integridade física dos religiosos e atuassem no sentido de reprimir as manifestações decorrentes da atuação da *rede solidarizante* constituída a partir dos coletivos dos dois periódicos libertários. Também é da autoria da reação católica a disseminação de rumores em São Paulo que diziam que o rapto de Idalina teria sido na verdade obra de elementos anticlericais interessados em instaurar um clima de instabilidade para a realização dos ofícios religiosos da Igreja na cidade. De todos os modos, a partir desta reportagem, toda uma seção da cobertura de *A Lanterna* sobre o caso se dedicou a responder às acusações e dúvidas surgidas nos periódicos que defendiam a Igreja acerca de sua leitura dos eventos e das denúncias que a *rede* construída em torno da campanha levantou.

A edição seguinte de *A Lanterna*, publicada em 12 de novembro de 1910⁵⁸, trazia a informação de que as escavações realizadas no local indicado por América Ferraresi tinham sido infrutíferas, resultado que era esperado pela campanha. Segundo seu coletivo, a parcialidade do primeiro inquérito, de 1908, e a morosidade do andamento das investigações comandadas pelo delegado Pinheiro e Prado no segundo inquérito tinham dado aos padres tempo suficiente para remover o corpo de Idalina, bem como ocultar quaisquer pistas que indicassem sua culpa no caso. Ainda assim, as buscas

---

⁵⁷ É importante notar também que a acusação católica tinha por objetivo direto incitar a atuação da Justiça no sentido de aplicar sobre a *rede* construída pela campanha a Lei de Expulsão dos Estrangeiros, ou Lei Adolfo Gordo, aprovada em 1907, como forma de silenciar suas vozes. Este dado também é importante para entender os motivos de *A Lanterna* se juntar à *La Battaglia* na campanha iniciada pela segunda. Nesse sentido, a solidariedade de *A Lanterna* era também uma forma de defender os italianos reunidos em *La Battaglia* da ameaça de expulsão por suas atividades políticas e sociais, bem como pela campanha que iniciaram em 1908 acerca do paradeiro de Idalina.

⁵⁸ “Estrangulando um mistério: Sustentamos as nossas acusações contra o Orfanato Christovam Colombo – Onde está Idalina?”. *A Lanterna*, ano IX, nº 57, 12/11/1910.

realizadas no Orfanato comprovavam a veracidade da informação de América Ferraresi de que a madre superiora guardava em seus aposentos fotos de internas e ex-internas da instituição, ainda que as fotos que entregou aos investigadores não sejam das duas crianças, o que demonstrava que não foi realizada uma busca, mas sim um pedido aos padres para que entregassem à polícia o que bem entendessem.

Ademais, o coletivo do periódico rebatia a informação veiculada pelas folhas católicas de que América Ferraresi declarou ter sido sugestionada por Aniello Paciullo no seu primeiro depoimento prestado aos integrantes da *rede* da campanha e aos jornalistas do *O Estado de São Paulo* e do *Comércio de São Paulo*. Para tanto, *A Lanterna* publicou uma carta de Paciullo em que este reafirma que antes deste depoimento a menor havia declarado à sua família e a outras testemunhas seu relato afirmando os rumores que ouvira sobre o paradeiro de Idalina e ter visto o corpo de Josephina. Também afirmava que lhe era impossível, não tendo sido interno da instituição, conhecer tão pormenorizadamente os detalhes do relato de América. Além desta carta, o periódico publicou outras três cartas dos observadores-investigadores Raphael Peluso e Aureliano Feliciano em que os mesmos afirmavam ter ouvido, em ocasiões anteriores aos depoimentos de América e de Domingos Egydio prestados à polícia, que as crianças relataram que sabiam pelos internos do Orfanato que Idalina teria sido estuprada, morta, e enterrada no campo de futebol, e que América teria visto o corpo da menina Josephina.

A ausência de novidades sobre o andamento do inquérito policial, bem como sobre as denúncias veiculadas, deu oportunidade à *rede* instaurada pela campanha de publicar, na edição seguinte, em 19 de novembro de 1910⁵⁹, demonstrações de solidariedade e manifestações por parte de seus leitores-colaboradores espalhados pelo interior de São Paulo e pelo Brasil. Pela primeira vez, *A Lanterna* publicava a seção “Ecos da campanha”, voltada justamente à publicação de relatos de eventos organizados por seus leitores-colaboradores e jornalistas-jornaleiros em suas respectivas localidades de residência. Na mesma, se lia:

“Ecos da campanha

Não só em S. Paulo há quem tenha se batido contra o Orfanato – esse covil que agasalha lobos vorazes – e tenha reclamado Idalina, de quem os cafajestes, os repulsivos frades tem de dar conta.

---

⁵⁹ “Ecos da campanha”. *A Lanterna*, ano IX, n° 58, 19/11/1910.

Também no interior repercutiu intensamente a agitação, e homens de boa vontade, corajosos, com o apoio de grande parte da população que não bebe água benta nem engorda ao padre, tem promovido comícios públicos.

Em Bebedouro

Com brilhante sucesso realizaram-se, a 13 deste, as conferências que foram previamente anunciadas por boletins, e que versavam sobre os palpitantes assuntos da atualidade: a questão clerical.

A assistência foi seleta e numerosa. Falaram três distintos oradores, abrindo os trabalhos o sr. capitão Bartholomeu Prado, que falando sobre o ato acertado do ex-presidente da República proibindo o desembarque dos frades expulsos de Portugal, com um verbo empolgante acendeu na assembléa o fogo do entusiasmo arrancando sucessivas palmas.

Sucedeu-o na tribuna o professor José Toniolé, que falou sobre o Caso Idalina, verberando com veemência a *frieza* da justiça de S. Paulo nas devassas.

Falou em seguida o advogado major Emílio Brandão, que também discorreu competentemente sobre assuntos da atualidade, apoiando e exaltando o ato do ex-presidente do Brasil. Mas, precisamente nessa ocasião, um dos figurões salientes cá da terra, não sabemos se por princípios padrescos que o respeitaram, se por ataque sistemático de politicagem, ou, finalmente, se para se sobressair como *herói*, grita um protesto, que foi imediatamente repellido.

- Para esta corrompida sociedade atual o bom acolhimento está na razão direta da indignidade pessoal!

O Congresso Federal e ultimamente o Supremo Tribunal, que constituem as mais altas esferas sociais, abraçaram um elemento repellido como o mais nocivo pelas outras nações civilizadas. Mas o tempo corre...

Pobre e infeliz Brasil, querem seu seio conta poucos homens que sabem antolhar o futuro das famílias e assegurar a sua paz.

9 – 9 – 1910 – P. NAVARRO

Nesta cidade foi profusamente distribuído um boletim do nosso colega *O Fanal*, órgão do Grupo Espírita do 'Calvário ao Céu', onde se historia o caso Idalina com o acréscimo de uns comentários sensatos e veementes. Esse boletim traz o retrato de Idalina."

A seção prosseguia relatando e comentando brevemente um comício realizado em Jaboticabal, a distribuição em Santos de um panfleto de protesto contra o Orfanato, além de que, em Jardinópolis, o vigário local distribuiu aos fiéis um panfleto afirmando que os redatores de *A Lanterna* e de *La Battaglia* eram os verdadeiros assassinos de Idalina. Além disso, a seção publicava uma carta de Antonio Chrisóstomo em que o mesmo reiterava que sua esposa era a única herdeira de seus bens em testamento compartilhado, e que o mesmo fez questão de apresentá-la a Arthur Nobre de Godoy, supostamente interessado no rapto de Idalina por conta da herança de Chrisóstomo. Numa pequena nota dentro desta seção, *A Lanterna* também anunciava que pretendia publicar uma carta enviada à sua redação por um ex-interno do Orfanato em que o mesmo trazia novas denúncias de maus-tratos cometidos pelos padres dirigentes da instituição. Por fim, a seção anunciava que no último dia 14 se realizara em São Paulo

uma grande reunião em que tomaram parte 22 grupos e associações diversas no sentido de delibarem uma posição comum quanto ao caso Idalina. Dessa reunião foi resolvido que, mediante a parcialidade e omissão da polícia na condução do inquérito instaurado, seria organizado um grande comício público na capital, no intuito de esclarecer e conscientizar a população acerca das denúncias veiculadas pela campanha. Preferencialmente, o comício deveria contar com a presença de ex-internos do Orfanato que se dispusesse a relatar publicamente os abusos que sofreram no mesmo, e de quem quer que seja que queira tomar a palavra para proferir ao público sua opinião sobre a campanha e as provas que a mesma levantava.

Na promoção de comícios públicos, nas conversas com amigos e conhecidos, na confecção e distribuição de panfletos por parte de indivíduos e associações, no uso do espaço de seus jornais para declarar sua solidariedade à campanha, a *rede solidarizante* construída pelos coletivos editoriais de *La Battaglia* e *A Lanterna* incentivou em seus leitores-colaboradores e jornalistas-jornaleiros a adoção de uma atitude coletiva que pode ser figurada pela noção de blasfemador-agitador. *Figura* paralela e complementar ao comportamento do observador-investigador em meio à campanha, o blasfemador-agitador era aquele que desempenhava uma função de disseminar os saberes coletivamente construídos sobre o caso, distribuindo panfletos e jornais alusivos às denúncias levantadas e organizando comícios, conferências e manifestações públicas de repúdio à Igreja e ao comportamento da polícia na condução do inquérito. Trata-se, portanto, de uma *figura de experiência* coletiva que encarnava uma modalidade específica de comportamento próprio à noção de jornalista-jornaleiro em sua atuação, de modo a singularizar sua presença em meio à campanha construída pela *rede solidarizante* atuante em torno dos periódicos *La Battaglia* e *A Lanterna*.

Nas figuras do blasfemador-agitador e do observador-investigador, a *rede solidarizante* construída pelos periódicos em torno da campanha singularizava também seu uso da ação direta enquanto instrumento privilegiado de luta e agitação política e social. Neste aspecto, é preciso notar que a perspectiva inclusiva, horizontalizada e relacional da construção de saberes e práticas a partir da *rede solidarizante* constituída em torno da campanha necessitavam de um meio de ação que permitisse a construção ou a manutenção potencial destas características que singularizavam sua existência.

O tema da ação direta era de cara importância aos princípios balizadores do pensamento e da prática anarquista. Inicialmente desenvolvido por Pierre-Joseph Proudhon e Mikhail Bakunin em seus variados escritos teóricos, a *ação direta* se

fundamentava na necessidade de que o proletariado e aqueles que lutavam contra as estruturas opressivas do mundo moderno estabelecessem, sem mediações e concessões à luta parlamentar ou representações independentes de suas bases, sua própria forma de combate visando sua emancipação. É interessante perceber, nas concepções de ação direta desenvolvidas por estes dois militantes, a dualidade do caráter destinado a uma espécie de papel de “vanguarda” a ser desenvolvido pela militância anarquista em sua agitação revolucionária. Em ambos, as minorias militantes detinham como papel o contínuo estímulo, a partir da conscientização das massas, a uma ação autônoma por parte delas mesmas para a transformação da realidade a partir da derrubada da ordem existente. Segundo Patrizia Piozzi⁶⁰, isso não impedia a existência de uma perspectiva condutora por parte desta minoria neste processo, como no caso dos “vigilantes subterrâneos da liberdade” de Bakunin, formado por indivíduos responsáveis pelo julgamento e pelo estímulo das ações que seriam, contextualmente, mais apropriadas ao processo transformador.

Ainda que a autora talvez dê um peso desmedido a este papel condutor nas concepções de militância desenvolvidas por estes dois militantes libertários, é mérito de sua obra colocar em cena a importância desta discussão nos mesmos. Tal concepção de ação direta somente veio a sofrer modificações e críticas a partir dos escritos de Piotr Kropotkin e Errico Malatesta publicados a partir da década de 1880, que em seus trabalhos teóricos se dedicaram a enfatizar a importância do aspecto auto-reflexivo e de uma constante fidelidade aos princípios que guiam a ação militante quanto aos seus objetivos. Estes militantes propunham deste modo a ausência de minorias entre as associações anarquistas responsáveis pelo julgamento e adequação das modalidades de atuação do movimento às suas finalidades propostas, confiando estas tarefas indistintamente a todos os indivíduos participantes das mesmas, visando resguardar o caráter estimulador singular à concepção de militância revolucionária libertária. Ao que parece, na *rede* organizada pelos dois periódicos em torno da campanha, os papéis instigados por estes aos seus leitores denotavam uma perspectiva mais afeita às concepções militantes de Kropotkin e Malatesta.

Preconizando uma luta de caráter multifacetado como componente primordial de sua tipologia de ação, os teóricos do anarquismo do século XIX buscavam o desenvolvimento de uma estrutura de estratégia política e social de agitação que pudesse

---

⁶⁰ Esta pesquisa se refere ao estudo da autora publicado em: PIOZZI, Patrizia. *Os arquitetos da ordem anárquica: de Rousseau a Proudhon e Bakunin*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ser sensível e adaptável às mais variadas circunstâncias contextuais onde fosse possível a efervescência da luta revolucionária. Tendo por base a conscientização das massas e o estímulo à ação autônoma e espontânea destas visando sua própria emancipação como fim, a ação direta enquanto princípio da teoria anarquista era a essência na qual se orientava sua militância prática na cena pública. Preferencialmente, tinha-se em conta a preocupação que esta ação em seus princípios e, principalmente, em seus resultados, não espelhassem as formas opressivas da participação política e social presentes nas instituições da sociedade existente. Tratava-se da construção, a partir da ação direta, de agendas comuns em que não somente importavam à massiva participação popular, mas que se preocupava também com a forma pela qual esta participação era disseminada, forjada na solidariedade a partir de um agir comumente interessado da parte dos defensores de sua causa. Ao propor uma ação conjunta que, nas *figuras* do blasfemador-agitador e do observador-investigador, diluía as fronteiras entre produtores e receptores dos saberes e práticas instauradas pela campanha, singularizando seu uso da ação direta como meio, a *rede* constituída pela campanha buscava que a instituição de um espaço plural e aberto quanto à produção e difusão de suas manifestações através de seus jornais fosse um meio apropriado ao combate a uma instituição pautada pela rigidez dogmática e excludente de seus princípios e de sua atuação. Deste modo, em sua atuação, os indivíduos e militantes que tomaram parte na campanha consideravam que o uso da ação direta como meio somente seria eficaz na medida em que sua práxis fosse mediada por princípios que matizassem sua diferença perante seu objeto de combate. Princípios estes condizentes com as características intrínsecas à *rede solidarizante* montada em torno da campanha.

A cobertura da campanha nas edições seguintes de *A Lanterna*, nos próximos quatro meses, foi inteiramente dedicada à coleta e publicação de relatos diversos sobre ou produzido por ex-internos do Orfanato e indivíduos atuando como observadores-investigadores em que os mesmos denunciavam práticas diversas de maus-tratos que sofreram ou testemunharam em sua estada na instituição, ou mesmo circulando em seu redor⁶¹. A medida se justificava em virtude da ausência de novidades no inquérito policial, o que fez a *rede* concentrar sua atuação na busca de novas evidências que sustentassem suas acusações contra o Orfanato e na divulgação de demonstrações de solidariedade e eventos relativos à campanha na seção “Ecos da campanha”.

---

⁶¹ A construção destas denúncias e seu teor serão objeto de estudo do segundo capítulo desta dissertação.

Paralelamente ao esforço coletivo dos observadores-investigadores reunidos na *rede* construída pela campanha em angariar novas denúncias contra o Orfanato, os blasfemadores-agitadores ampliavam os raios de sua ação. Na seção “Ecos da campanha” de 26 de novembro de 1910⁶², por exemplo, são registradas e comentadas manifestações diversas de agitação e repúdio às ações dos religiosos em Campinas, Santos, Jaú, Jardinópolis e Sertãozinho, além do envio à redação de *A Lanterna* de uma declaração de apoio e solidariedade à campanha vinda de Jaboticabal contando com 359 signatários. Nas edições seguintes, são registradas iniciativas diversas, entre conferências e comícios públicos visando conscientizar o público das denúncias e do papel prestado pela Igreja Católica no Brasil à época, listas de subscrição em apoio à campanha e declarações de solidariedade de periódicos, sindicatos e associações diversas em outras cidades do interior de São Paulo e em capitais e cidades do interior de outros estados, majoritariamente na região sul-sudeste. Ao que parece, a *rede* construída pela campanha comandada por *A Lanterna* e *La Battaglia*, neste período, se dedicou a aproximar os trabalhos de observadores-investigadores e blasfemadores-agitadores, no intuito de ampliar sua base de apoio em meio à população.

Do que se depreende da leitura desta seção de *A Lanterna*, data também deste período a circulação nas cidades interioranas de panfletos anônimos, divulgados pelas paróquias aos seus fiéis por iniciativa das autoridades eclesiásticas brasileiras. Tais panfletos procuravam, aparentemente, desqualificar a campanha a partir da ênfase em retratar os organizadores, colaboradores e agitadores reunidos na mesma como desordeiros, nacionais ou estrangeiros, interessados na subversão dos costumes religiosos católicos que seriam naturais à índole da população brasileira. Nesta tática, se reiterava o apelo da Igreja por uma ação enérgica das autoridades no sentido de reprimir as manifestações anticlericais. Ademais, os mesmos procuravam fazer propaganda da importância caritativa de obras da Igreja como o Orfanato, além de disseminar a versão dos religiosos sobre o desaparecimento de Idalina e associar as denúncias veiculadas pela *rede* construída pelos periódicos a uma campanha de difamação do catolicismo no Brasil⁶³.

---

⁶² “Ecos da campanha”. *A Lanterna*, ano IX, nº 59, 26/11/1910.

⁶³ Ainda que geralmente *A Lanterna* não transcrevesse estes panfletos, o registro da existência e os comentários críticos presentes na seção “Ecos da campanha” permitem inferir o conteúdo e o teor dos mesmos.

No intuito de combater a propaganda da reação católica, em primeiro de janeiro de 1911⁶⁴, *A Lanterna* anunciava a confecção em grande tiragem de um panfleto. Com este, a *rede* reunida em torno da campanha anunciava seu intuito de municiar seus blasfemadores-agitadores espalhados pelo interior e por outras capitais de argumentos e instrumentos que lhes permitissem melhor disseminar os saberes coletivamente construídos sobre o desaparecimento de Idalina e sobre as denúncias angariadas contra o Orfanato:

“Um panfleto sobre o caso do Orfanato

Com o fim de satisfazer o desejo de inúmeros correligionários que de muitos lugares nos pedem uma resposta a um manifesto anônimo que os padres estão espalhando pelo interior, lembramo-nos de fazer obra mais completa e eficaz, publicando trinta ou quarenta mil exemplares de um folheto sobre o Orfanato sinistro, no qual serão reunidas todas as acusações e documentos comprobatórios da justiça de nossa campanha contra o bordelesco instituto.

O folheto será publicado dentro em breves dias e em português.

É necessário que os amigos e correligionários de todas as localidades se ponham de acordo e nos escrevam dizendo o número de exemplares que desejam distribuir afim de regularmos a tiragem.

É mais necessário ainda que nos enviem dinheiro para custear as despesas desta indispensável publicação.

De Sertãozinho já pediram 3000 exemplares e de Botucatu 1000.

Quantos mil ordenam os correligionários das outras cidades?”

Os dois artigos seguintes publicados em *A Lanterna* sobre o Orfanato foram inteiramente dedicados à publicação de novas denúncias. Além das denúncias, na seção “Ecos da campanha” destas duas edições eram novamente publicados apelos aos blasfemadores-agitadores mobilizados pela campanha para que enviem remessas de dinheiro e informem a quantidade de panfletos que desejavam para distribuírem em suas respectivas cidades.

Também São Paulo se tornava, neste início de 1911, palco apropriado à atuação dos blasfemadores-agitadores integrados na *rede solidarizante* construída em torno da campanha. Em 28 de janeiro⁶⁵, *A Lanterna* anunciava a organização de um comício da campanha na capital, além da realização de uma festa beneficente visando angariar recursos para a publicação do panfleto sobre o Orfanato e seus crimes, por iniciativa do Círculo Republicano Italiano Antonio Fratti. Na edição seguinte⁶⁶, foi veiculada a

---

⁶⁴ “Um panfleto sobre o caso do Orfanato”. *A Lanterna*, ano IX, nº 64, 01/01/1911.

⁶⁵ “Um Orfanato de má fama: Fuga de um padre e do porteiro do Orfanato – um comício – uma festa”. *A Lanterna*, ano X, nº 68, 28/01/1911.

⁶⁶ “Sempre o Orfanato”. *A Lanterna*, ano X, nº 69, 04/02/1911.

informação de que o comício iria se realizar no salão Celso Garcia, na rua do Carmo, no dia 12 de fevereiro, por iniciativa do Círculo de Estudos Sociais Francisco Ferrer. E, em 11 de fevereiro⁶⁷, as páginas do periódico davam espaço a um anúncio sobre o comício que seria realizado no dia seguinte.

Entretanto, durante a semana seguinte a esta edição, surgia um inesperado acontecimento, que requereu à *rede* reunida em torno da campanha a reutilização de seus observadores-investigadores para solucionar um novo mistério. No dia 13 de fevereiro de 1911, uma segunda feira, os padres dirigentes do Orfanato conjuntamente ao delegado Pinheiro e Prado apresentavam à imprensa paulistana uma menor como sendo Idalina Stamato de Oliveira. A apresentação em público da menor foi iniciativa da própria campanha que, ao saber da notícia, procurou divulgá-la aos demais periódicos e diários da capital.

Quebrando sua tradição de ser veiculada aos sábados, na quarta-feira, dia 15 de fevereiro⁶⁸, *A Lanterna* publicava seu primeiro número visando esclarecer a estória do reaparecimento de Idalina. Nesse sentido, o episódio foi mais uma oportunidade para que os observadores-investigadores reunidos na *rede* em torno da campanha contribuíssem para a construção dos saberes relativos ao caso. Foi de sua solidariedade e participação que posteriormente veio a ser descoberto que a menor apresentada se chamava Maria Magdalena Silvestre, era natural de Atibaia e viera a São Paulo juntamente com seus pais biológicos, Joaquim Custódio Silvestre e Maria Luiza Belloni, que foram presos sob a acusação de terem raptado Idalina⁶⁹. No mesmo artigo, o caráter multifacetado da atuação destes observadores-investigadores mais uma vez se apresentava:

“As nossas pesquisas

Não temos descansado para patentear claramente ao público o descaramento com que os clericais tentam agora, jogando a última cartada, engazopar a opinião pública. Os padres dispõem de recursos ilimitados e dum pessoal numeroso para levar a efeito a sua nefasta obra, mas nós contamos com o entusiasmo que infiltra em nosso ânimo de combatentes a pureza das idéias que defendemos.

Temos levado as nossas pesquisas a todos os pontos onde uma vaga indicação nos fazia crer na possibilidade de colher novos esclarecimentos sobre o inqualificável

---

⁶⁷ “Orfanato Christovam Colombo: Grande comício – Um Orfanato de má fama”. *A Lanterna*, ano X, nº 70, 11/02/1911.

⁶⁸ “IDALINA não reapareceu: Farsa desavergonhada – Desfaçatez revoltante”. *A Lanterna*, ano X, nº 71, 14/02/1911.

⁶⁹ A prisão do casal Silvestre, bem como a descoberta de que ambos eram os pais biológicos de Maria Magdalena motivou a *rede* instaurada pela campanha, através de Benjamin Mota, a impetrar em juízo um pedido de habeas corpus em favor do casal.

truque que está sendo impingido ao público com o auxílio de quase toda imprensa que tem apresentado somente a versão fornecida pela Central.

Com o auxílio de dedicados amigos temos seguido com atenção todo o movimento de padres que vai por toda a cidade.

Na noite de segunda-feira, três dos nossos espontâneos auxiliares acompanharam, no bonde até o Ipiranga, três padres do Orfanato, o tal Paranhos e mais dois mocinhos que tinham saído da casa da rua Direita onde se acha a Margarida Silvestre metamorfoseada em Idalina.

Mostrando-se despreocupados puderam ouvir trechos da palestra entre eles travada. Dizia um dos padres, o mais moço e que parecia não ter confiança no êxito do truque:

- Mas há uma dificuldade. A Idalina saiu do Orfanato em 25 de junho de 1907, fazem, portanto, agora 3 anos e sete meses, com os 6 anos que ela tinha perfazem 9 anos e sete meses. Ora, tendo esta 11 anos, há uma diferença de 1 ano e 3 meses...

Responde um outro:

- Isso resolve-se porque a diferença é pequena.

Continuaram a conversa:

- Depois nós traremos aquele vestidinho, penteia-se bem e...

Nisto um padre gordo, que está sempre no largo da Sé, interrompeu-o e observou-lhe:

- Olhem que estes indivíduos que aí vão podem ser dos deles.

O tal Paranhos, virando-se, olhou os nossos companheiros e disse:

- Não, não têm cara de espias.

E a palestra foi reatada:

- Mas devemos contar com o desmentido deles.

- Não faz mal... Nós nos arranjarremos...

O bonde aproximara-se do Orfanato sinistro e os nossos amigos tiveram que descer.”

Tendo as ruas por palco de seu próprio inquérito operacionalizado pelos seus observadores-investigadores, a *rede solidarizante* construída pela campanha reunia os detalhes que estavam por trás do episódio. A veiculação deste relato deixava patente que existiam indícios que não somente o reaparecimento de Idalina era uma farsa, mas que os próprios dirigentes da instituição estavam por trás do episódio. Nos próximos números publicados, *A Lanterna* dedicou sua cobertura sobre o caso inteiramente ao fato de que o delegado Pinheiro e Prado reconheceu finalmente a farsa do reaparecimento de Idalina⁷⁰.

Diante deste episódio e das denúncias coletivamente coletadas e disseminadas, no dia 4 de março⁷¹, *A Lanterna* anunciava para o dia 12 a realização de um grande comício de protesto organizado pela *rede* constituída em torno da campanha contra o Orfanato Christovam Colombo. Na edição do dia 11⁷², o mesmo anúncio era publicado. No anúncio, lia-se:

---

⁷⁰ Os pormenores deste episódio e seus desdobramentos também serão objeto do segundo capítulo desta dissertação.

⁷¹ “Grandioso comício de protesto”. *A Lanterna*, ano X, nº 76, 04/03/1911.

⁷² “Grandioso comício de protesto”. *A Lanterna*, ano X, nº 77, 11/03/1911.

**“Grandioso comício de protesto
Contra os crimes do Orfanato Christovam Colombo**

CIDADÃOS!

Convocado pelas associações democráticas de S. Paulo realizar-se-á

Domingo, às 7 horas da noite, no largo de S. Francisco

Um imponente comício de protesto contra os crimes revoltantes praticados pelos padres do Orfanato Christovam Colombo.

Todo o povo, sem distinção de partidos, de nacionalidades ou de sexos e, particularmente, as sociedades populares, são convidados a ocorrer em massa para manifestar do modo mais significativo e solene a sua indignação contra esta seita negra, abominável, infame, que corrompe os costumes, que enlameia a reputação das nossas esposas, que deturpa e assassina os nossos filhos, que pesa como tremenda calamidade sobre os destinos dos povos!

Quando os poderes constituídos e as leis ficam perplexos diante do delito, quando as formas legais do inquérito processual contra os estupradores e assassinos da infância se convertem num escárnio da opinião pública e por recônditos fins e inconfessáveis interesses políticos se coligam atrás dos réus, toda uma vasta cadeia de alarbadeiros e de cúmplices, é necessário que o povo, o povo só surja em defesa da justiça e da verdade.

A hora de acabar com todas as mistificações e farsas já soou!

O povo deve pedir, deve exigir, o imediato fechamento desse antro de deboche e de crimes que se denomina Orfanato Christovam Colombo e a justa punição dos réus.

É necessário que os criminosos de sotaina, os assassinos da pobre Idalina, os estranguladores de Josephina, os autores das mais negras ignomínias consumadas em infelizes órfãs confiadas à sua educação, não cruzem impunes, à sombra da lei, as ruas da cidade!

Todos ao comício, pois, homens, mulheres, velhos, crianças, brasileiros e estrangeiros!

Dos diversos arrebaldes da cidade, aflua o povo em coluna ao LARGO DE S. FRANCISCO de onde se porá em marcha o cortejo, precedido das associações populares aos gritos de

Abaixo o Orfanato!

Abaixo os assassinos!”

O reiterado apelo ao caráter plural na qual deveria se constituir a manifestação não deixava de ser indício da condição multifacetada dos blasfemadores-agitadores reunidos pela campanha quanto às suas origens e filiações políticas. Tanto quanto os tipos de agitação anteriormente instigados pela *rede* construída pela campanha eram diversos quanto ao caráter e ao espaço de sua aparição, o mesmo era requerido no que tange às características individuais daqueles que optaram por colaborar com os coletivos editoriais de *A Lanterna* e *La Battaglia*. Neste aspecto, parece que uma das mais fundamentais marcas do uso da ação direta como instrumento de luta por parte da *rede solidarizante* atuante em torno da campanha incidia na preocupação de que não somente aos mais variados apoiadores dos coletivos editoriais a causa lhes fosse comum, mas também que sua própria agitação em prol desta bandeira espelhasse este caráter plural. Dava-se, na singularidade da vivência individual na construção coletiva de saberes e

ações políticas e sociais relativas à campanha entre “homens, mulheres, velhos, crianças”, sem distinção de “partidos, nacionalidades ou sexos”, a perspectiva de que esta experiência resguardasse um caráter potencialmente totalizante. Ou seja, de que a experiência encetada pela campanha contra o Orfanato fizesse florescer e frutificar meios para uma prática multifacetada e comum de emancipação social.

Na mesma edição de *A Lanterna*, eram publicados mais dois artigos que permitem situar a atmosfera reinante em São Paulo nestes dias. O primeiro conclamava os apoiadores da campanha, em virtude das ameaças de proibição do comício do dia 12 por parte do secretário de segurança pública de São Paulo, Washington Luiz, a promoverem manifestações anticlericais onde quer que fosse realizada uma procissão ou festividade religiosa, de modo a demonstrar a parcialidade da ameaça do secretário. Para a secretaria de segurança pública, diante do aumento das tensões nas ruas com as diversas situações vexatórias que padres, freiras e autoridades eclesiásticas sofriam com a interpelação de populares aos mesmos com a pergunta “Onde está Idalina?”, com o aparecimento de cartazes e pichações nos muros das ruas de São Paulo alusivos à campanha, o comício poderia ser um verdadeiro barril de pólvora. Em seu número 69⁷³, *A Lanterna* deu um breve registro da tensão nas ruas de São Paulo, fruto da atuação de seus anônimos blasfemadores-agitadores:

“Onde está Idalina?”

É esta uma pergunta de desafio à clericápula. Tornou-se para os negros dominadores de consciências um terrível estribilho, que em toda a parte são obrigados a ouvir.

Onde quer que apareça o tétrico perfil de um padre, ouve-se, como uma senha para o combate, o grito: Onde está Idalina?

Nos cafés, nos muros e paredes, em todos os lugares públicos andam as mãos hereges a escrever, em grandes letras, a fatídica pergunta: Onde está Idalina?

E, coisa sintomática, cada um age por sua conta, marcando aqui e ali, com o ferro em brasa, em purulenta chaga, as dezesseis letras que lembram o grande crime de que são autores os grandes pulhas do Orfanato sinistro.

Em todos os pontos da cidade encontram-se esses letreiros, em diferentes formas, mostrando serem feitos por pessoas diversas.

Não podemos deixar de destacar um pela sua originalidade. É uma caveira com duas tíbias cruzadas embaixo e acompanhada da pergunta.

Mas não é só cá fora, pelo mundo profano, que se pergunta pela pobre menina. Mesmo nas paredes das igrejas e até dentro do Orfanato se interroga:

- Onde está Idalina?

Foi o que nos contou um aluno. Os padres têm que estar constantemente a limpar as paredes onde os meninos escrevem a pergunta fatídica.”

---

⁷³ “Sempre o Orfanato”. *A Lanterna*, ano X, nº 69, 04/02/1911.

As tensões existentes nas ruas de São Paulo nestes dias apenas atestavam o caráter plural e anônimo da agitação que a *rede* em torno da campanha instigava na população paulistana, caráter este que o anúncio do comício buscava resguardar como demonstração de sua singularidade e de seu poder. De formas diversas, o registro do protesto nos muros e no contato direto dos blasfemadores-agitadores com os padres nas ruas neste período serviam de motivo suficiente para que a Secretaria de Segurança Pública agisse no sentido de tentar reprimir o comício que teria lugar no dia 12 de março.

O segundo artigo da edição de 10 de março, escrito pelo militante anarco-comunista italiano Gigi Damiani, novamente trazia à tona a ameaça de proibição do comício organizado pela *rede solidarizante* constituída pela campanha:

“Fora da lei!

Desde o dia em que lançamos as nossas acusações contra os reles sotainas que do Orfanato Christovam Colombo fizeram uma academia de atentados ao pudor, chegando fatalmente ao paroxismo da depravação ao estupro, ao assassinato, fizemos esforços para mantermo-nos dentro da lei, subordinando todo e qualquer ato nosso aos dispositivos que se dizem legais.

Antes de publicar e espalhar nossas denúncias, curvamos as costas em reverências diante de juízes e policiais...

A nossa campanha, que seguiu a denúncia, campanha necessária diante do proceder de um delegado inepto e, mais que isso, declarado fãmulos dos acusados, não escondeu-se no anonimato.

Se temos convocado comícios, o temos feito, esquecendo de que há uma constituição que nos permite e garante o direito de reunião sem prévia censura, dobrando nossa dignidade de livres cidadãos a um reacionário regulamento policial, sem vigor quando se trata de procissões políticas, carnavalescas ou religiosas.

Mas a nossa boa vontade, de ficarmos na lei, para auxiliar a lei e para que esta triunfasse, vingadora de uma indefesa criancinha, foi frustrada...

A autoridade policial, que representa o governo, nos fez brutalmente entender que a lei, em pleno regime democrata-republicano civil... ou civilista, continua sendo a prostituta esbofetada pelos flamejantes versos de Guerra Junqueira.

O doutor chefe de polícia, contra nós, contra o direito, contra a justiça, rasgou as leis escritas e proclamou a razão da força superior a toda consideração.

Pois bem, desceremos ao campo a que a autoridade nos chama.

Colocada a luta pela verdade fora da lei, pela verdade lutaremos fora da lei. Não tendo a faculdade de escolher, seguimos os atrabiliários defensores da devassidão clerical, no terreno em que se entricheiraram esperando-nos ver, vencidos pelo medo, retroceder, desistir da generosa campanha que tem por fim mais que a punição de um crime, impedir que novos crimes sejam praticados à sombra da cruz, sobre a qual outros padres crucificaram um pálido nazareno, um louco rabino convencido de que a piedade podia reter o braço do assassino, quando este assassino estivesse convencido de que ele era o intermediário entre a divindade e o crente.

Fora da lei nos chama o dr. Washington Luiz, e fora da lei esperamos os desabafos do seu rancor.”

O agir dentro da lei por parte da campanha ao que se refere Damiani se fundamentava na capacidade de comprovação das denúncias veiculadas contra o Orfanato levantadas pela apuração e pela transparência de sua divulgação, bem como pelo exercício de liberdades, como a de expressão e de reunião, amparadas pela constituição de 1891. A atitude da campanha em ir em frente com o comício mesmo diante da ameaça, posteriormente concretizada, de proibição do evento por parte de Washington Luiz, visava marcar claramente um posicionamento. Dada a omissão e cumplicidade dos agentes estatais, as ruas e o povo se transformavam, em sua pluralidade, na única instância confiável de estabelecer à revelia dos tribunais a verdade coletivamente construída sobre as acusações lançadas pelos periódicos libertários.

O artigo denotava, ademais, que havia uma preocupação constante por parte do coletivo editor de *A Lanterna* com a vinculação do exercício da liberdade expressão e reunião à realidade de outras formas de luta contra as estruturas autoritárias da sociedade. Nas páginas do periódico, além do espaço dado à questão clerical, se constituiu um grande esforço em não dissociar suas tópicas de especialidade do cotidiano operário, sendo comum o uso do jornal para a divulgação de eventos mais diretamente concernentes à luta operária. Nesse sentido, havia uma especial ênfase na publicação de manifestações em favor do exercício destes direitos, freqüentemente violados pela repressão estatal às entidades classistas envolvidas em greves e na prática de empastelamento dos jornais ligados ao movimento operário.

É importante notar que tais manifestações configuravam uma dinâmica singular à expressão do movimento anarquista brasileiro neste período quanto à sua práxis, pautada pela ausência de fronteiras entre a reivindicação e o exercício de direitos políticos e sociais em sua existência. Esta dinâmica foi particularmente importante nas articulações construídas entre anarco-comunistas, anarco-sindicalistas e sindicalistas revolucionários através da *rede solidarizante* construída entre suas associações sindicais, ligas de resistência e comitês de bairro na Campanha Contra a Carestia da Vida. Iniciada em 1913 a partir de uma plataforma de reivindicações de cunho econômico e social relacionados à subsistência das massas populares, a Campanha muito deveu, em sua disseminação e popularização, à imbricação destas reivindicações com a defesa do exercício de liberdade de expressão e associação em suas manifestações e em seus jornais. Tais articulações, pautadas nesta perspectiva de ausência de fronteiras entre o político e o social, foram fundamentais na deflagração do movimento grevista de julho de 1917, em São Paulo, como demonstrou Cristina

Roquete Lopreato⁷⁴. Ainda que a preocupação principal da autora não seja resgatar a importância da defesa destes valores na agitação da militância libertária, sua narrativa não deixou de registrar o quão fundamental foi para as dimensões tomadas por este movimento unir suas reivindicações de direitos sociais com a defesa pela prática de seus direitos políticos. Dessa maneira, a vinculação destes valores enquanto práticas envolvidas em uma dimensão cotidiana de resistência enfrentada pelo movimento operário também atestava, de outra forma, a preocupação do coletivo editorial de *A Lanterna* acerca da dimensão totalizante da experiência imbricada na *rede solidarizante* constituída em torno do jornal e de campanhas como a articulada contra o Orfanato.

Mesmo diante da proibição policial, no final da tarde do dia 12 de março de 1911, uma multidão tomava as ruas centrais de São Paulo. Caminhando nas ruas, entre os muros pichados por dizeres alusivos à campanha, portando cartazes e proclamando palavras de ordem como “abaixo a polícia e o Orfanato, morra o padre Faustino!”, a multidão avançava rumo ao largo de São Francisco, no intuito de dar registro de sua opinião e seu protesto contra o rumo dado pela polícia ao inquérito sobre as denúncias reunidas pela *rede* em torno dos dois coletivos editoriais. A proibição do evento fizera seus organizadores optarem por não realizar o comício, preferindo uma pacífica passeata de protesto entremeada por paralisações para declamarem breves discursos contra a polícia e o Orfanato, que teria no largo de São Francisco seu local de dispersão. Ao que consta, mesmo sem qualquer indício de distúrbio ou provocação direta aos policiais presentes, foi dada a ordem à cavalaria da polícia para que dispersasse a manifestação. Investindo violentamente contra a passeata, a polícia criou uma verdadeira batalha campal nas ruas centrais de São Paulo, que culminou na morte de um soldado e na prisão de um número em torno de 70 a 90 manifestantes, entre eles os principais organizadores do evento, Edgard Leuenroth, Oreste Ristori, o militante anarco-comunista italiano Alexandre Cerchiai e o advogado Passos Cunha.

Na terça-feira, 14 de março⁷⁵, *A Lanterna* lançava um número inteiramente dedicado ao seu relato sobre o comício de domingo. O mesmo se iniciava rebatendo as leituras promovidas por diversos diários da capital sobre o evento, que acusava os manifestantes como autores dos tumultos ocorridos por sua atitude de desobedecerem a

---

⁷⁴ Este estudo se refere à pesquisa da autora publicada em: LOPREATO, Cristina Roquete. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.

⁷⁵ “O Comício de domingo: As infâmias da polícia”. *A Lanterna*, ano X, nº 78, 14/03/1911.

ordem judicial de proibição do evento. Em seguida, o coletivo editorial publicava esta nota:

“Ao povo brasileiro

Presos o diretor e administrador desta folha, outros os vieram substituir. Cá estamos na brecha!

Para gritar contra os torpes crimes do jesuitismo avassalador do nosso país, contra os vandálicos assassinos policíescos, nem ânimo nem força nos faltarão! A sublimidade da nossa causa dá-nos alento e coragem para prosseguir.

Toda a banda criminoso do vaticano, tendo à frente os frades alemães, espanhóis e italianos, e servidos pelos torvos assassinos da polícia clerical, fâmulos do Santo Ofício, tentam abafar em sangue as nossas acusações, cuja verdade cada vez se está tornando mais evidente.

É o mesmo conluio dos bandidos que assassinaram Ferrer!

Nada nos fará recuar! Só nos calaremos quando se fizer justiça!”

Esta edição, bem como as próximas em que Edgard Leuenroth esteve preso, vinha com a assinatura de responsabilidade de seu irmão, Eugênio Leuenroth. A nota denotava, portanto, o caráter coletivo do empreendimento de *A Lanterna*, anunciando que nem a campanha nem o periódico iriam parar de circular em virtude da prisão de alguns dos principais integrantes responsáveis pela circulação do jornal. Em seu caráter coletivo, tornava-se perceptível que a existência da folha dependia majoritariamente da solidariedade, anônima ou não, de seus leitores-colaboradores reunidos por sua *rede* para sua circulação. *A Lanterna* prescindia da liderança ou centralização de responsabilidades nos indivíduos, como era o caso do papel prestado por Edgard Leuenroth até antes de sua prisão, diretamente encarregados por sua produção material em sua tipografia. Foram estes anônimos leitores-colaboradores, transformados pelas circunstâncias em produtores materiais diretos da folha, que construíram a narrativa publicada nesta edição de *A Lanterna* sobre o evento:

“O Comício

A nossa constituição dá-nos o direito de reunião, mas como pode esse direito ser respeitado, tratando-se de uma reunião de anticlericais e estando a polícia e quase toda a magistratura ao mando dos frades estrangeiros?

Forçosamente a lei deveria ser calcada aos pés, e foi o que aconteceu. O comício foi proibido pela polícia, capanga dos padres, e apoiada a proibição, pelo tribunal... do Santo Ofício.

Qual o dever dos anticlericais nessa emergência? Conformar-se com essa frisante transgressão da lei pela própria autoridade encarregada de a fazer respeitar? Não. Quando a autoridade desacata e despreza as normas pelas quais deve ser regida a sua ação, o povo tem o dever de se insurgir contra tal arbitrariedade, desobedecendo aqueles que abusando do poder lhe querem coactar a sua liberdade.

[...] As ruas do centro regurgitaram de homens, mulheres e crianças que gritavam sem cessar contra os criminosos de sotaina e protestavam contra as violências infames da polícia.

Poucas vezes se tem visto tanto povo aglomerado em S. Paulo, não obstante a proibição e as ameaças policiais.

A prisão dos redatores de ‘La Battaglia’ e da ‘Lanterna’

Deviam ser 7 e ½ horas da noite, nos 4 cantos da rua S. Bento e Direita a cavalaria carregou furiosamente sobre o povo, e o dr. Passos Cunha, tomando um automóvel, ao passar pelo largo da Misericórdia, convidou os redatores d’ A Lanterna e de La Battaglia a entrarem nesse veículo. Nessa ocasião, o dr. Cunha aconselhou o povo a que se mantivesse calmo. Quando o automóvel tomou a rua Direita, em direção à rua Quinze, a polícia ordenou ao chofer que parasse, e tomando assento no veículo, mandou seguir para a Central.

Desde esse momento, portanto, Oreste Ristori, dr. Passos Cunha, Edgard Leuenroth, Alexandre Cerchiai e José Romero ficaram presos, incomunicáveis.

A morte de um policial

Só depois de ter decorrido mais de uma hora que os nossos amigos acima citados tinham sido presos é que na rua 15 de Novembro se deu o conflito provocado pela polícia do qual resultou a morte de um soldado.

Nessa ocasião, os esbirros, parecendo alucinados, espancavam barbaramente homens, mulheres e crianças. A cavalaria era lançada a todo o galope sobre o povo que fugia espavorido. Uma criança caída por terra, sob as patas dos cavalos, dava gritos lancinantes que faziam revoltar os mais empedernidos corações. Este inocente foi salvo milagrosamente.

Nesta ocasião ouviu-se um tiro e um soldado caiu vitimado, não por uma bala, como se supôs ao princípio, mas por uma punhalada.

O plano sinistro da polícia inspirado pela legião de S. Pedro e pela Ordem de S. Bento

A polícia sabia perfeitamente que se deixasse os anticlericais fazer o seu comício em paz, nada aconteceria. O povo reunido em uma praça pública, guardado por meia dúzia de soldados nas embocaduras dessa praça, é mais facilmente mantido em ordem de que descentralizado, embora guardado por centenas de policiais.

O Falcon de S. Paulo sabe muito bem disso; mas ele quis tirar uma desforra, o seu desejo mais ardente era assistir à carnificina dos anticlericais de S. Paulo, que ele, a Legião de S. Pedro, a Ordem de S. Bento e outros bandos negros não podem tolerar. O plano, pois, dos clérigo-policiais era provocar à cacetada, tanto nos bairros como na cidade, o povo que protestava, e se esse resistisse com algum vigor – a soldadesca empregaria a carabina.

Foi assim que esses assassinos de profissão procederam no Brás. O povo, correspondendo ao apelo de um nosso amigo, partiu em grande coluna do largo da Concórdia em direção à cidade. Ao chegar ao largo do Brás, saiu-lhe de emboscada uma malta de secretas armados de cacete, e sem a mínima advertência, começaram a espancar brutalmente a multidão, ajudados pela soldadesca armada até os dentes. E foi essa a conduta da vasta carga de sicários policíescos em todos os bairros e no centro da cidade.

Ai do povo se ele tivesse correspondido a essas provocações revoltantes! Seria massacrado em massa! Ter-se-ia por completo realizado o plano feroz concertado entre a polícia e a negra seita de Loyola! O caso Idalina teria sido sufocado em sangue!

A polícia quer salvar os padres estupradores e assassinos custe o que custar

A polícia tem feito tudo quanto é possível para abafar os crimes dos padres do Orfanato Christovam Colombo: o suborno, a pressão, a mistificação, sem nada

conseguir. Tudo falhou diante do combate sem tréguas desses amaldiçoados Ristori e Edgard que têm a mania de, a todo transe, defender da bestialidade dos virgens ministros da santa madre igreja, as criancinhas desamparadas.

A polícia e o clero viu desfeitas todas as suas maquinações e teve uma idéia... sinistra... deliciosa... ‘Proíbe-se o comício... eles vêm à praça pública, mesmo com a proibição... os nossos facínoras provocam-nos... eles resistem... e a soldadesca se encarrega do resto... Depois de mortos eles não perguntarão mais: *Onde está Idalina?*...’

Mas até isto lhe faltou. Agora só lhes resta um meio de se livrarem desses inoportunos: é processá-los ou expulsá-los daqui, baseando-se em qualquer maquinação infame. E é isso que já estão tratando de fazer, querendo relacionar o fato do dr. Passos Cunha ter dirigido ao povo algumas palavras no largo da Misericórdia, quando estava no automóvel, com o assassinato do soldado na rua 15 de Novembro.

Ora, essa polícia, composta de sicários e jesuítas maquinadores, sabe muito bem que o último fato, o assassinato, só sucedeu uma hora e tanto depois dos nossos amigos terem sido presos.

E que palavras dirigiu o dr. Passos Cunha ao povo? Aconselhou-o a que se dispersasse em paz, porque a demonstração já estava feita, não obstante a não realização do comício.”

Ao especular sobre os interesses envolvidos na proibição do comício e sobre a atuação policial na manifestação que se realizou a revelia da proibição policial e judicial, o coletivo momentaneamente reunido para a produção de *A Lanterna* denunciava a articulação de um motivo para silenciar a campanha. Nesse sentido, era claro para os membros da *rede solidarizante* que tomaram conta do periódico neste momento que a ação repressiva policial visava imputar aos organizadores da manifestação a responsabilidade pelos distúrbios, em virtude de sua atitude de desobediência à ordem judicial que proibira o comício, e da tentativa de associar os mesmos à morte do soldado nos tumultos verificados na rua 15 de novembro. À narrativa, seguia um apelo aos leitores-colaboradores do periódico para que exercessem seu papel de observadores-investigadores diante dos acontecimentos relativos à passeata, além da transcrição de relatos diversos e anônimos sobre o evento colhidos nos dois dias anteriores. Todos os relatos foram unânimes em descrever a passeata como pacífica, bem como em afirmar que os tumultos somente começaram quando os policiais decidiram agir para dispersar a multidão.

Ademais, nesta edição, foi transcrito integralmente o despacho do juiz Vicente de Carvalho acerca do pedido de habeas corpus impetrado pelo advogado da campanha, Benjamin Mota, em favor do casal Silvestre. Nesta, o juiz baseou sua decisão em favor do pedido na afirmação não somente de que ficava comprovado que não ocorreu o reaparecimento de Idalina, como demonstrado pelas investigações realizadas pela

campanha. Mas também, afirmava o juiz, que o primeiro inquérito sobre o desaparecimento da menor, que pronunciou a suposta autora do rapto como responsável pelo crime, deixava fortes indícios de que o rapto não ocorrera. Sua conclusão se embasava na existência de concordância de versão somente entre os funcionários e os padres do Orfanato sobre o episódio, inexistente nos depoimentos prestados pelo irmão de Idalina, que afirmara nestes jamais ter presenciado a cena da partida de sua irmã. Mais do que os limites da concordância da versão, para o juiz, o mero fato de que ninguém, além dos funcionários e padres do Orfanato, teve qualquer contato ou notícia da mulher nas diligências realizadas nos locais onde supostamente a mesma ou Idalina estaria ou teria sido vista, servia de demonstração de que esta versão detinha sua credibilidade em dúvida.

A transcrição do despacho do juiz, além de legitimar as suspeitas intrínsecas à denúncia veiculada pela campanha de que Idalina teria sido estuprada e assassinada, serviu de instrumento para as críticas veiculadas no periódico posteriormente quando foi enviado à justiça o inquérito realizado pelo delegado Pinheiro e Prado acerca do desaparecimento da menor⁷⁶. Tendo em vista que o segundo inquérito novamente pronunciara a mulher Ítala Fonte ou Maria Luiza como autora do crime de rapto, a *rede* construída em torno da campanha, além de denunciar que somente foram ouvidos os religiosos e funcionários do Orfanato no mesmo, demonstrava que este tinha sido incapaz de estabelecer os motivos por trás do rapto, bem como o paradeiro e o fato de Idalina estar viva ou morta.

Para a *rede solidarizante* constituída em torno da campanha, entretanto, o mero fato de, no dia 12 de março, São Paulo ter sido palco de grande e plural mobilização popular, no protesto contra o Orfanato, já era suficiente para demonstrar que o tribunal da opinião pública, à revelia ou independentemente da Justiça, havia dado seu veredicto sobre o que se sucedera à Idalina e aos órfãos vitimados por maus tratos diversos na instituição. A omissão e a cumplicidade para com os religiosos no próprio processo de investigação das denúncias coletivamente construídas pela *rede* apenas demonstrava que a legitimidade de qualquer julgamento do caso pela Justiça era irrelevante, ou no mínimo suspeita, aos olhos da campanha. Salvo nas situações, como a do despacho de Vicente de Carvalho, em que a própria Justiça lançava dúvidas sobre a plausibilidade da versão da Igreja referendada pelos dois inquéritos instaurados pela polícia paulista, o

---

⁷⁶ As críticas aos resultados do inquérito tiveram início no artigo “A polícia apresenta seu monstro: inquérito desastroso”. *A Lanterna*, ano X, nº 81, 10/04/1911.

ceticismo acerca de alguma atitude por parte do Estado no sentido de se empenhar em averiguar as denúncias ou o próprio funcionamento do Orfanato se tornou a tônica da cobertura da campanha deste momento em diante.

Ao longo do restante do ano de 1911, a *rede* construída pela campanha se empenhou no sentido de construir sua defesa nos dois processos que foram abertos contra ela: o primeiro, da parte dos advogados da Igreja, processava a campanha por calúnia e difamação na veiculação das denúncias contra o Orfanato; o outro, da parte da Secretaria de Segurança Pública do Estado, processava os organizadores do comício de 12 de março por terem desacatado ordem judicial de proibição do comício, incorrendo em crime de ajuntamento ilícito, e por serem responsáveis por ferimentos leves em um policial presente na manifestação. Para *A Lanterna*, o processo por ferimentos leves era uma forma de se tentar imputar indiretamente à campanha a culpa sobre os tumultos aos organizadores do comício. Os dois processos foram posteriormente arquivados⁷⁷.

O primeiro processo foi arquivado em 1912, em virtude de Benjamin Mota ter conseguido comprovar em juízo que em momento algum a *rede* em torno da campanha se negou a fornecer à Justiça e aos impetrantes dados referentes às origens das denúncias, seja quanto à forma em que foram obtidas, seja quanto aos autores das mesmas⁷⁸. O outro processo, mesmo diante das pressões de Washington Luiz⁷⁹, também foi arquivado⁸⁰. Quanto ao desacato de ordem judicial, a defesa da campanha sustentou o direito constitucionalmente garantido de liberdade de reunião como forma de legitimar sua atitude de ir contra a proibição e à ameaça decorrente de processo por ajuntamento ilícito. No que tange ao processo por ferimentos leves, a defesa da

---

⁷⁷ Esta informação nos foi fornecida pela edição de *A Lanterna*, de primeiro de dezembro de 1912, no artigo “Onde está Idalina? O último processo desfeito”.

⁷⁸ Quanto a este processo, a defesa da campanha foi transcrita integralmente na edição de *A Lanterna* de 26 de agosto de 1912. A decisão judicial em favor da campanha foi publicada na edição de primeiro de dezembro de 1912.

⁷⁹ No número 91 de *A Lanterna*, publicado em 17/06/1911, por exemplo, o advogado Benjamin Mota chegou a transcrever uma carta que enviou ao jurista Rui Barbosa pedindo seu auxílio em virtude dos flagrantes desrespeitos às normas jurídicas por parte da Secretaria de Segurança Pública no processo contra os organizadores da manifestação por crime de infligir ferimentos leves em um policial e de organizarem ajuntamento ilícito. Ao que consta, diante da decisão em primeira instância do juiz Gastão de Mesquita de mandar arquivar o processo, Washington Luiz intercedeu ilegalmente ao requerer ao promotor público que recorresse da sentença, dado que era vedada a uma instância superior à promotória interferir em sua decisão de requerer novo julgamento. Ainda que o pedido de auxílio jamais tenha sido respondido, e que o Tribunal de Justiça do Estado tenha decidido por aceitar a requisição da promotória pública, o novo julgamento, realizado em 1912 diante de júri popular, novamente inocentou os organizadores da campanha das acusações a que eram submetidos.

⁸⁰ Quanto a este processo, a defesa da campanha foi transcrita integralmente nas edições de 16 e 23 de setembro de 1912 de *A Lanterna*. A decisão judicial de inocentar os organizadores do comício foi publicada na edição de 16 de novembro de 1912.

campanha conseguiu comprovar, através de testemunhas diversas, que os organizadores presos em momento algum ofereceram resistência à voz de prisão, bem como que os mesmos foram recolhidos pela polícia antes que os tumultos verificados tivessem lugar. Ademais, ante a prova da acusação de que Oreste Ristori estaria portando um revólver durante a passeata, sendo pretensamente responsável por disparos que feriu um policial, a defesa sustentou que o mesmo tinha deixado sua arma na casa de um conhecido, diante de testemunhas convocadas para depor no julgamento, horas antes do início da manifestação. Além disso, o próprio laudo policial produzido sobre os ferimentos e sobre o revólver de Ristori o inocentava, dado que o mesmo comprovou que as feridas do policial foram causadas por armas de calibres diferentes da sua, e que sua arma jamais foi disparada no dia da manifestação.

1.4: 1912 – 1916: ONDE ESTÁ IDALINA?

Ainda que as transcrições dos autos de defesa da campanha não permitam vislumbrar de maneira nítida, no que tange ao processo referente à manifestação do dia 11 de março, os anônimos observadores-investigadores reunidos por sua *rede* foram fundamentais para a constituição de sua defesa perante os tribunais.

Foi da espontânea e solidária resposta de anônimos presentes na manifestação ao apelo publicado na edição de *A Lanterna* imediatamente após o evento, ou daqueles que testemunharam Oreste Ristori entregar a um conhecido seu revólver antes do episódio, se prontificando a irem depor em juízo, que a defesa da campanha conseguiu obter testemunhas que corroboraram sua leitura sobre como havia se dado a prisão dos organizadores da passeata. Também foi obra de seus leitores-colaboradores, neste período, o constante envio de cartas, bem como de trechos de artigos publicados em periódicos do interior e de outras capitais em apoio aos réus, numa forma de expressar que a solidariedade construída pela *rede* em torno da campanha desconhecia fronteiras geográficas e políticas. E também foi por obra de um de seus espontâneos observadores-investigadores, que, em 26 de janeiro de 1912⁸¹, *A Lanterna* pôde publicar a seguinte notícia:

“O Orfanato à barra do Tribunal

---

⁸¹ “O Orfanato à barra do Tribunal”. *A Lanterna*, ano X, nº 123, 26/01/1912.

A notícia do julgamento – Os precedentes do caso

Caiu-nos em casa como uma brutal surpresa a notícia do importante julgamento da dúplice e celebrada mulher que até aqui tem servido de tábua de salvação aos padres do Orfanato.

Estávamos todos sossegadamente entregues à já modorrenta normalidade do trabalho do jornal, quando entra-nos apressadamente pela redação a dentro um companheiro que nos vinha trazer a inesperada novidade.

Apanhamos os matutinos, que ainda não tínhamos lido, e neles fomos encontrar, perdida na seção dedicada aos tribunais, a confirmação do sensacional acontecimento.

Imagine-se a impressão produzida nos que aqui labutam. Compreendendo o alcance de tal fato, pusemo-nos logo em campo para colher informações e providenciar naquilo que se pudesse fazer.

O sossego do nosso serviço, que já se ia tornando enervante, desaparece de momento para dar lugar à nervosa atividade dos instantes de agitação.

Que deveríamos fazer? E uns dirigem-se ao Tribunal, outros folheiam a nossa coleção procurando os números que trazem documentos de importância sobre a questão e outros ainda correm em busca do amigo Benjamin Mota, que desde o início desta campanha tem sido o seu infatigável patrono perante a Justiça.

É assim que nos sentimos bem no nosso modo de ser. É na luta intensa e febril que encontramos a satisfação plena de nossa obra.

A notícia que caía com “brutal surpresa” ao coletivo editorial de *A Lanterna* era a de que estava sendo realizado no Fórum da capital o julgamento à revelia da suposta mulher que teria raptado Idalina do Orfanato, indiciada pelo inquérito efetuado pela polícia paulista entre 1910 e 1911. A reportagem continuava narrando o julgamento:

[...] No tribunal do Júri

Quando lá chegamos, solenizava-se o encerramento da atual sessão do júri.

O corpo de jurados estava reunido e, em seu nome, falava o dr. Pedro Vicente de Azevedo saudando o dr. Vicente de Carvalho, o correto juiz que sabe aliar à severidade do magistrado a bondade do seu coração de poeta primoroso.

Terminada esta cerimônia, verifica-se

O início da sessão

Depois do sorteio, o conselho, que ficou composto dos jurados de que acima damos relação⁸², tomou assento e os trabalhos foram iniciados.

Nos assentos destinados ao público havia pouca gente. Foi-nos fácil contar as pessoas presentes. Afora os forçados *habitués* de todos os julgamentos, só lá estávamos uns poucos dos nossos.

---

⁸² Antes da reportagem, nesta mesma edição, *A Lanterna* publicou um artigo, intitulado “Onde está Idalina?”, em que procurou anunciar o resultado do julgamento e a relação dos jurados. Os mesmos eram: Pedro Vicente de Azevedo, vereador da Câmara Municipal de São Paulo; João da Silva Telles Rudge, ex-autoridade policial; Canabarro Pereira da Cunha, advogado; Luiz Oscar de Almeida Maia, advogado; Antonio Teixeira da Silva, advogado; Francisco Nicolau Baruel, comerciante; Silvestre de Moraes, coronel; Carlos José Rodrigues; Luiz de Almeida Maia; Antonio de Siqueira Coutinho e Theodoro Lorena.

Ninguém tinha tido anteriormente conhecimento de tal acontecimento. Fora uma surpresa geral.

Só de quando em quando aparecia algum amigo, a correr, para colher informações sobre o que havia.

Depois de lido o processo, e sob consulta do presidente do Tribunal a respeito da possibilidade ou não do julgamento, sem o comparecimento das testemunhas da acusação, houve

Um incidente

O jurado dr. Teixeira da Silva pediu a palavra para declarar que não podia julgar sem o comparecimento das testemunhas, pois tinha fundas dúvidas sobre a existência da acusada, que julgava ser uma criação fantástica. Não dava o mínimo crédito às pessoas do Orfanato que depuseram no processo, por serem interessadas em manter a ilusão do público sobre a pessoa da ré.

O juiz presidente, depois de notar que das testemunhas, umas se achavam em comarca diversa e outras em lugar ignorado, ordenou a expedição de mandato para serem conduzidas debaixo de vara as que aqui estão e que não compareceram.

Foi então que o advogado da ré, dr. A Marrey Junior, fez sentir ao jurado reclamante que nada obteria com o comparecimento de tais pessoas, porque sendo todas do Orfanato: padres, irmãs de caridade, diretor e empregados, não seria crível que, ali no plenário, se resolvessem a dizer o contrário do que já tinham afirmado sobre a acusada e o ato que lhe imputavam. O promotor público, dr. Mário Pires, lembrou o alvitre de se realizarem os debates, depois dos quais e sem prejuízo da diligência ordenada, o dr. Teixeira da Silva se manifestaria novamente sobre a sua habilitação para o julgamento.

Foi aceito este alvitre.

Fala o dr. Promotor

O promotor que serviu nesta sessão é um advogado ainda bem moço, de aspecto modesto, sem aquele forçado aprumo da maioria dos que ocupam tal lugar.

Falou pouco, bem pouco mesmo e não acusou. Externou logo as primeiras palavras a sua dúvida sobre a existência da famigerada mulher. Entendia mesmo que ela não passava de uma criação fantástica.

Os jurados que deslindassem o caso e fizessem a devida justiça.

A defesa

Encarregou-se da defesa da ré o dr. Adriano Marrey Junior, nomeado curador ‘ad hoc’ da ré.

Desejaríamos prestar também a nossa homenagem a este jovem advogado, pela espontaneidade com que se encarregou da defesa de uma tão justa causa. Porém, não pudemos conseguir a tempo o seu retrato.

Não sabemos das suas convicções, pode ser mesmo que não esteja de acordo conosco.

Portou-se com justiça, com independência e isso bastava-nos.

O dr. Marrey Junior é moço ainda, e é tido no Fórum como um advogado inteligente, que está conquistando um merecido renome.

A sua defesa foi breve como a acusação.

Louvando o procedimento correto da promotoria, disse que nada precisaria acrescentar às suas palavras, porque estava também convencido da possibilidade de não existência da ré, embora pudesse afirmá-la, porque sentia dentro de si um despacho de pronúncia que a sujeitava a julgamento.

Lembra diversas contradições em que se achavam os diretores de ambas as seções, masculina e feminina, com outras testemunhas e com o menino Sócrates, contradições que os nossos leitores já conhecem e dentre as quais citamos algumas mais acima.

Terminou chamando a especial atenção dos jurados para o número de nosso jornal em que vem a justificação do dr. Vicente de Carvalho, provando que a retirada da menina do colégio é uma pura fantasia.

Terminados os debates, o presidente do tribunal formulou

Os quesitos

que são os seguintes:

1º - No fim de junho de 1907 a acusada Maria Luiza ou Ítala Fonte retirou do Orfanato Christovam Colombo desta capital, mediante engano e sedução, a menor Idalina de Oliveira, maior de 6 e menor de 14 anos?

2º - Existem circunstâncias atenuantes? Quais?

O dr. Teixeira da Silva pede então novamente a palavra e declara que não podia julgar, porque não lhe era lícito afirmar ou negar um ato de uma mulher que nunca existiu.

Considera o Júri uma instituição séria e por isso julgava que não se poderia sujeitá-lo à farsa de julgar uma ré imaginária.

O presidente do tribunal disse que a função do jurado não é guiar o processo, mas julgar o fato, somente; acrescentando que o jurado não podia eximir-se de julgar o processo. Indeferia o seu requerimento, declarando que se o dr. Teixeira da Silva tivesse dúvidas sobre a existência da ré, procedesse de acordo com a sua consciência, negando o primeiro quesito.

Esta era a única solução jurídica, tanto mais que o júri não tem o direito de julgar a nulidade ou não do processo.

E para conciliar as coisas suspendeu a sessão por 10 minutos para que os jurados pudessem melhor refletir sobre o assunto.

O conselho entrou para a sala secreta e voltou depois do tempo marcado com a consulta publicada na primeira parte desta notícia e que teve o despacho no mesmo lugar inserida.

Em seguida, voltam os jurados para a sala secreta.

O voto dos jurados

O conselho entrou de novo à sala secreta, de onde voltou pouco depois com o seu voto unânime respondendo negativamente ao primeiro quesito, isto é, negando que uma suposta Maria Luiza ou Ítala Fonte tivesse retirado Idalina do Orfanato.

E assim vêem-se agora os padres do Orfanato de má fama sem a sua única tábua de salvação.

Negando a acusação precisa que contra vós fizemos, ó sacripantas! Alegastes que a pobre Idalina tinha sido retirada por Maria Luiza...

Sendo esta mentira agora desmentida pela Justiça; deveis responder-nos:

ONDE ESTÁ IDALINA?"

Com seu veredicto, o julgamento desnudava a parcialidade dos procedimentos de inquérito adotados pela polícia paulista em sua condução do mesmo. Deste modo, o julgamento fazia ruir a credibilidade da versão da Igreja sobre o que se sucedera a Idalina, dando razão às repetidas e ferinas críticas da *rede* da campanha à condução do inquérito. Ainda que o resultado do julgamento não tenha incluído a possibilidade de reabertura do inquérito, o mesmo não deixou de ser uma espécie de vitória da *rede* diante de seus oponentes. Se não era possível afirmar comprobativamente que Idalina tenha sido estuprada e assassinada, o resultado do julgamento, conjuntamente ao teor

das denúncias publicadas sobre o tratamento dos menores na instituição, dava margem razoável para que esta suspeita estivesse mais próxima da verdade que qualquer uma das versões que atestavam que a menor teria sido raptada.

Ademais, o veredicto, ao contestar frontalmente o resultado do inquérito, também desnudava a falta de interesse, a omissão ou mesmo a cumplicidade da polícia paulista para com a Igreja em seus afazeres, livres de qualquer fiscalização ou vigilância por parte das autoridades responsáveis por estas atribuições. Ao deixar impunes os padres, o procedimento de inquérito demonstrava também que, para a polícia, mais importante que o teor de qualquer denúncia, importava quem a proferia e a quem se dirigia. Ao que parece, o mero fato de a maior parte dos integrantes da *rede* instaurada pela campanha militarem no movimento operário ou serem anarquistas já era motivo suficiente para que suas acusações, sem qualquer investigação sobre a veracidade das mesmas, fossem desqualificadas.

Diante da impossibilidade de se pressionar a polícia para que a mesma tão-somente cumprisse com suas atribuições mais básicas investigando as denúncias, restou à campanha aproveitar as conseqüências deste julgamento no que este estabelecia de simbólico quanto à militância libertária em sua crítica aos fundamentos autoritários da sociedade existente. Em fevereiro de 1912, a campanha contra o Orfanato decidiu uma vez mais fazer uso dos blasfemadores-agitadores que participavam de sua *rede solidarizante*. Desta vez, com um intuito puramente iconoclástico, através do uso de seu humor ácido visando diretamente contestar a legitimidade e a existência das instâncias pretensamente responsáveis por organizar, dirigir e representar as vontades populares e suas manifestações, o Estado e a Igreja. Neste mês, *A Lanterna* dava início à inusitada campanha em prol da candidatura do padre Faustino Consoni para a presidência do Estado de São Paulo, provavelmente uma das primeiras campanhas de voto de protesto da história brasileira. Tratava-se da última manifestação singular por parte dos blasfemadores-agitadores reunidos pela *rede solidarizante* da campanha em sua agitação contra o Orfanato.

Apelando aos seus colaboradores para que fizessem propaganda da campanha da candidatura de Consoni, além de transcrever, durante os meses de fevereiro e março, diversas manifestações de solidariedade e adesões, *A Lanterna* começou a publicar também anúncios de propaganda em suas edições para serem distribuídos pelos blasfemadores-agitadores em suas localidades, além de uma cédula para ser depositada nas urnas do pleito. Ao que parece, a iniciativa de distribuição das cédulas contendo o

nome do candidato tiveram uma rápida disseminação, como é bem demonstrado no número 127⁸³ de *A Lanterna*, publicado cerca de uma semana antes das eleições:

“A candidatura do padre Faustino

O momento fatal

É este o último número da *Lanterna* que aparece antes do grande pleito eleitoral em que vai ser sufragado o nome consagrado do intangível homem público Padre Faustino Consoni.

É um acontecimento que há de ficar gravado em letras de ouro na história da oligarquia de ratões de igreja e de tochoeiros, de procissões de há muito agarrada à governança desta terra.

A escolha do candidato ao posto presidencial recai sempre sob a pessoa mais distinguida entre as personalidades da situação política.

Desta vez é o padre Faustino que está neste caso. Nenhuma pessoa reúne, nas altas esferas governativas, tantos predicados como esse consagrado situacionista.

Uma agrupação política, ou coisa semelhante, que dispensa todas as regalias à fradalhada expulsa de outros países e subvenciona igrejas, congregações e colégios onde se cometem crimes contra a infância, um ajuntamento de autoridades que protege criminosos somente porque eles vestem batina não poderia ter um chefe mais digno de sua reputação do que o mártir e virgem padre Faustino Consoni.

É por isso que no próximo dia 1º esse crápula será consagrado presidente dos diretores da governança.

Não o querem ver no banco dos réus? Pois tê-lo-ão como seu chefe.

O entusiasmo reinante

Apesar dos festejos carnavalescos, o entusiasmo pela candidatura continua sempre em aumento de uma maneira espantosa.

Os boletins de propaganda do nome do mais honrado dos candidatos e as cédulas com o seu purificador nome continuam a ser distribuídos profusamente por todos os recantos do Estado.

Ainda esta semana tivemos ocasião de receber algumas delas.

Em S. Paulo grudaram por todas as paredes esta cédula: ‘Para presidente: Padre Faustino Consoni, mártir e virgem’.

O entusiasmo é enorme!

A votação nas urnas

Como se deverá votar no agitado pleito de sexta-feira próxima? O que é necessário fazer? Consultas como estas temos recebido às centenas e, em vista do incalculável trabalho que temos tido com os trabalhos eleitorais, criminosamente descuidados pelo comitê central, tão pouco animados do momentoso civismo, não nos foi possível responder diretamente a todas as comissões, grupos e pessoas que nos escreveram.

Esta nota virá sanar essa falta, pois a todos dará as necessárias instruções.

Entretanto, não podemos deixar de aproveitar a ocasião para patentear a falta de civismo que por aí impera, numa terrível devastação de caracteres.

Bem se vê que tudo era feito pelos caciques políticos com o completo desconhecimento dos cidadãos livres desta livre república. Eles fabricavam os títulos, faziam a votação como muito bem entendiam e apuravam os votos que lhes convinham.

Esses atentados ao mais legítimo direito dos cidadãos não serão mais verificados. Ao sagrado padre Faustino deve a política também essa reabilitação cívica.

Ele restaurará a verdade eleitoral.

---

⁸³ “A candidatura do padre Faustino”. *A Lanterna*, ano XI, nº 127, 26/02/1912.

Mas vamos ao que agora mais nos importa.

A votação, como já temos dito, afóra a fraude vergonhosa, deverá seguir as mesmas normas de todas as eleições.

Cada eleitor fecha a sua cédula num envelope, que deverá ter escrito: 'Para presidente'. A cédula deverá ser exatamente igual em tamanho e em dizeres à que publicamos em nossa terceira página. Poderá ser impressa, ou escrita à mão em papel pautado. No verso não poderá levar nada.

Quanto à fiscalização é simples: cada dez eleitores poderão nomear um fiscal.

A nossa fiscalização terá de ser feita com todo o rigor. Não deveremos permitir que se escamoteie um só voto dado ao nosso santo, puro e mártir candidato.

Lembrem-se todos do quanto sofreriam os nossos governantes, a começar do marcial Sul Americano Piedade, até o hercúleo Pinheirinho Beçama, se não conseguíssemos eleger para seu chefe à casta personalidade de S. Faustino.

O resultado do pleito

É preciso que por toda a parte se proclame a nossa força eleitoral, a nossa potência política. E para que isso seja conseguido, os nossos amigos não devem descurar a propaganda em favor do nosso candidato, agora, e a divulgação do resultado do pleito, depois dele realizado.

As comissões, comitês ou pessoas individualmente devem se esforçar para que a votação em favor de nosso honrado e virgem candidato seja anunciada nos jornais locais.

O número de votos obtidos, assim como a notícia de tudo o que houver sobre o nobre pleito, deve ser imediatamente comunicado a esta redação para que, em caso de fraudes e violências, termos os necessários documentos para justificar a inevitável intervenção do exército vaticanesco, de que é comandante em chefe o coronel José Brasil Paulista Sul Americano Piedade."

O artigo terminava transcrevendo demonstrações variadas de solidariedade e apoio à candidatura de Consoni. Tais demonstrações traziam indícios de que seus blasfemadores-agitadores não somente se empenhavam na distribuição das cédulas em suas localidades, mas em sua própria produção, em especial no caso daqueles que se encontravam impedidos de votar. Ao que parece, os indivíduos impedidos de votar contribuíam na produção e na distribuição de cédulas não somente em suas localidades de residência, mas enviando parte do que produziam à redação de *A Lanterna* na capital para auxiliar na disseminação da campanha em São Paulo, além de ajudar no esclarecimento dos eleitores que aderiram à candidatura sobre o processo eleitoral.

A atitude de escárnio sobre sua participação nas eleições não somente questionava a condição excludente na qual era realizado o pleito, mas também, ao desnudar seus vícios, a própria legitimidade do processo em representar as aspirações populares. Neste aspecto, o humor presente na inusitada campanha em prol da candidatura de Consoni, visava jogar uma luz deletéria sobre a cumplicidade entre autoridades políticas e eclesiásticas nas estruturas de poder presentes no Brasil. Ao propor a candidatura de um cidadão de moralidade duvidosa, como o padre Consoni,

representante do fictício “Partido da Moralidade República-Clerical”, a militância constituída pela *rede* punha em dúvida a própria legitimidade auto-proclamada do Estado e da Igreja como instâncias superiores de ordenação da sociedade.

Do que se depreende das edições seguintes de *A Lanterna*, a candidatura de Consoni obteve até uma razoável acolhida entre os eleitores registrados para votar no pleito do dia 1º de março. Na edição de 9 de março de 1912⁸⁴, por exemplo, o periódico trazia a notícia de que, malgrado o silêncio dos diários paulistanos, as seções eleitorais da Mooca e do Brás registraram diversas manifestações dos correligionários da candidatura, sendo expressiva sua votação nestas localidades, além dos gritos de “Onde está Idalina?” a cada voto contabilizado em favor da campanha na apuração. No interior, ainda que em muitas cidades os blasfemadores-agitadores foram impedidos de constituir fiscais e que os periódicos locais tenham imposto silêncio sobre os números destinados ao candidato “mártir e virgem”, o “entusiasmo”, ao que parece, não foi menor. Em Bauru, foram registrados 193 votos, e nas três seções de Brotas, foram contabilizados mais 83. Nas edições seguintes, foi registrado que o protesto também teve lugar em Santos, Jaú, Campinas, Bebedouro, Ribeirão Preto, Queluz, Jundiá, Jaboticabal, Santa Rita do Passa Quatro, Mogi-Guaçu, Osasco e Piracicaba. Diante da obstrução para que os blasfemadores-agitadores constituíssem seus fiscais em algumas localidades, e do silêncio dos periódicos locais sobre os votos destinados à candidatura, *A Lanterna* lançava na mesma edição do dia 9 a divertida ameaça de que todos “os apuradores que roubaram votos ao virgem candidato serão internados no Orfanato, sob a proteção de S. Faustino...”.

Em 1912, também se registrava a última aparição dos observadores-investigadores em sua atuação na *rede solidarizante* constituída pela campanha. Em junho deste ano, os periódicos da capital, liderados pelo italiano *Fanfulla*, traziam a confusa notícia de que Idalina teria reaparecido em Buenos Aires ou em Vila Real de Trás-os-Montes, em Portugal. Na edição de *A Lanterna* publicada em 7 de julho⁸⁵, além de afirmar que não tiveram nenhuma participação na disseminação destes rumores, seu coletivo anunciava que faria uso de sua *rede* para verificar a veracidade destes boatos.

---

⁸⁴.. A candidatura do padre Faustino”. *A Lanterna*, ano XI, nº 129, 09/03/1912.

⁸⁵ “Onde está Idalina?: Idalina apareceu em Portugal... e em Buenos Aires... – Teremos uma nova tentativa de mistificação?”. *A Lanterna*, ano XI, nº 148, 07/07/1912.

De Buenos Aires, o desmentido demorou cerca de um mês para chegar. Na edição de 6 de agosto⁸⁶, *A Lanterna* publicava as seguintes cartas:

“Buenos Aires, 21 – julho - 1912,

Caríssimo Edgard:

Logo que recebi a tua carta, procurei informar-me sobre a tal Idalina do *Fanfulla*. Fui à calle Talcahuano, 28. Há ali um pequeno negócio de vinhos e comida. Absolutamente nada pude saber a respeito da nova Idalina, posto que ali só tem uma menina da família, de uns oito anos.

Encarreguei um camarada que trabalha defronte mesmo da casa e ele esteve investigando sem resultado.

Faço ponto por agora. Amanhã à noite escrever-te-ei mais extensamente. Estou muito ocupado.

Teu amigo – LUIZ

Buenos Aires, 23 – julho – 1912,

Caro Edgard:

Ainda nada de novo te posso dizer a respeito do caso Idalina, senão confirmar o que te disse na minha primeira carta, isto é, que no local indicado pela carta dirigida ao *Fanfulla* não há o menor indício que ela ali esteja nem tivesse estado. Agora, porém, falei com um camarada sobre o caso, e dispondo o mesmo de muito tempo vai fazer outras diligências que, certamente, se a tal nova Idalina estiver aqui, não deixará de encontrá-la.

Muitas lembranças aos camaradas e um abraço do LUIZ.”

A resposta de Portugal somente chegou no final de setembro, sendo publicada na edição do dia 27 deste mês⁸⁷, novamente atestando que não haviam indícios de que Idalina estivesse na Vila Real de Trás-os-Montes. O episódio demonstrou a amplitude dos raios de circulação e contato que uma *rede solidarizante* como a constituída por *A Lanterna* e pela campanha contra o Orfanato detinham. Mais do que isso, a averiguação destes rumores deixava claro que as *redes* constituídas pela militância libertária no Brasil e no exterior integravam uma perspectiva de práxis comum, ao menos quanto à estrutura de seu funcionamento, que desconhecia fronteiras em sua existência. Práxis na qual um dos seus feixes de funcionamento era o próprio espaço de jornais como *A Lanterna*, fortalecido em sua associação solidária com *redes* existentes em outros periódicos. Em seu funcionamento, se denotava o uso, quando necessário, de indivíduos

---

⁸⁶ “Onde está Idalina?: Desfazendo mais uma ridícula farsa dos criminosos histriões do Orfanato”. *A Lanterna*, ano XI, nº 151, 06/08/1912.

⁸⁷ “Onde está Idalina?: Desmascarando os tartufos – Está desfeito o novo embuste da canalha do Orfanato – Uma carta de Vila Real”. *A Lanterna*, ano XI, nº 158, 27/09/1912.

que integravam outros espaços de militância em virtude da localidade momentaneamente privilegiada destes para a obtenção e disseminação de saberes importantes para a sua agitação cotidiana.

No que tange ao episódio, a ausência de cartas dos observadores-investigadores mobilizados em Portugal e na Argentina contendo novas informações sobre o pretense reaparecimento de Idalina nestas localidades demonstrava que efetivamente se tratavam de rumores falsos.

A partir do meio do ano de 1912, a ausência de novos acontecimentos relativos ao caso Idalina em *A Lanterna* lentamente fez desaparecer a *rede* especificamente construída pela militância libertária para a apuração e a agitação constituída pela campanha ao longo de sua existência. Neste sentido, a lenta desmobilização da campanha também era indício que *A Lanterna* voltava sua militância e suas atenções para novas preocupações surgidas no contexto existente entre os anos de 1913 e 1916, os últimos anos de circulação do periódico em sua segunda fase de publicação.

No dia 8 de setembro de 1913, era iniciado no Rio de Janeiro o Segundo Congresso Operário Brasileiro, realizado entre os dias 8 e 12 deste mês. O Congresso, contando com a representação de federações sindicais estaduais, municipais, além de sindicatos classistas diversos e representantes de periódicos voltados à questão proletária, referendou a mesma plataforma comum aprovada no Primeiro Congresso, ocorrido em 1906. No geral, esta plataforma se estruturava pela defesa de princípios libertários e sindicalistas de agitação política e social, como a defesa de um federalismo descentralizado nas inter-relações entre seus filiados, e a condição privilegiada dos sindicatos enquanto entidades de resistência econômica e autônoma dos trabalhadores visando sua emancipação. Dentre os representantes dos periódicos operários presentes no Segundo Congresso, encontrava-se Edgard Leuenroth. Representando o coletivo reunido em *A Lanterna* no Congresso, Leuenroth provavelmente foi um dos articuladores da aprovação da seguinte resolução:

“Décimo Terceiro Tema:

Atitude dos sindicatos revolucionários em face da organização operária, iniciada e auxiliada pelo clero católico:

considerando que o clero católico tem sustentado ultimamente uma ativa propaganda de organização operária sob seus auspícios;

considerando que a intromissão de qualquer seita religiosa nas agremiações operárias é uma manifestação eminentemente partidária e que, por isso mesmo, vem destruir a organização baseada no interesse econômico comum a todos os trabalhadores;

e considerando principalmente que o ‘sindicato católico’ constitui a maior escola de crumirismo e passividade:

O ‘Segundo Congresso Operário’, de conformidade com a orientação estabelecida em 1906 e agora ratificada, orientação esta que mostra as rivalidades que resultariam da adoção de uma doutrina religiosa no seio dos sindicatos, aconselha o proletariado do Brasil a se afastar, de modo absoluto, deste instrumento de engano e de cegueira que é o chamado ‘sindicato católico’⁸⁸.”

A resolução ressaltava a importância de se discutir e se combater diretamente os representantes de doutrinas que pregassem a passividade e o conformismo em meio ao operariado, caso da disseminação da doutrina social católica entre as massas neste período. A importância dada ao tema no Congresso também refletia o crescimento da atuação de religiosos e leigos ligados à Igreja Católica em meio ao operariado a partir de 1908. Ao que parece, a atuação de associações católicas como o Centro e a Liga da Boa Imprensa e a União Popular do Brasil neste período não se restringia à defesa da Igreja diante da campanha disseminada pela militância anarquista, tendo na atitude de intervenção política e social entre as massas um novo campo de atuação. A necessidade de discussão e adoção de uma postura comum de combate diante do crescimento da influência do catolicismo em meio ao proletariado representada por esta resolução refletia que a mudança de atitude da Igreja para com as massas estava dando frutos. Ademais, o próprio espaço dado em *A Lanterna*, a partir de 1913, às discussões e manifestações diretamente concernentes ao cotidiano do operariado, como a Campanha Contra a Carestia da Vida e aos movimentos grevistas, que a partir de fim de 1912 tiveram um novo florescimento, era representativo desta tendência da militância anarquista de dar uma preocupação maior às questões concernentes ao movimento operário brasileiro.

A própria realização do Segundo Congresso era reflexo do crescimento das possibilidades de agitação nos terrenos do espaço de produção das fábricas e do cotidiano operário, em virtude da constante depressão salarial e do aumento dos preços dos gêneros de subsistência e dos valores de locação de imóveis entre os anos de 1909 e 1917. Segundo Boris Fausto, após um período de grande proliferação e das atividades operárias entre os anos de 1905 e 1908⁸⁹, o período entre 1909 e 1912 foi

---

⁸⁸ “Resoluções do Segundo Congresso Operário Brasileiro”. *A Voz do Trabalhador*, nº39/40, 01/10/1913.

⁸⁹ Concomitantemente ao crescimento numérico dos sindicatos e dos jornais operários, Boris Fausto registra em *Trabalho Urbano e Conflito Social*, neste período, uma intensificação da mobilização militante em torno da organização do movimento operário, tendo por base o surgimento da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), da Federação Operária de São Paulo (FOSP) e da Confederação

particularmente marcado por uma intensa repressão às atividades de militância política e social nos sindicatos e nos espaços produtivos. As conseqüências deste período repressivo, incidindo diretamente sobre as condições de vida dos operários, se tornavam, em 1912, agudas o suficiente para que as *redes solidarizantes* constituídas pela militância libertária, em suas diversas dimensões, voltassem suas atenções diretamente para os combates envolvendo os direitos de subsistência das massas. Ainda assim, é preciso considerar, diferentemente de Fausto⁹⁰, que a campanha contra o Orfanato Christovam Colombo irradiada a partir dos coletivos editoriais de *A Lanterna* e *La Battaglia* entre os anos de 1909 e 1912 demonstram que a repressão às atividades propagadas pela militância sindical e libertária, ao invés de ameaçar sua existência, permitiu um momento propício para que a mesma se disseminasse em outros terrenos de combate que não o das fábricas e dos sindicatos.

A lenta desagregação da *rede* constituída em torno da campanha contra o Orfanato, entre os anos de 1913 e 1916, em virtude das novas preocupações com a questão operária e da ausência de novos acontecimentos concernentes ao paradeiro de Idalina ou relativos à instituição, não significou, entretanto, uma desmobilização das atitudes comportamentais de agitação e experiência disseminadas em sua existência. Ao contrário, a ausência de novos eventos permitiu o florescimento de uma nova *figura de experiência* assumida pelos indivíduos que livre e solidariamente se envolveram ou acompanharam a campanha ao longo de sua existência.

Na edição de *A Lanterna* de 8 de novembro de 1914⁹¹, na publicação de uma cantiga em sua segunda página dedicada à órfã Idalina de autoria de Manuel José Nascimento, se encontram alguns dos indícios desta nova postura comportamental, presente nestes anos finais da segunda fase de circulação do periódico:

Operária Brasileira (COB), fruto do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado em abril de 1906. Além do florescimento dos trabalhos de organização do movimento operário, o período entre os anos de 1905 e 1908 foi também particularmente fértil para a agitação operária nas fábricas, como é evidenciada pelos grandes movimentos paredistas ocorridos em Santos (1905 e 1908), a greve iniciada pelos funcionários da Companhia Paulista de Ferrovias em Jundiá e Campinas (1906), as jornadas grevistas de maio de 1907 pela adoção do regime de 8 horas de trabalho em São Paulo e as greves dos sapateiros no Rio de Janeiro em 1906.

⁹⁰ O enfoque de Boris Fausto no espaço das fábricas e dos sindicatos em *Trabalho urbano e conflito social* como recorte privilegiado de sua obra não lhe permitiu dimensionar a singularidade dos trabalhos de militância desenvolvida por anarquistas, socialistas e sindicalistas em espaços outros que o terreno produtivo, como é evidenciado pela mobilização construída por estes militantes em torno da campanha contra o Orfanato entre os anos de 1909 e 1912. Para Fausto, tanto a existência de *A Lanterna* quanto a campanha contra o Orfanato se resumiam a uma forma da militância anarquista de disseminar seus valores morais puristas.

⁹¹ “Onde está Idalina?: Cantiga à viola”. *A Lanterna*, ano XIII, nº 269, 08/11/1914.

“Onde está Idalina?”

Cantiga à viola

Morre a tarde, o orvalho, a planta,
Morre a flor mais opalina;
Só não morre esta lembrança,
Que nos resta de Idalina!

Descora a dor, a saudade,
E um amor que nos domina...
Mas não descora este drama
Que vitimou Idalina!

Se a aragem passa gemendo,
Com a sua harpa em surdina,
É por não poder beijar,
Jamais, a pobre Idalina!

E você, santo Consoni,
Nem sequer diz palavra?
Diante do brado justo
Que erguemos contra a batina?...

E o seu covil de oração,
Antro de carnificina,
Aonde foi consumida
A infeliz Idalina?!...

Revolveu-se a terra toda,
Desde a mais erma colina,
E não se achou nem vestígios,
Da inocente menina!

Que mal tu fizeste ao mundo,
Ainda tão pequenina...
Para seres massacrada,
Ó inditosa Idalina!

Meninas, lá vem um padre,
Tal como ave de rapina,
Trazendo um laço escondido,
De baixo da batina!...

Fugi do monstro, crianças,
Fugi da corja felina,
Ele tem unhas de gato;
Ele te arranha menina...

Fugi da hiena, repito,
Como da hidra assassina!
Que se não tereis a sorte
Idêntica à de Idalina!

Sou do livre pensamento,
Falo com vós levantino,
Eis, abaixo a tirania,
Dos leopardos de batina!”

O apelo desta cantiga, assim como os apelos anônimos ou não presentes em diversas poesias e cartas publicadas nesta fase de *A Lanterna*, destinado à memória da campanha e dos saberes adquiridos na experiência coletiva de participação na *rede* instaurada pela campanha desnudava uma simplória e generosa atitude presente no comportamento destes indivíduos. Na insistência da lembrança da campanha e dos saberes construídos coletivamente e irradiados por sua *rede solidarizante*, tais manifestações atestavam a presença de uma nova atitude, aqui representada pela *figura de experiência* encarnada pelo termo rememorador-delegador. Ao buscar um último combate contra o esquecimento oriundo do passar do tempo, estes anônimos rememoradores-delegadores, em suas manifestações, tentavam não permitir que também fosse obscurecido os ensinamentos trazidos pela experiência da campanha. Entre a identificação do inimigo representado pelo padre e de seus tentáculos, exibidos pela cumplicidade e omissão das autoridades policiais e por sua atitude de descaso para com a infância, havia a delegação de uma advertência ante os terrenos a serem lugares de combate a tais manifestações de desprezo para com o ser humano. Na rememoração da importância da liberdade de pensamento enquanto prática perene, na lembrança da singularidade da experiência coletiva de construção de saberes e ações, a anônima atitude destes rememoradores-delegadores buscava legar aos militantes libertários, aos leitores do periódico o poder de sua arma de combate encarnado pela solidariedade inclusiva de suas práticas, onde quer que suas batalhas fossem travadas.

Em alguma medida, no último grande artigo publicado por *A Lanterna* acerca do caso, na edição 17 de janeiro de 1915⁹², destinado a dar notícia do que se sucedera com a menor Maria Magdalena, apresentada em 1911 pelo Orfanato como sendo Idalina, este comportamento se fez presente. Na rememoração deste acontecimento, este papel ativo ministrado à obra de memória pela militância reunida na *rede* instaurada pela campanha foi novamente delineado:

“Consequências do caso Idalina

A menina que fez o papel da órfã assassinada pelos padres na famosa mistificação acaba de ser corrompida na casa do tutor que lhes deram os clericais e depois internada no famigerado Bom Pastor

---

⁹² “Consequências do caso Idalina”. *A Lanterna*, ano XIII, nº 274, 17/01/1915.

Folheando o nosso caderno de efemérides, lá encontramos o apontamento seguinte que, como os leitores verão, reclama a nossa atenção:

‘13 de fevereiro de 1911 – Os padres do Orfanato Christovam Colombo, de S. Paulo, auxiliados pela polícia e por alguns jornais assalariados, tentam ludibriar a opinião pública exaltada apresentando-lhe uma falsa Idalina em lugar da que foi assassinada, depois de estuprada, naquele estabelecimento.’

Fazem já, portanto, precisamente quatro anos – e parece que foi ainda ontem!

Que de recordações palpitantes daqueles momentos de batalhar ansioso, de luta desesperada e vivificadora!

Recordemos...

A campanha contra o antro maldito atingira seu auge. Os padres do orfanato sinistro, apertados por todos os lados pelos nossos golpes certos e mortificantes, esperneavam doidamente, esmagados pelo peso das tremendas acusações com que os apontávamos como criminosos confessos escapos às grades da prisão pela porta falsa da proteção da clericalinha da dominação.

No espírito público não restava mais dúvida alguma sobre a culpabilidade do padre Faustino Consoni e dos seus dignos asseclas de sexo vário, que eram por todo o povo ostensivamente e justamente apontados como desavergonhados criminosos. Todas as mentiras e embustes urdidos nos esconsozinhos refúgios clericais para os furtar à ação dos tribunais, tinham sido por nós inteiramente desfeitas. De nada lhes valera a benevolência escandalosa dos juizes e a criminosa proteção da polícia, assim como o apoio poderoso da grande imprensa mercenária. Nós, numa luta flagrantemente desigual, os conservamos, apesar de tudo, na barra do tribunal inexorável da opinião pública.

Onde está Idalina? – gritava-lhes toda a gente, em qualquer lugar que os encontrasse, marcando-os, nas caras deslavadas, com o estigma infamante de criminosos relapos. Sentiam-se, pois, perdidos os padres do coio miserando da colina histórica. Crescia no povo a indignação que ameaçava já manifestar-se em protestos coletivos.

Uma grande reunião pública foi anunciada para tratar do fato e teve realização com um sucesso estrondoso. Foi isso em 12 de fevereiro de 1911.

Estavam os criminosos tonsurados virtualmente condenados. A sua situação melindrosa reclamava, como se vê, uma ação decisiva que, por um golpe de audácia de que só são capazes os malditos caixeiros viajantes do Vaticano, os arrancasse de tão desesperadora posição.

Entretanto, enquanto toda a gente já os julgava vencidos e prestes a justar contas com as leis penais de que são extremos defensores, os tetricos mensageiros da mentira e do crime religiosos preparavam no recesso lodoso dos seus covis o golpe audacioso com que iam tentar ferir de vez os seus imperdoáveis acusadores.

E, dois dias depois da grande reunião do Salão Celso Garcia, estourou em público, com o efeito tremendo de uma bomba caída em meio de gente desprevenida, a clamorosa mistificação. Idalina de Oliveira, a desventurada órfã que todo o mundo julgava ter tão tragicamente desaparecido do Orfanato Christovam Colombo, aparecera sã e forte numa casa da rua Direita.

Era ela, não restava a menor dúvida. Assim o afirmaram as freiras do Orfanato, os padres todos que lá habitavam, os seus empregados, sem falar no padre Faustino, que, banhado em lágrimas lá esteve, joelhos em terra e mãos erguidas ao céu, agradecendo a Deus o lhe ter devolvido, em tão oportuno momento, a órfã que as suas mãos puras e virgens não havia tocado.

Era ela, a Idalina tão procurada, que o Deus dos padres lhes enviara, por intermédio do industrial clérico-carnavalesco José Rodrigues da Costa, para confundir os anticlericais.

Assim falaram os clericais, as autoridades e a imprensa, que entoou o nosso *de profundis*.

‘Foi Deus quem m’a enviou’ – exclamou o padre Faustino impondo de contentamento. ‘Chegou a hora da vingança’ – disse o dr. Pinheiro e Prado, o famoso Pinheirinho, antegozando a nossa prisão.

Estávamos suficientemente confundidos, afirmavam os nossos adversários. Até mesmo alguns amigos chegaram a vacilar ante a encenação perfeita com que havia sido preparado o embuste. Para que a coisa fosse mais perfeita, chegaram a

fotografar a menina em posição igual e com igual vestido ao que aparece retratado com a órfã desaparecida...

Até o seu reconhecimento legal havia sido feito pela polícia.

Estavam, portanto, salvos os padres e nós irremediavelmente perdidos.

Mas nós que nos sentíamos fortemente abroquelados pela justiça da causa que sustentávamos, conservamo-nos na liça, que não havia mais abandonado, e enfrentamos todo o miserável conluio jornalístico-clerical-policial que se formara para nos esmagar.

Foi uma luta desesperada, em que tivemos que fazer recuar todas as forças clericais fortemente apoiadas pela imprensa prostituída, pela magistratura venal e pela polícia.

E vencemos uma vitória estrondosa, desmascarando os vis intrujões, provando, documentalment e, que os padres haviam praticado uma vergonhosíssima mistificação apresentando uma menina pela infeliz Idalina, por eles feita desaparecer num crime hediondo.

Provamos isso exuberantemente, desmoronando o castelo de cartas levantado pela clericanalha que nele pretendia abrigar a sua honorabilidade cascarosa.”

Em outubro de 1916, após quatro anos de esporádicas manifestações de seus rememoradores-delegadores, *A Lanterna* publicou aquele que seria seu último número em sua segunda fase de circulação. Ao que parece, o contexto da Grande Guerra de 1914-1918, incidindo diretamente sobre o encarecimento dos materiais necessários à publicação do jornal, teve um papel importante nas tiragens cada vez mais irregulares de *A Lanterna* a partir de 1915. Ademais, o florescimento da agitação nas fábricas e nas associações populares diretamente relacionadas à subsistência operária, agravada em sua precariedade pelo contexto da guerra, além do combate à atuação católica em meio ao proletariado, requeria da parte do coletivo reunido pelo periódico uma atenção e participação cada vez maior nestas práticas, que culminou na reordenação das prioridades dos militantes inseridos em sua *rede*.

Em junho de 1917, parte dos integrantes deste coletivo editorial se dedicou à construção de uma nova iniciativa mais diretamente afeita aos ventos trazidos por aqueles dias, encarnada na publicação do primeiro número de *A Plebe*. Como ficou explícito num artigo do primeiro número do novo jornal⁹³, *A Plebe* era sucessora direta e continuadora da iniciativa de *A Lanterna*, diferenciando-se da antiga folha pelo redirecionamento de suas prioridades em virtude dos promissores rumos que eram trazidos pelo fortalecimento da agitação operária nas ruas e nas fábricas daqueles dias.

---

⁹³ “Ao que vimos – Rumo à Revolução Social”. *A Plebe*, ano I, nº 1, 09/06/1917.

CAPÍTULO 2

“ESTUPRADORES, MARTIRIZADORES E ASSASSINOS!”

“Enquanto o cristianismo e os padres católicos, enquanto qualquer religião, vá lá, divina, continuarem a exercer a mínima influência sobre as massas populares, a razão, a liberdade, a humanidade, a justiça, não triunfarão sobre a terra: isso porque enquanto as massas populares permanecerem mergulhadas na superstição religiosa, servirão sempre de instrumento a todos os despotismos coligados contra a emancipação da humanidade.”

Mikhail Bakunin

2.1: INTRODUÇÃO

No dia 5 de novembro de 1911⁹⁴, *A Lanterna* lançou a segunda de suas extensas reportagens acerca do que sua *rede solidarizante* havia conseguido apurar sobre o que de fato teria se sucedido a Idalina no Orfanato. Em seu início, se lia:

“Publicamos em o suplemento ao n. 55 da *Lanterna* os primeiros informes obtidos e as primeiras declarações de América Ferraresi. A pressa com que organizamos esse suplemento causou alguns defeitos naturais numa emergência dessas.

Hoje, continuando a nossa campanha, ampliando as primeiras notícias, publicando outras, procuramos e havemos de conseguir que inteira luz se faça.

É preciso que os réus desse tremendo crime tenham a punição merecida à altura do hediondo delito cometido *intra muros* de um orfanato sinistro, nas dobras da noite, à hora do mistério e do crime.

Torna-se indispensável vingar a pobre criança, órfã aos 9 meses de idade e, aos 7 anos, estuprada e morta pelos tonsurados ignóbeis.”

A breve introdução de uma reportagem que se dedicou inteiramente a destrinchar alguns dos acontecimentos ocorridos após a divulgação do resultado das investigações da campanha contém alguns indícios a mais acerca da forma de produção

---

⁹⁴ “Continuam de pé as nossas gravíssimas acusações – A ridícula defesa do Orfanato”. *A Lanterna*, ano IX, n° 56, 05/11/1910.

de saberes e práticas disseminadas por sua *rede*. Em primeiro lugar, as informações colhidas durante a semana aparentemente não permitiam ainda que “inteira luz” se fizesse sobre o caso, o que significava dizer que a investigação paralela conduzida pela *rede* em torno da campanha haveria de ter continuidade. Em segundo, o teor do que já havia sido obtido permitia aos periódicos da campanha não somente o registro dos mesmos na qualidade de denúncia. Este teor legitimava também uma incisiva postura de cobrar por punição aos réus, de protestar contra o Orfanato, de modo que a necessidade de “vingar a pobre órfã” fosse satisfeita. Ou ao menos para que se gravasse nos leitores-colaboradores do periódico a idéia de que, sob a fachada do cuidado com a infância, os padres na verdade eram “estupradores, martirizadores e assassinos⁹⁵”. O registro das informações obtidas como denúncias contra o Orfanato e, em particular, a cobrança por justiça, atestava que algo não estava sendo bem efetuado da parte daqueles que o Estado encarregara de trabalhar nesse sentido.

Em ambos os indícios, se delineava uma atitude de tornar explícito o uso das informações obtidas na direção de reforçar os comportamentos instigados aos leitores-colaboradores sob forma de ações que pudessem ampliar os saberes adquiridos ou legitimar a pressão popular sobre as autoridades estabelecidas. O que equivale a dizer que nesta introdução, assim como nas introduções de todas as grandes reportagens publicadas em *A Lanterna*, tornavam-se explícitos alguns dos marcos de significação orientados a realimentar a agitação que permeavam a leitura das informações que obtinham e publicavam. Tratava-se de um trabalho de construção de sentidos críticos à massa de informações recolhidas, de modo a incentivar seus colaboradores a agir no intuito de continuar a denunciar as ambigüidades presentes nos comportamentos de seus adversários através da construção de seus saberes e suas agitações. Em larga medida, como aponta Rogério Nascimento, este tipo de trabalho era particularmente comum aos jornais libertários durante estes anos:

“As matérias expostas, a construção argumentativa, a intenção libertária das colunas, os debates entre os redatores, ou mesmo entre adversários de idéias, as charges, as poesias, as leituras recomendadas, tudo isto, e mais outros elementos apresentados nesses periódicos, sugerem a confirmação de uma inclinação para a destruição e

---

⁹⁵ A frase que dá título a este capítulo foi retirada do final da primeira publicação da lista de crimes cometidos no Orfanato e apurados pelos observadores-investigadores que atuavam na campanha em *A Lanterna*. A lista foi publicada pela primeira vez na edição do periódico que veio às ruas no dia 31 de dezembro de 1910.

desoneração dos referenciais dogmáticos, difundidos na sociedade como forma absoluta para a vida social.⁹⁶

Nas páginas de *A Lanterna* dedicadas à campanha contra o Orfanato, aparentemente também se desenvolveu todo um trabalho no sentido da constituição de conteúdos orientados para a alimentação de condutas práticas expressas pelas *figuras de experiência* no protesto e na denúncia do que o caso trazia. Trabalho de construção de significados aparentemente coletivo, como demonstra a “pressa” com que os membros do coletivo editorial organizaram a edição anterior de *A Lanterna*. O que equivale a dizer que a delimitação de conteúdos que davam um significado de denúncia e incentivo à ação dos colaboradores da campanha, a partir da massa de informações que os mesmos levantavam, também passava por um crivo coletivo de deliberação antes de serem publicadas. Ao que parece, este crivo na campanha contra o Orfanato se constituiu diretamente pelo trabalho de organização destas informações sob um significado crítico, às vezes às “pressas”, efetuado pelo coletivo editorial de jornais como *A Lanterna*.

O presente capítulo tem por objetivo reconstituir alguns dos conteúdos orientados para a ação como resultado desse trabalho de reconfiguração presentes nos artigos e reportagens publicados por *A Lanterna* na fase de auge da campanha contra o Orfanato, entre outubro de 1910 e março de 1911. Fruto de um esforço coletivo que os transformou em *sintetizantes críticas*⁹⁷, os significados construídos pelos militantes que atuavam na produção dos jornais que apoiavam a campanha apontavam não somente ao incentivo à atuação de seus variados colaboradores. Mas também para o estabelecimento de marcos em que fosse possível delinear alguns aspectos totalizantes

---

⁹⁶ NASCIMENTO, Rogério. *Indisciplina: experimentos libertários e emergência de saberes anarquistas no Brasil*. São Paulo: PUC/SP (tese de doutorado), 2006, p. 79.

⁹⁷ A noção “sintetizantes críticas” é uma proposição desta dissertação para o entendimento das peculiaridades apresentadas pelos conteúdos construídos pelos artigos da militância anarquista reunida em *A Lanterna* durante as duas campanhas que são objeto desse estudo. Pelo termo “sintetizante”, procura-se aqui delinear o resultado do trabalho de constante reconfiguração e conformação dos dados recolhidos pela atuação da *rede solidarizante* da campanha sob a perspectiva de assuntos de importância em que fosse possível registrar sob forma de denúncia os aspectos concernentes à atuação de seus adversários. Pelo termo “crítica”, busca-se enfatizar o permanente incentivo à adoção de posturas singulares orientadas para o registro e disseminação das denúncias e legitimação das agitações de protesto. Nesse sentido, a adoção desta noção busca dar conta do potencial totalizante dos conteúdos próprios a este trabalho de permanente reconfiguração e sintetização orientada para realimentar a ação dos colaboradores da campanha, a partir dos dados momentaneamente recolhidos pelos saberes compartilhados em sua *rede*.

do comportamento daqueles que eram os alvos da campanha. Nesse sentido, esse esforço fundamentava a forma do registro de suas ambigüidades e da denúncia destas como contradições imersas em um discurso cuja prática o denunciava como sendo meramente ideológico⁹⁸.

Dessa maneira, esse capítulo se destina a delinear mais um aspecto específico da *cultura de resistência* desenvolvida pela militância libertária, que teve a campanha contra o Orfanato um palco privilegiado para seu desenvolvimento. Na construção de conteúdos a partir dos dados coletivamente construídos, se encontrava um trabalho de reconfiguração dos mesmos no sentido de alimentar e potencializar a continuidade das sociabilidades desenvolvidas em meio à campanha, denotando sua *cultura de resistência* como permanentemente orientada para um sentido político e social prático.

2.2: OUTUBRO DE 1910 – FEVEREIRO DE 1911: A BASTILHA DA INFÂNCIA

As investigações iniciadas pela *rede* fundada pela campanha forneceram os subsídios de saberes com que *A Lanterna*, em sua edição de número 55⁹⁹, anunciou o desvendar do mistério que cercava o desaparecimento de Idalina. Segundo as informações levantadas pelos observadores-investigadores reunidos pela campanha, Idalina teria sido vítima de estupro, sendo assassinada em seguida com golpes de pá em virtude de sua intenção de fugir e não se calar sobre a violência que teria sofrido.

Para seu coletivo editorial, a obtenção da confirmação dos rumores propagados nas suas páginas também dava crédito à perspectiva crítica que matizara sua

---

⁹⁸ A significação do termo ideologia adotada por esta dissertação é inteiramente tributária da noção proposta ao termo por Karl Mannheim (MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986). Para Mannheim, o termo ideologia designa um tipo de comportamento político e social expresso sob a forma de conhecimento e ação que atua no sentido de deformação da realidade existente. Nesse sentido, seria próprio ao trabalho deformador específico do conhecimento ideológico e do comportamento de seus agentes a construção de saberes e a atuação no sentido de afirmar uma visão harmônica da realidade existente, mesmo diante da constatação dos antagonismos que regem o todo social, em particular na modernidade capitalista. Deste modo, a ideologia seria um comportamento direcionado à conservação do status quo social existente, a partir de práticas de obscurecimento dos conflitos e das várias perspectivas divergentes atuando numa dada sociedade moderna a partir de um processo de harmonização dos mesmos. O uso do termo neste capítulo, portanto, se refere diretamente a essa estrutura de sentido referida por Mannheim, mediada pelo dinâmico trabalho de reconfiguração dos conteúdos nas “sintetizantes críticas” que acusavam o teor ideológico do comportamento de seus oponentes.

⁹⁹ “Mistério desvelado: Duas meninas estupradas e assassinadas pelos padres do Orfanato C. Colombo”. *A Lanterna*, ano IX, nº 55, 29/10/1910.

interpretação inicial acerca do silêncio do Orfanato sobre os até então boatos. Retomar a questão do silêncio, adicionando novos dados sobre o Orfanato, foi um dos primeiros pontos abordados na reportagem publicada uma semana depois, no dia 5 de novembro¹⁰⁰:

“O silêncio dos padres

É bem suspeito o mutismo conservado pelos reverendos durante todo o tempo em que viemos, em nossas colunas, responsabilizando-os pelo desaparecimento de Idalina e presumindo ter a pobre criança sido vítima de um duplo crime – estupro e assassinato.

Porventura a direção de um estabelecimento desse gênero, que vive de subsídio do governo e das espórtulas dos fiéis e está a cargo de sacerdotes que se dizem representantes da única religião verdadeira, não tem o dever iniludível e imperioso de fazer o seu estabelecimento cercado de toda a confiança e acima da menor suspeita?

Como se explica o desdém desses sacerdotes ante as acusações que lhes fazíamos?

Se estavam realmente inocentes, porque não apresentavam provas cabais?

Ou não seria esse mutismo a cega confiança na proteção das autoridades, prontas a fechar os olhos às suas faltas e aos seus delitos?

Seja como for, o que é fora de dúvida é que o padre Faustino, ou alguém autorizado por ele, tinha o dever de provocar uma rigorosa devassa em que ficasse firmada sua inocência ou não descansar, lançando mão dos proveitosos recursos do Orfanato, que se pode corresponder com os vigários de todo o Brasil e exercer, em todo o país, uma grande vigilância até nos trazer Idalina, mas Idalina viva, Idalina pura, Idalina perfeita, tal qual lhe fora entregue pelo seu tutor.”

Deveria o padre Faustino trabalhar incessantemente, sem canseira, até vir nos confundir, publicamente, provando que não éramos senão caluniadores baratos, despeitados, subalternizados a sentimentos de sectarismo, escrevinhadores de jornais de fancaria, mas provando com a apresentação ao público da menor que reclamávamos.

E se assim não fez quem tanto interesse tinha e tem de desmoralizar, de confundir a imprensa anticlerical é porque, leitores, realmente é culpado, realmente é réu: não passa de um vil assassino, de um nojento e repelente indivíduo animado pelo mais imundo sensualismo, que mascara, disfarça, esconde e dissimula sob a austera compostura de sacerdote.”

Diante do que os recursos materiais e o raio de atuação da Igreja no Brasil poderiam possibilitar para descobrir o paradeiro da órfã, causava perplexidade ao coletivo editorial de *A Lanterna* que os mesmos não tivessem sido empregados em uma extensa “devassa” visando localizar o paradeiro da menor. Tão perturbadora quanto a

---

¹⁰⁰ “Continuam de pé as nossas gravíssimas acusações – A ridícula defesa do Orfanato”. *A Lanterna*, ano IX, n° 56, 05/11/1910.

não utilização de seus recursos se encontrava a constatação de que se tratava de uma instituição que contava parcialmente com subsídios públicos no orçamento que permitia seu funcionamento. Segundo Wlaumir Doniseti de Souza, o registro jurídico do Orfanato na qualidade de “Orfelinato de Artes e Ofícios” permitiu aos padres que dirigiam a instituição se aproveitar de uma brecha legal então existente. Tal brecha possibilitava que o estabelecimento, mesmo sendo confessional, recebesse subsídios diretos do Estado, em virtude do caráter técnico-profissionalizante de seu ensino¹⁰¹.

Nesse sentido, não era só a atitude de silêncio da Igreja que poderia ser vista como indício de culpa ante o que a campanha estava a levantar. Aos olhos dos produtores do periódico, a junção do silêncio à imobilidade perante o que seus recursos poderiam provir representava a confirmação de que a posição da Igreja diante do “tribunal da opinião pública” poderia ser reduzida a de puro e simples desprezo ante a idéia de ter de prestar contas de seus atos. O mero fato de que a reação católica à campanha somente se deu diante da decisão judicial de instauração de novo inquérito em virtude das denúncias levantadas pela campanha aparentemente confirmava essa leitura constituída pelo periódico.

No que tange à reação católica a partir de seus periódicos durante a semana, o coletivo editorial procurava rebater suas insinuações da seguinte forma:

“Patrioteiros

A nacionalidade do acusador não invalida a acusação. A verdade não é monopólio de ninguém. É de quem a defende e a prestigia.

Os padres do Orfanato ‘Christovam Colombo’ são italianos expulsos de outros países, onde, como aqui atualmente, pesavam sobremaneira no erário público.

Para fazer jus a gordos subsídios e as esmolas de nabacos e burgueses, simulam educar. A falta de outro mister menos fatigante e mais rendoso fizeram-se educadores, como se teriam feito fabricantes de licores e conhaques se, de momento, tivessem capital suficiente para importar filtros, alambiques, retortas, etc.

Ser educador é fácil. Não há necessidade de capital e, em se tratando de roupetas, nem ao menos exigem um ligeiro exame de suficiência.

São estrangeiros, os padres do Orfanato.

---

¹⁰¹ Segundo Souza, além de se aproveitar de uma brecha jurídica, a constituição do Orfanato como instituição profissionalizante atendia diretamente aos anseios da Pastoral do Imigrante de fazer de suas obras instrumentos de propaganda acerca do amparo prestado pela Igreja aos fiéis nos países que os recebiam. Nesse sentido, em seu funcionamento, o Orfanato procurava ministrar aos seus internos alguns rudimentos de trabalhos manuais e domésticos, rigidamente divididos de acordo com o gênero das crianças, de modo a possibilitar-lhes uma futura colocação quando saíssem da instituição. A pesquisa pormenorizada deste assunto por Souza se encontra no seguinte capítulo de seu livro: “Poder local na hierarquia da pastoral do imigrante”. In: SOUZA, Wlaumir Doniseti de. *Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante. Das disputas ideológicas pelo imigrante ao limite da ordem: o Caso Idalina*. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p. 97 a p. 164.

Entretanto, nós nunca nos ocupamos desse fato, para nós sem valor, porque tanto acusaríamos o frade italiano como o brasileiro.

Porém, os seráficos e santos padres, por boca de seus defensores, querem que sejamos estrangeiros.

Pois sejamos estrangeiros, embora Edgard Leuenroth tenha nascido em Mogi-Mirim, Estado de S. Paulo e esteja registrado e até batizado como brasileiro.

Sejamos, portanto, cafres, hotentotes, australianos, tchecos ou yankees. À vontade dos reverendos. E que tem lá isso?

Então, se realmente os senhores estupraram e assassinaram duas crianças internadas no Orfanato, e se as provas desse duplo crime aparecerem, estais, por isso, livres de punição, isentos de culpa porque foram os estrangeiros que denunciaram o fato delituoso?”

Ao jogar luz sob a forma de desqualificação das vozes de denúncia orquestrada pela reação católica, a militância libertária reunida na campanha buscava desconstruir o discurso da Igreja Católica em sua associação ao nacionalismo na defesa de sua posição e importância perante a sociedade brasileira.

Desde a Carta Pastoral Coletiva de 1890, uma das pedras angulares do posicionamento político da Igreja em seu combate às determinações laicas da nova República se encontrava justamente em seu discurso associando o catolicismo a uma ordem “natural” da sociedade brasileira, como demonstra Euclides Marchi¹⁰². Segundo o autor, o laicismo da República, orquestrado por uma minoria de ateus, positivistas, maçons e protestantes, apenas servia para tumultuar e por em perigo uma ordem social harmoniosa sob os preceitos do catolicismo. Através da promessa da felicidade eterna garantida pela obediência às leis e aos seus preceitos no trabalho, na vida pública, e na família, a Igreja se buscava se colocar como uma instância auxiliar de controle social fundamental à pacificação dos conflitos e das consciências. Tendo em vista a tópica desta reportagem, bem como a de outras publicadas por *A Lanterna* ao longo da campanha, ao que parece, a reação católica se amparava justamente no uso deste

---

¹⁰² É importante notar que, segundo Marchi, além deste discurso legitimar a postura da Igreja quanto ao Estado nestes anos, o mesmo também servia de fundamentação para sua intervenção na questão social no Brasil. Nesse sentido, a Igreja não somente acusava diretamente o laicismo do novo regime como principal fator do crescimento dos distúrbios sociais em solo brasileiro, como interpretava sua intervenção como necessária missão de revalorização dos preceitos cristãos em meio à sociedade. Essa questão é desenvolvida pelo autor no terceiro capítulo de sua tese: “A Igreja e a Questão Social no Brasil”. In: MARCHI, Euclides. *A Igreja e a Questão Social: O Discurso e a Práxis do Catolicismo no Brasil (1850 – 1915)*. São Paulo: FFLCH/USP (tese de doutorado), 1989, p. 158 a p. 246.

discurso produzido pela alta hierarquia eclesiástica brasileira para legitimar sua atuação política.

A lembrança das origens dos padres do Orfanato remetia justamente à obra da Pastoral do Imigrante neste período, dentro de um plano construído pelos arcebispos brasileiros visando incentivar a instalação de congregações religiosas estrangeiras no Brasil. Muitas delas foram responsáveis, segundo Sérgio Miceli¹⁰³, pela edificação de colégios e institutos educacionais religiosos em solo brasileiro, naquilo que este autor chamou de período áureo da disseminação da educação religiosa no Brasil. Para se ter uma idéia, segundo o autor, somente entre os anos de 1890 e 1930 foram fundadas vinte instituições de ensino católico somente em São Paulo, demonstração clara de que a anuência dada pela hierarquia eclesiástica brasileira à instalação de novas congregações estava surtindo efeito. Este incentivo atendia diretamente aos anseios do clero nacional de recuperar suas posições políticas hegemônicas, ao buscar fazer de seus institutos celeiros de lideranças potencialmente dispostas a defenderem os interesses eclesiásticos em sua participação política. Ainda que o Orfanato não fizesse parte deste esforço de formação de lideranças, por sua ênfase maior no trato da infância desamparada embasada pelas doutrinas sociais da Igreja, sua construção e funcionamento atendiam diretamente às preocupações da hierarquia católica brasileira quanto às massas populares.

Ao lembrar as origens italianas dos padres e do Orfanato, o coletivo editorial de *A Lanterna* procurava desconstruir a associação efetuada pelas forças católicas entre a origem das denúncias e a idéia de que a mesma demonstrava um plano de desestabilizar a pacífica sociedade brasileira. Trazendo ao público a informação acerca da nacionalidade dos padres responsáveis pelo funcionamento da instituição, a *rede* construída pela campanha deixava clara a tática de desvio utilizada pela Igreja através de sua imprensa. Através da difamação dos denunciadores, os católicos demonstravam algo além do desprezo para com o clamor popular. Por trás da fachada de um discurso de universalidade propagado pela Igreja, se escondia uma postura de profunda intolerância para com aqueles que não seguiam seus preceitos ou punham em dúvida o teor de suas obras, como era o caso da *rede solidarizante* construída pela campanha.

Ao questionar a posição de silêncio e imobilidade da instituição, associando-o a uma atitude de desprezo para com o povo que seu discurso dizia zelar, o coletivo

---

¹⁰³ MICELI, Sérgio. “A gestão diocesana na República Velha.” In: *Religião e Sociedade*, nº 12. São Paulo: Editora Campus, 08/1985.

editorial de *A Lanterna* delineava os conteúdos de denúncia que transpareciam de sua leitura dos acontecimentos e saberes levantados pela atuação da *rede solidarizante* no caso. Desvelando a dimensão autoritária do discurso de universalidade do catolicismo a partir da atitude de intolerância desenvolvida para com seus críticos por seus apoiadores nos jornais defensores do Orfanato, a *rede* da campanha punha sob dúvida e ataque os elementos que pontuavam a reação da Igreja às denúncias.

Na decisão de descrever e denunciar o comportamento de seus padres dirigentes e apoiadores perante o que a campanha levantara, o coletivo editorial do periódico constituía uma *sintetizante crítica* voltada ao questionamento da postura do Orfanato diante das acusações que lhes eram dirigidas. Como núcleo desta *sintetizante crítica*, a associação desta postura a uma autoritária atitude de desprezo e intolerância para com a opinião pública, desvelando seu discurso de natural protetora e executora dos interesses populares como ideologia, a partir de sua surdez para com os clamores das ruas. Surdez aparentemente vencida apenas quando chamada a prestar contas de seus atos pelo excludente poder público paulista, que demonstrava o condicionamento de suas ações mais à autoridade que a questionava que ao teor do questionamento. Adotar essa *sintetizante crítica* era uma forma encontrada pelos articuladores da *rede* em torno da campanha de municiar com argumentos o comportamento de sociabilidade adotado pelos blasfemadores-agitadores que visavam, em suas manifestações, disseminar os saberes coletivamente construídos acerca do caso e angariar apoiadores.

É importante notar que, ao instigar os trabalhos coletivamente desenvolvidos pelos comportamentos de sociabilidade construídos na campanha, *sintetizantes críticas* como esta não buscavam atestar algum tipo de imparcialidade da parte dos colaboradores da agitação articulada pela militância anarquista, mas sim a força qualitativa de sua parcialidade a partir dos princípios solidários que moldavam as atitudes conduzidas pelas *figuras de experiência* atuantes em sua *rede*. No caso desta *sintetizante crítica*, esta força consistiria justamente em sua conduta para com a atuação dos blasfemadores-agitadores em seu trabalho de instruir e instigar a autônoma e multifacetada demonstração de manifestações da opinião pública em amparo ao sentido de denúncia que a campanha estava levantando sobre o Orfanato. O aparecimento da sessão “Ecos da Campanha” neste período parece ser uma clara demonstração dessa forma de singularizar os comportamentos incentivados pela campanha a partir da dimensão coletiva de seus trabalhos. Mais do que as origens das manifestações em favor, importava, portanto, que as mesmas ao menos existiam e se constituíam e

funcionavam pela irradiação de instrumentos coletivamente usados para a construção de uma autônoma opinião pública.

Nesse sentido, a postura do coletivo editorial de *A Lanterna* em reconfigurar os saberes coletivamente construídos sob matiz crítica permite perceber que seus membros adotaram um comportamento singular de modo a fazer do jornal também um centro irradiador das *shintetizantes críticas* surgidas em meio à campanha. Na atitude de desvelar os propósitos da atuação de seus oponentes, denunciando-os ao público, os produtores do periódico adotaram o papel de denunciadores-justiceiros. Reordenando os dados adquiridos pelas pesquisas do inquérito da campanha em instrumentos que permitissem instigar e municiar a ação política e social dos colaboradores da campanha nas ruas, o trabalho desta *figura de experiência* visava assegurar que ao menos da voz do povo viesse algum tipo de justiça negada pelas articulações de interesse entre Estado e Igreja.

Foi a partir desta postura que o coletivo editorial de *A Lanterna* começou a construir sua narrativa sobre as investigações da polícia quando da instauração do segundo inquérito, no final de 1910. Diante dos indícios reunidos até então, os denunciadores-justiceiros que produziam o jornal começaram a veicular na mesma edição seus primeiros questionamentos ao procedimento da polícia nas investigações:

“O inquérito

O sr. Pinheiro e Prado está fazendo um simulacro de inquérito. A sua proverbial pachorra, o seu pendor para a morosidade, que s. s. chama ‘preencher requisitos legais’ só tem trazido entraves e empecilhos à marcha da Justiça.

Nós suspeitamos do primeiro delegado.

Começamos por estranhar a hora imprópria em que foi interrogada América e, demais a mais, em presença de seu pai, que era infenso a que a menina declarasse o que sabia, apavorado não sabemos porque cargas d’água, com as conseqüências gravíssimas provocadas por esse depoimento.

Vejam agora a interferência do pai de América neste caso.

Tendo reduzido a termo as declarações à autoridade, antes das necessárias assinaturas, procedeu a leitura do auto.

Ao chegar no ponto em que América afirmou ter visto o cadáver de Josephina no banheiro, o seu pai, que se achava presente, exclamou, dirigindo-se à filha:

- *Veja bem o que diz, pois isso é de muita responsabilidade!*

América retificou então o seu depoimento, afirmando não ter visto o cadáver, mas continuou asseverando que soube da morte de Josephina no próprio dia em que ela devia ter-se dado.

E nem podia ser de outro modo. A criança, apreensiva com o tom em que lhe falara seu progenitor e sem saber bem o que vinha a ser aquela responsabilidade vacilou, retificando a primitiva declaração.

O que, aliás, não destrói o argüido anteriormente.

Também acresce, para tornar tímida a criança, a hora tarda da noite (o interrogatório terminou à meia-noite), a presença de pessoas estranhas, o arremedo de solene que existe no gabinete de um delegado e, enfim, a presença do pai a impedir que falasse livremente. Ajunte-se a isso a arte com que o dr. Pinheiro e Prado interroga, meditando 1 hora a pergunta a fazer e teremos explicada a aparente contradição de América.

A dificuldade em obter os depoimentos das crianças é insana. Os pais, quase sempre, procuram obstar a que os filhos falem, sempre receosos das conseqüências. É o que se deu com o menino Domingos Egydio, que, após declarações categóricas, de que temos incontáveis testemunhas, vem a negar tudo na polícia, devido às injunções do pai.”

A atitude negligente de Pinheiro e Prado em permitir a intervenção dos pais das testemunhas em seus depoimentos fazia os denunciadores-justiceiros que escreviam a reportagem nutrir desconfianças acerca dos procedimentos adotados pela polícia em sua investigação. Conjuntamente à intervenção paterna, o horário incomum e as prolongadas pausas do delegado se associavam na narrativa do coletivo editorial de *A Lanterna* ao que parecia ser o uso de técnicas que buscassem instigar contradições e dúvidas aos menores que foram depor. Ademais, diante da dificuldade em se encontrar testemunhas dispostas a falar, os procedimentos do primeiro delegado auxiliar eram lidos na qualidade de um ceticismo omissivo na condução dos rumos de seu inquérito.

Além da questão dos depoimentos dos menores, as suspeitas veiculadas na leitura dos denunciadores-justiceiros nesta mesma reportagem também se dirigiam aos outros procedimentos adotados pelo delegado na condução de seu inquérito:

“Vila Prudente

De fato, no dia 27, às 3 horas da tarde, o dr. Pinheiro e Prado, de automóvel, acompanhado do seu escrivão, e de um agente, seguiu para a seção feminina do Orfanato, na Vila Prudente.

Nesse estabelecimento a autoridade ouviu sóror Assumpta, madre superiora, Carolina, referida por América e sóror Marietta, também referida pela moça.

Desses depoimentos nada transpirou, pois o primeiro delegado auxiliar está agindo em segredo de justiça.

Sabemos, porém, que s. s. apreendeu as fotografias de Idalina e Josephina, que de fato estavam em poder de sóror Marietta, afirmou o sr. 1º delegado ao sr. Oreste Ristori.

[...] Mas a visita do dr. Pinheiro e Prado a Vila Prudente foi de todo ponto contraproducente.

É claro, e bem sabido era que as freiras negariam. O contrário é que seria a mais formidável surpresa.

Em primeiro lugar, o interrogatório das freiras por si só não bastava. Urgia interrogar todas as internadas e, tomando nota da residência das que já estivessem entregues às suas famílias, interrogá-las igualmente.

Em segundo lugar, aquela visita foi o clangor da corneta despertando os que dormiam. Foi o alarma aos culpados para que ficassem prevenidos e, assim, esperassem tranqüilos, confiantes, sorridentes mesmos, o *auto* do delegado.

Efetivamente, no dia seguinte, após a visita às freiras, o dr. Pinheiro visitou os frades.

E interrogou os frades que, logicamente sob juramento, declararam ser tão inocentes como uma criança de homem.

Os angélicos, os seráficos, os bem aventurados filhos de Maria se achavam limpos de mancha e de culpa.

E o dr. Pinheiro, já se sabe, veio satisfeito.

É assim que a polícia deveria agir?

É esse, e não outro, o proceder seu no caso gravíssimo que ora serve de tema a tantas discussões?

O que deveria ser feito

[...] Agir, finalmente, com o maior rigor e a maior rapidez possível para não dar tempo aos acusados a eliminar as provas que os comprometiam como agora já o deverão ter feito.

Não será, contudo, a nossa polícia que cometerá essa empresa. Não será ela capaz deste gesto de energia. Infelizmente a polícia, em nosso país, é apta somente para perseguir infelizes que roubam porque tem fome ou a grevistas que pugnam pela obtenção de alguma regalia.

Em regra, nos crimes em que os *grandes* se acham envolvidos permanecem impunes seus autores e são arquivados os processos por deficiência de provas.”

Atestar a demora em diligências que deveriam ser imediatas era mais uma forma de demonstrar que o delegado estava dando tempo aos acusados de ocultarem as provas de seus crimes. Interrogando somente os padres e freiras e ignorando a possibilidade de tomar testemunho dos menores residentes da instituição, ou daqueles que foram contemporâneos a Idalina e Josephina, o delegado demonstrava em sua aparente má-vontade sua negligência em bem conduzir a investigação. Tendo em vista os dados que obtiveram dos rumos até então tomados pela investigação policial, os denunciadores-justiceiros reunidos em *A Lanterna* não somente descreviam um catálogo de omissões e imperícias, mas faziam das diligências motivo para associar o processo investigativo a uma farsa coberta sob o manto da legalidade. Para tanto, o contraste das pacíficas diligências conduzidas no Orfanato com a postura policial em relação às associações e manifestações operárias, sempre reprimidas e fechadas de modo arbitrário e violento

traziam elementos suficientes para a disseminação de uma aura de desconfiança no trabalho do delegado.

Pondo em dúvida os procedimentos adotados pela polícia no que tange aos depoimentos, os denunciadores-justiceiros reunidos em *A Lanterna* atestavam a relação entre a condução do inquérito policial e o que aparentava ser uma clara tática de desqualificação das acusações que a campanha levantou. Apontando para ambigüidade da condução policial diante de suas atribuições legais de autoridade, pautada por um discurso jurídico que assegurasse a lisura das investigações a partir da imparcialidade de seus executores e a prática evidenciada pelo caso, o coletivo editorial do periódico jogava luz sobre mais uma *sintetizante crítica*. Nesse sentido, o conteúdo da leitura dos aspectos desta reportagem referentes à investigação permite perceber a necessidade de veiculação de uma *sintetizante crítica* voltada ao questionamento do procedimento investigativo policial no caso. No contraste entre o comportamento policial diante do operariado e em relação ao Orfanato, entre a qualificação das vozes dos padres e o ceticismo e omissão ante os dizeres das crianças, se delineava o registro de que o comportamento das instâncias de poder encarnadas pela polícia se mediava também mais pelo quem do que pelo quê da acusação. Denunciava-se, deste modo, a partir da discrepância entre discurso e prática um comportamento puramente ideológico da parte da força pública paulistana em seus afazeres.

Em larga medida, a constituição desta *sintetizante crítica* parece ter sido uma forma de instigar a continuidade dos trabalhos adotados pelo comportamento de sociabilidade próprio aos observadores-investigadores mobilizados pela *rede solidarizante* montada pela campanha. Buscava-se instigar, deste modo, que os mesmos continuassem a municiar os coletivos editoriais dos jornais apoiadores com dados que pudessem ser reconfigurados em acusações dirigidas às duas instâncias de poder. Nesse sentido, essa *sintetizante crítica* era mais uma forma de referendar pela via do incentivo a perspectiva de que somente teria validade os saberes que passassem por um trabalho relacional e coletivo em sua construção.

Diante dos indícios de parcialidade na condução do inquérito policial, a reportagem terminava anunciando a continuidade de suas investigações autônomas. Em seu final, também se anunciava ao público que os observadores-investigadores mobilizados pela campanha estavam obtendo, mesmo que com dificuldades, novas denúncias acerca do trato aos menores na instituição:

“Nosso inquérito

Não nos temos poupado a sacrifícios para aclarar este intrincado caso. Inúmeras são as vigílias que temos passado sem notarmos as pesquisas feitas que nos obrigam a percorrer continuamente os arredores de S. Paulo.

E mais de uma vez temos nos encontrado no mesmo ponto, com o sr. Pinheiro e Prado, e, para não perturbar a s. exc. nas suas diligências nem o desgostar com a prova da nossa atividade, temos sempre nos ocultado, às vezes até por detrás dos móveis.

Mas o resultado do nosso inquérito nos coloca em situação melindrosa. Sabemos de meninos que foram violentados pelos padres do Orfanato e que, hoje moços, indubitavelmente se recusarão a depor sobre um fato que os envergonha, embora naquele tempo não pudessem opor resistência à investida dos lúbricos roupetas.

Como citar seus nomes neste caso?

Igualmente temos notícias de meninas, há alguns anos ofendidas e de nenhum modo podemos citar seus nomes.

Hoje, casadas algumas, outras custodiadas pelas famílias, que evitam qualquer referência ao passado, certo não virão em nosso apoio, embora defendamos a verdade.

Somos informados de que um moço, músico do Orfanato há tempos, fora também ofendido. Não publicamos o seu nome pelos motivos acima expostos.

Também deixamos de publicar, pela mesma razão, o nome de outro menino, morador do Brás e que, como os outros apontados acima, foi da mesma forma vítima da concupiscência dos padres do Orfanato.

E outros que porventura lá estivessem ainda a estas horas estão despedidos para que em seus corpos não vá a justiça encontrar provas inconcussas da culpabilidade dos tonsurados.

Eles tiveram tempo de sobra para se precaverem.

Afirma-se que o mais célebre, o que mais se distingue nestas cenas de luxúria, o mais saliente dos sodomitas que dirigem o Orfanato é o padre Capelli, o mesmo que se deixa tão facilmente enternecer pelas lágrimas das mulheres!”

A atitude de momentânea cautela de *A Lanterna* diante do que as pesquisas efetuadas por sua *rede* de observadores-investigadores estavam obtendo tinha um duplo significado. Aparentemente, ainda era preciso obter uma confirmação mais precisa do teor do que iria ser publicado, em particular quanto à sua procedência. Tentava-se diminuir os riscos de que a atitude de denunciador-justiceiro encarnada pelos produtores materiais dos periódicos envolvidos na campanha se embasasse em questionáveis denúncias. Também era preciso assegurar uma espécie de proteção às vítimas dispostas a fazer da opinião pública seu tribunal. Era preciso que estas vítimas não somente se sentissem seguras em prestar seus depoimentos nos jornais da campanha, mas que, ao fazê-lo, tivessem certeza de que não sucumbiriam as pressões e ameaças que foram preponderantes na mudança dos depoimentos dos dois ex-internos encontrados pela campanha. A cautela era necessária, dado que o final da reportagem deixava claro que o

teor do que estava sendo obtido tinha por objeto direto a violência sobre os corpos das crianças.

Nos próximo número de *A Lanterna*, foi publicado um extenso artigo voltado a delinear alguns dos parâmetros que configuravam a leitura propagada pelos seus denunciadores-justiceiros acerca do teor dos dados obtidos no trabalho de investigação da campanha. Publicado em 12 de novembro de 1910¹⁰⁴, o artigo procurava construir uma explicação acerca do comportamento do sexual do clero, relacionando a prática do celibato a uma disposição antinatural diante das necessidades corporais:

“O celibato clerical

[...] Bem sabemos, como justificadamente observa DRALEI, que o celibato do clero é mantido apenas como um esteio dos interesses da igreja e garantia de sua disciplina, porque o padre, casado, mais facilmente se furtaria às ordens severas de seus superiores hierárquicos.

Mas, uma providência dessa espécie, um decreto que previne a insubordinação e mantém e desenvolve os interesses do catolicismo, é uma infração às leis biológicas, um insensato esforço para trazer o homem liberado das imperiosas exigências de seu organismo e produz o sacerdote devasso, que em horas caladas da noite demanda os prostíbulos, o idiota, que pretendeu se manter casto e prejudicou a integridade do seu cérebro, e, enfim, o atacado do priapismo ou satiriasis, o padre que, induzido por uma imaginação mórbida, devorado pelos pensamentos eróticos, ficou atacado desse mal terrível.

[...] A grita descompassada que as primeiras declarações de América Ferraresi levantou da parte dos defensores do Orfanato é de todo posto injustificada. Não seria esse o primeiro crime dos frades nem o último. E defender o Consoni com a simples afirmação de que é um santo é comprometé-lo ainda mais. Que nos conste, o santo casto é uma exceção na igreja católica. Um dos candidatos à santificação, para não aludir a uma teoria interminável de santos bandalhos, o papa Pio IX teve cerca de dezessete amantes... e algumas bem bonitas. Salomão, que pelo fato de viver antes de Cristo não deixa de ser santo, possuiu setecentas concubinas e trezentas mulheres *legítimas*.

E geralmente os mais virtuosos e os mais castos são a vítima do celibato, afirma um autor católico.

[...] E o regime do claustro, longe de ser o anafrodisíaco a sopitar as manifestações do erotismo é, antes, o afrodisíaco que os favorece, que lhes empresta mais intensidade, não só porque mantém os frades em boa saúde, fortes, como lhes dá margem a divagações permitindo que se comprazam nos pensamentos amorosos.

[...] Se exatas as afirmativas de América, o que ainda se está averiguando, não trariam surpresa a ninguém, e muito menos a nós, porque o celibato é fator essencial do erotismo que impele o sacerdote à prática de atos revoltantes, contanto que sua necessidade – a eliminação do licor seminal – possa ser satisfeita.

Acresce que o exemplo dado, em vários países, pelos diretores de estabelecimentos congêneres ao Orfanato, abusando da inocência e da candidez das crianças ou forçando-as, brutalmente, milita em desfavor dos padres envolvidos neste caso, pois é admitida a possibilidade de prática do crime.

Conforme fizemos notar, tudo quanto rodeia o padre, longe de ser um obstáculo, é um incentivo à prática de atos imorais. Os ócios, o contato direto com as crianças e as mulheres, a sua posição excepcional, que permite que o rodeiem de confiança

---

¹⁰⁴ “Sustentamos as nossas acusações contra o Orfanato Christovam Colombo – Onde está Idalina?”. *A Lanterna*, ano IX, nº 57, 12/11/1910.

cega, as ocasiões favoráveis, as continências prolongadas que o tornam mais ardoroso, a influência que as perturbações genitais causam ao cérebro, tudo concorre à realização do delito.

E mais: se o indivíduo é tido e havido como santo, e tenha notícia desse conceito, com maior segurança de impunidade pratica o fato delituoso, certo de que, se houver denúncias, terá a seu favor a incredulidade geral.

Adicione-se o confessorário, adaptado a favorecer os desejos libidinosos do sacerdote, e por onde o padre desce a minúcias impudicas, formula perguntas despudoradas.

Dado que a penitente, sem ser uma ninfomaniaca, é, no entanto, viciosa, já o terreno se aplaina diante do homem.

Se, no caso, é uma ingênua moça a interrogá-la, as perguntas, que requerem ser mais claras e precisas, levam a seu ânimo o desejo de verificar isso que o padre aponta como pecado. Não raro, o padre mesmo se incumbe de lhe mostrar o que pretende saber a penitente.”

A partir de uma perspectiva científica de cunho mecanicista, o denunciador-justiciero que escrevia essas linhas buscava delimitar a questão do celibato clerical como fator de controle histórico e social exercido pela Igreja no sentido de sustentar sua autoridade perante seus subordinados em sua estrutura hierárquica. Para seu autor, a dimensão repressiva dessa instância de controle, tendo por consequência o incentivo à renúncia aos instintos sexuais, favoreceria diretamente o uso da autoridade socialmente constituída pelo padre nas comunidades em que atuava no sentido de satisfazer seus desejos proibidos pelas regulamentações da vida monástica. Tendo por base o amparo dos fiéis que sustentassem sua autoridade ao ponto de poder tornar legítimo o seu comportamento sexual explorando crianças e mulheres submetidas à sua proteção, o autor procurava denunciar, amparado em explanações mecanicistas¹⁰⁵, o uso do domínio socialmente conferido ao padre para a satisfação de desejos sexualmente perversos.

Apontando a discrepância entre a moralidade propagada dos ritos católicos diante da prática do clero no trato de menores, a constituição do conteúdo desenvolvido neste artigo visava questionar o discurso da Igreja em sua ênfase de se colocar na

---

¹⁰⁵ Como demonstra Jacy de Alves Seixas (SEIXAS, Jacy de Alves. “Anarquismo e socialismo no Brasil: as fontes positivistas e darwinistas sociais”. In: *História & Perspectivas*, n°12/13. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 1995), o amparo em estruturas mecânicas de explicação científica era um ponto particularmente comum na militância anticlerical anarquista nestes anos. Segundo a autora, este amparo se traduzia em uma ambigüidade latente entre o discurso libertário em favor da autonomia do homem e seu embasamento em perspectivas científicas de construção de argumentos.

Ainda que não se discorde desse ponto, uma das coisas que mais chama atenção em *A Lanterna* no uso desse tipo de argumento é a qualidade de sua utilização nas páginas do periódico, não vislumbrada por Seixas. A referência a estes saberes, mesmo sem criticar seu mecanicismo, sempre procurava ser reconfigurada pela militância anarquista em favor de seu uso no combate à naturalização das desigualdades existentes. Tratava-se, portanto, de um referencial bastante diverso do comum à perspectiva conservadora de então, que fazia uso do mesmo manancial para legitimar a manutenção da estrutura social que os favorecia.

sociedade como legítimo guia a determinar a educação da infância. O artigo era o primeiro indício de que a junção de novos dados que estavam sendo coletados nas ruas poderia configurar uma *sintetizante crítica* que fosse desdobramento do comportamento delineado pelos conteúdos de denúncia referentes ao comportamento do Orfanato quanto à campanha.

Mesmo ante a possibilidade de que as denúncias jamais fossem averiguadas, ainda assim a *rede solidarizante* trazia ao público os relatos que seu trabalho investigativo colheu ou incentivou a serem enviados aos jornais da campanha. Foi nesse espírito que em 3 de dezembro de 1910¹⁰⁶, *A Lanterna* publicava o primeiro de uma série de relatos que iriam dominar a cobertura da campanha durante os próximos dois meses:

“Mais um documento

O ex-internado do Orfanato Christovam Colombo – Canzio Baratti escreveu à redação de *La Battaglia* uma carta narrando fatos que põem bem em relevo a repugnante moral interna daquele estabelecimento e o revoltante tratamento que lá dão as pobres crianças.

Diz esse ex-aluno, entre outras coisas, que um dia o seu condiscípulo Luiz Bettamini divertia-se a atirar pedaços de tijolos ao alvo, quando de uma porta situada defronte a ele, saiu correndo um rapazito que gozava a proteção de um gráudo desta capital, e foi atingido no rosto por um projétil. Aos seus gritos ocorreu o *evangélico* padre Consoni que, tomando um grosso cacete foi sobre o pobre menino dando-lhe duas ou três fortes cacetadas. O pequeno, agredido, conseguiu fugir, dormindo durante 5 noites dentro de uma pilha de tijolos por ele mesmo arranjada em forma de casinhola.

[...] ‘Certa vez, continua o ex-aluno, o mestre-escola Vicente Staro, ordenou-me durante a lição que fizesse o sinal da cruz.

Obedeci ao ----¹⁰⁷, mas como não me posicionei bem, ----¹⁰⁸ de castigo de joelhos sob grãos de milho e de braços abertos com um grosso volume de enciclopédia em cada mão.

Magoado e cansado, não podendo mais suportar o peso dos volumes e as dores nos joelhos, produzidas pelos grãos de milho, levantei-me, deixando cair os livros. A ----¹⁰⁹ padre Marco Simone, o qual me deu duas grandes bofetadas e depois, fitando-me com ferossíssimo olhar, que me fez tremer de medo, levantou-me pelas orelhas, batendo-me três ou quatro vezes com a cabeça na parede.

Um pequeno divertia-se certa vez a desenhar um retângulo no passeio. Surpreendido por uma *irmã de caridade*, foi obrigado por esta a limpar o chão com a língua.

Uma manhã, o ----¹¹⁰ Bartholomeu, notando que o internado Carlos Garcia, não obstante ressoado a sineta, continuava a dormir, puxou-o tão brutalmente da cama que este lhe escapou da mão caindo violentamente sobre o solo.

---

¹⁰⁶ “Criminosos e farsantes do Orfanato Sinistro – Mais um documento”. *A Lanterna*, ano IX, nº 60, 03/12/1910.

¹⁰⁷ Palavra ilegível.

¹⁰⁸ Palavra ilegível.

¹⁰⁹ Trecho ilegível.

¹¹⁰ Palavra ilegível.

Foi tal a brutalidade que todos os internados presentes protestaram, não obstante a educação de doentia passividade que ali recebem.
Quanto ao alimento que se dá aos alunos daquele ----¹¹¹ — é tão escasso que provoca fome e tão repugnante e nojento que provoca fastio... e náuseas.”

O quadro retratado por esta série de denúncias relatadas por um ex-interno da instituição tingia de cores sombrias os meios do Orfanato de tratar os menores sob sua tutela. Dos espancamentos aos castigos humilhantes, aplicados geralmente como reprimendas diante de momentos de inocente lazer das crianças, o relato trazido por Canzio Baratti carregava consigo traços de que a educação visando submeter os órfãos aos princípios cristãos da Igreja era interpretada pelos padres tutores do Orfanato como licença para livremente supliciar seus corpos. Tanto quanto os maus tratos nos castigos e na alimentação ministrada às crianças, a atitude de proteção dos padres aos filhos de figuras importantes na sociedade internados no Orfanato jogava luz sobre a própria ambigüidade da aplicação de seus preceitos educacionais, embasados na dualidade de trato de acordo com a origem social da criança.

O que vinha à luz a partir deste relato dava materialidade à perspectiva de encarar o discurso de legitimidade da tutela eclesiástica de menores como anteparo para a prática dos delitos que estavam sendo conhecidos pelo desenvolvimento dos trabalhos da campanha contra o Orfanato. Nesse sentido, a introdução publicada na reportagem de 12 de novembro parece ter dado as bases fundamentais do núcleo de conteúdo da *synetizante crítica* relativa ao trato de menores no Orfanato, que buscava conferir sentido à publicação dos relatos.

Ou seja, nesta *synetizante crítica* se encontrava a intenção de denunciar uma contradição na legitimidade conferida aos padres da instituição para com o trato de menores, a partir da visão socialmente aceita dos mesmos como guardiões de preceitos de moralidade. Contradição esta que surgia a partir do comportamento eivado do uso deste poder socialmente conferido em práticas de desqualificação dos corpos das crianças, como o relato publicado sugere. A presença desta discrepância era interpretada como indício claro de que sobre o discurso de educação da infância sob a tutela eclesiástica, a introdução de valores de submissão como preceitos válidos às crianças servia na prática para encobrir o exercício de abusos de poder sobre as mesmas, transformando a legitimidade da educação religiosa em ideologia.

---

¹¹¹ Palavra ilegível.

Também é preciso constatar que a constituição desta *sinetizante crítica* parecia ser uma espécie de desdobramento do teor de denúncia levantado anteriormente pelos denunciadores-justiceiros questionando a postura do Orfanato diante da campanha a partir do que seus colaboradores nas ruas levantavam. A reformulação dos teores de denúncia e incentivo aos comportamentos singulares dos colaboradores da campanha era um atestado de que os conteúdos das *sinetizantes críticas* desenvolvidas pela militância libertária dependiam diretamente do rumo tomado pelos acontecimentos ou saberes coletivamente adquiridos sobre o caso para a sua configuração.

A decisão da campanha de ir adiante, reiterando suas denúncias e o resultado de suas investigações, parece ter surtido efeito no incentivo ao desenvolvimento da sociabilidade própria aos trabalhos dos observadores-investigadores que atuavam em sua *rede*. A publicação deste primeiro relato também demonstrava que esta decisão serviu para encorajar ex-internos do Orfanato a abandonarem seus receios e publicarem suas narrativas do que vivenciaram ou presenciaram entre seus muros. Além de novamente referendar a perspectiva relacional e coletiva de construção de saberes, esta *sinetizante crítica* demonstrava uma perspectiva inclusiva, justamente ao dar voz a aqueles que a polícia simplesmente se negava a ouvir.

Neste e nos relatos posteriores publicados em *A Lanterna* ficava patente que a aplicação dos preceitos de docilidade e submissão dos menores à autoridade da Igreja envolvia diretamente a desqualificação de seus corpos através do uso da violência. Nesse sentido, a educação católica e os valores morais transmitidos por instituições como o Orfanato eram apresentados nos periódicos da campanha na qualidade de um espelho sem adjetivações à própria estrutura violenta e autoritária da sociedade em que viviam. Espelho este que também refletia as próprias práticas pedagógicas comuns aos estabelecimentos educacionais da época, ainda que os castigos corporais nas salas de aula tenham sido proibidos por decretos datados do período imperial. Segundo a pesquisa de Rosa Maria Barboza de Araújo sobre o cotidiano familiar no Rio de Janeiro da Primeira República¹¹², era comum a aplicação de castigos corporais em instituições particulares de ensino, particularmente nos estabelecimentos dirigidos ou que contavam com professores estrangeiros em seus quadros, num flagrante desrespeito aos decretos do período imperial que proibiam tais práticas. Ainda que a autora não se concentre sobre essa questão no que tange ao ensino religioso, do que se depreende do teor das

---

¹¹² ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A Vocaçãõ do Prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

denúncias reunidas pela campanha, também o Orfanato Christóvam Colombo, que contava em sua totalidade com quadros formados de padres italianos entre seus professores, era adepto deste tipo de prática.

Ao investigar e publicar estas denúncias, *A Lanterna* também fazia, em outro terreno, um trabalho particularmente comum à imprensa operária e anarquista neste período. Segundo Margareth Rago¹¹³, nas páginas da imprensa operária nestes anos, era particularmente comum a publicação de denúncias envolvendo a exploração de menores no espaço de produção, numa clara atitude de desnaturalizar o discurso do patronato que defendia o emprego da mão de obra infantil a partir de uma ideologia referente ao efeito moralizador do trabalho. Para a autora, a preocupação da militância libertária com a educação nestes anos, a partir de suas discussões sobre pedagogia e a construção de iniciativas voltadas à instrução popular serviam por si só como uma resposta ao que era denunciado constantemente nas páginas de seus jornais sobre o trabalho infantil. O que Rago não percebeu em seu estudo, em virtude de seu recorte centrado na resistência operária no espaço produtivo, é que esta reação no plano da educação também envolvia uma consistente atitude de denúncia de abusos e maus-tratos a crianças também nas instituições de ensino laicas e religiosas. Nesse sentido, trabalhos como o da campanha mobilizada contra o Orfanato eram uma forma de dar uma amplitude ainda maior ao esforço de denúncia conduzido pelos militantes anarquistas em seus constantes ataques à exploração infantil no terreno produtivo.

Em meio aos esforços da militância libertária de denunciar a exploração infantil em terrenos outros que o espaço produtivo, o trabalho articulado pela *rede* da campanha de desconstruir as fachadas que cercavam o Orfanato, através da publicação do arcabouço de suas práticas no trato de menores, continuava. Na edição seguinte de *A Lanterna*, que chegou às ruas no dia 10 de dezembro de 1910¹¹⁴, era publicado mais um relato enviado por um ex-interno da instituição que se dispôs a falar:

“Soma e segue

Na *Battaglia* foi escrita uma nova carta fazendo mais uma grave revelação. Trata-se de um episódio contado por um moço que há tempos foi aluno do Orfanato. Conta ele que estando certo dia a brincar no recreio um dos padres disse-lhe que fosse fazer a limpeza de seu quarto.

---

¹¹³ RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

¹¹⁴ “Um covil de delinquentes.” *A Lanterna*, ano IX, nº 61, 10/12/1910.

‘Apressei-me a obedecê-lo, diz ele, e quando me achava ocupado arrumando a cama entra o padre que me agarrou, abraçando-me e, enquanto dizia-me ao ouvido palavras amáveis, procurava desabotoar-me a calça. Vendo que eu resistia, não querendo sujeitar-me ao seu intento bestial, começou a ameaçar-me.

Aterrorizado, comecei a gritar e ele, receoso que viesse alguém, largou-me. Fugi então para junto de meus colegas que, vendo-me espavorido e com as calças na mão, rodearam-me procurando saber o que tinha acontecido. Contei-lhes tudo e, desde então, o tal padre não cessou de perseguir-me.’”

Este era o primeiro dos relatos angariados pela campanha que confirmavam em seu teor a potencial veracidade das acusações levantadas pela campanha acerca do que teria se sucedido a Idalina e Josephina, em virtude de ser a primeira denúncia de prática de abuso sexual. Ademais, esta pequena narrativa trazia consigo alguns dos traços nos quais o tratamento ministrado às crianças na instituição era até então envolvidos em silêncio. Ao que consta, tanto neste como em relatos posteriores o silêncio sobre estas práticas se assegurava pela constante atitude de intimidação dos padres aos menores, através da perseguição ou do argumento de que ninguém acreditaria em suas vozes se viessem a público denunciar o que sofriam.

Também é preciso notar outra singularidade na publicação destes dois relatos, comum aos mesmos e aos que posteriormente se seguiram. Nos mesmos é quase ausente a voz dos denunciadores-justiceiros da campanha, numa clara atitude de se fiar tão-somente naquilo que era oriundo da voz daqueles que ou decidiram romper com seu silêncio, ou optaram por colaborar com seu testemunho acerca do que viram na instituição e em seus arredores. Com essa postura, os coletivos editoriais dos jornais que participavam da campanha buscavam dar voz justamente a aqueles que os abusos dos padres do Orfanato e os meios parciais de condução do inquérito policial desqualificavam diretamente em sua atitude de violência sobre seus corpos ou de desprezo ante o que tinham a dizer. A postura reforçava a idéia de que uma das funções do estabelecimento de *sintetizantes críticas* por parte dos denunciadores-justiceiros era a do registro sob forma de denúncia das contradições que envolviam o comportamento de seus adversários em contraste com a imagem que os mesmos instituíam socialmente.

Seguindo estes mesmos moldes, em 17 de dezembro de 1910¹¹⁵, *A Lanterna* publicava a informação vinda de “pessoas conceituadas” que diziam que uma menor de nome Elvira, filha do leiteiro do Orfanato, tinha sido vítima de seguidos estupros cometidos por padres da instituição, vindo a se prostituir em virtude dos abusos que

---

¹¹⁵ “Continuando a desmascarar os tartufos”. *A Lanterna*, ano IX, nº 62, 17/12/1910.

sofrera em sua juventude. Na mesma edição também eram publicados mais dois relatos oriundos de observadores-investigadores que juntaram seus esforços à campanha: o primeiro provinha de uma carta enviada aos redatores de *La Battaglia* da parte de um colaborador residente em Jurema, em que o mesmo dizia ser amigo de um homem cujo filho, o ex-interno do Orfanato Alfredo Beolchi, se tornara epilético em virtude de pancadas recebidas na cabeça durante sua estada na instituição¹¹⁶; o segundo relato provinha de Antonio Roquette, fiscal de um estabelecimento na capital, em que o mesmo dizia ter testemunhado em uma de suas caminhadas por perto da instituição a fuga de um menor aterrorizado que trazia na cabeça uma grande ferida provavelmente feita por golpes de porrete, dizendo que jamais voltaria a botar seus pés no Orfanato¹¹⁷. Como se soube na edição seguinte¹¹⁸, o menor que Antonio Roquette testemunhara fugir era Domingos Egidio, uma das primeiras testemunhas encontradas pelos observadores-investigadores disposta a falar sobre o que sabia de Idalina. Segundo a versão apresentada pelos pais e pela instituição, o menino não fugira, mas fora autorizado a sair do Orfanato para participar das festividades de aniversário de sua irmã.

A quantidade de denúncias recebidas pelos periódicos da campanha culminou na publicação de uma extensa lista de crimes ocorridos na instituição em *A Lanterna* em sua edição de 31 de dezembro de 1910¹¹⁹. Batizada de “Lista Trágica”, a lista era um extenso catálogo dos crimes que o inquirido “por conta própria” da campanha havia até então conseguido denunciar. No número seguinte de *A Lanterna*¹²⁰, nesta lista, se lia:

“IDALINA DE OLIVEIRA, órfã, de dez anos, natural de Bebedouro – estuprada pelo padre Stefani e assassinada com pancadas de pá na cabeça pelo padre Faustino Consoni, diretor do Orfanato, na ocasião em que a criança tentara fugir daquele antro.

JOSEPHINA DE TAL, de quatorze anos, estuprada por ter tentado chamar por socorro dentro do quarto de banho da seção feminina do Orfanato, na Vila Prudente, sendo autor do crime o mesmo padre Faustino, que se diz virgem e puro. América Ferraresi, ex-aluna daquele bordelesco refúgio, VIU essa menina morta, no banheiro, com o rosto tumefacto e roxo.

ARCANGELO LANCUCCI, filho de Cezar Landucci – estuprado e contaminado horrivelmente no Orfanato, enlouquecendo em consequência deste ato de caridade dos padres.

¹¹⁶ “Mais uma vítima – Uma criança epilética em consequência das pancadas recebidas no Orfanato”. *A Lanterna*, ano IX, nº 62, 17/12/1910.

¹¹⁷ “Fuga emocionante: Maus tratos no Orfanato – Carícias do Padre Faustino Consoni”. *A Lanterna*, ano IX, nº 62, 17/12/1910.

¹¹⁸ “A fuga de Domingos Egidio”. *A Lanterna*, ano IX, nº 63, 24/12/1910.

¹¹⁹ “Ainda de baterias assestadas – Batinas asquerosas!”. *A Lanterna*, ano IX, nº 64, 31/12/1910.

¹²⁰ “Um viveiro de criminosos: Orfanato sinistro – Uma lista trágica.” *A Lanterna*, ano IX, nº 65, 07/01/1911.

ELVIRA (VULGO VEADINHA), filha do antigo leiteiro do Orfanato, estuprada pelo sempre virgem padre Faustino, em um capinzal, quando tinha dezesseis anos de idade é hoje prostituta.

JOSÉ ADEMAR DE FARIA, morador à rua da Glória – fugido do Orfanato em consequência dos maus tratos, tendo o corpo cheio de sevícias e a alma cheia de terror.

DOMINGOS EGYDIO, residente à rua General Carneiro, 45, de novo fugido do sagrado abrigo e transportado para a cidade pelo sr. Antonio Rocchetto. Conta, aterrorizado, os maus tratos de pobres que são vítimas os asilados. Mostrava na cabeça uma larga esquimose produzida por uma pancada que lhe vibrou um padre do sinistro Orfanato.

Há também uma outra vítima, de quem não podemos publicar o nome. A infeliz contou a seu noivo que há seis anos foi estuprada por um padre do Orfanato.

Avaliando só agora toda a infâmia sofrida, e sabendo seu corpo conspurcado pelo contato asqueroso do padre infame, quis ser leal a seu noivo e tudo lhe narrou.

ROSA DE TAL, deflorada no Orfanato, que por isso foi abandonada pelo seu companheiro.

Existem ainda muitas outras vítimas, que por uma forte rede de conveniências nos impedem de as incluir aqui.

Por isso só podemos nos ocupar delas sem lhes citar os nomes, o que, entretanto, será feito se os padres tiverem a ousadia de nos processar.

Dentre elas, podemos destacar as seguintes:

Um menino, residente no Ipiranga, vítima de uma tentativa de estupro por parte de um padre do Orfanato.

Uma moça até há pouco tempo empregada na fábrica de tecidos *Mariangela*, estuprada por um padre do Orfanato.

Uma outra moça, hoje casada, também deflorada por um padre do covil do Ipiranga. Dois meninos, um morador no bairro do Brás, e outro que até há pouco foi músico da banda do Orfanato, foram também vítimas da bestialidade dos padres daquele antro.

Diante de indicações tão precisas, que faz a autoridade encarregada do inquérito aberto para averiguar da procedência de nossas acusações? Que tem feito o dr. Pinheiro e Prado durante os dois meses já transcorridos?

Quase nada, ou melhor, coisa alguma. As diligências serviram somente para favorecer os criminosos, que tiveram todo o tempo necessário para arredar provas valiosas de sua culpabilidade.

Entretanto, nós, que depositamos mais confiança no tribunal da opinião pública, no julgamento inexorável do povo, continuamos a denunciar-lhe as repelentes torturas do Orfanato, chamando-os:

- Estupradores, martirizadores e assassinos!”

A publicação da lista, bem como o teor dos crimes contidos nela, era uma confirmação que a atitude instigada pela *sintetizante crítica* configurada pelos denunciadores-justiceiros da campanha para constituir um significado ao proceder do Orfanato no trato dos menores tinha dado resultados. Ou seja, o registro dos dados obtidos enquanto denúncias dos abusos cometidos pelos padres do Orfanato, sob a fachada de autoridade socialmente legítima para a tutela de infância, efetivamente fortaleceu os comportamentos de sociabilidade instigados por essa *sintetizante crítica* no sentido de que seus observadores-investigadores continuassem seus trabalhos. Mais do que isso, encorajou a atitude das vítimas ou testemunhas em se dispor a vir ao público pelos jornais dizer do que viram ou sofreram. Ainda assim, pelo que se

depreende do discurso dos denunciadores-justiceiros, muitas denúncias não puderam ser publicadas, o que torna provável que outras jamais vieram ao conhecimento da campanha em virtude dos receios e medos de suas vítimas.

Ao longo do mês de janeiro, praticamente em todos os artigos relacionados à campanha esta lista veio a ser divulgada, contando inclusive com o incentivo dos produtores de *A Lanterna* para que a mesma fosse incluída em alguns dos panfletos que os blasfemadores-agitadores pretendiam distribuir entre a população de São Paulo nestes dias. Pelo crescimento das múltiplas manifestações de solidariedade encontradas nas seções destinadas ao registro dos apoios prestados à campanha, a constituição desta lista de denúncias parece ter tido um papel fundamental em angariar o apoio de setores da sociedade paulistana com nenhum ou precários vínculos com a militância operária ou com a militância anarquista.

Mesmo diante dos rumos adotados pela investigação da polícia, denunciados pela *sintetizante crítica* relativa ao questionamento dos procedimentos da polícia, durante todo o período entre outubro de 1910 e fevereiro de 1911, *A Lanterna* esporadicamente publicou apelos destinados ao delegado Pinheiro e Prado para que o mesmo mudasse de atitude. Um destes apelos foi publicado por *A Lanterna* em 11 de fevereiro de 1911¹²¹:

“Carta aberta ao exmo. sr. dr. Pinheiro e Prado

Afastado por algum tempo da colaboração da *Lanterna*, nem por isso tenho deixado de a ler e acompanhar com interesse o caso por demais misterioso do Orfanato Christóvam Colombo.

E tanto mais misterioso se me afigura quando é certo que os fatos por esta folha denunciados, só se desmentem com evasivas, e estas tão mal fundamentadas que a opinião interessada, isto é, a opinião livre, não se pode contentar com o simulacro de inquérito forjado por v. s..

Criado em escolas internas e custeadas pelo governo, tive ocasião de constatar as dificuldades que se opunham à entrada de um novo aluno no colégio, e se estas dificuldades eram grandes na entrada, tornavam-se maiores na saída, pois antes de se entregar um menino, era preciso apresentar uma porção de atestados, como seja: de paternidade, de bom comportamento, de condições financeiras, etc.

Ora, se isso acontece com crianças que têm seus pais vivos, com quantas precauções não se deve andar com uma menina órfã de pai e mãe? No entanto, Idalina, dizem os padres, de um momento para outro, abandona uma situação definida para lançar-se no desconhecido, seguindo uma mulher que ninguém conhece e que nem sequer levou, para justificar seu direito, um atestado do juiz de órfãos.

O fato de uma criança sair do Orfanato irregularmente devia constituir para a polícia um incentivo para o prosseguimento das pesquisas até que fosse obtido um resultado satisfatório.

---

¹²¹ “Um Orfanato de má fama: Carta aberta ao exmo. sr. dr. Pinheiro e Prado. *A Lanterna*, ano X, nº 70, 11/02/1911.

Mas o fato desta inocente criança não aparecer nem viva nem morta, assim como tampouco a fantástica Ítala Fonte, seria o bastante para que qualquer pessoa que não estivesse interessada em guardar silêncio sobre o fato, dispondo de meios como dispõe v.s., isto é, tendo um corpo de agentes secretas e uma verba à sua disposição, não deixasse pedra sobre pedra até encontrar a ponta desta meada, a chave de tão intrincado enigma.

Como o assunto foi aqui tratado muitas vezes, terminarei por fazer um apelo que, como os anteriores, terá o mesmo efeito que bater em ferro frio.

Já acima ficou dito que v. s., querendo, dispõe de todos os recursos para dissipar as trevas deste mistério para não ser tachado de leviano.

Pois bem, se v. s. tem amor à família, à infância e ao povo; se v. s. não se acha infectado pelos miasmas que exalam do pútrido Orfanato; se a fatal influência dos jesuítas do Orfanato ainda não corrompeu os vossos sentimentos, atenda os reclames do povo livre, e, com energia e sensatez, trate de descobrir o fim que teve a infeliz criança que, tendo desaparecido dum estabelecimento de caridade e sendo feitas importantes denúncias após certo tempo, até agora, apesar dos esforços empregados, ainda não apareceu.

Será um procedimento que muito o abonará no conceito do povo, do qual faz parte o obscuro.

C. M. ROCHER,
3-2-1911.”

O apelo, de fato, bateu “em ferro frio”. Mesmo diante das testemunhas que se dispuseram em ajudar a campanha afirmando que Domingos Egydio e América Ferraresi deram depoimentos diferentes em público aos prestados ao delegado e da fuga do menino do Orfanato¹²², Pinheiro e Prado jamais os chamou novamente a depor. Nenhuma das denúncias publicadas pela campanha foi objeto de investigação por parte de qualquer autoridade competente. Ainda assim, ao que parece, a justiça que a polícia negara à campanha estava sendo efetuada pelo veredicto dado por boa parte da população paulistana de então a partir do “tribunal da opinião pública”, a partir do registro de seu protesto em seus anônimos atos adotando os comportamentos de sociabilidade instigados pela *rede*. Na semana seguinte à desta edição, se deu um novo acontecimento no qual novamente os apoiadores da campanha tiveram de dar demonstração de sua força.

2.3. FEVEREIRO - MARÇO DE 1911: DESMASCARANDO OS TARTUFOS

Na segunda-feira, dia 13 de fevereiro de 1911, correu em São Paulo o rumor de que havia sido reencontrada a menor Idalina. Alimentando a veracidade de tais rumores,

---

¹²² As cartas destes observadores-investigadores que se dispuseram a enviar à campanha o que sabiam dos relatos dos menores antes deles deporem em juízo se encontram transcritas no primeiro capítulo desta dissertação.

os denunciadores-justiceiros reunidos em torno da campanha passaram o dia divulgando o fato aos colegas da imprensa diária, de modo a pressionar a polícia e o Orfanato a para uma apresentação pública da menor. De noite, era apresentada para a imprensa paulistana uma menor com traços parecidos aos dos retratos conhecidos de Idalina, dizendo ser a menor raptada da instituição cerca de três anos antes.

Segunda a estória que foi divulgada à imprensa, a suposta Idalina teria sido raptada, em 1907, por uma mulher de nome Maria Luiza, e viveu em companhia da mulher e de seu esposo por cerca de três anos. Num dia, cerca de dois meses antes de seu “reaparecimento”, Alzira Paranhos, estando à janela do terceiro andar da casa de José Rodrigues da Costa, viu uma menina pobremente vestida se dirigir a um policial pedindo auxílio para obter um emprego. Sabendo que a casa precisava de uma empregada, a mulher ofereceu à menina o emprego e foi aceita no casarão. Ao longo dos dois meses, a suposta Idalina trabalhou na casa sem ser questionada quanto à suas origens. Quando perguntaram à menina de onde vinha, a mesma disse ser uma ex-interna do Orfanato Christovam Colombo que fora raptada por uma mulher que dizia ser sua mãe, conseguindo fugir posteriormente de sua raptora. Não sendo aceita quando tentou retornar à instituição, vagou pelas ruas paulistanas em busca de trabalhos para sua sobrevivência. A menina dizia se chamar Idalina.

A mulher que teria encontrado a órfã supostamente raptada, Alzira Paranhos, além de ter um irmão que trabalhava no Orfanato como porteiro, era protegida do industrial José Rodrigues da Costa, conhecido colaborador da instituição e amigo íntimo do primeiro delegado auxiliar Arthur Xavier Pinheiro e Prado.

Ao saber da estória da menor, Alzira mandou chamar os padres do Orfanato, que, juntamente a alguns funcionários da instituição e o delegado Pinheiro e Prado, efetuaram o reconhecimento, atestando ser a menina Idalina. Na quarta-feira, dia 15¹²³, *A Lanterna* publicava a primeira de suas reportagens para tratar do acontecimento. O longo artigo presente nesta edição, tomando suas duas primeiras páginas, se iniciava deste modo:

“Não nos surpreendeu a notícia do aparecimento da pseudo Idalina, que os padres estupradores e assassinos do Orfanato sinistro, de combinação com a polícia nos querem impingir, de um modo inepto, tolo, ultra estúpido. Não nos surpreendeu essa desastrada maquinação: fomos nós, os anticlericais, que a precipitamos, levando, na

---

¹²³ “Torpe mistificação desvendada”. *A Lanterna*, ano X, nº 71, 15/2/1911.

segunda-feira à noite, a notícias aos jornais e obrigando desse modo a polícia a esclarecer o caso aos repórteres.

De há muito que esperávamos esse truque, as viagens dos padres pelo interior à procura de *uma Idalina* não tinham outro fim.

Apareceu a Idalina! E de que modo, Santo Deus?! Foi logo parar na casa de um íntimo do delegado Pinheiro e Prado! Até parece o dedo da providência! É ela, a própria Idalina, em carne e osso, sabia muito e é a ‘Gazeta do Povo’ que o afirma, bem que era a heroína de que todo o Brasil falava, por quem todos os muros de S. Paulo (inclusive os do interior) bradavam, pela voz dos grandes cartazes neles colados e até por impressões à piche em que se vê uma caveira e a pergunta fatal: - ONDE ESTÁ IDALINA? A *autêntica Idalina* estava há dois meses em S. Paulo, falava todos os dias com seus numerosos vizinhos mas, coisa estranha, guardou sempre o seu segredo até encontrar a casa de um protetor do Orfanato e amigo íntimo do delegado Pinheiro e Prado!

A família Stamato, com quem essa menina foi criada, a família Stamato que a conhece porque a criou, não foi admitida a ver a tal Idalina! O Sr. Pinheiro e Prado permitiu que a *autêntica Idalina* fosse vista por dezenas de padres e até por pessoas que nunca a conheceram; mas a família Stamato, quase a única competente para a reconhecer, foi terminantemente proibida de a ver!

Nós bem percebemos o fim deste truque. O fim dos padres e da polícia é preparar uma opinião pública fictícia, embora temporária, para servir de água na fervura. O telégrafo, por toda a parte, a esta hora, lançou a notícia do aparecimento, isto forma uma corrente de opinião, e quando for o desmentido, a primeira impressão cavou fundo no espírito público ‘Calumniae, calumniae! que alguma coisa fica’, dizem jesuítas.

A tática da autoridade e dos padres é manter por algum tempo a notícia do aparecimento sem formal contestação e é por isso que só a deixam ser vista pelos criminosos e seus cúmplices, recusando a todo o instante a sua reapresentação à família Stamato que a criou e, portanto, dificilmente se enganaria no reconhecimento.

A polícia e os jornais dizem que Idalina veio de Barretos e que a sua pseudomãe se chama Maria Luiza; no entanto, a família com quem estes moravam afirma que a mulher se chama Francisca e que veio de Atibaia.

A ‘Gazeta do Povo’, jornal clerical, diz que o Sr. Costa apenas soube que tinha em casa a autêntica Idalina no domingo e levou a agradável notícia ao conhecimento do delegado Pinheiro e Prado. Então, como se explica o telegrama endereçado à S. Paulo, pelo qual se verifica que, na estação do Rio Grande, o aparecimento já era conhecido pelo vigário de lá, que por sua vez o ouvira de um dos padres do Orfanato?

A Maria Luiza, descrita pelos criminosos, que foi retirar a 3 anos e tanto Idalina do Orfanato – era uma meridional, bonitona, desenvolta – hoje ela aparece-nos alcoólatra, estúpida, feia, etc.

Idalina sabia ler, mas a mesma Idalina, agora, não sabe nem o A B C.

Os leitores lembram-se que os padres, em tempo, apresentavam um tal de Paranhos, empregado do Orfanato, como testemunha de vista que assistiu a despedida da Idalina, quando esta foi ver o seu irmão Sócrates na seção masculina.

Pois bem, esse Paranhos é irmão da criada do sr. Costa (protetor do Orfanato), criada essa a quem a Idalina contou todo o mistério da sua vida.

Leitores, povo de S. Paulo, atentai bem! O plano da polícia e dos padres é mostrar a suposta Idalina aos criminosos e seus cúmplices para declararem que a reconhecem, e por fim, antes de ser constatada a mistificação pela família Stamato – farão desaparecer a protagonista desta farsa repugnante! Idalina desaparecerá novamente antes do povo a ver!!

Acusamos desde já a polícia, os padres do Orfanato Christovam Colombo e o sr. Costa, a quem a menina está entregue, caso a fuga se realize.”

O artigo lançava as primeiras sementes para desvendar o inusitado acontecimento do suposto reaparecimento de Idalina, deixando claras uma série de contradições existentes em torno do episódio. A primeira contradição provinha do contraste entre a mulher descrita pelos padres em sua versão de rapto e aquela que a polícia prendera; a segunda era oriunda da própria menina apresentada, que diferentemente de Idalina não sabia ler. A terceira das contradições envolvia a disseminação do reaparecimento de Idalina pelos telégrafos sem mesmo ter sido efetuado seu reconhecimento. Um tom de acidez irônica e ceticismo cobriam diretamente os pormenores apresentados pelo periódico sobre o evento, ao longo da reportagem:

“HABEMUS IDALINAE!

Felizmente encontraram-na.

Era já tempo.

A Igreja não podia ficar mais sob a suspeita de que seus ministros fossem os autores de crimes tão monstruosos.

Mais dias e Satanás teria triunfado; as portas do inferno (portas inferi) teriam prevalecido.

Jeová, porém, acordou no momento necessário e o milagre ruidoso, colossal, piramidal verificou-se e o que é mais, está provado.

Habemus Idalinae!

De onde veio e onde esteve durante esses três anos?

Qual das sete trombetas que devem no dia do juízo universal tocar a marcha da ‘Aida’ a despertaram do sono eterno?

Di-lo-emos mais tarde.

Hoje a comoção que nós experimentamos é tão grande e tamanha a irritação do diafragma das gargalhadas, que não temos a tranquilidade necessária para reconstruir a história mais... pandega do mundo, desvendar o mais idiotamente arquitetado ‘conto do vigário’ que a bestialidade dos ‘virgens e mártires’ para se dar com o machado nos pés podiam ter pedido ao diabo para lhe sugerir.

O essencial, enfim, é que temos a Idalina, viva, e com os olhos brilhantes, a sorrir ao padre Faustino, que já pelo contentamento não é mais deste mundo, e ao muito sagaz dr. Pinheiro e Prado, que tendo esperado encontrá-la no Rio de Janeiro, deparou com ela na rua Direita!

E há quem negue a existência de um todo poderoso!

Quem, se não a divina providência, não podia mais ficar surda ao choro de vinte freiras e vinte frades, golpeados no coração e no estômago, estava em condições de predispor que a reencarnação de Idalina se verificasse na casa do sr. Costa, distinto cavalheiro, muito amigo do dr. Pinheiro e Prado, protetor do Orfanato e, portanto, insuspeito de favorecer uma piedosa tramóia?

Quem, se não a Divina Providência, podia ter predisposto que uma Alzira Paranhos, tutelada do sr. Costa, tivesse, no Orfanato, um irmão, hoje porteiro daquele instituto de caridade supimpa, e no próprio quarto, um quadro espécie de planta topográfica destinado a favorecer a lembrança de coisas esquecidas num sono de três anos?

Repetimo-lo, e a quem nega, deus se ri dos milagres? [...]

CUVUM PERUS

No tom iconoclástico com o qual um dos denunciadores-justiceiros da folha apresentava o “milagre” ocorrido no último dia 13, havia o claro intento de desnudar os atores principais da trama montada pela Igreja e pela polícia, em particular em suas inter-relações com o Orfanato. A apresentação não deixava de pôr destaque no fato de que, longe de ser uma coincidência, justamente essas inter-relações entre os personagens se encontravam no centro das suspeitas que de início *A Lanterna* lançava sobre a autenticidade do episódio. À apresentação dos personagens que estavam no centro do reaparecimento da menor que afirmavam ser Idalina, a reportagem prosseguia prestando aos seus leitores o perfil do casal que fora preso por terem sido os autores do pretense rapto. Seu registro adicionava novas informações sobre como estava sendo efetuado o reconhecimento da menina:

“A bomba

A bomba que desde meses os padres e a polícia estavam preparando, explodiu. As viagens a Barretos não foram perdidas. Apareceu a Maria Luíza, apesar de ser uma senhora Francisca qualquer; a famosa Maria Luíza Fonte, Ítala Fausto: a mulher elegante que já de elegante não tem mais nada e que até trocou de dentadura.

E atrás da Maria apareceu um Joaquim Custódio, baiano, e à frente desses dois cônjuges, cujo único crime perante a polícia é o de ter esquecido a lição que deviam recitar: à frente desses dois pobres coitados a Idalina Stamato, reconhecida não só pelos padres e pelas freiras, mas também por todos aqueles que nunca a tinham visto e conhecido.

Apareceu bem arranjadinha, com os cabelos cortados, de modo a imitar o antigo penteado da pobre menina, não se esquecendo nenhum detalhe que pudesse dar a quem olha com os olhos da fé, uma certa ilusão de encontrar-se exatamente na presença da vítima, cujo reconhecimento, repetimo-lo, *foi permitido a todos, menos aos parentes de Idalina.*

Milagre?... Sim, um milagre espantoso. Depois da tragédia, a farsa. Isto é digno dos padres e daqueles que tenham interesse em defendê-los.”

Na caracterização do perfil do casal preso, havia uma ênfase em delinear da maneira mais clara possível as diferenças existentes entre a mulher da versão apresentada pelo Orfanato, bonita e elegante, e a que se encontrava presa na Delegacia Central, de aparência rude e humilde. Insistindo em duvidar da credibilidade do episódio e de seus autores, a campanha denunciava ao público a atitude inicial aparentemente inexplicável da parte do delegado de não permitir aos parentes do tutor de Idalina efetuar o reconhecimento da menor.

Ao procurar averiguar a veracidade das informações relativas à estória do reaparecimento de Idalina, *A Lanterna* buscava moldar uma forma de interpretar o inusitado acontecimento de segunda-feira. Em princípio, o episódio até então fornecia elementos suficientes para uma atualização e reconfiguração da *sintetizante crítica* concernente ao procedimento investigativo adotado pela polícia. À ambigüidade inicial dos procederes da investigação do primeiro delegado auxiliar quanto ao inquérito, entretanto, o pretense reaparecimento de Idalina trazia à tona aspectos da atitude policial que punham a nu que suas omissões no inquérito estavam longe de serem tão-somente atestado de imperícia ou má-vontade. Efetivamente, o episódio evidenciava mais do que a negligência inicial de Pinheiro e Prado para com o caso por conta das denúncias terem sido levantadas pela militância anarquista paulistana. Como ocorrera com a *sintetizante crítica* da postura do Orfanato para com a campanha, os novos acontecimentos requeriam uma reformulação dos conteúdos anteriormente desenvolvidos acerca dos procedimentos investigativos adotados pela polícia, de modo a adaptá-los à necessidade de denunciar e instigar os comportamentos de sociabilidade instaurados pelos militantes libertários em sua agitação.

Nesse sentido, o pretense reaparecimento de Idalina serviu para que os denunciadores-justiceiros da campanha forjassem mais uma *sintetizante crítica*, diretamente relacionada à cumplicidade policial para com o Orfanato. Nos procederes de Pinheiro e Prado, somente permitindo aos padres e colaboradores da instituição o reconhecimento da Idalina apresentada, obstando aos parentes de seu tutor de fazerem o mesmo, se encontravam os primeiros indícios de que sob a notícia do reaparecimento da menor se escondia uma farsesca teia de cumplicidades. Teia esta construída no claro intuito de assegurar aos poderes estabelecidos o predomínio de suas ideologias diante das ameaças surgidas das ruas como resultado dos trabalhos da campanha, a partir de sua articulação para restabelecer a ordem manipulando a opinião pública.

Combater esta articulação de interesses significava registrar sob forma de denúncia o que o episódio tinha a dizer acerca dos meios encontrados pelos poderes estabelecidos de reconstruírem sua legitimidade ameaçada como ordenadores da sociedade. Ou seja, apontar as contradições do evento, encarando-o como forma de ludibriar as massas, significava desnudar as omissões, manipulações e abusos de poder que o tornaram possível, demarcando estes meios como instrumentos preferenciais destes poderes para assegurar seu predomínio. Para tanto, forjar esta *sintetizante crítica* significava instigar aos blasfemadores-agitadores para que disseminassem as dúvidas

lançadas sobre o evento à população, assim como incentivar os observadores-investigadores a colherem mais indícios que comprovassem a farsa. A acusação dos meios usados pelas instituições de poder socialmente consagradas no sentido da manutenção de seus privilégios, traduzida nesta *sinetizante crítica*, não deixava de ser uma forma encontrada pela campanha de singularizar os aspectos solidários e inclusivos de seus instrumentos na construção de saberes e práticas visando a denúncia do existente.

Ao que parece, a instituição desta *sinetizante crítica* como orientação de sociabilidade singular à agitação deu seus primeiros resultados antes mesmo desta edição de *A Lanterna*, o que fazia deste número mais do que tudo um meio de propagá-la aos demais colaboradores envolvidos na campanha. À revelia da instrução do delegado, diante da pressão exercida pela atuação dos apoiadores da campanha, o industrial Costa finalmente permitiu que se fizesse um auto de reconhecimento entre a menor e Raphael Stamato, irmão de Domingos. O auto, tendo a presença de diversas testemunhas, foi narrado por *A Lanterna* da seguinte forma:

“Idalina não reconhece o sr. Stamato

A insensata mistificação que os padres, com o beneplácito da polícia, interessada quanto eles a impingir uma Idalina qualquer à opinião pública, em levante; a grande mistificação desmorona, rui, esfacela-se por si mesma.

A precocidade a matou.

Faltaram-lhe os requintes últimos.

Pôde enfim o sr. Stamato ver a pressuposta Idalina. Dizem que o sr. Costa, cansado de ver-se imiscuído em um enredo tenebroso e vergonhoso, isto é, apesar da má vontade da polícia facilitou, ao sr. Stamato, uma entrevista com a tal menina. Talvez quisesse obter uma certeza absoluta; talvez outra coisa.

Pois bem. A suposta Idalina **não reconheceu** o sr. Stamato.

Interrogada por este onde esteve quando criança, respondeu:

- Em Bebedouro.

- Quem conheceu lá?

- D. Marianna.

- Como é esta senhora?

- GORDA.

Ao contrário, D. Marianna é muito magra e magra foi sempre.

- Nunca foste visitada no Orfanato; nunca saíste de lá?

- Nunca.

Pois bem, a Idalina recebeu visita da sra. D. Marianna e com esta saiu, a passar as festas da Páscoa, em casa dos Stamato, onde passou vários dias.

- Quem a internou no Orfanato?

- Maria Luiza.

A Idalina foi internada pelos Stamato, declararam os mesmos padres, como declararam não ter conhecido a tal Maria Luiza senão na ocasião em que esta foi lá... raptá-la.

Assistiram à conversa acima os srs. José Rodrigues da Costa, Cícero Costa, José de Oliveira Pereira da Rocha, sr. Andrade, guarda livros da companhia de Juta, e um

empregado da Comp. Mechanica. E também a senhorita Nenô Paranhos, que deve ser o Deus *ex machina* da história.

É possível que num acareamento em frente do sr. Pinheiro e Prado e à presença do público destinado a escutar as declarações bem combinadas, a suposta Idalina reconheça mais tarde o sr. Stamato e desminta suas contradições.

Os que montaram e fazem tocar o realejo tentarão essa nova fraude.

A tal menina depois de ter declarado a um juiz não se lembrar de nomes de suas companheiras de quarto, na manhã, de tarde não sabia delas vida, morte e milagres?

As testemunhas...

Pressões, dinheiro, promessas, regalias, estão sendo distribuídas largamente.

Não lançamos insinuações, mas os fatos estão aí a provar que todo o clericalismo em peso tenta de qualquer forma sufocar a verdade e impingir uma desgraçada criança qualquer como sendo o exemplar vivo duma inocente estuprada antes e assassinada depois pelos degenerados acobertados numa batina – ao crime e ao vício consagrada desde séculos.”

Às contradições do procedimento do delegado e às suspeitas lançadas pela campanha diante das relações existentes entre os autores do episódio, se somava as incoerências dos próprios depoimentos prestados neste e em outros momentos pela menor. Além de não efetuar o reconhecimento de um parente de Domingos com quem convivera, a menor dera informações desencontradas sobre a família que anos antes acolhera ela e seu irmão. Diante dos resultados do auto de reconhecimento, a campanha ainda lançava a acusação de que a menor estaria sendo diretamente sugestionada pelos padres do Orfanato em seus depoimentos. Para os denunciadores-justiceiros atuantes em *A Lanterna*, os padres e colaboradores do Orfanato estavam instruindo a menor apresentada de modo que seus depoimentos pudessem parecer mais condizentes com as circunstâncias de vida de Idalina, o que parecia ser corroborado pelas repentinas mudanças dos conteúdos de suas falas. A reportagem terminava questionando diretamente a competência de um fotógrafo apresentado pela Igreja que atestara a autenticidade do reaparecimento comparando as fotos de Idalina e da menor apresentada.

Diante do trabalho organizado pela *rede* construída pela campanha visando desvendar o episódio, na sexta-feira *A Lanterna* publicava um número mais assemelhado a um folheto¹²⁴. Escrito em português e italiano em edição conjunta com *La Battaglia*, este número anunciava que na próxima edição dos dois periódicos seriam dados pormenores detalhados do que até então os observadores-investigadores haviam levantado.

---

¹²⁴ “Mistério Desvendado”. *A Lanterna*, ano X, nº 72, 17/02/1911.

A edição seguinte, que ganhou as ruas no sábado, dia 18 de fevereiro¹²⁵, se iniciava com a transcrição de um artigo publicado no diário paulistano *O Comércio de São Paulo* que dava notícia de um acontecimento relativo ao que estava sendo descoberto sobre as verdadeiras origens da menor apresentada como sendo Idalina.

A veiculação da notícia de que o casal Silvestre se encontrava preso, aliada aos questionamentos veiculados pela campanha em seus jornais durante a semana, fizeram com que o negociante italiano Emílio Elena procurasse a redação do periódico *Fanfulla* para que seu redator o acompanhasse em uma visita que pretendia fazer à Delegacia Central. Antes de se estabelecer na capital, Elena havia residido por alguns anos em Atibaia, vindo a travar conhecimento com o casal Silvestre em sua estada naquela cidade, quando chegou a empregá-los durante algum tempo em um sítio de sua posse. Segundo o mesmo, nos anos em que residiu em Atibaia teve conhecimento de que o casal tivera lá uma filha, de nome Maria Magdalena Silvestre. Após alguns anos, o casal, em companhia de sua filha, veio a se mudar para São Paulo, onde foram vistos com alguma frequência pelo negociante em suas andanças nas ruas da cidade. Diante das notícias e rumores veiculados durante a semana pelos diários e pelos periódicos da campanha, Elena decidiu se prontificar a fazer um reconhecimento da menor e do casal na presença do delegado Pinheiro e Prado. Ao que consta, o negociante detinha o intuito de dissipar quaisquer dúvidas sobre a autenticidade da menina apresentada como sendo Idalina, partindo da suposição de que efetivamente a menor trazida ao público pelo Orfanato e pela polícia era a criança que anos antes desaparecera da instituição. O tom crítico dos denunciadores-justiceiros de *A Lanterna* novamente aparecia logo no início da reportagem, antes da transcrição integral do artigo do *O Comércio de São Paulo*:

“O que diz o sr. Emilio Elena – A cumplicidade manifesta da polícia

Sobre as declarações do sr. Emilio Elena, que chegam em bom ponto para cortar *a cabeça ao touro*, transcrevemos do jornal ‘O Comércio de São Paulo’ o que se segue.

Fazemos notar que o dito jornal continua, em defesa dos padres do Orfanato, a sustentar resolvido o caso do milagroso reaparecimento de Idalina: portanto, trata-se de uma opinião insuspeita.

Devemos porém salientar que o dr. Pinheiro e Prado dirigiu as investigações em rumo de Atibaia, só depois da denúncia do sr. Emilio Elena, talvez para tentar um novo... abafamento.

Tarde piaste, doutor!

‘MARIA MAGDALENA

---

¹²⁵ “Provando a escandalosa mistificação.”. *A Lanterna*, ano X, nº 73, 18/02/1911.

NASCIDA EM ATIBAIA? – AS DESCONFIANÇAS DO PÚBLICO – A POLÍCIA COMPROMETE A SITUAÇÃO

A menor alugada na residência do sr. Costa, e que duas ex-alunas do Orfanato reconheceram como sendo Idalina, disse anteontem ter residido em Atibaia, conhecendo ali os srs. Juvenal Alvim e Sezefredo Fagundes.

Maria Luiza e Custódio Silvestre, por sua vez, afirmam que Maria Magdalena é sua filha, tendo nascido em Atibaia, no sítio do sr. Juvenal Alvim, onde estiveram empregados.

Em virtude dessas afirmativas, o sr. dr. Pinheiro e Prado, 1º delegado auxiliar, requisitou certidão de nascimento da menor, intimando também o sr. Alvim a vir depor e reconhecer seus ex-empregados e mais a menor.

Essa diligência, provavelmente, demorará pelo menos uns dois dias.

Mas o dr. Pinheiro e Prado, - cuja atitude autoriza os que ainda duvidam a dizer que s. s. pretende favorecer os sacerdotes do orfanato – ontem mesmo poderia ter esclarecido esse ponto.

A autoridade, porém, não quis, preferindo tratar rudemente as pessoas que foram oferecer-lhe auxílio.

O dr. Pinheiro e Prado deve mudar de rumo.

Sua s. já começa a ser acusado, justamente até certo ponto, pois, avisado do aparecimento da então suposta Idalina, mandou chamar os sacerdotes do orfanato para vê-la, ao mesmo tempo em que proibira que os Stamato entrassem na residência do sr. Costa.

Pelo seu procedimento de ontem o dr. Pinheiro e Prado, que sempre estimamos, merece censuras.

Julguem os leitores.

Ontem à tarde, compareceu à redação do 'Fanfulla' o sr. Emilio Elena, negociante estabelecido à rua Benjamin Oliveira, 52, perguntando pelo diretor do jornal.

Apareceu o nosso colega L. V. Giovannetti, indagando os motivos que ali o haviam levado.

O sr. Elena disse então que pretendia ir à polícia falar com um dos delegados, mas como não conhecesse as autoridades precisava ser acompanhado por alguém.

O sr. Giovannetti declarou prontamente estar à disposição do sr. Elena, necessitando, porém, como jornalista, conhecer os motivos que levavam o negociante à procura de uma das autoridades policiais.

- Preciso dizer alguma coisa sobre o caso Idalina.

- Tem elementos para esclarecer alguns pontos? Perguntou o sr. Giovannetti.

- Não afirmo, tenho desconfianças que poderão ser confirmadas ou dissipadas se a polícia quiser apresentar-me a menor e a seus supostos pais.

- Quais as suas desconfianças?

- Muitas; arraigaram-se no meu espírito depois da leitura dos jornais. Em 1896 – prosseguiu o sr. Elena – cheguei a S. Paulo, vindo da Itália, seguindo dias depois para Atibaia, onde obtive colocação no sítio do sr. Juvenal Alvim. Nesse mesmo sítio conheci o preto Custódio Silvestre e a italiana Maria Luiza Belloni, natural da província de Treviso. Em 1898 ou 1899 esse casal teve uma filha, batizada por um preto que em Atibaia exercia o ofício de alfaiate. A filha de Maria e de Custódio cresceu sob os meus olhos e quando eu deixei a propriedade do sr. Alvim, por eu ter arrendado um sítio na estação do Tanque, município de Atibaia, a menor devia contar com 3 e ½ ou 4 anos.

Mais tarde, Custódio, Maria e sua filha apareceram em meu sítio, tornando-se, durante um ano, meus empregados. Custódio foi sempre turbulento e provocador.

Tempos depois – continuou o sr. Elena – mudei para S. Paulo onde tive ocasião de ver por diversas vezes os meus ex-empregados e sua filha.

- Há uns quatro ou cinco meses – prosseguiu o sr. Elena – vi Custódio e sua filha no cemitério do Araçá. Em todo caso, eu não afirmo sem ver.

A narrativa do negociante impressionou o sr. Giovannetti, que no intuito de auxiliar a polícia, saiu logo de seu jornal para, com o sr. Elena, ir à Central procurar o dr. Pinheiro e Prado, 1º delegado auxiliar, a quem expôs o caso.

Em qualquer parte do mundo a polícia teria agradecido ao sr. Giovannetti tomando imediatamente as declarações do sr. Elena para depois acareá-lo com o casal e a menor.

Aqui em S. Paulo, porém, a polícia não pensa assim.

O dr. Pinheiro e Prado recebeu mal o nosso colega, recusando ouvir a pessoa que por este lhe fora apresentada.

À noite, os semanários anticlericais publicaram suplementos, narrando o fato e dizendo que a mistificação estava descoberta.

Fizeram bem, a atitude do dr. Pinheiro e Prado deu autorização para isso.”

A decisão do delegado de não ouvir o negociante Elena era interpretada pela campanha como indício claro de que a *sintetizante crítica* mobilizada pelo episódio tinha razão de ser. Fazendo uso de uma fonte “insuspeita” justamente por não ser um jornal ligado à agitação contra o Orfanato, os denunciadores-justiceiros que produziam os artigos de *A Lanterna* mais uma vez buscavam demonstrar que os procedimentos adotados pelo delegado passaram de longe da mera omissão para a cumplicidade manifesta. No que tange à questão do negociante, o fato de Pinheiro e Prado usar tão-somente de sua autoridade como condutor do inquérito para impedir que uma testemunha pudesse esclarecer os questionamentos lançados pela campanha parecia ser um claro procedimento de obstrução judicial. Diante do que a campanha estava levantando sobre o episódio, e provavelmente do quanto o que estava sendo descoberto repercutia nas ruas paulistanas, o delegado finalmente decidiu ir a Atibaia investigar a denúncia de que a menor apresentada era realmente filha do casal Silvestre.

A prisão do casal Silvestre também era motivo de atenção da campanha, pois a arbitrariedade da decisão do delegado em prender dois réus primários sem qualquer averiguação constituía uma nítida demonstração de abuso de poder policial. Nesta mesma edição, *A Lanterna* anunciava que a campanha iria impetrar, a partir de seu advogado, Benjamin Mota, um pedido de *habeas corpus* em favor dos dois presos pela acusação de rapto de Idalina. Do que foi obtido posteriormente, o casal não somente fora arbitrariamente preso, mas mantido incomunicável, sofrendo maus tratos como a privação de alimentação e espancamentos constantes para que confessassem o crime que jamais cometeram. Além da transcrição da reportagem do *O Comércio de São Paulo*, *A Lanterna* dava mais uma vez espaço aos seus anônimos observadores-investigadores, publicando primeiramente a certidão de nascimento e de batismo de Maria Magdalena Silvestre obtida a partir do trabalho dos mesmos em Atibaia. Em segundo lugar, a reportagem cedia suas páginas a um relatório detalhado de um escultor,

que a partir da análise fisionômica das fotos de Idalina e da menor apresentada, declarou afirmativamente não se tratarem da mesma pessoa:

“Declaração do notável escultor Petrucci

Depois de todo o ruído que se fez em torno da pretendida Idalina da rua Direita e as pobres declarações do fotógrafo Pastore, permita-me que ponha as coisas no seu lugar.

Um fotógrafo, geralmente, não tem conhecimentos verdadeiramente artísticos; o seu êxito, mais do que tudo, depende de saber bem contentar os clientes, isto é, embelezá-los e remoçá-los na fotografia. O seu ofício consiste sobretudo na reprodução objetiva das feições, nunca da verdadeira fisionomia.

Estas duas fotografias que tenho sob meu olhar (a da Idalina, criança de 8 anos, e a da falsa de 11 anos) representam dois tipos completamente diversos. Entre uma e outra há uma diferença substancial na conformação crânica. Geralmente na infância o crânio tem maior rotundidade do que na idade que se avizinha da puberdade – rotundidade que com o passar dos anos se vai gradualmente atenuando.

O nariz é sempre mais achatado nas crianças do que nos adolescentes. Neste caso sucede o oposto: a pequena tem o nariz mais afilado do que a grande.

A anatomia do rosto nestes dois tipos é completamente diversa. A pequena Idalina tem as arcadas superciliares quase sobre as pálpebras, a suposta – que é também a maior – tem-nas muito destacadas dos olhos. E este fato é de grande importância: nenhum artista escultor ou pintor, que tenha feito estudos sérios sobre a evolução da fisionomia humana nos vários períodos da vida, ignora que as sobrancelhas tendem com o andar dos anos, no período do crescimento físico, a aproximar-se da órbita.

O conjunto fisionômico – boca, nariz, olhos, fronte – é sempre mais redondo na infância: com os anos a fisionomia tende a afilar. Neste caso a pequena tem o rosto mais oval do que a grande.

Entre a pequena e a grande não há simplesmente diferenças fisionômicas, mas são dois tipos diversos, pertencem a duas raças diferentes.”

O relatório do escultor Petrucci trazia mais uma peça para demonstrar que o reaparecimento de Idalina não passava de uma torpe tentativa de enganar a opinião pública. As descobertas obtidas pelo trabalho dos observadores-investigadores que atuavam na *rede solidarizante* da campanha também serviram de motivo ideal para que a campanha direcionasse sua pena crítica a outro alvo, diretamente responsável pela disseminação da farsa como verdadeira entre o público paulistano. Nesse sentido, nesta mesma edição *A Lanterna* se aproveitava da repercussão do episódio para tecer uma ferina crítica ao papel até então prestado pela grande imprensa:

“Os colegas...

Os colegas que por dinheiro, por calculado de política barata, por ordens superiores, por carolice inveterada por pouco amor à verdade, por falta de dignidade de cidadãos desejosos de zelar pelos bons créditos da nação brasileira... os colegas que sabendo tudo fingiam nada saber e transcreviam as informações ditadas por Pinheiro e Prado, e davam o caso Idalina como resolvido, começam a titubear, a encaminhar-se pela estrada do arrependimento.

Melhor assim.

O fantasma do partido eleitoral católico, agitado em frente aos dois diretórios políticos, fez que estes impusessem aos órgãos dos partidos da gamela não desgostar a padralhada.

Civilistas e hermistas jogaram uma vergonhosa partida, para não perder os votos de meia dúzia de onanistas católicos, prestando-se a fazer triunfar uma escandalosa mistificação.

E chamam isto amor de pátria!...

Porém a verdade é a verdade e esta é destinada, antes e depois, sempre a vingar de todos os cálculos... eleitorais.

Oh! Colegas, colegas... de Judas!”

Até a apresentação da menor que a polícia e o Orfanato diziam ser Idalina, a grande imprensa de São Paulo tomara a postura de praticamente ignorar a questão, registrando no máximo algumas poucas linhas depreciativas sobre a campanha articulada pelos militantes anticlericais e anarquistas da capital. Com o caso aparentemente “resolvido” por conta do episódio, a postura dos diários paulistanos diante da questão parecia ter mudado consideravelmente. Do que se depreende da leitura de *A Lanterna*, praticamente todos os grandes rotativos da cidade deram uma parte considerável de seu espaço durante a semana para publicar notícias acerca do “reaparecimento” de Idalina. Até o momento em que ficou cabalmente comprovada a farsa, o comportamento da grande imprensa paulistana se pautou fundamentalmente por uma acrítica reprodução da versão até então sustentada pela polícia sobre o assunto.

Ao apontar sem direcionar especificamente quais os alvos diretos de sua crítica ao papel que a grande imprensa prestava neste episódio, a *rede solidarizante* construída pela campanha questionava diretamente os atributos de imparcialidade que se encontravam no centro do discurso propagado por estes rotativos. O questionamento transmitido pelos denunciadores-justiceiros de *A Lanterna* procurava demonstrar que tais atributos se tornaram objeto de dúvida com o episódio, em virtude do interesse político dos proprietários destes diários, envolvidos nas disputas eleitorais de poder. Nesse sentido, a campanha buscava associar diretamente o comportamento inicial destes jornais a uma deliberada intenção de omitir e moderar suas reportagens, de modo a não comprometer o sucesso de suas filiações partidárias com a perda de votos do eleitorado católico nos pleitos.

As críticas veiculadas pelos denunciadores-justiceiros envolvidos em *A Lanterna* se tornaram ainda mais incisivas na próxima edição publicada do periódico, em 21 de fevereiro de 1911¹²⁶. Além de associar a cobertura dos grandes rotativos aos interesses de seus proprietários, o questionamento do jornal se voltava direta e longamente ao processo produtivo mesmo das notícias veiculadas pela grande imprensa:

“Os safardanas da pena

Quando os repelentes bandidos que se abrigam ao lado de infelizes criancinhas no covil do Ipiranga prepararam o escandaloso truque que veio robustecer ainda mais as nossas acusações contra os seus nefandos crimes, sabiam perfeitamente que, além da criminosa cumplicidade da arbitrária quão inepta polícia de S. Paulo, teriam incondicionalmente de seu lado essa súcia de incompetentes apaniguados da Central, que são, com exceções, os jornalistas dos diários brasileiros desta capital.

E isto não é uma afirmação gratuita, não. Os fatos aí estão para demonstrar quão escandalosa foi a conduta desses noticiaristas tão servis quanto venais.

O público honesto que todos os dias lê, com uma lamentável e cega confiança, o que lhe impingem, em desalinhavados períodos, os noticiaristas pulhas dos quotidianos, não pode nem de longe imaginar como e onde são colhidas as informações a que dão inteiro crédito.

É uma corja de desonestos, de canalhas, inteiramente ao serviço da Polícia. Ela é o seu verdadeiro patrão, ao qual servem com uma submissão de reles e vis espíões.

A polícia não conta para as suas façanhas com mais dedicados auxiliares. São os seus melhores amigos e servidores.

É unicamente na polícia onde essas prostitutas de calça vão colher as informações para as suas pobres notícias.

Quem os quiser ver ativos, no seu verdadeiro papel como cães policiais, a farejar ansiosamente, é nas reuniões populares, com as quais o povo costuma manifestar o seu protesto contra os atentados aos seus direitos. Só nessas ocasiões manifestam esses rafeiros a sua única competência, seguindo e apontando aos secretas as pessoas mais em evidência na propaganda popular.

Pois foram esses tipos que se puseram, com uma ilimitada confiança, a sustentar a inqualificável e indecente mistificação que os asquerosos réus do bandalho Orfanato, de conluio com a polícia, nos queriam impingir.

O público está inteiramente ao par do que têm dito os indecentes escrevinhadores da imprensa nacional. NENHUM jornal brasileiro teve a imparcialidade que caracteriza a imprensa independente.

Todos eles, numa uniforme demonstração de baixeza moral, afirmaram que o caso estava resolvido, que a precoce comediante da rua Direita era a desventurada Idalina, a vítima dos sátiros assassinos do Ipiranga.

Com um descaramento de baixa prostituta, disseram que não restava a menor dúvida sobre a identidade da menor!

Vergonha das vergonhas!

E mesmo depois de tudo esclarecido, o truque mal forjado já estava desmascarado, continuaram a sustentar que as nossas acusações eram infundadas!

Agora, quando a própria autoridade se vê obrigada a cingir-se às nossas denúncias, eles, os moços bonitos e bem engravatados, não modificaram o seu modo de proceder.

Afirmaram categoricamente que Maria Magdalena era Idalina, e, tendo sido cabalmente demonstrado o contrário, obrigados a dizer a verdade, usam de meios termos, de subterfúgios, procurando diminuir a importância do escândalo verificado.

---

¹²⁶ “Maria Magdalena desvenda o mistério e acusa os padres do Orfanato – O dr. Pinheiro e Prado reconhece a mistificação”. *A Lanterna*, ano X, nº 74, 21/02/1911.

Na imprensa nacional foi a *Lanterna* o único jornal que sustentou a verdade, não se amedrontando com o isolamento em que foi deixada.

A imprensa conluiou-se com a polícia e a padralhada para nos dar combate, e nós enfrentamo-los desassombradamente.

E vencemos!

Aos homens de brio, a todos que têm um pouco de hombridade, ao povo todo, enfim, denunciámos esses jornalistas pusilânimes e covardes.”

Ao jogar luz sobre as fontes que balizaram o discurso da grande imprensa sobre o episódio durante a maior parte de seu tempo de duração, os denunciadores-justiceiros de *A Lanterna* agiam no intuito de demonstrar uma clara semelhança entre os métodos adotados pelo inquérito policial e pela investigação destes jornais. Na leitura dos procedimentos de produção de saberes adotados por estes dois atores, havia um claro intuito de associar seu comportamento a uma predisposição em conferir legitimidade maior à autoridade de quem proferia a informação do que efetivamente em investigar o conteúdo do que era dito.

Dessa maneira, a campanha jogava luz na contradição entre o discurso de imparcialidade destes jornais, fundamentado por uma imagem auto construída de objetividade jornalística, e sua prática evidenciada pelo episódio, transformando a questão em uma *sintetizante crítica*. Ao reduzir o tipo de jornalismo praticado pela grande imprensa a uma espécie de órgão extra-oficial de veiculação de notícias, embasado unicamente na polícia como fonte, esta *sintetizante crítica* acusava diretamente seus colegas dos diários de reduzir seu ofício a uma prática mediada diretamente pelos interesses de seus proprietários ou das instâncias de poder existentes. Denunciava-se, deste modo, o discurso da grande imprensa sobre o caso como claramente ideológico, voltado a disseminar entre a população tão-somente as informações que interessavam aos dominantes, num procedimento aparentemente análogo ao da cobertura dos diários sobre as manifestações operárias. A constituição desta *sintetizante crítica* aparentemente detinha o intuito de incentivar os blasfemadores-agitadores para que em seus trabalhos disseminassem entre a população uma atitude de permanente dúvida sobre o que a grande imprensa veiculava sobre o episódio ou sobre a agitação que tomava as ruas de São Paulo nesses dias¹²⁷.

---

¹²⁷ Apesar de não ser objeto deste capítulo, em larga medida, pode-se dizer que a estratégia deu resultados, dado que o episódio da farsa do reaparecimento de Idalina parece ter colocado ainda mais combustível nas agitações promovidas pela campanha, culminando no grande comício realizado no dia 12 de março de 1911.

Ademais, a denúncia não deixava de ser uma oportunidade propícia para que os militantes anarquistas de *A Lanterna* delineassem suas diferenças perante os grandes rotativos. Nesse sentido, seu coletivo editorial dava ênfase justamente aos seus meios de investigação e produção, autônomos e independentes de interesses políticos de proprietários, como critérios fundamentais de sua noção de imparcialidade. Dessa maneira, com a constituição desta *sintetizante crítica*, o próprio trabalho coletivo desenvolvido em suas páginas traduzia de outra forma a noção de que qualquer tipo de opinião pública somente se validaria se desenvolvida pela própria iniciativa das massas, tendo o espaço do jornal a qualidade de um núcleo irradiador de suas vozes¹²⁸.

A *sintetizante crítica* tinha uma referência direta que a legitimava: as diligências que o primeiro delegado auxiliar realizara em Atibaia. Nesta edição de *A Lanterna*, a reportagem sobre os últimos acontecimentos do episódio trazia a seguinte notícia:

“Último ato da comédia

Estamos assistindo ao último ato desta ridícula comédia.

O ativíssimo Pinheirinho, num supremo esforço, resolveu dar um pulo até Atibaia, quando nós lá já tínhamos feito todas as indagações capazes de convencer os mais incertos nesta já consagrada mistificação.

Na segunda-feira, quando começaram a correr os primeiros boatos do aparecimento da Idalina da rua Direita, nós iniciamos logo a nossos trabalhos para desvendá-lo.

Tivemos então informações que a tal Idalina tinha vindo de Atibaia e para lá escrevemos pedindo informações. Quando tivemos a inteira conformação da procedência da celebrizada menina, enviamos imediatamente um nosso companheiro àquela cidade em buscas de informações e para retirar os atestados que já publicamos.

Depois desses documentos já estarem no domínio público, ainda o sr. Pinheirinho fazia os seus jornais dizer que ia mandar tirar os atestados.

Nós sempre afirmamos que a menina da rua Direita não era Idalina e provamos isso.

O sr. Pinheiro vai a Atibaia para, triunfante como D. Quixote depois de ter atacado os moinhos de vento, telefonar pra aqui, fornecendo aos seus repórteres a seguinte notícia, que recortamos do *Comércio*, por certo insuspeito neste caso:

‘Em Atibaia, onde se acha, atualmente, o dr. Pinheiro e Prado retirou as certidões de nascimento e batismo da filha de Custódio Silvestre e de Maria Luiza, registrada com o nome de Crescência e batizada com o de Maria.

A autoridade encontrou ainda no cartório do registro civil os assentamentos do casamento de Custódio e Maria Luiza.

O dr. Pinheiro e Prado ouviu ainda inúmeras pessoas, todas concordes em afirmar que Maria Magdalena é filha do casal atualmente preso.

---

¹²⁸ Trata-se de uma visão radicalmente diferente da concepção de opinião pública defendida pelo jornalismo liberal deste período. Segundo o estudo desenvolvido por Maria Helena Rolim Capelato, Maria Lígia Coelho e Barbara Weinstein (CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia Coelho & WEINSTEIN, Barbara. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal ‘O Estado de São Paulo’*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980), uma das características fundamentais da concepção de opinião pública desenvolvida pelo jornalismo liberal nestes anos se encontrava justamente em sua perspectiva dos jornais como criadores e manipuladores da opinião pública vigente.

A menor Maria Magdalena, que ontem embarcou de S. Paulo para Atibaia, foi na sala do Hotel Central reconhecida por inúmeras pessoas e dentre elas d. Olivia Ramos, sendo estas reconhecidas pela menor.

Do reconhecimento foi lavrado o competente termo.

Na presença de muitas pessoas e de d. Olivia Ramos, Maria Magdalena declarou que dissera não ser ela filha de Maria Luiza e de Custódio, por não querer viver mais na sua companhia.

A uma pergunta de d. Olivia, e na presença da autoridade, a pequena disse ter sido industriada pelos padres do Orfanato, pouco depois, porém, negou este fato, dizendo não ter estado nunca naquele estabelecimento.⁷

A menina disse ter sido industriada pelos padres, e mais adiante desfez essa afirmação.

Não faz mal, é início da confissão.

Esta prestes a descoberta dos autores da mistificação.

Vai ser corrido o véu...”

Como aparente resultado mais das pressões da opinião pública do que propriamente do pendor profissional do delegado Pinheiro e Prado, sua diligência em Atibaia apenas serviu para confirmar aquilo que a campanha levantara sobre o episódio praticamente desde que o mesmo foi lançado ao conhecimento da sociedade paulistana. Diante do reconhecimento efetuado por diversos moradores de Atibaia, a menor Maria Magdalena Silvestre se via incapaz de sustentar a contraditória posição de títere em que foi colocada pelos interesses do Orfanato e da polícia de abafar as denúncias obtidas contra a instituição. Levantou então sua voz em público para afirmar que representara seu papel através do intermédio direto dos padres que a instruíram sob a promessa de dar-lhe uma vida melhor. A comprovação da farsa a partir da própria voz de Maria Magdalena não deixou de servir de oportunidade para que a campanha levantasse mais um elemento para o conteúdo da *sintetizante crítica* concernente ao trato aos menores fornecido pelo Orfanato: além da violência sobre os corpos das crianças, nos abusos sexuais e nos maus-tratos, o episódio revelava uma violência sobre a integridade moral da menor, através de seu uso como mero instrumento visando preservar os interesses da instituição. Em larga medida, foi neste tom que *A Lanterna* lançou, nesta reportagem, aquela que seria a última de suas acusações dirigidas ao Orfanato:

“A quintessência da infâmia

Custa a acreditar-se nesta infâmia – os desalmados autores desse vergonhoso truque pretenderam obrigar pela violência e pela prisão a que Custódio Silvestre e Maria Luiza renegassem sua filha! E não é só: corromperam a tal ponto os sentimentos afetivos da pobre menina que ela chegou a não reconhecer seus pais!

E são esses canalhas, essas bestas que estão constantemente a nos acusar de inimigos da família!
Nós que, arrostando a fúria de todo elemento reacionário, nós que nos expomos a todos os perigos para defender aqueles inocentes prisioneiros da latrina do Ipiranga, nós é que somos os corruptores do sentimento da família!
Eles, os estupradores e assassinos de infelizes órfãos é que se dizem amigos da infância e da família!
E é natural. Como pode ter amizade à família quem não a pode constituir? Quem não goza das carícias dos filhos?
E o fato não é virgem: a história negra do clericalismo está deles cheia.
Ainda há pouco, por ocasião do fechamento dos conventos em Portugal, não vimos os noviços jesuítas negarem-se a acompanhar a seus pais, dizendo que a sua família era a Companhia de Jesus?
Há dois anos mais ou menos, em Santos, as duas filhas de Ângelo Alba não se recusaram a voltar para a sua companhia, preferindo ficar na igreja de Santo Antonio em companhia dos frades?
E são eles que mantêm incorruptíveis os laços da família!
Vede, ó vós que tende filhos, vós cujos sentimentos ainda se conservam puros e, principalmente, vós, ó mães carinhosas, a que ficam reduzidos os vossos filhos!
E os seus corruptores são esses canalhas que vestem saia e se dizem sacerdotes de uma religião!
Odiemo-los, ó povo!”

As edições seguintes de *A Lanterna* foram absorvidas quase que inteiramente com os preparativos do grande comício do dia 12 de março. Ainda assim, estas edições continham artigos inteiramente destinados a questionar a falta de atitude do secretário de segurança pública de São Paulo, Washington Luiz, no sentido de tomar qualquer medida para afastar o primeiro delegado auxiliar da condução do inquérito, ou ao menos proferir algum tipo de censura pública ao mesmo. Na edição de 4 de março¹²⁹, por exemplo, o questionamento sobre o inquérito ainda correr em segredo de justiça, mesmo diante das denúncias que punham em dúvida a credibilidade de sua condução por Pinheiro e Prado, servia de motivo para uma direta cobrança à Washington Luiz e sua postura diante de seu subordinado:

“Em segredo de justiça...

Em segredo de justiça corre o inquérito sobre o caso Idalina e, portanto, podemos estar convencidos de que o Pinheiro e Prado ronca sobre ele tole de serralheiro dos tempos de antanho.

O segredo de justiça, porém, não é tão resguardado que ---¹³⁰ por fora não transpire alguma informação sobre a marcha do grande embuste.

Por exemplo, esta. A polícia está procurando a verdadeira Idalina. E nós, pobres idiotas, a pensarmos, a sonharmos que ---¹³¹ polícia estivesse procurando os autores diretos e indiretos da farsa ‘Maria Magdalena e Paranhos’.

---

¹²⁹ “A máquina desmontada cai sobre a cabeça dos construtores”. *A Lanterna*, ano X, nº 76, 04/03/1911.

¹³⁰ Palavra ilegível.

Que idiota somos.

Aqueles autores e co-autores estão demasiado perto e são demasiado conhecidos... enquanto que a Idalina, a verdadeira, não pertence mais a esse mundo. Procurar esta, portanto, quer dizer perder tempo e dar tempo aos criminosos do Orfanato de se irem limpando aos bocadinhos...

Procurar hoje a Idalina, que em três anos a polícia nunca quis procurar, significa que a todo transe não se quer acreditar na culpabilidade do padre Faustino.

Entretanto, uma devassa sobre a tentativa de mistificação da qual foi teatro a casa do sr. Costa, teria tido por desfecho a prisão preventiva do padre Faustino e de seus cúmplices, os únicos que naquela boneca de Norumberga, à qual todos os dias se dava corda, reconheceram a vítima que haviam sacrificada sobre o altar da luxúria sacerdotal... e os únicos também interessados em impingir Maria Magdalena como sendo Idalina.

Mas não foi com outro fim que deixaram o inquérito nas mãos do sr. Pinheiro e Prado que, ao serviço do clericalismo paulistano, foi mais além do papel de abafador, chegando a servir de cúmplice na comédia urdida no número 5 da rua Direita e cujo desfecho devia ser a prisão de Custódio e de sua mulher nalgum calabouço que os fizesse em breve emudecer, o exterminar dos redatores desta folha e da *Battaglia*, a solene e pública proclamação da inocência do sujo Consoni e a patente de delegado super-inteligente ao mesmo Pinheirinho!...

E como o negregado plano não vingou, hoje tentam, passando por cima da mistificação, uma nova desorientação, procurando por montes e por vales a pobre Idalina sepultada onde bem sabe o padre Faustino.

Devemos, portanto, ficar alerta para que os defensores dos criminosos do Orfanato Colombo não cheguem outra vez a distrair a atenção do povo que reclama pronta justiça.

Repetimos, sustentamos as nossas acusações.

A Idalina depois de estuprada foi morta no Orfanato Christovam Colombo, do qual nunca saiu em companhia de senhora nenhuma.

Essa opinião não é só nossa. Há juízes que pensam da mesma forma.

Só o Pinheiro e Prado é que pensa o contrário, e *pour cause*.

O que estranhamos é o proceder do chefe de polícia que deixa o inquérito nas mãos do cúmplice dos mistificadores.

O doutor chefe de polícia esteve no Orfanato e de lá voltou profundamente abalado nos seus preconceitos de católico que não pode duvidar dos ministros da religião que professa...

Portanto, se é verdade que ele quer que justiça se faça, deve, e talvez já seja tarde, tirar das mãos do Pinheiro o inquérito, no qual toma por termo só as deposições que favorecem os padres.

Aquele delegado até hoje trabalhou e continua trabalhando para encobrir os criminosos... Já é tempo de ser demitido, esperando que chegue a hora de vê-lo no banco dos réus, ao lado do padre Faustino.

Queremos também que Maria Magdalena, que não querem restituir aos pais, seja tirada da casa do sr. Costa.

Apesar de todas as declarações deste senhor, temos o pleno direito de duvidar de sua inocência. Foi na casa dele que o milagre se deu... e é inconcebível como a polícia deixe que ele continue fazendo de... tutor ao veículo do prodígio. Que o doutor chefe de polícia se arrogue o direito de violar as duas constituições: a federal e a estadual, proibindo comícios na praça pública é coisa que não discutimos por estarmos habituados a tais violações; porém, não podemos deixar de protestar contra a sua condescendência com um delegado inepto na descoberta dos criminosos, e muito inteligente quando se trate de salvá-los.

Reflita o sr. Washington que o 'caso Idalina' já passou as fronteiras do Estado e talvez já passasse o oceano... sendo possível que neste momento dele se fale nalgum congresso de nação européia.

Pelo bom crédito do Brasil deve o sr. Washington impedir que a mistificação seja continuada, que os criminosos fiquem impunes e que a justiça seja ludibriada por

---

¹³¹ Palavra ilegível.

aqueles mesmos que recebem gorda espórtula para elevá-la a purificadora da sociedade, a vingadora das vítimas indefesas.”

A cobrança dirigida a Washington Luiz jogava luz direta sobre seu uso personalista do cargo público que preenchia. Ao atestar a postura omissa do secretário diante de seu subordinado, a crítica embutida em cobranças como estas implicava numa direta associação desta atitude com suas convicções políticas pessoais como conservador, que estariam acima do compromisso público requerido pelo seu cargo.

Ainda que a atuação da primeira missão francesa encomendada pelo governo paulista para a modernização de suas forças repressivas date de 1906¹³², é provável que os resultados práticos deste esforço modernizador tenham sido mais lentos, o que deixava a polícia de São Paulo numa situação similar à do Rio de Janeiro no mesmo período. Segundo o estudo de Marcos Luiz Bretas¹³³ sobre a atuação da polícia carioca na primeira década do novo século, a confusão existente entre as legislações sobre as atribuições policiais bem como a ausência de uma regulamentação definida acerca da profissão teve por efeito direto o funcionamento de um aparato policial fundamentalmente dependente dos caprichos dos indivíduos ocupantes de seus altos postos. De acordo com essa situação, a promoção, rebaixamento ou censura aos policiais na força pública carioca, segundo Bretas, dependia mais da subserviência da baixa hierarquia aos interesses de seus superiores, ou mesmo das influências e pressões que as autoridades em comando sofriam externamente, do que de qualquer critério mínimo, mesmo que aparente, de impessoalidade.

Do que se depreende da leitura dos artigos de *A Lanterna* publicados no intuito de criticar as posturas adotadas por Washington Luiz e pelo delegado Pinheiro e Prado ao longo do inquérito, ainda que o grau de profissionalização das forças públicas paulistas talvez fosse maior nestes anos, seu funcionamento não se encontrava em situação melhor que a de seus pares cariocas. Nesse sentido, atestar a imobilidade de Washington Luiz diante de seu subordinado era mais uma forma de denunciar as contradições inerentes ao funcionamento de uma corporação pretensamente defensora de uma lei impessoal que em sua prática atestava que qualquer grau de legalidade só

---

¹³² Este dado foi retirado do artigo de Heloísa Rodrigues Fernandes em FERNADES, Heloisa Rodrigues. *A força pública do Estado de São Paulo*. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, O Brasil Republicano: 2º Volume, Sociedade e Instituições (1889 – 1930). São Paulo: Difel, 1977.

¹³³ Trata-se da pesquisa do autor desenvolvida no livro BRETAS, Marcos Luiz. *A Guerra das Ruas: Povo e Polícia na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

existia para os dominantes que a compuseram. Adicionava-se, desse modo, mais um elemento ao conteúdo da *sinetizante crítica* concernente à cumplicidade da polícia com o Orfanato, embasado pela denúncia da pessoalidade no uso do poder para seus próprios fins.

Nesse artigo, também não deixava de merecer atenção de seus denunciadores-justiceiros outra face da postura de Pinheiro e Prado na condução do inquérito permitida pela omissão de Washington Luiz. A saber, que, mesmo tendo que admitir que a farsa do reaparecimento de Idalina, o primeiro delegado auxiliar sequer se dispôs a iniciar qualquer procedimento investigativo visando apurar a autoria do episódio. Essa atitude deu liberdade para que José Rodrigues da Costa tomasse para si sem qualquer procedimento legal a guarda da menor Maria Magdalena Silvestre.

Durante os próximos meses, a cobertura de *A Lanterna* esporadicamente procurou dar atenção a esta questão, jogando sua luz crítica particularmente à postura omissa da Justiça e da polícia paulista perante este fato. Mesmo diante das reclamações dos pais de Maria Magdalena nas ruas para que a devolvessem à sua tutela, Costa mantinha sem qualquer perturbação das autoridades a menina sob seus cuidados. Numa das últimas manifestações da campanha sobre o destino da menor, publicada na edição de 3 de junho de 1911¹³⁴, lia-se:

“O caso do Orfanato bandalho, esse coio de sacripantas, de bandidos de batina, ainda está de pé, sem que a situação tenha sofrido a mais pequena alteração. E é por isso que os abusos, as violências inqualificáveis a que ele tem dado causa surgem de quando em vez para demonstrar de quanta infâmia é capaz a polícia ao serviço da clericanalha fugida à justiça de outros países e, por desgraça nossa, aqui magnificamente estabulada.

Quantas farsas não foram forjadas com o fim de ocultar o crime desses cães? Quanta mentira não apareceu, quanta bandalheira não foi forjada com o fim de os salvar? Entretanto não conseguiram desfazer as medonhas acusações sobre ele clamorosamente atiradas e sustentadas. Todos os seus porcos estratégias foram inteiramente desfeitos. Os criminosos foram sempre desmascarados e as suas culpas estão ainda patenteadas às vistas do povo.

De que espírito de malvadez não é dotada essa gentalha de fraque e de batina! Depois de cometerem os seus horrendos crimes todos os meios servem-lhes de tábua de salvação. Que importa os meios quando se tende ao fim – eis o seu lema. E basta. Para salvaguardar os interesses de sua classe não recuam nem mesmo diante do assassinato. Senão que fale a história da Inquisição.

Pois não precisamos remontar a essa negra época da história para nos lembrar de fatos tais. Temo-los hoje ao vivo reais com todas as circunstâncias de perversidade. Temos agora um.

---

¹³⁴ “Infâmia! Os pais de Maria Magdalena Martirizados – A polícia quer eliminar esses infelizes – Inquisidores!”. *A Lanterna*, ano X, nº 79, 03/06/1911.

É o caso de Maria Magdalena, a menina que os criminosos do Orfanato quiseram fazer passar como Idalina, a infeliz órfã estuprada e assassinada no Orfanato de má fama.

Para se salvarem da condenação da justiça pública, porque a legal é cega para os grandes, agarraram-se a essa menina e como seus pais existem, fizeram-nos prender. Lá, por entre as paredes da prisão, martirizaram os pobres pais para que dissessem que Maria Magdalena não era sua filha, para que renegassem o ente que idolatram. O amor pela filha querida fê-los resistir a tudo.

Rústico, ignorante, ele; ignorante e idiota, ela, souberam dedicar o seu sentimento de pais acima de todos os sofrimentos e de todas as promessas enganadoras.

E a grande mistificação fracassou, apesar das declarações da infeliz menina por todos os meios suggestionada e da cumplicidade da grande imprensa. O castelo onde abrigaram a sua salvação não resistiu aos nossos decididos ataques.

Mas, vencidos, os grandes bandidos juraram vingança de morte contra os que contribuíram para o seu escandaloso desmascaramento.

Entre as principais vítimas estão os pais de Maria Magdalena. Como não quiseram renegar a sua filha, roubaram-na, afirmando que eles são uns degenerados incapazes de mantê-la.

Que generosidade dos bandidos! Que dedicação de safardanas!

Só depois de doze anos é que se lembraram de proteger essa menina, porque seus pobres pais são incapazes de a manter devidamente!

Arrancaram-lhes a filha, negando-lhes o direito de paternidade, sem que fosse feito o indispensável processo para provar a sua incapacidade.

E os pobres pais começaram a andar por aí, a esmo, chorando a sua infelicidade, gritando contra a infame injustiça, reclamando deste e daquele a posse da filha querida.

Dá lástima vê-los como estão. Desfigurados, cheios de desespero, sem se alimentar, buscando no álcool o esquecimento das suas mágoas. Parecem duas múmias ambulantes a atestar pelas ruas a obra da injustiça da justiça dos potentados.

Começou aqui a ser posta em prática uma nova e grande infâmia. Para evitar que os infelizes pais andem pelas ruas reclamando em altas vozes a filha que lhes roubaram, prendem-nos constantemente. Custódio Silvestre tem sido preso inúmeras vezes e, ao que parece, pretendem condená-lo e a sua mulher, como vagabundos e deportá-los para a ilha dos Porcos!

E assim a grande infâmia será coroada e não mais se ouvirão os gritos dos desgraçados reclamando pela filha roubada.”

Assim como as denúncias de maus tratos a outros órfãos nunca foram investigadas pela polícia, os pais de Maria Magdalena jamais conseguiram ter de volta sua filha sob seus cuidados. No último registro existente sobre a campanha em *A Lanterna*, em 1915¹³⁵, além da rememoração dos eventos concernentes à agitação promovida pelos periódicos libertários, foi publicada a notícia de que a então adolescente Maria Magdalena Silvestre havia fugido da casa de seu tutor. A adolescente acusava-o publicamente de maus-tratos e de tê-la violentado sexualmente por diversas ocasiões durante os anos em que viveu no casarão da rua Direita.

Se as denúncias de maus tratos e o desmonte da farsa envolvendo a reaparição de Idalina foram incapazes de alterar o rumo dos acontecimentos ditados pela atuação

---

¹³⁵ “Consequências do caso Idalina”. *A Lanterna*, ano XIII, nº 274, 17/01/1915.

da polícia, ao menos as mesmas serviram de base para gravar aos olhos da sociedade brasileira as contradições intrínsecas existentes entre os discursos e as práticas de suas instituições de poder. Ao jogar sua luz sob tais contradições a partir do desenvolvimento de suas *sintetizantes críticas*, os militantes reunidos na *rede solidarizante* em torno da campanha fizeram mais do que alimentar a continuidade de suas singulares práticas de sociabilidade. Junto aos meios proporcionados pela instauração das *redes solidarizantes*, as *sintetizantes críticas* asseguravam a possibilidade de renovação das iniciativas libertárias, a partir do uso dos conteúdos das experiências adquiridas em sua militância no sentido de realimentar a necessidade de práticas que pudessem servir de potenciais meios para a transformação da realidade. A partir do trabalho de reconfiguração dos dados coletivamente construídos pelos esforços de seus apoiadores para a agitação coletiva, nas *sintetizantes críticas* produzidas pelos denunciadores-justiceiros atuando na campanha forjaram-se armas nas quais não somente era possível registrar suas acusações contra a desumanidade do mundo em que viviam, mas também instigar ao povo para que agisse por sua própria conta no sentido de se emancipar.

Por fim, a impotência em mudar os rumos dados pelas autoridades ao que a campanha levantara também serviu para que os denunciadores-justiceiros que produziam *A Lanterna* dessem um último registro de suas denúncias através do humor. Na iconoclastica campanha de voto de protesto levada a cabo pelos blasfemadores-agitadores em 1912 há um belo registro das mesmas sob a forma de tragicomédia. Por obra da ácida ironia de seus denunciadores-justiceiros, *A Lanterna* levou ao público, em 10 de fevereiro de 1912¹³⁶, o “programa” político da candidatura de Faustino Consoni, candidato do “Partido da Moralidade República-Clerical”. No mesmo, se lia:

“O seu programa

É breve como tudo que é precioso.

Conseguimos um rascunho dessa valiosíssima peça político-social por um desses rasgos de audácia da nossa numerosa reportagem que o segredo profissional nos impede de registrar aqui.

O importante é conhecer o leitor o magistral programa do nosso imaculado candidato.

Começa o futuro presidente de S. Paulo pelo confronto de sua candidatura com a do seu conselheiro competidor.

Só a gente da Igreja poderá levar este povo ao bom caminho, afirma santamente o ilustre e honrado candidato.

E poderá o meu competidor cumprir à risca o programa religioso? Não há quem tal possa garantir, apesar de ser ele considerado um fiel adepto da casa do Vaticano. É

---

¹³⁶ “A candidatura do padre Faustino”. *A Lanterna*, ano XI, nº 125, 10/02/1912.

certo que ele vai diariamente à missa, comparece a todas as procissões, confessa-se todas as semanas, beija a mão aos nossos sacerdotes, protege todas as irmandades religiosas, concede subvenções a nossas igrejas, etc, etc. É também verdade que sob a sua presidência S. Paulo acolherá e protegerá todos os nossos irmãos expulsos da Europa.

Não basta, porém. Tudo isso é uma ninharia diante do meu incomparável programa.

Qual o meu programa? O que farei quando tomar posse da presidência do Estado?

A minha vida, os meus atos são um seguro penhor do que eu farei. Entretanto não é supérfluo consignar aqui um ligeiro resumo da minha plataforma.

Começo pela instrução da infância, que é a base mais sólida da sociedade, quando ministrada pelos mensageiros da nossa santa Igreja.

A infância terá no meu governo a mais completa proteção. Fecharei as escolas públicas e fundarei por todos os recantos do Estado grandes asilos nos moldes do Orfanato Christovam Colombo. Neles encontrarão as crianças dos pobres e os filhos bastardos da burguesia uma educação integral, tanto sobre o ponto de vista moral como físico. Sobretudo físico.

Para a direção desses orfanatos mandarei vir de outros países mais alguns milhares de frades fortes, cheios de saúde e fiéis respeitadores do celibato.

Nesses internatos não existirão banheiros onde se possa estrangular meninas nem pás com as quais se lhes possa dar pancadas na cabeça quando tentarem fugir. Também proibirei as escavações para serem desenterradas caveiras de burro.

Do seu programa fará parte um curso prático para o preparo de mulheres que farão o papel de raptoras de meninas que desaparecerão dos colégios e de meninas para as substituírem.

Desses orfanatos será nomeado fiscal geral o dr. Pinheirinho, que sobre eles apresentará os seus luminosos relatórios. O dr. Piedade será encarregado de levar para a cadeia os hereges que afirmarem em público que nosso ensino corporal é incompleto. O Pastore será o fotógrafo da polícia.

O tesouro terá um seguro guarda, pois darei a pasta da fazenda ao grande economista padre Pasqual.

As nossas finanças serão consideravelmente enriquecidas com as grandes somas que nos concedem os condes e as respectivas condessas.

Enfim, farei uma administração acima de toda a expectativa.”

A oportunidade de uma vez mais acusar as feridas no comportamento dos poderes instituídos era uma última forma de valorizar os meios nos quais os ferimentos se abriram. Entretanto, não somente para ferir que as armas usadas pela militância reunida em *A Lanterna* poderiam ser usadas. Paralelamente à campanha contra o Orfanato Christovam Colombo se desenvolvia em meio à militância libertária outra campanha de agitação na qual a estrutura de ação direta matizada pela constituição de uma *rede solidarizante* e pelo uso dos conteúdos orientados para a ação, instigados pela experiência coletiva de construção de saberes e práticas florescia. Tratava-se de uma espécie singular de resposta ao que combatiam na sociedade existente evidenciado pelo caso Idalina, fundamentada em uma agitação no qual a preocupação com a infância estava em seu centro: a campanha em favor das Escolas Modernas em São Paulo.

CAPÍTULO 3

“AS NOSSAS ESCOLAS”

*“Nossa missão é semear o bem, difundir a luz por meio da instrução livre de todos os preconceitos da rotina, criar corações que odeiem a tirania e que desde a infância maldigam todos os exploradores.
Piotr Kropotkin*

No jornal *O Início*¹³⁷ de 19 de agosto de 1916, encontrava-se transcrita a seguinte redação, escrita por uma menina que então contava com 11 anos de idade:

“Eu estou vendo em minha casa, um sofá com veludo verde, meia dúzia de cadeiras novas, um relógio, um quadro com o retrato de meu pai montado à cavalo, um porta-toalha, um retrato de minha mãe, um quadro com o retrato de minha família, um quadro com o retrato da família de minha tia, uma mesinha de sala, um tapete, uma bandeja, dois copos de ouro, meia dúzia de xícaras cor de ouro, meia dúzia de pratos todos enflorados, um par de brincos e uma caixa de brinquedos que eu ganhei de presente.

Catarina Bari (11 anos).”

O Início era um pequeno jornal, contando com cerca de duas páginas, totalmente produzido e editado pelos alunos das Escolas Modernas de São Paulo. Contavam já três anos desde que nesta cidade foram fundadas duas Escolas Modernas e o jornal de seus alunos se encontrava em seu terceiro número. A seção do pequeno jornal onde se encontrava diz alguma coisa sobre as atividades desenvolvidas pelas Escolas, publicadas em suas páginas: “Exercícios de descrição”. Tratava-se de um tipo de

---

¹³⁷“Exercícios de descrição”. *O início*, ano I, nº 3, 19/08/1916. Apud: GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *Pedagogia, educação e movimento operário na primeira república*. São Paulo: PUC/SP (dissertação de mestrado), 1986, p. 292.

exercício, fundamentado no desenvolvimento da percepção infantil, em fazer uso dos sentidos das crianças para que as mesmas desenvolvessem seus primeiros passos autônomos em sua relação com o mundo ao seu redor.

A existência do jornal assim como das Escolas eram a materialização de um intenso trabalho desenvolvido pela militância libertária paulistana nestes anos, numa campanha na qual *A Lanterna* e seus colaboradores tiveram destacada participação. De acordo com Paulo Ghiraldelli Junior, um dos pontos fundamentais da perspectiva libertária de educação no Brasil consistia em considerar que,

“ao contrário do discurso disseminado pelas elites da época, a instrução da população não fazia parte de um projeto de ‘desenvolvimento harmonioso do país’. A conquista da educação popular e dos instrumentos culturais açambarcados pelas classes dominantes se inseria no bojo de um projeto de ruptura social.¹³⁸”

Para Ghiraldelli, o que diferenciava a concepção pedagógica desenvolvida pela militância anarquista no Brasil era sua preocupação direta do uso da educação na qualidade de instrumento visando a transformar a sociedade vigente. Segundo o mesmo autor, diferentemente da militância socialista brasileira de então, os anarquistas praticamente não se empenharam com o desenvolvimento de diagnósticos próprios acerca da realidade educacional que vivenciavam no Brasil, tendo, portanto, graves limitações em representar os anseios populares de constituição de uma rede minimamente eficaz de ensino público. Ao contrário de Ghiraldelli, é intuito desta pesquisa demonstrar que, mesmo diante de uma ausência de preocupação com a expansão da rede estatal como anseio popular válido, as práticas e saberes adquiridos pela militância anarquista não deixaram de ofertar às massas uma alternativa na qual a participação das mesmas era não somente fundamental como efetivamente se deu.

Este capítulo tem por objeto a campanha conduzida pelos militantes anarquistas no sentido de construir alguns dos alicerces que aos seus olhos permitiriam não somente a vivência de uma experiência de resistência e transformação a partir de suas práticas, mas que mantivesse essa potencialidade às gerações vindouras dos filhos do povo.

---

¹³⁸ GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *Pedagogia, educação e movimento operário na primeira república*. São Paulo: PUC/SP (dissertação de mestrado), 1986, p. 219.

Campanha na qual a constituição das *redes solidarizantes*, assim como das *figuras de experiência* que balizavam a individualidade de seus comportamentos coletivos e das *sintetizantes críticas*¹³⁹ que norteavam sua leitura e atuação no real adquiriam novos significados. Nesse sentido, o que se pretende trabalhar neste capítulo tem por objeto o uso de uma estrutura de constituição de práticas, saberes e juízos de realidade diretamente voltada a fazer de sua *cultura de resistência* um potencial manancial de emancipação coletiva, a partir do uso de meios que reconstruíram essa *cultura* no sentido da transformação do existente através de sua conduta. Ou seja, pretende-se trabalhar aqui o desenvolvimento desta *cultura de resistência* no sentido de instigar e vivenciar uma experiência utópica¹⁴⁰ em meio à realidade em que estes militantes anarquistas se inseriam.

3.2 - 1909 – 1913: CONTRIBUIR, EFICAZMENTE, COM SUA PEDRA GRANDE OU PEQUENA, TOSCA OU CINZELADA

Dentre os potenciais motivos do ressurgimento de *A Lanterna* em 1909, se encontra um de ordem mais imediata.

---

¹³⁹ A especificidade do uso de conteúdos orientados para a transformação da sociedade por parte da campanha em prol das Escolas Modernas em *A Lanterna* parece ter tomado um caminho distinto da orientação de registro e crítica denunciante às instâncias de poder. Em virtude desta mudança de orientação, esta dissertação propõe a noção de *incitantes tópicos* para o entendimento dos conteúdos norteadores da agitação libertária nesta campanha. Pelo termo “tópico”, procura-se delinear a construção destes conteúdos, a partir dos saberes adquiridos pelos militantes anarquistas em seus estudos de experiências e concepções teóricas pedagógicas desenvolvidas no Brasil e no mundo, como lugares de sintetização de marcos ordenadores de sua atuação. Pelo termo “incitante”, procura-se delimitar o uso destes conteúdos de uma forma dinamizada e relacional visando incentivar o desenvolvimento prático de seus marcos de orientação entre os potenciais colaboradores da campanha. Dessa maneira, o uso desta noção procura dar conta de uma orientação de atuação distinta a da utilizada na campanha contra o Orfanato, embasada na construção de práticas visando disseminar saberes num claro intuito de trabalhar pela instrução popular.

¹⁴⁰ O uso do termo utopia nesta dissertação é parcialmente tributário à definição proposta por Karl Mannheim em “Ideologia e Utopia”. Segundo Mannheim, assim como a ideologia, a utopia também seria uma espécie de deformação do real. Diferentemente da ideologia, a orientação do comportamento utópico está diretamente relacionada à transformação da realidade existente. Nesse sentido, seria próprio à postura utópica primeiramente ser encarnada por grupos políticos e sociais em franca oposição ao vigente, no qual a denúncia das contradições inerentes à ideologia dominante os coloca em situação de agir no sentido de transformação do real. Em segundo lugar, mais do que um modelo idealizado de sociedade futura, o que seria específico do comportamento utópico se encontra em sua necessidade de agir já em meio à sociedade vigente no sentido de sua transformação. Sua especificidade em deformar o real, segundo Mannheim, seria o desejo de uma sociedade sem as contradições e conflitos existentes nas sociedades em que seus agentes vivem. No que tange ao uso dessa noção nesta dissertação, além de se referir a este significado, se propõe uma leitura da vivência utópica anarquista expressa pelas Escolas Modernas embasada por uma perspectiva até certo ponto tolerante e instigadora da existência de antagonismos como uma das especificidades do ideário libertário de transformação do real.

No dia 13 de outubro de 1909, Francisco Ferrer y Guardia era executado por ordem do Conselho de Guerra instaurado pelo governo espanhol em Barcelona. O Conselho fora instaurado para apurar as responsabilidades dos distúrbios que ali tiveram lugar em julho do mesmo ano, quando se deu uma massiva insurreição popular contra a convocação de reservistas para a guerra colonial que a Espanha iniciou no Marrocos conhecida como “semana trágica”. Durante uma semana, a cidade de Barcelona foi palco de violentos combates entre praças das forças públicas junto a soldados do exército espanhol, e militantes anarquistas, socialistas e operários que exigiam o fim da intervenção espanhola na África. Ao final da semana, o governo conseguiu retomar o controle da cidade, após conflitos que deixaram como saldo centenas de mortos e diversos conventos e edifícios públicos depredados e incendiados.

Desde os primórdios da década Ferrer era alvo de constantes perseguições por parte da Igreja Católica e do governo da Espanha, em virtude de sua iniciativa pedagógica realizada em solo espanhol. Mesmo sem ter tido qualquer participação direta nos distúrbios, Ferrer foi preso, julgado e condenado à sentença de morte pelo Conselho de Guerra. Pedagogo, professor e autor da iniciativa de implantar os primeiros núcleos da “Escuela Moderna” na Espanha em 1902, Ferrer angariou fama mundial no período pelo desenvolvimento de suas concepções educacionais de tendência libertária. Sua prisão, julgamento e execução foi alvo de uma campanha mundial de protestos iniciada na França e que se espalhou pela Europa, pela América do Norte e pela América Latina, envolvendo militantes operários, anarquistas, livres-pensadores, estudantes e políticos liberais. No Brasil, a campanha se iniciou em Santos, se espalhando por todo o estado de São Paulo e ganhando espaço no Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Maranhão, Ceará e no estado do Rio de Janeiro¹⁴¹.

No primeiro número de *A Lanterna* depois de cinco anos sem circular, quase toda a sua primeira página se dedicou à execução de Ferrer e à significação deste ato¹⁴². Na mesma, se lia:

---

¹⁴¹ Todos os dados referentes à campanha mundial de protestos iniciada em virtude da prisão de Ferrer foram retirados da seguinte obra de Edgar Rodrigues: RODRIGUES, Edgar. *O anarquismo na escola, no teatro, na poesia*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992.

¹⁴² “Giordano Bruno em pleno século XX. *A Lanterna*, ano VIII, nº 1, 17/10/1909.

“Prometeu

Suas lamentações, ou para melhor dizer, seus rugidos de raiva de titã agrilhoado, que não sabe suplicar, mas que sabe fazer tremer, chegara até nós, espalhará-se pelo mundo.

As vítimas da Espanha, não daquela Espanha de outrora, descobridora das Américas, senão da Espanha podre e acanalhada da atualidade que ainda tem masmorras e ainda pare torquemadas, conseguiram que o mundo estremecido escutasse os seus brados de Prometeu e o mundo tremeu de indignação!

Na França revolucionária, na Itália potente dos campeões vingadores, e até na Inglaterra conservadora, no mundo inteiro, enfim, faz-se sentir hoje a indignação dos homens civilizados. É o século que protesta contra o selvagismo dos Affonsos, dos Mauras e dos La Ciervas.

Bem sabemos o que lá aconteceu.

Em defesa de quatro velhacos apatacados, que tinham interesses nas minas do Riff, interesses particulares que de maneira alguma atingem a nação, o governo espanhol, violando o estabelecido no congresso de Haia, não vacilou em fazer regar as escabrosidades africanas com o sangue precioso de seus filhos.

E o povo protestou, indignou-se e fez o que fez... Não era justo? Não era humano?

Todos conhecemos o temperamento ardente, a virilidade daquele povo nobre e lutador por excelência... Era concebível a indignação que sacode os nervos e faz crispar os punhos sem o arranco de fera que rasga e aniquila? – Não!

O governo espanhol sabia de antemão, quando resolveu lançar-se nessa guerra traidora e inumana, que seus filhos não se deixariam levar para a carnificina como um rebanho manso e impotente.

O governo espanhol sabia-o muito bem. Ele é, portanto, o único responsável.

Por que, pois, as sangrentas repressões? Por que essas selvagens vinganças?

É que esse impotente nato que se chama Affonso XIII, sente-se vacilar no seu carcomido trono, e quer, como o famigerado Nicolau da Rússia, impor-se pelo terror.

Se a isso aspira, se a isso obedece o assassinato do grande educador Francisco Ferrer e as torturas infligidas aos ignorados próceres da liberdade que gemem nos calabouços tragicamente célebres de Montjuich – está absolutamente enganado.

O progresso não detém a sua marcha majestosa ante um charco de sangue ou um montão de cadáveres, muito longe disso!... Senão que o diga Canovas, senão que o diga o defunto rei de Portugal!...

Os homens do século XX estão já de há muito tempo cansados das Rússias e cansados dos czares.

Se a civilização não é capaz de fazer-se ouvir, os seus homens se farão temer. A revolução sufocada em sangue na Catalunha não é um epílogo, mas sim um prólogo? De um poema ou duma tragédia? Eis o que resta ver.

Entretanto, o mundo civilizado protesta e faz bem. Obedece a um instinto, cumpre um dever.

Protestar contra a iniquidade, contribuir para a libertação das vítimas da patifaria clerico-canalhocrata do governo espanhol é a obrigação de todo mundo civilizado. O Brasil não podia fugir à voz desse dever. Assim, o mundo saberá que aqui, onde a barbárie policial acutila trabalhadores e assassina indefesos estudantes, a civilização do povo sabe também apostrofar tiranos e libertar cativos.”

Aos olhos do coletivo editorial de *A Lanterna*, a importância da execução de Ferrer continha em si algo além do que a denúncia dos interesses coligados das castas dominantes em combater as iniciativas populares. Mais do que o alerta quanto aos movimentos das instituições de poder, na Espanha ou no Brasil, como demonstrava o

artigo de Benjamin Motta nesta mesma edição¹⁴³, era preciso fazer de eventos como o que decorreria em solo espanhol o “prólogo” de um “poema”. Transformar os atos de barbárie nos prólogos de poemas escritos pelas massas tinha o significado, ao que parece, de também fazer outro uso das atitudes instigadas pelo desenvolvimento de conteúdos orientados para a ação na construção dos teores de suas páginas. Mais do que orientar a leitura de seus futuros jornalistas-jornaleiros e leitores-colaboradores a partir dos saberes recebidos e disseminados para a denúncia das contradições de seus opositores, demarcando em sua agitação sua diferença perante os mesmos, era preciso fazer uso de suas armas também para transformar a realidade que vivenciavam. Tratava-se da criação de meios que tornassem possíveis ao Brasil mostrar ao mundo também saber “apostrofar tiranos e libertar cativos”.

Mais do que um brado de revolta destinado a perecer em palavra, a morte de Ferrer impulsionou a organização entre a militância anarquista paulistana de formas de fazer florescer o legado das concepções educacionais desenvolvidas pelo pedagogo ao longo de sua vida. Na mesma data em que o caso Idalina fazia sua primeira aparição nas páginas de *A Lanterna*¹⁴⁴, em sua primeira página se encontrava o seguinte artigo:

“A Escola Moderna em S. Paulo

Pelo que abaixo se vai ler podemos desde já garantir que o ensino livre, racional alheio às munições do clero mentiroso, vai ser um fato, podendo, assim a obra do grande Ferrer ser continuada em S. Paulo.

Esperamos que todos os livres pensadores, interessando-se vivamente por esta obra, não deixarão de enviar donativos ao comitê promotor da grandiosa idéia.

‘O comitê encarregado pelos representantes de vários centros liberais e associações econômicas na assembléia que teve lugar na noite do dia 17 de novembro – para que expusesse ao público o programa da Escola Moderna e para que abrigasse os recursos necessários para levar a cabo e com êxito tão importante tentativa, inicia seus trabalhos de propaganda com a publicação da presente circular, explicando as bases fundamentais do ensino racionalista e sugerindo as modalidades pelas quais todos aqueles que reconhecerem a importância moral da renovação dos vigentes sistemas de pretendida educação, poderão prestar o seu concurso e oferecer o seu óbolo para, custe o que custar, triunfar tão generosa iniciativa como a da fundação da Escola Moderna na cidade que parece destinada a continuar sendo o ludíbrio dos sucessores do padre Anchieta, de sanguinária memória.

O comitê, ciente das graves responsabilidades morais e materiais que lhe cabem e ciente das lutas e obstáculos que lhe levantarão os elementos retrógrados, não poupará esforços declarando-se a tudo pronto, mas reconhece que sem o auxílio e a

---

¹⁴³ Este artigo e sua análise se encontram no primeiro capítulo desta dissertação.

¹⁴⁴ “A Escola Moderna em S. Paulo”. *A Lanterna*, ano VIII, nº 7, 27/11/1909.

solidariedade de todos os livres pensadores decididos e convictos, não poderá para breve alcançar o fim almejado.

Aconselhamos, portanto, todos os que querem coadjuvar-nos, principalmente no interior do Estado a constituírem por sua vez subcomitês de propaganda, angariar donativos, promover festas, quermesses, conferências a pagamento e pôr em circulação as listas de subscrição que serão por nós distribuídas aos amigos e companheiros.

O comitê já dispõe do valioso oferecimento de um terreno que será sorteado; temos fé que outras ofertas de valor serão postas à nossa disposição pelos sinceros admiradores da obra de Ferrer; dê cada um segundo as suas posses e as suas convicções.

De todas as quantias arrecadadas será dada publica informação nos jornais liberais ou em boletim publicado pelo comitê. Todos os fundos serão depositados em Bancos e garantidos de qualquer desvio; assim, os materiais, casa, máquinas, mobília, livros e outros capitais adquiridos, serão colocados de modo apto a subtraí-los às confiscações dos ilegais da legalidade.

O fim a alcançar, traçado ao comitê pela assembléia que o elegeu pode ser compendiado nos seguintes parágrafos:

1º - Instalação de uma casa editora de livros escolares e obras destinadas ao ensino e à educação racionalista e que, conforme os casos, serão cedidas gratuitamente ou a preço reduzido.

2º - Aquisição de um prédio para implantar na cidade de S. Paulo o núcleo modelo da Escola Moderna.

3º - Procurar professores idôneos para dirigir a dita Escola.

4º - Auxiliar aquelas que no interior do Estado poderão surgir baseadas sobre as normas do ensino racionalista, normas que passamos a estabelecer.”

A Escola Moderna propõe-se libertar a criança do progressivo envenenamento moral que por meio de um ensino baseado no misticismo e na bajulação política, lhe comunica hoje a escola religiosa ou do governo, – provocar junto com o desenvolvimento da inteligência a formação do caráter, apoiando toda concepção moral sobre a lei de solidariedade, fazer do mestre um vulgarizador de verdades adquiridas e livrá-lo das peias das congregações ou do Estado, para que sem medo e sem restrições lhe seja possível ensinar honestamente, não falseando a história e não escondendo as descobertas científicas.

O ensino racional baseando-se sobre a razão e não curvando-se à fé, plasmará portanto indivíduos independentes, capazes de escolher amanhã o próprio caminho na sociedade e indivíduos humanos, pois não se fará da escola o que hoje é uma causa de rivalidade, uma ponte de idéias absurdas e de preconceitos rancorosos, aos quais devemos grande parte das perturbações sociais e das violências que assinalam a marcha evolutiva da humanidade.

Possivelmente o ensino será integral, exercitando os alunos progressivamente em todos os conhecimentos intelectuais e físicos. Havendo recursos será também cultivado o ensino profissional.

Enfim, a Escola Moderna propõe-se fazer da criança um homem livre e completo, que *sabe* porque estudou, porque refletiu, porque analisou, porque fez a si mesmo uma consciência própria e não um dos tantos bonecos laureados por repetirem como fonógrafos as verdades de Moisés e, para se curvarem sem dignidade ao Direito Romano, pequenos nos ódios e nos entusiasmos, crescendo e vivendo sem possuir uma concepção real de vida, inimigos de si mesmo e da humanidade.

Estas são as normas fundamentais que servirão de base à Escola Moderna e que por meio de conferências e publicações avulsas serão vulgarizadas para que todos compreendam o que queremos.

Por iniciativa do Grupo Pensamento e Ação se realizará uma festa em benefício da Escola Moderna, no dia 31 de dezembro vindouro com o drama ‘Giordano Bruno’.

Os bilhetes familiares custam 2\$. Publicaremos no próximo número o programa por inteiro.

Toda a correspondência relativa à Escola Moderna deve ser enviada a Leão Aymoré, rua Gomes Cardim, 5, S. Paulo.

No ambicioso programa do recém-formado Comitê se encontravam alguns dos elementos que formavam o conteúdo de um *incitante tópico* inteiramente desenvolvido no sentido da criação de bases em que fosse possível materializar o projeto, a partir de instrumentos que disseminassem o que o mesmo propunha quando em funcionamento. Tratava-se, portanto, de um *incitante tópico* inteiramente voltado a delinear não só as formas possíveis de materialização, mas fazer de suas práticas momentos propícios para a disseminação dos saberes adquiridos por seus militantes e colaboradores.

Entre os elementos do programa do Comitê, a necessidade do uso da educação visando combater os preconceitos de submissão e naturalização das diferenças sociais oriundas do ensino estatal e religioso era fundamental. Diante da força expressa por esses meios educacionais na manutenção do vigente, não cabia tão-somente seu questionamento ou o registro de sua denúncia nas páginas da imprensa operária e dos jornais anarquistas. Tornava-se necessário que se forjassem ferramentas em que fosse possível educar os filhos do povo num ambiente livre dos preceitos submissos da moral dominante. Para tanto, era preciso construir uma instituição em que a independência e a autonomia do homem, auxiliada pelo método científico, estivessem em sua base. Segundo, o incentivo do uso deste método mediado por princípios de solidariedade e cooperação no desenvolvimento dos alunos na Escola, princípios estes que pudessem assegurar a potencialidade de formação de indivíduos emancipados e autônomos em que a preocupação com seus semelhantes estivessem na base de seus pensamentos e ações.

Nas finalidades do Comitê, a declaração das obras que o mesmo almejava materializar, entre a aquisição de um prédio, a construção de uma casa editora de seu material didático e a busca por professores simpatizantes e capazes de manter tais princípios em seu ofício na Escola, se posicionava na qualidade de garantia aos conteúdos almejados pelo desenvolvimento deste *incitante tópico*. A quarta finalidade, auxiliar o desenvolvimento de iniciativas semelhantes, denotava o caráter potencialmente expansivo e coletivo que os trabalhos do Comitê e da Escola, quando fundada, deveriam assegurar em seu funcionamento.

A iniciativa que se iniciara em São Paulo não deixava também de ser uma forma de ecoar uma das resoluções retiradas do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, organizado pela Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ) e realizado no Centro Galego, no Rio de Janeiro, entre os dias 15 e 20 de abril deste ano. Neste Congresso, que contou com a presença de representantes de 38 associações classistas de diversas regiões do Brasil, foi aprovada a seguinte resolução:

“Tema 7:

Conveniência de que cada associação operária sustente uma escola laica para os sócios e seus filhos, e quais os meios de que deve lançar mão para esse fim?
Considerando que o ensino oficial tem por fim incutir nos educandos idéias e sentimentos tendentes a fortificar as instituições burguesas e, por conseguinte, contrárias às aspirações de emancipação operária, e que ninguém mais que os próprios operários interessam-se em formar livremente a consciência de seus filhos; O ‘Primeiro Congresso Operário Brasileiro’, aconselha aos sindicatos operários a fundação de escolas apropriadas à educação que os mesmos devem receber, sempre que tal seja possível: quando os sindicatos não puderem sustentar escolas, deve a Federação local assumir o encargo.”¹⁴⁵

A resolução denotava uma clara preocupação com a construção de meios em que fosse possível se afirmar e expandir de maneira independente e autônoma os valores que configuravam uma *cultura de resistência* do operariado, forjado por sua vivência cotidiana e pelos diversos ideários dos militantes que atuavam em seu meio.

Mais do que preocupação, a resolução também não deixava de refletir um esforço pedagógico da militância operária cujos primórdios se encontravam na década anterior. Segundo o registro de Edgar Rodrigues¹⁴⁶ embasado por sua leitura da imprensa operária do período, entre os anos de 1890 e 1906 foram fundadas duas escolas no Rio Grande do Sul, duas escolas em Santos, uma em São Paulo e uma em Campinas, além de duas experiências escolares realizadas no Rio de Janeiro, tendo por destaque a iniciativa da Universidade Popular, fundada em 1904¹⁴⁷. Entre os anos de

---

¹⁴⁵ RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operária*. Rio de Janeiro: Edições Mundo Livro, 1979, p. 109.

¹⁴⁶ Todos os dados citados se referem à pesquisa de Rodrigues publicada em seu seguinte livro: RODRIGUES, Edgar. *O anarquismo: na escola, no teatro, na poesia*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992.

¹⁴⁷ Sobre a fundação e funcionamento da Universidade Popular no Rio de Janeiro, além da pesquisa de Rodrigues, há um interessante artigo de Milton Lopes tratando do tema em: LOPES, Milton. “A Universidade Popular: experiência educacional anarquista no Rio de Janeiro”. In: DEMICINIS, Rafael Borges, REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs). *História do Anarquismo no Brasil*, vol. 1. Niterói: EduFF: Rio de Janeiro: MAUAD, 2006, p. 203 a p. 230.

1907 e 1923, ainda segundo o mesmo autor, além das duas Escolas Modernas fundadas pela campanha conduzida pela militância libertária que é objeto de estudo deste capítulo, foram fundadas em São Paulo, contando capital e interior, mais cinco outras escolas, além de cinco no Rio de Janeiro, uma no Paraná, uma na Bahia, uma no Ceará, uma em Pernambuco, uma no Pará e duas no Rio Grande do Sul. Sejam escolas para a educação de adultos ou crianças, tais iniciativas se somavam num grandioso esforço conduzido pela militância operária, anarquista e sindicalista nestes anos voltado à educação das massas. Neste esforço a realização de conferências, a construção de bibliotecas, a constituição de centros de estudos e de cultura, o uso do teatro, a publicação de livros, folhetos e panfletos e a organização de jornais e de sessões de leituras coletivas dos mesmos, de modo a poder transmitir suas informações aos trabalhadores iletrados, são alguns de seus principais aspectos. No trabalho de indivíduos, de sindicatos, grupos dramáticos, centros de estudo e das diversas ligas de resistência, todo um esforço embasado fundamentalmente na experiência de constituição de *redes solidarizantes* voltadas a estas iniciativas floresceu, no intuito direto de fornecer às massas instrumentos em que se potencializassem suas perspectivas de emancipação.

A fundação do Comitê e a delineação de um *incitante tópico* voltada à iniciativa, a partir da deliberação de assembléia de sindicatos e associações liberais, traziam consigo os indícios de que sua estrutura de funcionamento dependia fundamentalmente da atuação coletiva de indivíduos e de agrupamentos para a sua existência, num claro eco das iniciativas anteriores que floresceram no Brasil. A partir de apelos de incentivo à promoção de festas, conferências, quermesses, à obtenção de donativos e à autônoma constituição de subcomitês de propaganda, se delineavam os meios instigados por este *incitante tópico* para se fundar uma *rede solidarizante* voltada à defesa e ao desenvolvimento da iniciativa coletivamente aprovada. No uso de tais instrumentos, a militância libertária depositava suas esperanças de que a idéia de edificar em solo brasileiro uma obra que estivesse à altura daqueles que os inspiravam respeitasse também os princípios nos quais a mesma se destinava, a partir de meios que pudessem ser coerentes com suas finalidades.

O caráter coletivo da iniciativa era uma vez mais reafirmado na segunda aparição da campanha nas páginas de *A Lanterna*, em 4 de dezembro de 1909¹⁴⁸. Na

---

¹⁴⁸ “A Escola Moderna em S. Paulo – Apelo aos anticlericais e livres-pensadores. *A Lanterna*, ano VIII, nº 8, 04/12/1909.

nota publicada em sua primeira página, seu coletivo editorial, além de reiterar seu apoio ao Comitê, novamente usava seu espaço para veicular um apelo aos seus leitores-colaboradores:

“A Escola Moderna em S. Paulo – Apelo aos anticlericais e livres-pensadores

Livres pensadores, anticlericais, homens emancipados de todos os dogmas, quereis verdadeiramente que tenha realização em S. Paulo o projeto belíssimo de opor ao ensino dogmático e embrutecedor, a educação racional, o ensino natural, livre e intuitivo das tenras inteligências, das almas que desabrocham dos corpos em botão? A empresa é vasta, e, para a realizar não temos os meios – e os processos dos nossos inimigos. Mas há uma força que poderá suprir essa falta, uma grande e indomável energia, um audacioso espírito de iniciativa, uma vontade férrea e pertinaz, uma atividade que não cansa e que não dorme.

A *Lanterna* publicou no número passado a circular do Comitê pró Escola Moderna. Nele ficou traçado, em linhas gerais, qual o escopo que se tem em vista: a edição de obras destinadas aos professores e discípulos; a aquisição de um prédio, com um terreno suficiente, para implantação de uma escola modelo; a reunião de um núcleo de professores idôneos; auxílio às escolas inspiradas nos mesmos métodos.

Essa foi a obra a qual Ferrer dedicou a sua vida e na qual devemos tomar o empenho de honra de prosseguir, demonstrando mais uma vez que não é estéril o sacrifício de uma nobre vida por uma idéia nobre e que não foi vão e passageiro o alto clamor de protesto do mundo civilizado.

A empresa é vasta, sem dúvida, e uma só de suas partes que seja demanda um esforço ingente, mas não desfaleceremos na tarefa. Ousamos esperar que todos quantos anseiam por uma humanidade melhor e mais livre farão a si mesmos a mesma promessa formal.

É preciso procurar, angariar recursos. É o momento de mostrarmos que somos capazes de atos duradouros e de tenacidade, na ação e não somente nas palavras, as quais podem ser belas, justas e necessárias, mas nunca poderão bastar se não geram a obra viva.

Todos podem contribuir, eficazmente, com a sua pedra grande ou pequena, tosca ou cinzelada, para a construção do edifício que arquitetamos. A subscrição voluntária, a quermesse, as récitas, as conferências a pagamento, as dádivas em gêneros, tudo servirá para constituir a caixa que há de fazer face às consideráveis despesas necessárias.

Mãos a obra! Levantemos sobre o nosso esforço um monumento que será imperecível, não por uma imutabilidade de dogma, mas pela vibração produzida de alma em alma, através das gerações, gerando e renovando-se!”

Ao longo da campanha, o apelo aos “livres pensadores”, “homens de consciência emancipada” e “agrupamentos não pervertidos por mesquinhos interesses” denotava, ademais, uma conduta comumente instigada pelo Comitê, pelos produtores materiais da folha e por seus colaboradores que faziam uso de suas páginas. No comportamento de apelo em defesa dos interesses, do funcionamento e da expansão das fronteiras da campanha, se delineava um tipo de atitude singular da militância envolvida na mesma,

aqui encarnada pela *figura de experiência* do instrutor-panfletista. Em seu trabalho de demarcar os potenciais instrumentos a serem usados na campanha, tais indivíduos ou associações buscavam construir uma primeira cartografia de ações que pudesse auxiliar nos trabalhos desenvolvidos pelo Comitê para a materialização de seus objetivos. Incentivando, auxiliando e tomando parte direta nas variadas atividades de agitação em prol da campanha, tal *figura* marcava a singularidade de sua postura de sociabilidade na qualidade de propagandista que em sua atuação não somente assegurava a disseminação dos ideários da iniciativa como fazia de sua ação uma oportunidade propícia para a demonstração dos mesmos. Nesse sentido, a atuação dos instrutores-panfletistas visava disseminar entre os potenciais colaboradores os conteúdos e os meios peculiares de agitação política e social delineados pelo *incitante tópico* concernente à iniciativa desta campanha por sua prática de disseminação de saberes.

Os primeiros resultados dos apelos dos instrutores-panfletistas não demoraram a se fazer repercutir na *rede solidarizante* que então se formava. Na edição de 18 de dezembro de 1909¹⁴⁹, o periódico anunciava que os grupos dramáticos “Pensamento e Ação” e “Giordano Bruno” estavam em trabalho de organização de apresentações teatrais cujas rendas seriam inteiramente destinadas aos fundos do Comitê. A mesma edição ainda trazia ao público a notícia de que o militante anarquista italiano Oreste Ristori, um dos editores de *La Battaglia*, estava preparando uma série de conferências pagas contendo projeções visuais em uma excursão de propaganda que pretendia fazer no interior do estado. A programação destas conferências foi publicada no número seguinte do jornal¹⁵⁰. Na mesma, constava:

“É cada vez maior o entusiasmo por esta bela iniciativa, que conquista todos os dias novas adesões e apoios.

Brevemente o sr. Orestes Ristori principiará na Mogiana a sua turnê de conferências a pagamento com projeções luminosas em benefício da Escola Moderna. Os temas que ele tratará são os seguintes:

A criação miraculosa do mundo, com cerca de 80 projeções de vistas originais sobre as meditações do Padre Eterno, sobre a criação fantasiosa do mundo, do Sol e das estrelas, dos animais e das plantas, de Adão e Eva, sobre a tragédia de Caim, sobre o dilúvio e a arca de Noé, etc, etc.

Descendência do homem de formas inferiores de vida, com 60 projeções de vistas de valor histórico importantíssimo: vistas de paisagens pré-históricas, de restos

---

¹⁴⁹ “A Escola Moderna em S. Paulo”. *A Lanterna*, ano VIII, nº 10, 18/12/1909.

¹⁵⁰ “A Escola Moderna em S. Paulo”. *A Lanterna*, ano VIII, nº 11, 25/12/1909.

fósseis de animais pertencentes a espécies desaparecidas do período secundário, terciário e quaternário da geologia orgânica; de vestígios de plantas e de animais primitivos sobre pedra, de organismos monocelulares que representam as formas primordiais de vida, de embriões e esqueletos de animais que apresentam a maior analogia com os do homem; do aparecimento do homem no segundo período da época terciária; da vida dos trogloditas das cavernas; dos seus primitivos instrumentos de sílex e da sua arte rudimentar; do seu estreito parentesco com o grupo dos antropomorfos (macacos sem cauda) sob o ponto de vista anatômico, morfológico e segundo a classificação sistemática das espécies; dos principais cultores do transformismo, Goethe, Lamarck, Virchow, Darwin, Wallace, etc.

O flagelo do alcoolismo, com umas 40 projeções impressionantes, relativas aos efeitos desastrosos produzidos pela lenta intoxicação alcoólica no organismo do indivíduo, nas condições de família e nas relações sociais: perda do sentimento, da dignidade pessoal, do amor à família, aos filhos, ao estudo, tendência para o crime, enfraquecimento físico, ulceração dos órgãos internos, atrofia da memória, alucinações, *delirium tremens*, loucura, morte.

Francisco Ferrer e as suas doutrinas morais, com projeções de vistas da *Escola Moderna*, do seu ilustre fundador e dos algozes deste.

Além disso, o sr. Ristori fará, sobre outros assuntos, várias conferências sem projeções.”

O teor da conferência revelado pela publicação de seu programa permite perceber alguns dos aspectos peculiares ao trabalho de propaganda desenvolvido pela militância anarquista a partir de seus instrutores-panfletistas. No que tange à realização destes eventos, se torna perceptível que estas conferências detinham uma função que não se resumia à propaganda visando angariar colaboradores para a campanha, mas serviam também de oportunidade para disseminar saberes adquiridos ao público que as assistia. Os assuntos abordados pela conferência permitem inferir que, além da preocupação com temas que se relacionavam diretamente ao cotidiano operário como o alcoolismo, havia uma atenção para que fossem expostas visões divergentes de explicação de temas como as origens da vida na Terra.

A tendência à diluição de fronteiras dos propósitos de atividades como esta conferência parecia ser uma necessidade fundamental nos esforços de propaganda desenvolvidos pelos colaboradores desta campanha. Essa perspectiva é reforçada pela descrição de como se deram as primeiras palestras de Ristori em São Paulo na qualidade de instrutor-panfletista da campanha. Na edição de 22 de janeiro de 1910¹⁵¹, era

---

¹⁵¹ “A Escola Moderna em S. Paulo”. *A Lanterna*, ano VIII, nº 16, 22/01/1910.

publicado um breve comentário acerca do como se dera a atividade promovida por Ristori:

“Com uma concorrência numerosa, realizou-se sábado último, no teatro Sant’Anna, a anunciada conferência promovida pelo comitê organizador da Escola Moderna. O orador, o sr. Orestes Ristori, desenvolveu com larga cópia de argumentos o tema *A criação milagrosa do mundo*, refutando a concepção bíblica com conceitos e deduções científicas.

O auditório aplaudiu o conferencista.

Na conferência de domingo à noite, no mesmo local e pelo mesmo senhor, a dissertação foi sobre a *Descendência do homem de formas inferiores de vida*, tema este que foi desenvolvido com projeções luminosas.

O sr. Ristori dissertou com facilidade de argumentação, revelando-se um estudioso senhor da matéria.

Como no dia anterior, o orador teve uma ovação ao terminar sua conferência.

O sr. Ristori partiu para o interior, linha Mogiana, onde vai realizar, em proveito da Escola Moderna, uma excursão de propaganda, fazendo conferências com projeções luminosas, como foi anunciado.

A este propósito, devidamente autorizados, declaramos que nenhum outro orador foi anteriormente encarregado dessa missão, nem o será sem prévio anúncio e autorização da comissão da Escola Moderna.

Que os nossos amigos estejam precavidos contra possíveis explorações por parte de indivíduos nada escrupulosos, sempre prontos a servir-se de qualquer idéia para seus fins particulares, visto que nenhuma possuem.”

Na descrição da palestra conduzida por Ristori, em particular a partir da atenção dada pelo autor do comentário à sua qualidade como estudioso das matérias dissertadas, traduzia-se a idéia de que as atividades de propaganda desenvolvidas preocupavam-se, em seus meios, em demonstrar algo do objeto que seria a finalidade da agitação. Longe de ser a demonstração de um planejamento definido, tais atividades traziam indícios de que o próprio planejamento do que seria a iniciativa, quando construída, deveria ser alvo de discussões e de experiências, denotando o caráter aberto e relacional de seu próprio processo de materialização. Ao que parece, a propaganda em favor das Escolas Modernas em São Paulo envolvia uma perspectiva polissêmica embasada pelo uso de suas atividades na instrução das massas e no convite para que as mesmas tomassem parte no processo de planejamento e construção da iniciativa. Ao longo da campanha, as conferências de Ristori, que após estas sessões saiu em viagem pelo interior do Estado para a realização desta mesma atividade, bem como de outros instrutores-panfletistas ganharam esporadicamente as atenções do jornal, eram eivadas num claro esforço de

fazer do processo de propaganda um espaço propício para a inclusão e instrução das massas no mesmo.

Tratava-se, portanto, de um trabalho de popularização de saberes científicos, em eventos nos quais o primeiro dos meios de propagação dos instrumentos do *incitante tópico* à criação de bases de materialização se encontrava na disseminação dos conteúdos possíveis a serem ministrados nas Escolas. Nesse sentido, este tipo de atividade parece reforçar a idéia de que a noção de utopia disseminada pelos militantes reunidos em torno da campanha se construía em sua própria prática.

A iniciativa de se iniciar uma campanha em prol da construção de estabelecimentos escolares inspirados na metodologia racionalista não tardou em encontrar, em meio à sociedade brasileira, seus primeiros opositores. Na edição de 29 de janeiro de 1910¹⁵², *A Lanterna* publicava um extenso artigo em sua primeira página, inteiramente dedicado à reação da campanha às críticas ao projeto que germinavam em meio aos periódicos católicos:

“A Escola Moderna e os católicos

Tenho em frente três folhas católicas que se ocupam do projeto da Escola Moderna em S. Paulo, fazendo-o, como se calculará, com as armas que lhes são familiares: a calúnia vil e o apodo grosseiro, o ódio de exploradores e a intolerância de fanáticos.

Uma delas tem ‘esperanças fundadas que o governo impedirá tal fundação que constituiria um perigo para a tranqüilidade do país. Muito fez o governo para impedir o desembarque dos anarquistas vindos da Argentina e de certo o mesmo esforço empregará para impedir que debaixo de sua vista se formem anarquistas. Nós deixamos a cada um sua liberdade de pensar e de agir, mas nunca se pode permitir que nos antros anarquistas se pregue não só a liberdade de pensar, mas também a morte de todas as autoridades.’

Os santos homens deixam a liberdade de pensar e agir – quem tal diria!?! – mas esperam que o governo impeça a fundação da escola... Não por causa deles, santos homens, que são tolerantes, mas por causa das autoridades, cuja morte (no sentido próprio ou figurado?...) a escola vai pregar... Que desinteresse!...

Os santos homens acham bem que o governo proíba o desembarque dos anarquistas expulsos da Argentina, que nenhum ato praticaram; mas achariam horrível que o mesmo governo impedisse o desembarque dos frades expulsos da França...

A Constituição seria então violada, a liberdade de pensar também, e o Estado romperia a sua neutralidade perante as seitas, religiosas ou filosóficas.

Outro exemplo de lógica: em França os católicos, como os anarquistas, atacam o monopólio de Estado que alguns republicanos pretendem no ensino e defendem a ‘escola livre’ fazendo-lhes eco os católicos daqui; mas quanto ao Brasil, pedem e aconselham uma prepotência contra uma escola livre. Lá invocam a liberdade, porque são os mais fracos; aqui apelam para a violência, porque se julgam fortes.

Ora, em boa justiça, ainda que a Escola Moderna de S. Paulo fosse obra de anarquistas – o que não é exato – e tivesse contraditoriamente uma feição

---

¹⁵² “A Escola Moderna e os católicos”. *A Lanterna*, ano VIII, nº 17, 29/01/1910.

confessional, sectária, estaria no seu pleno direito, exatamente como as outras escolas confessionais – católicas, protestantes, espíritas, etc – que formigam por aí. Mas os anarquistas, que são livres pensadores completos, iriam com isso de encontro ao seu próprio fim. O anarquismo é uma teoria sociológica muito complexa e não poderia ser ensinada às crianças senão dogmaticamente ou pela repetição monótona e mecânica como o catecismo, como o padre nosso.

E a *Escola Moderna* tem antes de tudo em vista uma reforma pedagógica.

Em vez de papagaios, quer fazer homens capazes de observar, compreender e discutir, homens de senso crítico desenvolvido.

Ela quer banir o ensino dogmático de tudo, dirigir-se mais à inteligência do que à memória; fazer partir gradualmente do conhecido para o desconhecido, e desenvolver com esta marcha, na criança, a iniciativa e o esforço pessoal.

Em vez do ensino de palavras, de definições, o ensino pelos fatos, pela natureza, pela vida.

Ela quer simplificar os programas, expurgando-os de todas as nulidades clássicas, adaptando-o o mais possível o ensino às necessidades da vida.

Em vez do ensino *por atacado*, quer a cultura individual, como o jardineiro que dá cuidados especiais a cada planta.

E quando o aluno já possa e deva ser francamente em frente de problemas complexos, de questões controversas – em história, sociologia, moral, religião – então a *neutralidade* consiste em expor fatos e documentos objetivamente e em apresentar imparcialmente as diferentes opiniões.

Tal o ideal da Escola Moderna – ideal que não convém aos sectários e dogmáticos.

No próximo número mostrarei ao leitor as infâmias quase inconcebíveis – mesmo partindo de fanáticos – de outros dois jornais católicos.

LIBERTAS.”

Na reação católica à iniciativa propagada pela militância anticlerical e libertária, se encontrava um apelo direcionado às autoridades para que intervissem no sentido de impedir a concretização da iniciativa. Associando o projeto de construção de Escolas a um perigoso plano de subversão das autoridades, parece ter sido intenção dos católicos estabelecerem a idéia de que a iniciativa era apenas uma fachada para que criminosos oriundos de terras estrangeiras fizessem germinar seus distúrbios sem propósito diante da harmonia reinante em meio à sociedade brasileira.

Ao apontar a discrepância entre o discurso de defesa da liberdade de pensamento e os limites que circunscreviam esse direito na reação católica, a militância em torno da campanha atacava frontalmente a imagem excludente do que seria a harmonia ameaçada pela agitação anticlerical e libertária. Desnudava-se, desse modo, as premissas que reduziam as páginas das folhas católicas a uma parcial defesa de interesses de seus produtores. A reação católica, e os termos nas quais a mesma estava se dando, parece ter servido de oportunidade propícia para que a *rede solidarizante* formada em torno do Comitê instigasse a disseminação de mais um comportamento singular adotado pela

militância constituída em seu redor, aqui delineada pela *figura de experiência* do defensor-polemista. No intuito de reagir ao discurso veiculado por seus oponentes, a atitude de questionar seu conteúdo a partir da denúncia das discrepâncias entre seus discursos e práticas, tal figura partia da polêmica como arma para desnudar os excludentes e intolerantes interesses de seus oponentes. Atestando a diferença das práticas disseminadas pela campanha perante as de seus oponentes, tendo o debate e a inclusão como princípios orientadores, esta figura atuava no sentido de construir um escudo de proteção que permitisse a continuidade da agitação independentemente das atitudes de seus opositores.

Para tanto, esta figura desenvolveu a única *sintetizante crítica* referente a este campanha, diretamente concernente à defesa do projeto. Nesse sentido, esta *sintetizante crítica* se destinou fundamentalmente a fazer do discurso e das práticas de seus opositores objeto para a veiculação de saberes sobre estes que auxiliassem a proteger a iniciativa dos ataques difamantes vindos da reação católica. A característica primordial de seu conteúdo apontava para as diferenças na perspectiva de inclusão existente entre suas concepções e a de seus opositores no que tange à idéia de liberdade de pensamento e instrução popular. Pautando a de seus oponentes à construção de fronteiras que a demarcassem, o desenvolvimento desta *sintetizante crítica* apontava para a defesa do caráter multifacetado de agentes interagindo na *rede solidarizante* criada em torno do Comitê como elemento que assegurava sua dimensão inclusiva.

A edição seguinte de *A Lanterna*, que veio às ruas no dia 5 de fevereiro de 1910¹⁵³, voltava a dar espaço para a atitude de defensor-polemista de um dos colaboradores da campanha. Desta vez, o defensor-polemista se dedicava a uma ofensiva direta contra o argumento nacionalista que embasava o discurso de seus oponentes católicos:

“No número anterior, prometi mostrar ao leitor as infâmias vomitadas contra o projeto da Escola Moderna por mais dois jornais católicos. Mas basta reproduzir o que diz um deles, porque os dois compadres repentem-se:

‘Quando no ano passado Barcelona foi teatro do mais atroz vandalismo, nenhuma pessoa sensata julgaria que os anarquistas daquela cidade encontrassem partidários decididos entre nós. A espoliação, o roubo, o morticínio sem freio, a satisfação desregrada e impune de todos os instintos perversos da besta humana, o desacato à inocência, pareciam ser crimes capazes de fazer corar de vergonha toda a criatura

---

¹⁵³ “A Escola Moderna e os católicos”. *A Lanterna*, ano IX, nº 18, 05/02//1910.

em que acaso existissem vestígios de sentimentos humanos. Mas infelizmente assim não sucedeu: todo o mundo já sabe que em S. Paulo trata-se de fundar um instituto para a corrupção do operário nos moldes da *Escola Moderna* de Barcelona, o ninho de anarquistas de onde saíram os piores bandidos prontos a impor suas idéias, custasse embora o que custou.

Ora, uma tal casa de perversão do povo vai constituir um perigo máximo para S. Paulo. E é preciso acrescentar que não somos só nós os católicos que ficaremos expostos à sanha dos irresponsáveis que saírem da *Escola Moderna*. Brasileiros e patriotas, havemos todos de sentir o desgosto, uma vez realizados os intuitos da impiedade avançada, de ver insultada a pátria, achincalhadas as nossas tradições de povo livre, por estrangeiros ingratos que abusam do nosso excesso de hospitalidade e tolerância. Não se diga que estamos exagerando, nós que somos patriotas por dever de religião. Nem outra coisa podemos esperar dessa gente *sem lei nem grei*, dessa gente que prega ser a *pátria uma ficção monstruosa e a bandeira um trapo sujo vergado na ponta de um pau.*'

O autor dessa infâmia, descrevendo os sucessos de Barcelona, acabava de ler certamente a narração das proezas dos católicos através da História. Aquilo é a guerra contra os albigenses, a matança dos huguenotes, sua conquista do México e do Peru, a sangrenta epopéia dos carlistas, uma página da Inquisição... As leituras desse gênero podem realmente impressionar assim...

O pobre homem tem as idéias baralhadas: os insurretos de Barcelona não são católicos e por isso foram muito mais humanos. Antes de incendiar os conventos, convidavam os habitantes a sair. Só morreram um padre e uma velha religiosa, que recusaram abandonar o lugar.

E note-se que em Espanha já houve queima de conventos, com matança de frades. Então nem se falava das escolas leigas ou modernas... Todos saíram das escolas clericais. Vê-se que os ensinamentos e tradições do catolicismo se vão perdendo... Os homens humanizam-se.

Verdade é, porém, que os tais ensinamentos nem sempre são eficazes. Assim, muitos dos mais ardentes inimigos da igreja foram discípulos de jesuítas. Portet, encarregado por Ferrer de continuar a sua obra, foi seminarista, foi da legião do padre Claret...

Só um jesuíta, considerando-se em frente dos fanáticos que crêem a olhos fechados e tapam os ouvidos ao que vem de fora, ousa afirmar relação de causa e efeito entre a *Escola Moderna* e os fatos de julho!

A insurreição, provocada por uma guerra absurda e pela injusta chamada dos reservistas, começada pelas mães e esposas, voltou-se contra os conventos, não por motivos propriamente anticlericais e antireligiosos, mas por causas sobretudo econômicas: a concorrência industrial dos conventos, que praticam uma exploração desenfreada.

Demais, a Escola Moderna foi fundada em agosto de 1901 para criancinhas, desde as primeiras letras, e foi encerrada há três anos. Os alunos do primeiro ano, não muito numerosos, são ainda crianças: eis os 'bandidos' que queimaram conventos e lutaram contra a tropa em Barcelona!...

Os jesuítas invocam a intervenção das autoridades, procurando demonstrar-lhes que elas estão seriamente ameaçadas, que o perigo não é só para eles. A fé, a crença imperecível, a religião imortal, não podem caminhar sem o amparo da espada... E não são eles, com um constante apelo à repressão e à intolerância os perigosos para todas as liberdades!

Quando o país se cobre de padres e frades estrangeiros, vêm eles, súditos do papa antes de tudo, falar em estrangeiros, - que decerto não deixaram os seus direitos do outro lado do oceano, e que vêm, não como hóspedes que passam e não pagam, mas como trabalhadores que prestam serviço e nada têm que agradecer, antes pelo contrário.

A Escola Moderna em S. Paulo é iniciativa de nacionais e estrangeiros, como muitas obras de católicos, que sendo adeptos de uma igreja 'universal', se dizem, quando lhes convém, patriotas por dever de religião!

E como eles apresentam os internacionalistas de hoje, descendentes dos cristãos de outrora! Releiam o fecho da transcrição: quem repele o ideal de pátria, não pode

passar dum bandido da pior espécie, com ódio aos homens e a tudo. E no entanto quem ataca a pátria e quando, em nome dela, se trucidam homens na flor da vida e se justificam tiranias e explorações, é porque acima dela coloca a humanidade. Os defensores leais do patriotismo reconhecem que é um ideal superior que guia os internacionalistas.

O jesuíta repete e estropia o dito de Jules Simon, que foi ministro várias vezes e teve idéias moderadas: ‘Não vos incomodareis por uma bandeira. Não passa de três metros de algodão na ponta duma vara’ – mas esquece o do ilustre Tolstoi: ‘Quando medito sobre todos os males que vi e sofri, provenientes de ódios nacionais, digo comigo que tudo isso repousa sobre uma mentira grosseira: o amor da pátria!’

A má fé aconselha a mostrar um lado só duma idéia, convenientemente deturpada, e a esconder o outro.

Mas a vossa raiva é impotente, ó jesuítas!”

O ataque deste defensor-polemista se dirigia diretamente ao uso da questão da nacionalidade por parte dos católicos, que procuravam atestar que o projeto da militância anarquista e anticlerical visava apenas tumultuar os pacíficos rumos da sociedade brasileira a partir da atuação de ingratos estrangeiros. Ao desmerecer a nacionalidade como fator de importância diante da obra que a campanha se empenhava em propagar, seu autor procurava demonstrar que os critérios de inclusão na militância em favor do projeto tentavam respeitar uma amplitude que permitisse que a pluralidade de seus membros a partir do que os mesmos fosse um fator a ser valorizado. Nesse sentido, parece ficar nítido que o que era exaltado como ponto positivo e singular a mais esta campanha se encontrava nos meios em que sua específica parcialidade se construía em meio à sociedade. Ou seja, mais do que parcialidade em si, importava que a singularidade de sua composição, pautada pela potencial e incentivada pluralidade de seus apoiadores, traduzisse algo da utopia que a campanha trabalhava para materializar¹⁵⁴.

Na edição de 19 de fevereiro do mesmo ano¹⁵⁵, *A Lanterna* trazia ao público mais duas demonstrações deste comportamento, encarnado na atitude de resposta aos

---

¹⁵⁴ Em larga medida, a atitude desta figura não deixa de ser uma forma de demonstrar que a leitura que esta dissertação pretende estabelecer acerca do comportamento utópico da militância anarquista envolvida na campanha defendia a necessidade de uma salutar pluralidade no que viria a ser a sociedade vindoura construída por sua agitação. Nesse sentido, tanto quanto a ênfase numa utopia que se planejasse e se construísse na prática, parece que era importante aos anarquistas que sua concretização espelhasse os meios em que a futura sociedade se construiria, justamente a partir de um caráter até certo ponto multifacetado de seus agentes.

¹⁵⁵ “Palestrando com eles”. *A Lanterna*, ano IX, nº 20, 19/02/1910. “Um gatuno...”. *Lanterna*, ano IX, nº 20, 19/02/1910.

rumores veiculados por folhas católicas acerca do projeto e dos rumos dos recursos que estavam sendo angariados para o mesmo:

“A Escola Moderna

Os foliculários católicos continuam a vomitar injúrias e sandices contra o projeto da Escola Moderna em S. Paulo. Como sempre, não têm em conta argumento algum dos adversários: caluniadores como jesuítas, cabeçudos como burros...

A Escola Moderna vai pregar a anarquia, estabelecer cursos de filosofia transcendental, discutir a existência de Deus e semear a discórdia... Depois será a dinamite em ação. É provável que as conseqüências sejam a fome, a peste, a guerra e as inundações...

Ao lado das bastas infâmias, põem tanta asneira, que o efeito todo é perdido e ninguém os toma a sério – salvo talvez as beatas...

Exemplo de descaro

Referindo-se à nossa breve polêmica com o dr. Von Hehring, uma folha clerical escreveu que ‘a imprensa anônima, anticlerical e anarquista, desta capital, dirigiu os mais pesados e os mais pesados doestos’ ao diretor do Museu Paulista.

Os nossos leitores avaliarão da veracidade desta afirmação – destinada aos bons católicos, que nada mais lêem.

Depois afirma que as doutrinas de Ferrer são compartilhadas apenas por inconscientes e fanáticos dinamiteiros. Ora Ferrer só se dedicava, há vários anos, à divulgação das modernas idéias sobre educação infantil, - e essas idéias eram, dum lado, as de Pestalozzi e Froebel, e do outro as de Spencer, Tolstoi e Paulo Robin. São esses os inconscientes...

A liberdade deles...

O mesmo papel clerical, *Gazeta do Polvo*, termina uma de suas estúpidas verrinas contra a Escola Moderna com a seguinte frase entre aspas:

‘Liberdade para tudo e para todos, menos para o mal e para os malvados.’

Se não fosse a inibição mental que os aflige, esses desgraçados perceberiam que isso é a definição de liberdade, mas do contrário.

Com efeito, *mal* são todas as idéias que não são as nossas e que nós julgamos nocivas, *malvados* (ao menos para os fanáticos) todos aqueles que não pensam como nós. De modo que aquilo equivale a dizer:

Liberdade unicamente para nós e nossas idéias?

É a fórmula da intolerância odienta e odiosa.

É o conceito que Torquemada tinha da liberdade.”

“Um gatuno...

Em um dos números d’ *A Verdade*, o padre Ozamis, de Campinas, assegura que o dinheiro arrecadado para a Escola Moderna não terá aplicação porque os angariadores o hão de roubar.

Isto, dito por um padre, não tem valor nem merece crédito, porque ele sempre está disposto a atribuir aos outros os seus furtos e *escroqueries*.

Mons. Seckler não é angariador da Escola Moderna, nem livre pensador, nem pedreiro livre. Nada disso. É padre e foi vigário do Brás por algum tempo. Pois bem. Segundo informações de boa fonte o dito monsenhor recebeu diversos donativos

para uma escola paroquial, que montaram a 500\$000, e tão bem o fez que eles até hoje não aparecem.
Que diz, meu caro Ozamis? Olha que o monsenhor não anda a pedir para a Escola Moderna é, entretanto, um...”

Além de denunciar os conteúdos dos artigos católicos como meras calúnias contra a campanha que mais diziam de seus opositores do que da própria iniciativa da militância libertária, ficava patente no segundo artigo mais um dos elementos do conteúdo da *shintetuzante crítica* voltada à defesa do projeto de construção das Escolas. Diante da preocupação com o teor específico de associar sua obra à defesa da liberdade de pensamento e de inclusão pela via da instrução, a injúria lançada sobre o destino dos recursos atestava a necessidade de se colocar mais uma forma de individuação de seus trabalhos perante seus oponentes. Neste caso, além de refutar a calúnia, era importante que uma aura de transparência estivesse sempre ligada aos trabalhos desenvolvidos pela *rede* em torno do Comitê, numa clara tentativa de tornar impotentes os ataques oriundos de quem se opunha à iniciativa. Este pendor pela transparência, ademais, era uma das formas mais comumente utilizadas pela militância libertária nos diversos trabalhos e campanhas aos quais se lançou durante estes anos em suas diversas áreas de atuação.

No plano da agitação, os trabalhos dos instrutores-panfletistas davam seus primeiros resultados. Em 12 de fevereiro de 1910¹⁵⁶, *A Lanterna* publicava os resultados das primeiras iniciativas patrocinadas pelos colaboradores do Comitê Pró-Escola Moderna. Além de um breve registro de doações de dinheiro oriundas de colaboradores da capital que subvencionavam as listas de subscrição que começaram a correr na cidade e no interior, nesta edição é divulgada a doação de 350 cartões postais vindos de Ribeirão Preto por José Selles, a organização de festividades familiares em Dobrada, Guariroba e em Matão, a realização de espetáculos dramáticos em São Paulo e Jundiaí e a constituição dos subcomitês de propaganda situados no bairro do Bom Retiro e na cidade de Cândido Rodrigues.

No dia 12 de março¹⁵⁷, *A Lanterna* dava notícia de que na capital federal também estava sendo criada uma Associação Pró-Escola Moderna, destinada a angariar recursos para uma iniciativa similar a ser constituída no Rio de Janeiro:

---

¹⁵⁶ “A Escola Moderna em S. Paulo”. *A Lanterna*, ano IX, nº 19, 12/02/1910.

¹⁵⁷ “A Escola Moderna em S. Paulo”. *A Lanterna*, ano IX, nº 23, 12/03/1910.

“A Escola Moderna em S. Paulo

No Rio de Janeiro constituiu-se uma *Associação pró ESCOLA MODERNA*, que espalhou profusamente a circular que abaixo transcrevemos. Como se vê, as adesões e o entusiasmo crescem de dia para dia.

‘Em assembléia realizada nesta capital, no dia 27 de janeiro do corrente ano, foi resolvida a fundação duma ESCOLA MODERNA, baseada no ensino racionalista adotado por Francisco Ferrer, o apóstolo da emancipação humana, vitimado pela intolerância religiosa e pela prepotência política, por querer dar instrução e liberdade ao povo.

Essa iniciativa não pertence a nenhum partido ou escola política. Para cooperar na sua realização são convidados, num ardoroso apelo, todos os livres pensadores que desinteressadamente se preocupam com a instrução racionalista e integral da criança, base segura para a formação duma humanidade livre de preconceitos políticos e religiosos e capaz de instaurar um regime de vida baseado na liberdade, na tolerância mútua e na igualdade de possibilidades para o desenvolvimento moral, intelectual e físico dos seres humanos.

Como a realização desta importante e transcendental iniciativa não pode confiar-se ao entusiasmo irrefletido dos impacientes, mas requer uma constância e um trabalho perseverante, calmo e modesto, a assembléia estudou detidamente os meios com que, mais ou menos, pode contar no Rio de Janeiro, e as necessidades do grande empreendimento que se propõe realizar, e resolveu encaminhar os seus trabalhos dum modo prático e que oferece probabilidades certas de êxito.

Para a fundação de escolas segundo o modelo das que fundou Francisco Ferrer é indispensável: 1º A edição de livros escolares e obras apropriadas para o ensino e a educação racionalista; 2º A preparação de professores aptos para dirigir essas escolas.

Para conseguir isto, especialmente as edições de livros, são precisos recursos com os quais atualmente não contamos e cuja aquisição se tornaria quase impossível se cada escola tivesse que procurar por si o material de ensino. O meio mais prático, portanto, de garantir a fundação das escolas racionalistas em todo o Brasil é a construção dum centro editorial e fornecedor de materiais de ensino, instruções, professores, etc. Criado este centro, imitação da Escola Moderna de Barcelona, que promovia a fundação de escolas racionalistas por toda a Espanha, fornecendo livros, professores, instruções, etc, teremos garantida a fundação imediata de escolas em todas as localidades do Brasil onde haja elementos livres pensadores para sustentá-las.

Atualmente julgamos ser S. Paulo a localidade mais preparada para constituir esse centro não só pelo elemento mais numeroso e mais ativo do que nas outras partes do Brasil, com que conta, como pelas notícias animadoras que diariamente nos chegam a respeito da iniciativa ali da ESCOLA MODERNA, cuja fundação será um fato brevemente. Se ajuntarmos os nossos recursos aos dos amigos de S. Paulo e os amigos de outras localidades fizerem o mesmo, a fundação da escola, com o material de ensino preciso, na capital paulista não demorará e a abertura da ESCOLA MODERNA do Rio de Janeiro será um fato consumado em época não remota.

Por isso a Associação pró Escola Moderna do Rio de Janeiro resolveu agir de acordo com a de S. Paulo, à qual fornecerá a maior soma de recursos pecuniários para as edições de livros e aquisição de material de ensino, ao mesmo tempo que criará um fundo que será depositado num Banco e garantido de qualquer desvio, para as despesas da instalação da Escola Moderna nesta capital.

Exposto, sucintamente, e em linhas gerais, o nosso plano, fazemos um caloroso apelo a todos os livres pensadores do Rio de Janeiro para que não nos neguem o seu valioso apoio, sem o qual não poderemos realizar o nosso empreendimento.

A Associação pró Escola Moderna do Rio de Janeiro compor-se-á de número ilimitado de sócios, de ambos os sexos, que pagarão a quota mínima de 1\$000 mensais, podendo assinar quota maior os que assim o desejarem, para o que bastará uma simples declaração. Organizará conferências, espetáculos, rifas, etc, para angariar fundos. A Associação distribuirá listas de donativos voluntários, ficando aberta desde já uma permanente a cargo da comissão.

A Associação aceitará sócios contribuintes no Distrito Federal, no Estado do Rio e nas localidades de outros Estados onde não existam comissões.

As pessoas que desejem aderir à Associação pró Escola Moderna encham o cartão formulário e devolvam-no.

Ao pedido de adesão deve acompanhar a primeira quota.

As pessoas que desejem colaborar mais eficazmente em nossa obra, podem organizar listas de sócios e enviá-las à comissão com as indicações de nome e residência escritas com clareza.

A COMISSÃO: *Manuel Quesada*, tesoureiro (industrial); *Manuel Moscovo*, secretário (operário); *Dr. Caio Monteiro de Barros* (advogado); *Donato Batelli* (industrial); *Dr. César de Magalhães* (médico); *Salvador Alaria* (industrial); *Myer Feldman*, *Demétrio Minhano*, *Adolpho Garcia Varella*, *Luiz Magrassi* (operários).

Toda a correspondência deve ser endereçada à Rua do Senado, 63 (loja), ao sr. Manuel Quesada a da tesouraria e ao sr. Manuel Moscovo a da secretaria.”

A notícia do aparecimento de uma Associação destinada à mesma iniciativa no Rio de Janeiro denotava que a proposta de planejamento de instituições de ensino popular ganhava adesões que transcendiam as fronteiras do projeto então em desenvolvimento pela militância libertária e anticlerical paulista. Embasada pelos mesmos princípios, a formação de outra *rede solidarizante* em torno do projeto carioca não negava sua filiação nem seu intuito de que ambas as *redes* então tecidas pudessem construir laços de cooperação a partir da ampliação dos raios de atuação de suas militâncias em favor de uma idéia comum.

No que tange à proposta de construção de um centro editorial comum em São Paulo, também se encontram alguns dos indícios dos meios do *incitante tópico* de constituição de bases de materialização que orientava a militância reunida pelo Comitê em suas ações. Longe de ser um centro deliberativo na qual a agitação produzida se subordinava às suas decisões, a proposta dos militantes situados no Rio de Janeiro delineava a idéia de que tanto o Comitê paulista quanto sua Associação se constituía, em seu funcionamento, na qualidade de núcleos irradiadores de experiências e manifestações de propaganda autonomamente desenvolvidas por suas bases militantes. Esta concepção também permite perceber que o Comitê se constituía numa espécie de eixo de confluência de diversas *redes solidarizantes* montadas para outros propósitos,

como a das construídas pelos próprios periódicos que serviam em São Paulo como porta-vozes à campanha, articuladas numa relação de mútua colaboração e interdependência. A concepção destas associações como núcleos irradiadores parece ficar clara na resposta que o Comitê paulista publicou em *A Lanterna* no dia 19 de março de 1910¹⁵⁸ à proposta da Associação do Rio de Janeiro, numa circular em que também anunciava um frustrado plano de publicar um boletim totalmente voltado às notícias da iniciativa:

“A Escola Moderna em S. Paulo

Chamamos a atenção para a bem fundamentada exposição da Associação pró Escola Moderna, do Rio, publicada em nosso anterior número, pois ali está posta a questão nos justos termos: trata-se primeiramente de fazer surgir um núcleo que depois irradiará para outros pontos.

Porque em S. Paulo não se trata de fundar apenas uma aula, uma escola sem grande alcance, limitando a sua ação e influência à educação racional de poucas dezenas de crianças.

Trata-se de muito mais:

De organizar uma boa biblioteca de livros escolares: livros destinados a crianças e ao professor e guias para o educador; de fundar uma casa de edições.

De estabelecer um núcleo; de procurar o melhor material e os melhores processos de ensino, assim como educadores capazes; de propagar os bons resultados obtidos.

De realizar o maior número de extensões possíveis desse núcleo e dos métodos nele adotados.

Não é, pois, uma obra estreitamente local; nela podem colaborar todos e de todas as partes.

E afinal todos o estão compreendendo assim. Por toda a parte se vão formando grupos, associações e subcomitês para auxiliar o empreendimento. As listas de subscrição circulam, e o resultado já conhecido é consolador e prometedor. Fazem-se festas, rifas, conferências; e por seu lado o sr. Orestes Ristori não descansa, recolhendo fundos e fazendo larga propaganda.

Nem falta à viçosa planta que já é esta formosa iniciativa, prometedora de belos frutos e flores, nem lhe falta, dizemos, o estrume das calúnias e dos insultos dos padres; estrume fedorento mas eficaz, pois que com ele vai crescendo a árvore tenra.

De Sorocaba comunicaram à Comissão Central ter-se ali constituído uma subcomissão composta dos senhores José Nelli, Francisco Scaletti, Miguel Stefanelli, Ulivo Catelli, Salvador Demétrio, Ítalo Batini, Humberto Del Cistia, Teophilo Lucaccini.

O mesmo foi feito no Brás, nesta cidade, onde a subcomissão ficou assim formada: Alvaro Augusto Moreira, (*proprietário*); Aniello Paciullo (*negociante*); Egisto Colli, (*artista*); senhorita Anna Paciullo, (*professora de música*); senhora d. Amélia Moreira; senhorita Dosolina Colli.

Brevemente a Comissão Central iniciará a publicação do Boletim da Escola Moderna, inserindo comunicações de ordem administrativa e artigos sobre a educação racional. Será mensal, sendo de 3\$000 o preço da assinatura anual, afim de não recorrer aos fundos da Escola. A publicação será iniciada apenas reunido o número suficiente de assinantes, sendo o pagamento antecipado.

---

¹⁵⁸ “A Escola Moderna em S. Paulo.” *A Lanterna*, ano IX, nº 24, 19/03/1910.

O Boletim publicará as importantes adesões já recebidas e as que se receberem e suscitará as opiniões e a colaboração de notabilidades da ciência e da literatura.”

A publicação dos resultados já obtidos no desenvolvimento da campanha permite não só perceber a singularidade do funcionamento do Comitê como núcleo irradiador de sua *rede solidarizante*, mas também a variedade de composição daqueles que tomavam parte da campanha. Na fundação do subcomitê do Brás, participaram um proprietário, um comerciante, um artista, uma professora de música e duas donas de casa. Entre os membros deste subcomitê e da Comissão de Sorocaba, encontram-se brasileiros e imigrantes italianos e portugueses. A mesma pluralidade subsistia na composição inicial dos membros da iniciativa carioca quanto às suas origens e profissões: além de brasileiros como Caio Monteiro de Barros, militantes espanhóis e italianos compunham seus quadros; além de um advogado, um médico e dois pequenos industriais, também participavam da Associação operários, jornalistas e sindicalistas, como o é explicitado pelo próprio caso de Manuel Moscovo, sindicalista revolucionário espanhol que nos anteriores fora o principal articulador do jornal *A Voz do Trabalhador*, órgão de imprensa da recém-formada Confederação Operária Brasileira (COB)¹⁵⁹.

A configuração plural dos membros da Associação carioca, assim como dos colaboradores da campanha em São Paulo, quanto à profissão e origens se espelhava na própria pluralidade de composição dos membros do Comitê paulista: Leão Aymoré, guarda-livros; Dante Ramenzoni e Pedro Lopes, pequenos industriais; José Sanz Duro, negociante; Tobias Boni, artífice; Luigi Damiani, Edgard Leuenroth, Eduardo Vassimon, Neno Vasco e Oreste Ristori, estes últimos jornalistas, operários tipógrafos e militantes anarco-comunistas ou anarco-sindicalistas. Junto a estes, ainda que não tenha sido possível precisar suas origens, parece ter feito parte da iniciativa alguns adeptos do positivismo, bem como membros filiados às lojas maçônicas de São Paulo. A composição heterogênea destes articuladores refletia diretamente a configuração diversa daqueles que apoiavam o projeto na *rede solidarizante* constituída pela campanha, através da construção de saberes e práticas políticas e sociais que auxiliassem seu desenvolvimento.

---

¹⁵⁹ Os dados referentes à vida de Manuel Moscovo neste período foram retirados de RODRIGUES, Edgar. *Pequena História da imprensa social no Brasil*. Florianópolis: Editora Insular, 1997.

Nesse sentido, a diversidade dos membros também refletia uma fluida cartografia na qual se encontravam os limites dos raios de atuação da *rede solidarizante* dinamizada em torno do Comitê. A publicação das doações obtidas pelas listas de subscrição em jornais como *A Lanterna* trazem alguns dados pertinentes sobre este ponto. Na edição de 19 de março de 1910¹⁶⁰, por exemplo, a lista de doadores se compunha das seguintes contribuições:

“*Jundiá* – Resultado líquido das duas festas realizadas nos dias 5 e 6 de março nesta cidade. 245\$200

Pirajú – Lista a cargo do sr. Mario Martinelli: Mario Martinelli, 1\$. Liberato Martinelli, 1\$. Filippo Policaro, 1\$. Ignázio Nardone, \$500. Antonio De Marco, &500. Francesco Policaro, 5\$000. Antonio Perini, 1\$. Michele Gallo, 1\$. Ugo Vecchio, 1\$. Total: 12\$000.

Sorocaba – Lista a cargo do sr. José Nelli: Wanda Nelli, 5\$. José Rodrigues, 2\$. Constantino Saiani, 3\$. Giuseppe Guariglia, 2\$. Ezio Saiani, 1\$. Romeu Saiani, 1\$. B. Lima, 1\$. Capitão A. Nascimento, 1\$. Germano Schonfeld, 1\$. Galbino Lorenzo, 1\$. Julio Vieira, 1\$. José Vanazzi, 1\$. João Passarella, 1\$. Anacleto De Togui, 1\$. Friederich Thomaz, 1\$. R. Harder, 1\$. Facchini Giovanni, 1\$. Constantino Bass, 1\$. Januario Salerno, 1\$. Antonio Falci, 1\$. José Pereira, \$500. Antonio Fernandes, 1\$. João Lopes, 2\$. João Curtis, \$300. Aurélio Lucchesi, 5\$. José de Camargo, \$500. H. Amaral, \$500. João Feliciano, 1\$. O. C. Arruda, 1\$. Total: 45\$800.

Sorocaba – Do subcomitê pró Escola Moderna: Produto de uma festa: 300\$000.

Taquaritinga – Lista a cargo do sr. Primo Rovina: Cavinato Lodovico, 2\$. Cavinato Luigi, 2\$. Fratelli Bernardi, 5\$. Ucildo Gandini, 5\$. Fratelli Borghi, 1\$. Gisini Giuseppe, 2\$. Schiancaglia Alfredo, 1\$. Sormani Michele, 1\$. Malavasi Romolo, 1\$. Fratelli Balussi, 1\$. Tosati Sauto, 1\$. Primo Rovina, 2\$. Santo Grigoli, 1\$. Luigi Caleffi, 10\$. Ogliani Leopoldo, 1\$. Gins Paris, 1\$. Fioravanti Alberto, 1\$. Cavallini Giuseppe, 1\$. Stegani Constantino, 1\$. Montagnani Amedeo, 1\$. Bellini Massimiliano, 1\$. Pinotti Severino, 1\$. Ogliani Properzio, 1\$. Carlomagno, 1\$. Primo Preti, 1\$. Amabile Bonatti, 1\$. Guandolini Elpidio, 1\$. Arturo Basilio, 1\$. Mirandola Arturo, 1\$. Guerino Monesi, 1\$. Giuseppe Monti, 1\$. Antonio Rovina, 1\$. Um português, 1\$. Gasparo Belantani, 1\$. Giovanni Meneghessi, 1\$. Guandolini Olimpio, 1\$. Talacchi Bomfiglio, 5\$. Amigo da Escola, 2\$. Batista Speziali, 2\$. Serafino Berti, 3\$. Total: 70\$. Despesa para a festa: 9\$. Resta um total de: 61\$000.

Torrinha – Um mestre de escola com seus alunos oferece para a Escola Moderna: O professor, 2\$. Battista Perlatti, \$500. Ângelo Bortolai, \$500. Ignazio Cesaroni, \$500. Vincenzo De Luca, \$200. Cesarino Bortolai, \$500. Aurelio Fontana, \$200. Cesarino Minari, 2\$. Mario Minari, 2\$. Carlo Pratti, \$500. Illuminato Cesaroni, \$800. Regino Pratti, \$600. Total: 10\$000.

Santos – Do sr. professor por conta de uma lista perdida: 50\$000.

Produto das conferências dadas pelo sr. Orestes Ristori:

Jardinópolis: 192\$000.

Batatais: 85\$000.

Franca: 172\$000.

S. José do Rio Pardo: 60\$000.

Mococa: 87\$000.

Casa Branca: 50\$000.

Franca – Lista a cargo do sr. Orestes Ristori: Fiorentino Pellegrini, 5\$. Ghinozzi Giuseppe, 1\$. Antonio Lopes, 1\$. Ernesto Romani, 1\$. Total: 8\$000.

Vila Bonfim – Alfredo Gagnani, 5\$.

¹⁶⁰ “A Escola Moderna em S. Paulo.” *A Lanterna*, ano IX, nº 24, 19/03/1910.

S. Paulo – Outros bilhetes recebidos das conferências realizadas pelo sr. Ristori no teatro Sant'Anna: 20\$500.

S. José do Rio Pardo – Lista a cargo do sr. Orestes Ristori: Giordano Tonon, 5\$. Pecchi Luigi, 5\$. Luigi Moroni, 5\$. Attilio Piovesan, 5\$. F. Rondina & Comp., 10\$. Vittorio Filopanti, 5\$. Costante Rossi, 2\$. Ingerami, 5\$. Attilio Bertolotti, 1\$000. Total: 43\$000.

Além das cidades acima listadas, as listas de subscrição de *A Lanterna*, ao longo do ano de 1910, receberam doações das seguintes cidades interioranas do estado: Ribeirão Pires, Mayrink, Cravinhos, Ibitinga, Ribeirão Preto, Dourado, Piracicaba, Monte Azul, São Roque, Jaú, São Bernardo, Botucatu, Campinas, Guarujá, Bauru, Araras e Vargem Grande. De fora de São Paulo, foram registradas doações vindas de cidades como Rio de Janeiro, Niterói, Ponta Grossa e até mesmo de Santarém, no Pará. Tais registros também permitem perceber o próprio raio de disseminação de periódicos como *A Lanterna* e *La Battaglia* nestes anos, encontrando uma gama razoável de potenciais leitores-colaboradores e jornalistas-jornaleiros às suas iniciativas também nas colônias imigrantes estabelecidas no interior.

A preocupação com a publicação destas listas parece ter sido uma forma de avaliar na prática a pertinência da transparência levantada pela *sintetizante crítica* concernente à defesa do projeto, levada a cabo por seus defensores-polemistas. Nesse sentido, a publicação das listas de subscrição traduzia um claro esforço de propagandear as dimensões democráticas e participativas que subsistiam nas agitações promovidas pela militância anarquista. Ademais, estas listas permitem vislumbrar alguns aspectos a mais dos indivíduos que colaboravam com seus esforços na *rede* em torno do Comitê.

Em primeiro lugar, os baixos valores doados por estes indivíduos, raramente ultrapassando a soma de dois réis, dão uma noção de que em sua maioria, os apoiadores da campanha se compunham de operários, camponeses e profissionais ocupantes de cargos de baixa renda. Junto aos profissionais liberais e militantes de variadas tendências que trabalhavam em favor do projeto, o retrato tirado por estas listas permite a percepção não somente de que os articuladores da campanha tinham uma composição profissional variada, mas que isso se espelhava também nos colaboradores que doavam parte de seus poucos rendimentos à iniciativa. Ademais, os magros valores de doação de muitos dos que contribuíam reforçam a idéia de que no planejamento e na atuação da militância libertária para a concretização das finalidades de instrução das massas era

preciso que as mesmas tomassem, de acordo com suas possibilidades, parte ativa no processo de construção das Escolas que receberiam seus filhos.

A presença de pseudônimos ou apelidos em meio aos nomes registrados por estas listas também era constante. Na lista publicada em 2 de abril de 1910¹⁶¹, entre os doadores de Cravinhos havia um “Incógnito” e entre os de São Paulo um “Ferrer Segundo”, enquanto que em 25 de junho de 1910¹⁶², por exemplo, constavam entre os doadores de Santos os pseudônimos “Um anônimo” e “Um qualquer”. Além do simples desejo de alguns de se manterem anônimos através de seus apelidos, é bem provável que muitos desses colaboradores que mantinham seus nomes ignorados estavam sendo alvos de perseguição policial em virtude de suas atividades desenvolvidas em meio à militância anarquista ou operária. Ademais, a presença de apelidos como “Belzebu” ou “Satanás” e referências a mártires da perseguição clerical em seus pseudônimos permite perceber que mesmo diante dos riscos da vida clandestina que estes levavam, ainda assim os mesmos tinham como prestar mais um ato de solidariedade aos seus companheiros de luta, através do humor que ironizava a reação católica ao projeto do Comitê.

A comum repetição de sobrenomes, assim como o registro de festividades familiares em meio às listas, permite supor que em muitos casos o apoio à campanha encontrava uma firme base de sustentação nas próprias famílias dos operários, camponeses, militantes ou simpatizantes da agitação. Na lista publicada em 26 de março do mesmo ano¹⁶³, entre os doadores de Ribeirão Pires aparecem duas pessoas com o sobrenome Ferrari e duas com o sobrenome Gianotti, enquanto que na de 2 de abril, entre os contribuintes de Ibitinga aparecem seis indivíduos diferentes com o sobrenome Lepore, dois com o De Battista e outros dois com o Angelucci. A presença de dois ou mais integrantes de uma mesma família entre os doadores da campanha demonstram indícios de que a preocupação com a educação de suas crianças era objeto de atenção de muitos dos lares operários e camponeses nestes dias. Em alguma medida, a constante presença de pessoas com o mesmo sobrenome também parece se traduzir em uma dimensão de que entre muitos dos agitadores e simpatizantes libertários a prática dos ideários que lhes serviam de guia eram apreendidos numa perspectiva voltada à sua vivência no dia a dia.

---

¹⁶¹ “A Escola Moderna”. *A Lanterna*, ano IX, nº 26, 02/04/1910.

¹⁶² “A Escola Moderna em S. Paulo”. *A Lanterna*, ano IX, nº 38, 25/06/1910.

¹⁶³ “A Escola Moderna em S. Paulo”. *A Lanterna*, ano IX, nº 25, 26/03/1910.

A participação de mulheres e crianças, ainda que menos constante, também se fazia presente na colaboração com a campanha. Na edição de 30 de abril de 1910¹⁶⁴, *A Lanterna* dava espaço para a publicação da seguinte nota:

“Sociedade Feminina de Educação Moderna

Esta útil sociedade promove para hoje, às 8 horas da noite, no salão Celso Garcia, rua do Carmo, 39, uma festa dramático dançante, com o programa seguinte:

1º – *Incongramento*, versos de Rocca, recitados pela menina Zuma Calzi.

2º - *La Vispa Teresa*, peça num ato representada por crianças de 12 anos.

3º - *Il Muttino Ruchi e povore* de G. Parini, recitado pela sra d. Beatriz Gennari.

4º - *Ringrasiamento*, recitado pela menina Ida Gennari.

5º - *Poucas palavras* da sra. d. Josephina Stefani-Barrachi sobre a natureza e escopo desta sociedade.

6º - *Conferência* em português pelo sr. Ricardo Figueiredo sobre o tema: *A mulher e o livre pensamento*.

7º - *Baile*.”

A presença de mulheres e crianças, ainda que raramente encontradas nas listas de subscrição, parece ter sido mais constante, seja na organização, seja na participação nas diversas atividades de propaganda efetuadas em favor da campanha. Ao que parece, tanto crianças quanto mulheres eram permanentemente estimuladas a tomar parte ativa nos trabalhos irradiados pelo Comitê, com o concurso de suas vozes na apresentação de conferências e recitais de poesias ou peças teatrais envolvendo temáticas mais diretamente relacionadas ao seu cotidiano. Ainda que, segundo Margareth Rago, o imaginário da imprensa operária sobre mulheres e crianças fosse eivado de ambigüidades neste período¹⁶⁵, o que se depreende dos anúncios relativos à campanha é que, ao menos na mesma, estas tiveram voz e trabalho ativo em suas variadas manifestações.

---

¹⁶⁴ “Sociedade Feminina de Educação Moderna”. *A Lanterna*, ano IX, nº 30, 30/04/1910.

¹⁶⁵ Segundo a pesquisa de Margareth Rago em *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar* (RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985), no imaginário anarquista construído pelos jornais dessa época, a imagem da mulher sempre foi eivada de ambigüidades. De um lado havia uma imagem da feminilidade como mãe e protetora do lar que embasava as constantes críticas operárias ao recrutamento de mulheres nas fábricas em virtude destas receberem menores salários ou mesmo sua baixa politização. De outro, o espaço cedido às suas vozes em alguns dos jornais libertários permite perceber uma preocupação com o feminismo e com a necessidade das mulheres terem voz ativa na denúncia das opressões específicas que sofriam e na construção de suas próprias reivindicações no intuito de transformar a sociedade em que viviam.

No que tange ao teor das associações que se envolveram na produção, doação, propaganda ou incentivo às atividades irradiadas pelo Comitê, sua composição também era variada: além de associações feministas, ligas de resistência, sindicatos, centros de estudo, escolas, jornais, grupos dramáticos e companhias musicais tiveram seus nomes registrados como colaboradores do Comitê, através de atividades variadas desenvolvidas pelos mesmos e de suas doações. Em larga medida, a diversidade de entidades que se juntaram à campanha também ajuda a explicar a variedade das atividades desenvolvidas em benefício da campanha. Ou mesmo, a junção de vários tipos de atividade numa mesma festividade promovida em benefício do Comitê.

Sejam indivíduos ou associações, de profissões, filiações políticas e origens variadas, sejam mulheres, homens ou crianças, doando dinheiro, objetos ou promovendo atividades diversas, os distintos colaboradores da campanha denotavam à mesma uma demografia variada e fluída. Ao trabalho desta distinta composição de colaboradores estimulado pelos propósitos do Comitê, havia um singular comportamento de sociabilidade que aqui será denotado pela *figura de experiência* do doador-construtor. No concurso de seus rendimentos ou posses, tal *figura* auxiliava a constituir os alicerces financeiros em que fosse possível materializar a proposta de Escolas que funcionassem a partir de uma perspectiva pedagógica inteiramente voltada à emancipação popular. Na solidária cessão de seus braços e de seu tempo no preparo e na participação nas atividades promovidas pela campanha, esta *figura* contribuía para que os meios utilizados pelo Comitê expressassem uma direta concordância com as finalidades propostas pela campanha, reforçando a noção de uma utopia que se constituía em sua vivência ativa.

Foi do trabalho de seus doadores-construtores, aliado ao de instrutores-panfletistas, que, em 26 de março de 1910¹⁶⁶, *A Lanterna*, não somente anunciava a doação dos primeiros livros à iniciativa por parte da Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, mas a realização de um grande festival em Mayrink. No programa do festival, se lia:

---

¹⁶⁶ “A Escola Moderna em S. Paulo”. *A Lanterna*, ano IX, nº 25, 26/03/1910.

“A Escola Moderna em S. Paulo

[...] *Em Mayrink* – Nesta localidade, uma Comissão, composta de 30 membros, dirigida pelos srs. Firmino Álvaro da Cunha, Augusto Montaventi e Henrique Hansen, está promovendo, para os dias 21 e 22 de abril, um grande e bem organizado festival, cujo produto reverterá em favor da referida Escola.

Publicamos em seguida o programa deste festival que se efetuará com o concurso decidido e entusiasta dos bons elementos liberais daquela localidade e a condescendente doação de pessoas de espírito largo e tolerante, entre as quais merece especial menção o dr. Henrique Scheving, como se verá.

GRANDE FESTIVAL

Em benefício da Escola Moderna de S. Paulo

O subcomitê abaixo assinado, realizará no dia 21 de abril uma festa em benefício da grandiosa obra de regeneração social que é a Escola Moderna.

Para isso contamos com o concurso valioso de todos os que lutam pelo progresso da humanidade e julgam para isso necessário a educação racional da infância.

Esperamos, pois, que os nossos amigos das localidades circunvizinhas venham assistir aos festejos cujo programa damos abaixo:

PRIMEIRA PARTE

Às 6 horas da manhã, fará alvorada a ‘Corporação Musical Operária de Mayrink’, gentilmente cedida pelo dd. chefe da locomoção dr. Henrique Scheving, percorrendo as ruas desta localidade.

Às 6:30, a Corporação Musical irá à estação esperar a Corporação Musical ‘6 de Janeiro’ de Sorocaba a qual será recebida na sede da Associação Recreativa Operária, por uma comissão.

SEGUNDA PARTE

Dirigidas por gentis senhoritas, começarão às 8 horas a funcionar as tómbolas nas barracas, prolongando-se esse divertimento durante o dia.

Às 8 ½ começará o leilão de prendas até as 10 ½, começando novamente ao meio dia até às 2 horas, e das 3 horas em diante até as 8 horas da noite.

Das 2 às 3 horas da tarde será feita a extração da Tómbola Oficial, cujos prêmios são: terno 30\$000 e tómbola 100\$000.

TERCEIRA PARTE

Tocará durante o leilão e quermesse a Corporação Musical de Mayrink, dirigida pelo maestro A. Valeriani, a corporação musical ‘6 de Janeiro’, de Sorocaba, dirigida pelo seu digno maestro e a ‘Orquestra 22 de Abril’, composta de gentis senhoritas, dirigida pelo maestro A. Valeriani. Diretor, sr. Augusto Montaventi.

QUARTA PARTE

Das 11 às 12 horas, fará uma conferência o sr. Eduardo Vassimon, dissertando sobre os fins da Escola Moderna.

Às 3 horas, fará um discurso o sr. Ferreira Junior, de Sorocaba, dissertando sobre a significação da festa.

À 1 hora serão distribuídos bombons às crianças.

QUINTA PARTE

Às 8 ½ da noite começará o espetáculo dirigido pelo ator sr. Bragança, exibindo-se o Grupo Dramático de Mayrink.

Tocará durante o espetáculo a ‘Orquestra Estudantina Talma’, de Mayrink, dirigida pelo maestro Joaquim Pereira.

No último intervalo do espetáculo uma inteligente menina fará um discurso de agradecimento a todos que concorrerem para o bom êxito da festa.

N. B. – As entradas encontram-se na bilheteria do teatro, a 500 réis.
O jardim será ornado à ‘Japonesa’ com iluminação correspondente.
Mayrink, 1910.

O subcomitê pró-Escola Moderna em Mayrink:

FIRMINO ALVARO DA CUNHA
AUGUSTO MONTAVENTI
HENRIQUE HANSEN.”

Do que se pode depreender deste anúncio, assim como do programa de atividades publicado pela “Sociedade Feminina de Educação Moderna”, havia nestas festividades um ambiente permanentemente pautado pela multiplicidade de espetáculos, temas e atores envolvidos nas mesmas. Sejam recitais de poesia, cantos e hinos ou apresentações teatrais, espetáculos musicais, bailes ou quermesses envolvendo prendas variadas, a preocupação em fazer destas festividades um momento de divertimento para todos os envolvidos parecia ser uma das principais formas de instaurar um ambiente de convívio no qual a diversidade de atividades e de participantes denotava uma atenção para que os espaços fossem também lugar de exercício de seus singulares princípios de sociabilidade. A variedade de conferencistas, entre mulheres, homens e mesmo a voz de crianças, bem como das temáticas desenvolvidas, permite perceber que tais festividades, tal qual nas conferências de Ristori, detinham em suas palestras uma permanente preocupação em fazer da propaganda das finalidades da campanha um momento propício para a demonstração de seus meios, através da ênfase em fazer das mesmas oportunidades de instrução coletiva e popular ao público presente. Durante a campanha, festividades como estas e conferências como as de Ristori eram a expressão material da preocupação com a coerência entre meios e finalidades expressa pelo conteúdo d *incitante tópico* concernente ao desenvolvimento de bases de materialização da iniciativa.

Ao longo do ano de 1910, floresceram diversas e variadas atividades e registros de doações oriundas dos trabalhos dos instrutores-panfletistas e dos doadores-construtores que a *rede solidarizante* constituída pelo Comitê Pró-Escola Moderna reuniu em suas fileiras. Na edição de 18 de junho de 1910¹⁶⁷, *A Lanterna* anunciava a

---

¹⁶⁷ “A Escola Moderna em S. Paulo”. *A Lanterna*, ano IX, nº 37, 18/06/1910.

doação de seiscentos exemplares do romance social *Angelo Longaretti o Il delitto sociale* para serem vendidos pelos colaboradores da campanha. Doados pela Tipografia Fiorentina, metade do valor de cada exemplar vendido seria revertida em benefício das contas do Comitê. Em 17 de setembro¹⁶⁸, *A Lanterna* dava espaço para que o Comitê anunciasse ao público a venda de um folheto confeccionado pela Associação Pró-Escola Moderna do Rio de Janeiro. O mesmo continha uma conferência realizada naquela cidade sobre o ensino racionalista e os estatutos da Liga Anticlerical do Rio de Janeiro e da Liga Internacional para a Educação Racional da Criança.

Ao mesmo tempo em que se desenvolviam os trabalhos dos instrutores-panfletistas e doadores-construtores durante esse ano, *A Lanterna* não deixou de dar seu espaço às manifestações dos defensores-polemistas. Na edição de 4 de junho de 1910¹⁶⁹, o periódico publicava uma pequena nota de um dos doadores-construtores que atuou na organização da festa de Mayrink, em que o mesmo, assumindo a postura de defensor-polemista, relatava sua conversa com um padre que lhe pedira donativos para a reforma da paróquia local. Ao responder pedindo também ao padre alguma doação para as Escolas Modernas e ver seu pedido negado, o mesmo não deixou de fazer um irônico apelo aos padres para que excomungassem de uma vez a iniciativa, pois a excomunhão da mesma poderia ajudar ainda mais a ampliar o apoio popular prestado ao projeto.

Outro tipo de registro do comportamento de instrutor-panfletista se encontrava num tipo de atitude comum a *A Lanterna* nestes anos em suas edições especiais referentes à comemoração do aniversário de fuzilamento de Francisco Ferrer. Estas edições, geralmente publicadas no dia 13 de outubro ou em datas próximas, sempre continham artigos teóricos traduzidos de militantes e pedagogos envolvidos nos debates sobre o ensino racionalista. Nas mesmas, se denotava um esforço da *rede* e do coletivo editorial de *A Lanterna* em que se disseminassem argumentos e debates em torno da iniciativa então levada a cabo pelo Comitê Pró-Escola Moderna, reforçando sua perspectiva relacional de construção de saberes e práticas.

Na edição especial de 1910¹⁷⁰, além da rememoração das obras de Ferrer, dos episódios do seu julgamento e das campanhas de protesto contra sua execução, se encontrava um artigo traduzido de Soledad Villafranca, professora que lecionou nas Escolas Modernas espanholas e que, por ter sido a última companheira do pedagogo, se

---

¹⁶⁸ “A Escola Moderna em S. Paulo”. *A Lanterna*, ano IX, nº 50, 17/09/1910

¹⁶⁹ “A Escola Moderna e os padres.” *A Lanterna*, ano IX, nº 35, 04/06/1910.

¹⁷⁰ “O ensino racional”. *A Lanterna*, ano IX, nº 53, 13/10/1910.

tornou responsável pelo espólio de sua obra. Em seu artigo traduzido e publicado nesta edição, Villafranca defendia as especificidades do ensino racionalista a partir da ausência de um programa fixo ao mesmo, numa perspectiva concomitante à visão da ciência como espaço de observação e reflexão crítica na qual os conteúdos deste método deveriam espelhar esta dimensão de abertura na produção de saberes. Na de 1911, também publicada no dia 13 de outubro, havia um artigo de Sebastian Faure¹⁷¹ em que o mesmo defendia a perspectiva de que as responsabilidades pelo ensino ministrado nos estabelecimentos que adotavam o método não residiam sobre os pais, sobre o Estado ou a Igreja. Mas sim que estas deveriam partir das próprias crianças, a partir do constante estímulo à sua iniciativa pessoal, à sua curiosidade e aos seus questionamentos. A edição continha ainda artigos traduzidos de William Heaford, Elisée Réclus, Louise Michel e Maximo Gorki, além de outros de autoria e temáticas diversas relativas à Ferrer e seu legado elaborados por colaboradores brasileiros, anônimos ou não.

Mesmo que a maioria destes militantes e teóricos estrangeiros não tivesse qualquer relação com a iniciativa brasileira, a publicação de seus escritos no jornal traz indícios de que a educação era tema comum de preocupação à militância libertária nos países onde atuava nestes anos. Nos artigos que publicava nestes números, freqüentemente as discussões sobre variadas perspectivas de metodologia e os debates de aspectos intrínsecos ao tipo de sociabilidade a ser incentivado nas escolas racionalistas revelavam por outros meios a disposição relacional e aberta do *incitante tópico* desenvolvido pela campanha como forma de orientar seu desenvolvimento.

A articulação destas condutas distintas de todos os que colaboravam com os propósitos do Comitê, em suas doações ou em suas variadas atividades desenvolvidas em torno do projeto, trouxe seus resultados materiais. Em 22 de outubro de 1910¹⁷², *A Lanterna* publicava mais uma das circulares do Comitê. Na mesma, se lia:

“A Escola Moderna

O Comitê desta grandiosa instituição que em breve será um fato, está distribuindo a seguinte circular, para a qual chamamos toda a atenção dos interessados:

“Com o intuito de ativar o mais possível a implantação da Escola Moderna em S. Paulo, viemos solicitar de v. s. com a maior urgência que for possível, a devolução das listas a seu cargo juntamente com os donativos que puderem ter sido angariados.

---

¹⁷¹ “O Ensino: liberdade ou monopólio”. *A Lanterna*, ano X, nº 108, 13/10/1911.

¹⁷² “A Escola Moderna. *A Lanterna*, ano IX, nº 54, 22/10/1910.

É intento do Comitê tratar, nos princípios do ano vindouro, da instalação da *Casa Editora* anexa à escola e que vai, necessariamente, precedê-la para o preparo das edições de livros escolares segundo o programa da Escola Moderna.

Portanto, é preciso reunir os donativos com toda a brevidade, para o que esperamos o apoio de v. s. que, certamente, conhece e aprecia o programa de ensino racionalista, calcado nos métodos pedagógicos mais modernos e deseja contribuir para uma tão útil e grandiosa instituição.

O patrimônio da Escola já se eleva a 12000\$, mais ou menos, o que se poderá ver pelo balancete que estamos organizando para publicar e é preciso, para fechar o ano com brilhantismo, que se eleve a 20000\$, passo animador para alcançarmos os 80000\$ necessários para prosseguir na fundação da Escola.

Gratos somos de v. s.

O COMITÊ DA ESCOLA MODERNA.º

N. R.: Todos os dinheiros da Escola Moderna estão depositados no Banco Francez e Italiano da America do Sul, antigo Banco Commerciale Ítalo-Brasiliano.”

Ao final de um ano de campanha, o Comitê havia conseguido reunir a quantia de 12 contos de réis, o que permitia ao mesmo começar a traçar planos mais ambiciosos, condizentes com os propósitos de seu programa, caso da proposta de se iniciarem os preparativos para construção da casa editorial das Escolas. O florescimento das agitações em prol do projeto, entretanto, teve que ser temporariamente interrompido. Depois de uma ausência de quase dois meses sem circulares publicadas em *A Lanterna*, no dia 10 de dezembro de 1910¹⁷³ o Comitê Pró-Escola Moderna voltava a dar notícias nas páginas do semanário:

“A Escola Moderna em S. Paulo

Se bem que todas as nossas atenções tenham sido absorvidas pela campanha que em nosso meio está sendo sustentada contra os abutres de sotaina, não foram abandonados os trabalhos para a fundação dessa grande instituição.

As listas de subscrição continuam a correr pelo interior do Estado, obtendo somas bem animadoras, já se tendo também formado alguns grupos de propaganda encarregados de conseguir mais recursos para ser levada a efeito uma tão benéfica iniciativa.

Em Ribeirão Preto, conforme já noticiamos, existe o ‘Centro Progressista Aurora do Povo’, fundado com o fim de auxiliar a Escola com as quotas mensais de seus agremiados.

Pelo exame de suas contas efetuado em 27 de novembro findo, verificou-se ser o seu ativo de 107\$ e o passivo 24\$000. Os 83\$ restantes foram há dias recebidos pelo tesoureiro da Escola, sr. José Sanz Duro.

Em Sorocaba, o Grupo pró-Escola Moderna continua a fazer a coleta mensal entre os seus associados, tendo enviado há poucos dias o resultado do mês de novembro que foi de 47\$000.

¹⁷³ “A Escola Moderna em S. Paulo”. *A Lanterna*, ano IX, nº 61, 10/12/1910.

Todas as quantias até agora remetidas ao tesoureiro tem sido depositadas no banco, atingindo o dinheiro entrado a onze contos, mais ou menos. Devido a exigüidade de espaço com que temos lutado, não nos tem sido possível publicar as novas listas recebidas, o que vamos fazer do próximo número em diante. Em breve o Comitê publicará o balancete anual de todas as entradas e das despesas feitas, depois do que parece que já se vai tratar da instalação da casa editora da Escola, destinada à edição dos livros moldados no método racionalista e que poderão ser utilizados nas inúmeras escolas particulares existentes na capital e no interior e cujos professores são obrigados a servir-se dos velhos livros cheios de vícios e impregnados de preconceito.”

A campanha referida pela circular era a agitação contra o Orfanato Christovam Colombo, que entre o final de 1910 e início de 1911 chegava ao seu auge. Ao que consta, uma boa parte da militância anticlerical e anarquista reunida pelo Comitê também teve destacada participação na *rede solidarizante* constituída em torno desta agitação. A participação nesta campanha parece ter chegado a consumir praticamente todas as atenções de seus colaboradores, dado que a partir de 1911, as notícias relativas ao Comitê tiveram um decréscimo substancial em relação a 1910. Do que se depreende da leitura de *A Lanterna* neste período, a redução a um nível de quase paralisia das atividades em favor do projeto das Escolas em 1911 pode ser explicada fundamentalmente pela atenção dos jornais, indivíduos e associações que colaboravam com o Comitê com as agitações da campanha contra o Orfanato. Mesmo depois de ter passado o maior período de protestos, entre dezembro de 1910 e março de 1911, é provável que boa parte dos articuladores reunidos ao redor do Comitê tenha despendido muito de suas energias na organização da defesa da campanha contra o Orfanato diante dos processos que corriam contra a mesma ao longo desse ano. A concentração da atenção da militância libertária nestes esforços culminou, ademais, no adiamento de iniciativas como a da construção da casa editorial que deveria publicar os livros a serem usados na Escola.

De maneira menos freqüente, ao longo do ano de 1911 aparecia em *A Lanterna* notícias sobre festividades, atividades de propaganda e conferências em favor da iniciativa. Tratava-se de pequenas demonstrações de que, mesmo menos articulados, os instrutores-panfletistas e doadores-construtores ainda trabalhavam em prol da campanha. Nesta época, se tornou mais freqüente a publicação de notícias referentes às experiências de ensino racionalista ocorridas em outros países, como França, Peru, Bélgica, Argentina ou Itália, o que ajuda a corroborar a idéia de que estas práticas eram

plataforma da militância anarquista nos diversos países onde tinham uma base razoável de atuação.

No final de 1911, o Comitê Pró Escola Moderna voltou a publicar suas circulares, em meio a um esforço de reconstrução das bases de mobilização que atuavam em redor de sua *rede*. A primeira delas, datada de 28 de outubro deste ano¹⁷⁴, trazia a seguinte notícia:

“A Escola Moderna em S. Paulo

Muitas pessoas com razão tem nos perguntado se não se faz mais nada pela realização desta iniciativa; a todos temos respondido que a paralisação dos trabalhos da comissão tem sido devida a diversas causas independentes da nossa vontade.

A agitação que ultimamente absorveu os nossos mais ativos companheiros foi um dos motivos que concorreram para esse temporário estacionamento.

Mas a obra recomeça. Após a publicação das últimas listas, balancetes de benefícios e outras notas de ofertas, publicaremos o balancete geral demonstrativo do estado econômico desta iniciativa.

Terminados estes trabalhos faremos uma grande quermesse e daremos um espetáculo em benefício da Escola.

Sabemos que diversas pessoas têm em seu poder listas de subscrição emitidas por *Il Piugulo*, pela *Battaglia* e pela Comissão e guardam as importâncias respectivas à espera de recomeçarmos os serviços até agora interrompidos. Pedimos a estas pessoas que mandem com a máxima urgência possível todas as listas e dinheiro relativo em seu poder ao tesoureiro, sr. José Sanz Duro – caixa postal n. 857 – S. Paulo. E aqueles que não tiverem angariado donativos nenhuns, mandem as listas mesmo em branco para se dar baixa.

Presentemente, os recursos com que conta a Escola Moderna, atingem a cerca de 12 contos. As importâncias recebidas têm sido depositadas na ‘Banque Française et Italienne per l’Amerique du Sud’.

Logo que os recursos pecuniários sejam suficientes, a Comissão discutirá e resolverá sobre o estabelecimento da casa editora.

Pela comissão, *Leão Aymoré*, secretário.”

Apesar da retomada da constância de publicação de circulares, bem como da iniciativa de distribuição de listas de subscrição, a quase completa paralisação das atividades do Comitê durante o ano de 1911 afetou consideravelmente suas capacidades de mobilização no ano seguinte. Ainda que esporadicamente aparecessem anúncios de festividades e agitações promovidas em favor da iniciativa pelos trabalhos de seus doadores-construtores, bem como da atuação de defensores-polemistas e instrutores-

---

¹⁷⁴ “A Escola Moderna em S. Paulo”. *A Lanterna*, ano X, nº 110, 28/10/1911.

panfletistas, o ano de 1912 parece ter sido marcado por um forte descenso em suas atividades.

Pelo que se pode depreender da leitura de *A Lanterna* ao longo desse ano, entretanto, a paralisação parece não ter sido o único dos fatores a atuar em detrimento do desenvolvimento da campanha. Também deve ter tido fator de considerável influência neste descenso o agravamento das condições de subsistência dos setores populares que atuavam em favor da iniciativa, o que culminou num ritmo menor de atividades desenvolvidas em favor do projeto. Concomitantemente a este agravamento, a retomada das atividades diretamente concernentes às reivindicações operárias nas fábricas e em seus sindicatos neste ano parece ter concentrado as atenções diretas de muitas das associações e dos militantes envolvidos nos trabalhos do Comitê, o que contribuiu para sua baixa mobilidade verificada em 1912.

Quando foram inauguradas as duas Escolas Modernas de São Paulo, durante o ano de 1913, o Comitê detinha como volume financeiro a quantia aproximada de 15 contos de réis. Este volume era um indício claro do quanto a difusão de outras iniciativas em meio aos operários por parte da militância anarquista envolvida nesta campanha incidiu diretamente na desarticulação dos trabalhos da campanha ao longo de 1912.

3.3 - 1913 – 1916: CONHECIMENTO DE TUDO QUANTO NOS RODEIA

No dia 31 de maio de 1913¹⁷⁵, *A Lanterna* anunciava aos seus leitores que estava sendo fundada no bairro do Belenzinho uma Escola Livre, inspirada pelos métodos de ensino racionalista. Na nota, se lia:

“Escola livre

Sob esta denominação, vem de ser fundada nesta capital uma escola dirigida pelo nosso bom companheiro João Penteadó.
Sentimo-nos satisfeitos transmitindo aos leitores da LANTERNA esta notícia. Realmente não pode deixar de ser motivo de satisfação para todos os que lutam pela emancipação humana a instalação de uma escola do caráter da Escola Livre.

---

¹⁷⁵ “Escola livre”. *A Lanterna*, ano XII, nº 184, 31/05/1913.

Não é por certo uma escola que possa competir na imponência dos prédios e no conforto da instalação com as grandes instituições religiosas ou do Estado.

Infelizmente assim não é. A escola do amigo Penteado é modesta, muito modesta mesmo. Está instalada numa pequena sala e a sua instalação é pobre.

Entretanto é para nós uma obra de valor que se inicia.

Se é verdade que nas grandes escolas clericais e do Estado as crianças podem gozar de um relativo conforto, não é mesmo certo que delas saem com todas as suas faculdades atacadas pelo vírus terrível da peste religiosa e pelos não menos maléficis preconceitos militares-patrióticos que provocam os sentimentos belicosos de ódios entre os homens.

Na Escola Livre o seu professor, que tem muita prática do magistério, se esforçará por proporcionar aos seus alunos um ensino livre de todos os preconceitos sociais, obedecendo aos princípios do ensino racionalista, que irá sendo completado na proporção que os seus recursos o permitirem.

O companheiro Penteado, esforçando-se por interessar os pais dos seus alunos na obra em que vem de se empenhar, realizará de vez em quando palestras sobre instrução e educação das crianças.

A Escola Livre está instalada à rua Cotegipe, 26, no bairro do Belenzinho, sendo as suas aulas diurnas e noturnas, obedecendo ao seguinte horário: das 11 às 3 e ½ da tarde e das 7 às 9 horas da noite.

Aos amigos daquele bairro que tenham filhos recomendamos a Escola Livre.”

Dirigida pelo pedagogo, professor e militante libertário João Penteado, a Escola que estava para ser fundada numa modesta sala alugada no Belenzinho procurava agrupar algumas das premissas caras às concepções pedagógicas então defendidas pela militância anarquista brasileira. Rejeitando o patriotismo inculcado pelas escolas públicas, bem como os dogmas metafísicos próprios ao ensino religioso nestes anos, a Escola que estava para ser fundada buscava delinear sua singularidade a partir dos meios nos quais seus alunos seriam educados, baseados no ensino racionalista. Nesse sentido, a grandeza do que estava a se consumir não residia na imponência de sua materialidade, mas sim na possibilidade de estimular os aprendizes a uma vivência autônoma e solidária em meio ao vigente. No apelo aos “amigos daquele bairro”, bem como no esforço em interessar os pais em tomarem conhecimento das atividades que ali se desenvolveriam se encontravam as raízes dos meios nos quais a Escola proveria seu sustento, a partir do auxílio coletivo de todos os que pudessem e quisessem se interessar. O apelo, ademais, evidenciava que a fundação da Escola também necessitava do desenvolvimento de uma *incitante tópica* inteiramente voltada a delinear e instigar em meio aos potenciais colaboradores os instrumentos de sustentação da instituição. Tratava-se, na verdade da reconfiguração da *incitante tópica* referente à materialização da iniciativa, agora direcionada a incentivar atividades que pudessem dar sustentação às Escolas.

Ainda que a nota fosse mais uma declaração de intenções do que um relato de seus feitos, a mesma parece ter surtido efeito. Cerca de um mês e meio depois, *A Lanterna* voltava a dar seu espaço à iniciativa de Penteadado, sob forma de um anúncio publicado em sua edição de 19 de julho de 1913¹⁷⁶ produzido pelo mesmo em uma nítida conduta de instrutor-panfletista:

“Escola Livre

Para meninos e meninas à rua Cotegipe, 26 – S. Paulo (Belenzinho)

Instituição de educação e instrução segundo o método racionalista, mantido pela associação Escola Moderna de S. Paulo

As suas aulas tanto diurnas como noturnas já estão funcionando com regular freqüência de alunos e a inscrição para a matrícula se acha aberta, mediante a contribuição mensal de 3\$ para as aulas diurnas e 4\$ para as noturnas.

O fornecimento de livros e materiais é feito gratuitamente aos alunos da escola afim de facilitar aos operários a educação e instrução de seus filhos segundo o método racionalista.

Horário das aulas:

De dia: das 11 às 3 e ½ da tarde.

De noite: das 7 às 9 horas.

O programa com que foram iniciados seus trabalhos consta de *português*, aritmética, geografia, história do Brasil e princípios de ciências naturais.

O seu programa, todavia, como está determinado, será ampliado de acordo com as necessidades futuras e com a aceitação que o ensino racionalista for merecendo da parte dos homens livres da capital e do interior do Estado.

O diretor,
Prof. João Penteadado.”

O caráter popular da Escola que Penteadado estava pondo em funcionamento em São Paulo se delimitava pela adoção de preços populares na cobrança de mensalidades, assim como na iniciativa de distribuir gratuitamente aos alunos os primeiros livros e materiais que seriam usados em suas aulas. O reforço no sentido de designar a destinação da Escola aos filhos dos operários através desta medida significava a intenção de atingir um público composto de cidadãos que não tinham rendimentos suficientes para poder pagar algum tipo de escola particular às suas crianças. Publico este que provavelmente também se encontrava impossibilitado de matricular seus filhos nos poucos estabelecimentos públicos existentes, evidenciando a calamitosa situação do

---

¹⁷⁶ “Escola livre”. *A Lanterna*, ano XII, nº 191, 19/07/1913.

número de vagas disponíveis diante de uma crescente demanda por assentos, oriunda das levas imigratórias que aportavam em estados como São Paulo entre os anos de 1890 e 1920. Para se ter uma idéia, Jorge Nagle¹⁷⁷, citando em seu artigo dados referentes ao relatório de Sampaio Dória apresentado ao governo de São Paulo em 1920, constata um déficit de aproximadamente 149 mil vagas para o ensino primário somente nesta unidade da federação.

Ainda que sejam dados referentes a um período posterior ao recorte deste estudo, num contexto onde a preocupação com a educação parecia voltar a ser tema de atenção do Estado, os mesmos evidenciam que não somente a situação nas décadas anteriores não era diferente, como também era provavelmente pior. O descaso do Estado e a impossibilidade de subvencionar a matrícula de seus filhos em instituições religiosas de ensino contribuía ainda mais para a importância de iniciativas como a que Penteadó se dedicava neste momento a desenvolver, no sentido de estreitar os laços da militância anarquista com as massas.

No que tange ao funcionamento da escola, a existência de um noturno evidenciava sua preocupação com um ensino também voltado a adultos. Ainda que as páginas de *A Lanterna* nesta fase de circulação tenham dado uma atenção menor à educação de adultos, se restringindo no mais das vezes ao registro de atividades culturais promovidas por sindicatos, centros de estudo e ligas de resistência nesse sentido, esta preocupação era um tema constante para a militância operária. Em alguma medida, as próprias atividades irradiadas pelo Comitê durante a campanha, em suas conferências e festividades, não deixavam de ser uma forma dos militantes reunidos na *rede solidarizante* da campanha de se aterem à preocupação com a instrução dos adultos, que provavelmente formavam a maioria do público que as assistia.

O registro de que a Escola recém-fundada era mantida pela associação Pró-Escola Moderna de São Paulo indicava que o decréscimo nas atividades desenvolvidas pela campanha forçara seus articuladores a redirecionar suas prioridades. Provavelmente, tanto os rumores então disseminados pelos jornais católicos¹⁷⁸ questionando os rumos do dinheiro angariado pela campanha quanto à necessidade de

---

¹⁷⁷ Este dado foi retirado do artigo do autor publicado em NAGLE, JORGE. “A educação na primeira república”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, O Brasil Republicano: 2º Volume, Sociedade e Instituições (1889 – 1930). São Paulo: Difel, 1977.

¹⁷⁸ Na edição de 12 de dezembro de 1912, por exemplo, *A Lanterna* dedicou parte de seu espaço a publicar a carta de um padre de Santos que ironicamente questionava sobre o destino do dinheiro reunido pela campanha anos antes. A campanha deu uma resposta no mesmo tom ácido de seu costume quanto às difamações católicas, lembrando ao padre que o dinheiro se encontrava no mesmo banco da capital que a campanha sempre divulgou e que os balancetes do Comitê estavam sendo divulgados em *La Battaglia*.

prestar contas aos que colaboraram nos anos anteriores influenciaram na atitude do Comitê de apoiar a instituição fundada por João Penteadado. Nesse sentido, o Comitê direcionou desde o início das atividades da Escola uma parte dos recursos anteriormente obtidos. Nos anúncios posteriormente publicados acerca das atividades desenvolvidas pela Escola do Belenzinho, a mesma foi sempre referida como a Escola Moderna Nº 1.

A fundação do instituto de Penteadado e sua posterior denominação como Escola Moderna teve desde o início uma oposição ferrenha dos núcleos católicos, que usaram boa parte de seu espaço neste período para atacar a iniciativa, sempre sob o argumento da ameaça à paz dos lares representada pelo funcionamento do estabelecimento. Ainda usando a denominação de “Escola Livre”, em 23 de agosto de 1913¹⁷⁹ *A Lanterna* publicava um artigo de seu professor, em que o mesmo adotara postura de defensor-polemista para rebater as informações que as folhas católicas estavam então disseminando sobre o projeto:

“A Escola Livre e a intolerância clerical

Não é para a gente admirar a maneira desleal e infame com que os eternos inimigos da luz e da liberdade procuram impedir os desenvolvimentos de todas as iniciativas que tendem ao grande, elevado e humano objetivo de instruir e educar o povo segundo os sãos princípios da verdade, da razão e da justiça. Eles são sempre os mesmos, em todos os tempos. A sua norma de conduta, a despeito de todas as conquistas do pensamento, a despeito de todo progresso científico da época, não tem sofrido modificação alguma. Mas, felizmente, dadas as condições atuais em que hoje se acha a humanidade, perdem o seu tempo. As guerras por eles movidas contra nós, os livres pensadores, já não surtem os desejados efeitos, mas redundam em prejuízo das suas negregadas instituições.

Não obstante isso, porém, não se cansam de investir contra os propagadores da luz, contra os apóstolos da liberdade, da paz e da fraternidade. Vêm com ódio o progresso da ciência e a proporcional emancipação do pensamento humano, que na sua ardente inspiração de liberdade já não tolera a barreira dos dogmas nem respeita as autoridades que do alto das cátedras procuram acorrentar as consciências e dominar as massas populares.

Daí, pois, a razão porque, fanáticos, obcecados por uma idéia tão sinistra quanto tenebrosa, esbravejam, estalam de raiva e de ódio contra nós, lançando mão de todos os recursos, de todos os ardis, desde a intriga até as perseguições mais odiosas.

Isso, todavia, não nos admira.

A história nos fala das monstruosidades, das patifarias, das torpezas sem nome praticadas em honra e para a glória da religião. Inumeráveis são as vítimas de sua atrocidade, durante os dez séculos da idade média. E no número delas se contam mártires, que souberam dignamente morrer em nome da liberdade e da justiça. Giordano Bruno, Savonarola e João Huss não escaparam à sua cólera terrível, implacável, diabólica.

Ela não respeita nem os direitos individuais, nem as virtudes nem a vida de quem não se deixa levar pela impostura, pela falsidade, pela hipocrisia da Igreja de Roma. Os fanáticos e os jesuítas são capazes de tudo.

---

¹⁷⁹ “A Escola livre e a intolerância clerical”. *A Lanterna*, ano XII, nº 196, 23/08/1913.

E como se lhes não bastassem os crimes do passado, ainda perseguem em sua fúria assassina, ameaçando a todos aqueles que se emancipam da tutela da religião, a todos que procuram levar a verdade ao conhecimento do povo. A prova mais recente do que acabamos de afirmar temo-la com o fuzilamento de Francisco Ferrer, em pleno século XX, devido à nefasta influência clerical em Espanha.

O clero é um inimigo terrível que precisa ser eliminado.

Assim, pois, a Escola Livre que aqui acaba de aparecer, não podia absolutamente deixar de atrair a atenção dos jesuítas de casaca e de todo elemento clerical de S. Paulo. E foi, de fato, o que aconteceu.

A publicação de uma notícia da *Lanterna* a propósito do objetivo a que a Escola Livre se destinava foi quanto bastou para que um católico ortodoxo enviasse à redação da *Mococa*, pequena folha do interior, uma carta anônima, cuja linguagem biliosa e cheia de despeito deixava transparecer o mais santo, o mais sagrado, o mais religioso furor contra todos os livres pensadores de S. Paulo.

E ao lermos as suas palavras, achamos-lhe graça, mas uma graça tola, reveladora do mais supino fanatismo, do mais energúmeno sentimento de intolerância.

Além disso, ao escrever, quis tomar ares de profeta falando do aparecimento da referida escola, cujo programa, de certo, não lhe caiu no gozo porque se baseia nos moldes racionalistas, que exclui do ensino todos os preconceitos sociais e de religião, para se tratar de verdades demonstráveis, positivas. – Então despejou contra ela todas as anátemas, todas as maldições, e, ainda por cima, disse que ‘essa obra desapareceria como coisa inútil, depois de ter experimentado o desdém e a indiferença da gente sensata.’

Mas, como se enganou!

A sua profecia mentiu. A Escola Livre vai em progresso, tendo já elevado número de alunos a quem ministra educação e instrução segundo o método racionalista.

E isto ainda não é só. Agora já temos duas escolas no seu gênero.

À rua Müller, no Brás, acaba de ser instalada a segunda, que, como a primeira, merece a proteção e o apoio dos homens livres de S. Paulo, que não são apenas ‘meia dúzia de anticlericais batalhadores de opereta’ como disse o missivista ortodoxo, mas sim uma falange de combatentes, que além de emancipados, podem fazer muito para a regeneração da humanidade, quer pela imprensa, quer pela educação e instrução racionalista que as crianças matriculadas em suas escolas recebem.

Esta é, pois, a verdade.

João Penteado.”

Do que se depreende deste e de outros artigos publicados em *A Lanterna* em resposta às calúnias propagadas acerca do Comitê, agora transformado em Associação, ao longo dos anos de funcionamento das Escolas em São Paulo, a base de argumentação da oposição católica aos estabelecimentos não modificou muito de sua estrutura. Investindo na tática de difamar as Escolas a partir de sua associação a delinquentes estrangeiros visando minar as bases de ordenação da sociedade brasileira, os católicos agora começaram a insistir numa pronta atuação das autoridades no sentido de fecharem as Escolas, pelo perigo que, aos seus olhos, as mesmas representavam. Nesse sentido, a *sintetizante crítica* desenvolvida pela militância libertária, agora em defesa das Escolas, praticamente não variou seus conteúdos.

Em larga medida, a constante oposição católica requereu da Associação uma constante mobilização da atitude de defensor-polemista da parte de seus colaboradores. Quando da fundação da primeira Escola Moderna oriunda da campanha fluminense em Petrópolis ainda no ano de 1913, por exemplo, a Igreja Católica patrocinou a farta distribuição de um folheto escrito pelo pároco local atacando virulentamente a instituição que se fundara em sua cidade. Em resposta, os periódicos anticlericais e anarquistas que apoiavam as campanhas do Rio e de São Paulo publicaram toda uma série de artigos destinados a rebater as acusações contidas neste folheto. Em *A Lanterna*, sob o título de “Fustigando um miserável tartufo”, uma ácida e delongada resposta foi publicada entre os anos de 1913 e 1914 nas páginas do periódico.

Mesmo diante da oposição encarnada pelos católicos, as atividades da Associação Pró-Escola Moderna continuaram a florescer. Prova disso é a notícia publicada neste artigo de que a Escola que funcionava no Belenzinho já recebia um bom número de alunos. Ademais, a informação de que também se encontrava em funcionamento uma segunda Escola Moderna, no bairro do Brás era corroborada por um anúncio publicado em outra parte desta mesma edição de *A Lanterna*:

“Escola Moderna N. 2

Ensino Racionalista

Cientificamos às famílias que se acha instalada no prédio da rua Müller, 74, a Escola Moderna nº 2, criada sob os auspícios do Comitê Pró Escola Moderna. Esta Escola servir-se-á do método indutivo, demonstrativo e objetivo, e basear-se-á na experimentação, nas afirmações científicas e racionadas, para que os alunos tenham uma idéia clara do que se lhes quer ensinar.

EDUCAÇÃO ARTÍSTICA, INTELECTUAL E MORAL

Conhecimento de tudo quanto nos rodeia.
Conhecimento das ciências e das artes.
Sentimento do belo, do verdadeiro, e do real.
Desenvolvimento e compreensão sem esforço e por iniciativa própria.

MATÉRIAS:

As matérias a serem iniciadas, segundo o alcance das faculdades de cada aluno, constarão de – *leitura, caligrafia, gramática, aritmética, geometria, geografia, botânica, zoologia, mineralogia, física, química, fisiologia, história, desenho, etc.*

Para maior progresso e facilidade de ensino, os meninos exercitar-se-ão nas diversas matérias com o auxílio do museu e da biblioteca que esta Escola está adquirindo, e que servirá de complemento ao ensino adquirido nas aulas. Na tarefa de educação, tratar-se-ão de estabelecer relações permanentes entre a família e a escola, para facilitar a obra dos pais e dos professores.

Os meios para criar estas relações serão as reuniões em pequenos festivais dos quais se recitará, se cantará, e se realizarão exposições periódicas dos trabalhos dos alunos; entre os alunos e os professores haverá palestras a propósito de várias matérias, onde os pais conhecerão os progressos alcançados pelos alunos.

Para complemento do nosso programa de ensino organizar-se-ão sessões artísticas e conferências científicas.

Horário: das 12 da manhã às 4 da tarde.

A inscrição de alunos acha-se aberta das 10 às 12 horas da manhã e das 4 às 6 da tarde.

A diretoria.

S. Paulo, agosto de 1913.”

Ostentando o título de Escola Moderna Nº 2, o estabelecimento fundado no Brás tinha como diretor o professor, pedagogo e militante libertário espanhol Florentino de Carvalho. Assim como no programa publicado pela Escola dirigida por João Pentead, as atividades propostas para o funcionamento da instituição do Brás dependiam inteiramente do concurso coletivo para seu funcionamento. Ou seja, as Escolas dependiam de recursos além dos da subvenção da Associação ou Sociedade Pró-Escola Moderna de São Paulo, que por si só já era fruto de todo um trabalho articulado e desenvolvido coletivamente na campanha dos anos anteriores.

Nesse sentido, o convite à participação dos pais das crianças matriculadas nas duas Escolas para que acompanhem o desenvolvimento das práticas e saberes de seus filhos revelava uma disposição de fazer do cotidiano das mesmas uma ocasião permanentemente aberta à intervenção indistinta de todos os interessados em suas atividades. Em alguma medida, o convite das duas escolas expressava uma forma de refletir de outro modo os propósitos de anulação de distinções entre professores e alunos próprios ao ensino racionalista na eliminação de diferenças entre diretores e pais na tutela exercida nas Escolas aos menores.

Essa característica também delineava a especificidade do *incitante tópico* desenvolvido para a sustentação das Escolas, singularizando sua transformação diante do papel coletivamente incentivado pela *rede solidarizante* durante a campanha de angariação de recursos para materializar o projeto. Ou seja, além do trabalho de prover recursos, incentivado por este *incitante tópico*, havia um estímulo para que também os afazeres cotidianos das Escolas e o desenvolvimento dos conhecimentos das crianças fosse objeto de participação não só dos seus instrutores-panfletistas. Nesse sentido, esse papel também deveria ser exercido pelos pais e por qualquer um interessado pela obra.

Outro ponto que parecia ser comum ao programa das duas Escolas se referia à perspectiva das matérias a serem ensinadas nas duas instituições. O teor dos conhecimentos ministrados torna possível a percepção de que seus diretores se preocupavam profundamente com a idéia de disseminar saberes fundamentados numa perspectiva de ausência de dissociação entre conhecimentos teóricos e práticos. Nesse sentido, a diversidade de saberes a ser ministrada nas escolas incide sobre a característica *indisciplinar* da construção de conhecimentos desenvolvida pela pesquisa de Rogério Nascimento¹⁸⁰. Para o autor, o que singularizava a produção e disseminação de conhecimentos desenvolvidos por alguns dos militantes anarquistas neste período era a introdução de uma perspectiva de dissolução das fronteiras tradicionalmente consagradas ao ensino, a partir de sua funcionalização direcionada ao desenvolvimento de sociabilidades e práticas em oposição ao vigente.

Longe de receberem dogmas prontos e eivados de preconceitos aos quais caberia tão somente sua capacidade de memorização, a perspectiva dessa variada gama de saberes a serem apreendidos pelas crianças demonstrava uma preocupação com o desenvolvimento de suas mais diversas aptidões naturais. Estas características primeiras demarcavam de início a diferenciação da metodologia de ensino racionalista das Escolas para com as pedagogias aplicadas em estabelecimentos religiosos ou estatais, pautadas por uma noção da infância como tabula rasa a ser preenchida por conteúdos adestrados por seus mestres¹⁸¹. A partir do ensino dos primeiros rudimentos de uma metodologia científica pautada pela observação, pela demonstração dos meios de raciocínio a partir da experiência conjuntamente à variedade de conhecimentos, seria possível conhecer os gostos das crianças e estimular seu desenvolvimento a partir de suas próprias vozes.

Tal perspectiva também dependeria das próprias relações tecidas entre alunos e mestres em sala de aula, pautada pela particular preocupação dos professores com o contínuo estímulo à curiosidade e à dúvida das crianças. Enfatizar a idéia de que tais relações deveriam ser de colaboração e não de hierarquia era uma forma de estimular a

---

¹⁸⁰ Esta referência se dirige à pesquisa do autor em NASCIMENTO, Rogério Humberto Zeferino. *Indisciplina: experimentos libertários e emergência de saberes anarquistas no Brasil*. São Paulo: PUC/SP (tese de doutorado), 2006.

¹⁸¹ Segundo Sílvio Gallo em *Pedagogia do Risco* (GALLO, Sílvio. *Pedagogia do risco*. Campinas: Papyrus, 1995), o prisma pedagógico desenvolvido pelos libertários partia do pressuposto que a criança, longe de ser uma tabula rasa, era ela mesma dotada de aptidões naturais que a escola deveria fazer o possível para estimular através de seus métodos. Tratava-se de uma forma a ênfase na autonomia das crianças quanto ao processo de ensino significava reconhecer seu direito a uma voz própria quanto ao seu aprendizado. Nesse sentido, nos programas das Escolas, parece haver um claro compartilhamento dessa perspectiva que era comum ao ensino libertário neste período.

progressiva transformação do mestre-escola em vulgarizador de verdades culturalmente adquiridas pela humanidade. Tratava-se de um processo que tinha por finalidade o incentivo a que as próprias crianças escolhessem os objetos de seu estudo a partir de sua iniciativa. Nesse sentido, a variedade das matérias disponibilizadas distintamente nas duas Escolas também permite supor que no funcionamento de ambas se procurou ter uma atenção para que as mesmas se desenvolvessem num espírito de colaboração que não anulasse a individualidade dos saberes portados que seus diretores poderiam vulgarizar em suas aulas. Era a partir da colaboração instaurada por laços de reciprocidade num mútuo convívio e aprendizado diluindo coletivamente hierarquias que parecia se delineava a prática de fazer das Escolas um dos instrumentos de uma emancipação potencial e expansivamente coletiva.

Trata-se, portanto, de uma perspectiva radicalmente diversa da desenvolvida por Rogério Nascimento nesse sentido. Para o autor, a perspectiva *indisciplinar* de constituição de saberes era uma das formas de afirmação das individualidades que interagiam nas variadas práticas construídas pela militância libertária neste período no sentido de sua auto-afirmação de experiências em oposição ao vigente, aonde se encontraria o principal potencial radicalmente subversivo das manifestações dos anarquistas. De acordo com o autor, era justamente na expressão da concepção singular destas individualidades em práticas *indisciplinares* que se denotava seu principal potencial de emancipação do existente. Entretanto, diferentemente de Nascimento, a leitura dos meios de produção de experiências como a da construção e funcionamento das Escolas permite perceber que nas mesmas havia um direto interesse na construção de formas de emancipação comum e coletiva, não somente na afirmação da interação de individualidades singularizadas, mas na dinâmica e constante necessidade de expansão destas perspectivas de sociabilidade às massas. O que equivale a dizer que neste estudo, ainda que se concorde com sua definição de *indisciplinaridade* na qualidade de meio específico, ao menos no que tange às Escolas Modernas, não se concorda com a finalidade delineada por Nascimento como característica de seu sentido transformador. Ou seja, parte-se aqui do pressuposto de que nas práticas desenvolvidas pela militância libertária no terreno de suas Escolas a *indisciplinaridade* só adquire um caráter emancipador em virtude de sua constante necessidade de expansão para além dos indivíduos que faziam da mesma a base de sua experiência. É justamente nesse sentido que se encara o uso efetuado pela militância libertária do ensino racionalista e de seus meios, como o ensino às crianças de rudimentos do método científico como a

observação, na qualidade um de seus variados instrumentos de emancipação coletiva disseminada ao povo.

Dentro dessas bases, a ênfase na observação como iniciação aos primeiros rudimentos de um método que favorecesse e expandisse a autonomia infantil sob perspectiva de se conhecer “tudo quanto nos rodeia” era, ao seu modo, valorizada na gama de atividades desenvolvidas pelas Escolas na instrução de seus aprendizes. Além das festividades e das aulas nas Escolas, *A Lanterna* também deu notícia de outras atividades desenvolvidas pelos professores e alunos da Escola. Na edição de 14 de julho de 1914¹⁸², por exemplo, no anúncio de uma sessão de propaganda a se realizar na Escola Moderna N° 1, o periódico dava notícia que no mesmo dia se realizaria uma excursão para o Jardim da Luz com os alunos das duas Escolas:

“[...] Realiza-se no dia 14 de julho, terça-feira, na sede da Escola Moderna N. 1, uma sessão de propaganda social, que terá início às 19 horas, com a assistência dos alunos, respectivas famílias e pessoas interessadas pela cultura social e racionalista. Nesse mesmo dia, também, será realizado um passeio ao jardim da Luz, em que tomarão parte, encorpados, os professores e alunos das duas escolas. A chegada naquele logradouro público está marcada para as 13 horas.”

Estas excursões não deixavam de ser uma forma que as crianças exercitassem os rudimentos dos métodos que aprendiam em sala de aula no contato direto com objetos presentes em seu cotidiano, ou à sua volta, reforçando a idéia de que o espaço de aprender não se comprimia nas paredes da Escola. Nesse sentido, também era comum a realização de festas campestres. Em 5 de dezembro de 1914¹⁸³, por exemplo, *A Lanterna* anunciava ao público a realização de uma festividade campestre no parque situado no bairro da Penha, contando com piqueniques e demonstrações de experiências e saberes adquiridos pelos aprendizes das duas Escolas. Como estas excursões e festas campestres eram abertas à participação de qualquer interessado, elas não deixavam de ser uma forma de instrução pública ministrada conjuntamente entre professores e aprendizes.

---

¹⁸² “Escola Moderna de S. Paulo”. *A Lanterna*, ano XIII, n° 242, 14/07/1914.

¹⁸³ “Escola Moderna de S. Paulo – Uma interessante festa campestre”. *A Lanterna*, ano XIII, n° 262, 05/12/1914.

Aparentemente, seja no espaço das Escolas, ou em qualquer outro lugar de aprendizado, na possibilidade de florescimento do que as mesmas defendiam se reforça a idéia de que isto dependia consideravelmente da instauração de uma atmosfera de vívida colaboração entre professores e aprendizes em suas relações em suas atividades conjuntas. Em sua preocupação com a sociabilidade do espaço escolar, os instrutores-panfletistas que ministravam seus saberes nas Escolas revelavam também sua atenção a um problema comum ao ideário libertário, relativo à moral.

Errico Malatesta¹⁸⁴, por exemplo, defendia que um dos pilares da crítica anarquista à sociedade vigente se imbricava diretamente no questionamento dos valores tradicionalmente consagrados socialmente através do desenvolvimento e manutenção de sua moral individualista e competitiva. Para o militante italiano, esta crítica não implicava necessariamente na defesa da imoralidade como antípoda ao existente, mas sim na valorização pelas práticas de agitação libertária de princípios que expusessem diretamente o que era defendido pelos anarquistas, centrados nos ideários de solidariedade, compartilhamento e mútua colaboração no desenvolvimento de um mundo humanizado. Ainda que esta preocupação seja objeto de abordagens distintas entre os militantes que balizaram alguns dos referências libertários de ordem coletiva sobre esta temática, sobre todos estes perpassava o fio de uma noção de que sua preocupação com a moral sempre deveria ser entendida como uma atenção especial aos processos de preparação do homem para a vida social. Ao que parece, nas Escolas, o tipo de sociabilidade estimulado parecia ser bastante tributário destas concepções.

Tanto quanto a preocupação com a aprendizagem, a *rede solidarizante* desenvolvia na prática as concepções de seu *incitante tópico* concernente à sustentação material das Escolas. Em 18 de outubro de 1910, *A Lanterna* publicava mais um circular da Sociedade Pró-Escola Moderna, destinada a fazer seu público leitor tomar conhecimento que no dia seguinte ocorrerá uma solenidade de inauguração das mesmas. A circular também traz alguns aspectos de como as Escolas pretendiam funcionar:

“Escola Moderna

---

¹⁸⁴ No que tange à concepção desenvolvida por Malatesta acerca do assunto, a referência ao militante se embasa em seu artigo “Os anarquistas e o sentimento moral” (MALATESTA, Errico. “Os anarquistas e o sentimento moral”. In: MALATESTA, Errico. *Escritos revolucionários*. São Paulo: Hedra, 2008, p. 97 a p. 100.

São inauguradas as primeiras escolas

Vai em bom começo de execução a obra extraordinária da Escola Moderna, há um par de anos iniciada com ânsia e entusiasmo por um núcleo de camaradas de S. Paulo e que bastante apoio teve da parte dos companheiros do interior.

O plano de ação delineado pelos que lançaram a iniciativa, assim como as esperanças que acalentaram sobre a coleta feita, foram muito além das possibilidades do nosso meio, bastante acanhado para obras de tão grande alcance.

Desejava-se fundar em S. Paulo um estabelecimento modelo, que pudesse corresponder inteiramente a todas as exigências do ensino racionalista. Infelizmente, porém, os recursos recolhidos ficaram muito aquém da quantia indispensável para esse elevado tentame, em conseqüência do que se atravessou um bom espaço de tempo em enervante expectativa.

Entretanto, apesar de não se poder dar execução a esse plano, muita coisa de grande valor, de muita utilidade se poderia desde logo fazer.

Os resultados não se fizeram esperar, trazendo confiança no êxito da benéfica obra.

Duas escolas montadas com os recursos da E. M. e por ela patrocinadas já estão funcionando com promessas de excelentes resultados.

À rua Saldanha Marinho, 58, Belenzinho, e na rua Müller, 74, entre o Brás e o Pari, estão instaladas essas duas escolas, dirigidas respectivamente pelos companheiros João Penteado e Florentino de Carvalho.

Os prédios onde funcionam prestam-se regularmente para esse fim; estando ambas fornecidas de excelente mobiliário e de muitos dos petrechos necessários.

Se é verdade não serem ainda pequenos institutos modelos, certo é, porém, que, tendo em vista os fracos recursos da E. M., já apresentam essas escolas uma boa promessa de quanto ainda se poderá fazer, se ao Comitê encarregado dos trabalhos não escassear o auxílio de todos que se interessam pelo desenvolvimento do método racionalista.

Os homens emancipados que desejam furta as suas crianças à obra inibidora, maléfica das escolas sectárias, onde a educação infantil é moldada segundo as conveniências das seitas que as mantêm ou daqueles cujo intuito é alimentar nas crianças os pequeninos sentimentos de patrioteirismo agressivo e das paixões guerreiras, - já encontram nos bairros mencionados duas escolas, modestas sim, mas nas quais se procurará cultivar, nos seus alunos todos os bons sentimentos que as religiões e os dominantes da sociedade trabalham para corromper.

Desejam os companheiros e amigos dos demais arrebalde de S. Paulo e de outras cidades que novas escolas surjam por toda a parte? Pois corram todos em auxílio da Escola Moderna, cujo Comitê irá fundando as escolas que os recursos reunidos lhe forem permitindo.

Com o fim de auxiliar a manutenção das duas escolas já montadas e para fundar outras, o Comitê da E. M. está trabalhando para conseguir o maior número de contribuições mensais determinando o mínimo de 1\$000. Com esse fim estão sendo distribuídas listas de aderentes que poderão ser procuradas nas sedes das duas escolas, na nossa redação e em outros pontos a serem posteriormente indicados.

A sessão da Escola Moderna número 1

Conforme noticiamos, realizou-se no domingo passado a sessão de propaganda promovida pelo camarada João Penteado na sede da Escola Moderna n. 1, que dirige.

A concorrência foi grande, notando-se a presença de todos os alunos, acompanhados de suas famílias, o que concorreu para dar maior realce a animada sessão.

O amigo João Penteado, dando-lhe início, realizou uma palestra sobre a individualidade e a obra de Ferrer e sobre os trabalhos que está executando a Escola Moderna de S. Paulo para implantar escolas moldadas no método racionalista. Falou também sobre o que é a escola sob a sua direção, salientando com os benefícios que ela poderá proporcionar, se não lhe faltar o apoio das pessoas interessadas no bom êxito dessa iniciativa.

Alguns alunos recitaram poesias adequadas, cantando depois todos em coro hinos escolares.

O camarada Florentino de Carvalho, professor da Escola Moderna n. 2, falou também, fazendo uma exposição sobre o ensino racionalista.

Todos os que tiveram o prazer de assistir à interessante sessão, saíram agradavelmente impressionados e confiantes no feliz êxito da obra em que está empenhada a Escola Moderna

Inauguram-se amanhã as duas escolas

Estando já definitivamente instaladas as duas escolas patrocinadas pela Escola Moderna, resolveu o seu Comitê realizar amanhã uma pequena velada de inauguração, na qual tomarão parte os alunos de ambas as escolas e as suas famílias, os seus professores, e as pessoas que a queiram assistir.

Esta festa se realizará amanhã, domingo, à 1 hora da tarde, no salão do Congresso Gil Vicente, situado à avenida Rangel Pestana, 213.

Dar-lhe-á início o secretário do Comitê da E. M., Leão Aymoré, que falará sobre a obra da Escola Moderna.

Falarão também os dois professores das escolas, discorrendo sobre o andamento das mesmas e o ensino racionalista.

Pelos alunos serão cantados vários hinos e recitadas algumas poesias. Alguns lerão as suas composições e por dois deles será representado o interessante diálogo 'Um menino demasiado curioso'.

Depois da festa, será feita uma visita às escolas."

Assim como na campanha iniciada quatro anos antes visando buscar recursos que possibilitassem a materialização do projeto, a militância anarquista almejava o uso dos mesmos meios de agitação no sentido de poder prover recursos em que fosse possível manter as duas Escolas e expandir seus trabalhos. Com as listas de aderentes, subcomitês e outras atividades, a Sociedade Pró-Escola Moderna procurava reiterar a idéia de sustentação das Escolas recém-fundadas como um trabalho coletivo.

No que tange ao funcionamento das Escolas, a iniciativa trazida nesta circular de realização de conferências sobre o ensino racionalista aos pais e às crianças matriculadas por parte dos diretores parece confirmar a adoção de um modelo coletivo de administrar as Escolas, pautada pela abertura à interferência dos participantes em seu desenvolvimento. Nesse aspecto, ainda que as crianças parecessem ter tido um papel mais restrito à apresentação dos saberes então adquiridos, sua participação nestas reuniões parece denotar uma preocupação em que as mesmas tomassem conhecimento dos próprios meios de funcionamento das Escolas quanto à sua administração.

As apresentações das crianças parecem ter tido papel fundamental não somente no sentido de que os diretores fizessem propaganda das Escolas na qualidade de instrutores-panfletistas, mas também em instaurar nestas reuniões uma oportunidade

também para a disseminação de saberes adquiridos nas instituições aos que as acompanhavam. Nesse sentido, a partir do estímulo dos diretores das Escolas ao uso de suas vozes, na demonstração de seus saberes num esforço de disseminar aos potenciais interessados o que aprendiam, as crianças adotavam um comportamento de sociabilidade singular em meio aos trabalhos que se desenvolviam visando assegurar a durabilidade destas instituições. A essa atitude legada às crianças, de fazer do seu aprendizado e da oportunidade de publicamente apresentá-los um dos meios de instrução popular desenvolvidos pelos anarquistas atuantes na *rede solidarizante* em torno da iniciativa, juntando seus esforços em prol da expansão do que lhes ensinaram aos menores e aos operários que não podiam freqüentar as Escolas, aqui será descrita pela *figura de experiência* do solidário-aprendiz.

Na edição seguinte de *A Lanterna*, em 25 de outubro de 1913¹⁸⁵, no comentário sobre como transcorreram as atividades da solenidade de inauguração, esse papel legado aos menores em suas apresentações fica mais nítido:

“Escola Moderna

A festa de inauguração das escolas

Realizou-se no domingo, conforme noticiamos, a festa de inauguração das duas escolas montadas pela Escola Moderna de S. Paulo.

A concorrência ao salão do Congresso Gil Vicente foi regular, saindo todos favoravelmente impressionados da interessante velada.

O programa por nós anunciado, foi habilmente executado. Falaram, com geral agrado, os companheiros Florentino de Carvalho, professor da Escola Moderna n.2, e Leão Aymoré, secretário do Comitê da Escola Moderna. Os pequenos cantaram hinos escolares e recitaram bem escolhidas poesias.

Realizou-se depois a visita à E. M. n. 2, onde falaram o companheiro João Penteado, professor da E. M. n. 1, que, com um de seus alunos, deu uma demonstração prática do ensino da sua escola, fazendo o mesmo Florentino de Carvalho com dois dos seus alunos.

Falaram ainda outros camaradas, terminando a alegre reunião com os hinos das crianças.

Dentro em breve realizar-se-á uma nova velada na E. M. n. 1.”

Além de recitarem hinos, poesias e algumas composições elaboradas pelas próprias crianças, a “demonstração prática” do ensino racionalista delineava uma preocupação dos instrutores-panfletistas para com a apreensão não somente dos

---

¹⁸⁵ “As nossas escolas”. *A Lanterna*, ano XII, nº 205, 25/10/1913

conhecimentos de seus solidários-aprendizes por parte de seu público, mas também dos meios em que estes estavam sendo obtidos. Em larga medida, a oportunidade trazida pelas reuniões e festividades como esta parece ser uma das formas encontradas de tentar diminuir os obstáculos à instrução de menores oriunda das poucas vagas existentes nas duas Escolas que a Sociedade então mantinha. A demonstração dos métodos a partir deste tipo de prática nestas atividades delineava, ademais, uma preocupação para que estes métodos se disseminassem independentemente do espaço das Escolas. Em menor escala que quanto às preocupações relativas aos instrumentos de funcionamento do ensino racionalista, uma das grandes preocupações dos artigos de *A Lanterna* que evocavam a atitude de instrutor-panfletista neste período atestava a necessidade de propagar de meios em que fosse possível aos operários dar alguma instrução aos seus filhos que não estavam matriculados nas Escolas. Na edição de 2 de agosto de 1914¹⁸⁶, por exemplo, *A Lanterna* publicava um artigo de um colaborador adotando a postura de instrutor-panfletista no sentido de oferecer soluções à essa preocupação:

“Escola Moderna de S. Paulo

A obra realizada por esta benéfica instituição, se bem que modesta, não deixa de ser digna de interessar todos os espíritos elevados e todas as inteligências esclarecidas que se preocupem seriamente com o renovamento social operado nas consciências, pela escola.

Obra modesta, dissemos, porque sem dispor dos meios necessários para proporcionar, em larga escala, o ensino racional e intuitivo a toda infância que dela carece, é apesar de tudo uma tarefa que tende a alargar-se, a firmar-se no espírito público e a conquistar os seus incontestáveis direitos à consideração dos homens de saber e de pensamento.

A *Escola Moderna* é um ideal a realizar-se. Como o vegetal que nasce duma simples semente, primeiro débil e frágil, sem dar nas vistas de alguém, depois se vai desenvolvendo e robustecendo, até se tornar planta copada e frutífera, proporcionando-nos sombra, frutos, lenha, madeira e embelezando a paisagem, assim também a *Escola Moderna*, hoje obra humilde, amanhã se robustecerá, se alargará e se imporá à consideração pública quando com a criação de escolas em todos os bairros de S. Paulo e por todo o interior for espalhando os benefícios do seu ensino, disciplinando os espíritos, elevando as inteligências, estofando o entendimento, enfim orientando e libertando.

O que é preciso é que todos que compreendam o alcance deste empreendimento não neguem o seu concurso a esta obra em que andamos empenhados e concorram com seu grão de areia para o edifício coletivo.

E todos, por modestos que sejam os seus conhecimentos, podem ajudar a criar uma mentalidade nova na infância e concorrer para o alargamento da obra da Escola Moderna.

Nas localidades onde seja possível, podem e devem abrir escolas onde o método intuitivo e racional seja aplicado.

---

¹⁸⁶ “Escola Moderna de S. Paulo”. *A Lanterna*, ano XIII, nº 245, 02/08/1914.

E, depois, nas famílias mesmo, com um pouco de cuidado e sacrifício, gastando-se um bocadinho de tempo, brincando com as crianças, divertindo-as, um pai ou mãe com inteligência orientada, pode a título de brincadeira exercer enorme influência no desenvolvimento da mentalidade infantil.

É maravilhoso e surpreendente o que em família se pode fazer. Com simples pauzinhos, fósforos, por exemplo, com taboinhas, a contagem e as figuras geométricas; com areia ou terra amassada dar-lhe a imagem dos relevos geográficos em miniatura, mas isto sempre a título de brinquedo sem nenhuns intuídos retóricos, sem falar em geometria, nem aritmética, nem nada. Brinca-se e é o suficiente. Estas impressões vão-se gravando nesse aparato maravilhoso que é o cérebro infantil, ansioso de sensações, e a todo tempo prestarão serviços inestimáveis que muito ajudarão o ulterior desenvolvimento mental. Alargarão o vocabulário, condição essencial para a expressão das idéias, e alargarão o entendimento, condição essencial para a compreensão e eclosão das idéias.

Mas seria impossível em um simples artigo dizer tudo quanto há de admirável no ensino racional.

Que todos que amem as crianças, as flores infantis, procurem rodeá-las do carinho e do amor indispensáveis ao seu desabrochamento.

Que todos auxiliem a grandiosa obra que a Escola Moderna tem em vista, já procurando alargar e espalhar os seus métodos e fins já auxiliando-a monetariamente.

A. Tavares.”

A possibilidade de instruir com atividades lúdicas faziam do espaço familiar ou do cotidiano um lugar para as primeiras introduções aos saberes às crianças impossibilitadas de freqüentar os bancos escolares. A partir do incentivo ao uso de materiais que poderiam se encontrar nas casas ou mesmo nas ruas dos bairros operários, estes artigos publicados em *A Lanterna* delineavam uma perspectiva de educação para a transformação do existente cujos espaços de aprendizado deveriam ter nas Escolas uma espécie de núcleo irradiador, jamais se confinando aos muros de suas salas. O incentivo à demonstração e utilização de rudimentos do método de instrução racionalista em qualquer espaço em que fosse possível o aprendizado dos menores corrobora uma peculiar atenção destes militantes em fazer de seus instrumentos os cernes dinâmicos e adaptáveis onde residia a radicalidade de sua atuação política e social. Tratava-se de uma perspectiva concomitante à peculiar preocupação com o uso de meios condizentes às finalidades de agitação própria à militância libertária nestes anos, expressa na constituição das *redes solidarizantes*.

No que tange à construção de fundamentos de sustentação das Escolas a partir da ação direta, a Sociedade Pró-Escola Moderna ainda em novembro de 1913 obteve seus primeiros resultados. Na edição publicada no dia 29, *A Lanterna* anunciava a fundação

do subcomitê do Belenzinho, destinado a angariar recursos que tornassem possíveis a manutenção da Escola em funcionamento em seu bairro:

“Escola Moderna

*Teve bom êxito o sarau realizado na E. M. n. 1.
Fundou-se um subcomitê no Belenzinho que vai promover uma festa – O comitê está promovendo reuniões*

Foi realmente uma festazinha bastante interessante a que o companheiro João Penteadado realizou, no dia 16 do corrente, na sede da E. M. n. 1, de que é professor. O bem organizado programa teve inteira e satisfatória execução. Os recitativos ditos com a espontânea graça infantil, os hinos cantados com harmonia e, principalmente, os exercícios práticos do estudo, evidenciaram a todos que lá estiveram os bons resultados já obtidos neste pequeno lapso de tempo e o esforço empregado para se tornar efetiva a obra da Escola Moderna.

Na sua palestra, o camarada J. Penteadado consitou os assistentes a prestarem a sua coadjuvação a este grande empreendimento de fornecer escolas aos filhos do povo, onde eles possam conseguir os princípios de uma educação livre de todos os preconceitos embrutecedores.

No final da reunião, várias pessoas subscreveram à lista de auxiliares da S. Escola Moderna de S. Paulo.

Subcomitê do Belenzinho

Em reunião realizada no dia 28 do corrente, na sede da Escola Moderna n. 1, fico constituído o Subcomitê do Belenzinho, que já deu início aos seus trabalhos, como se vê pela circular abaixo pelo mesmo distribuída:

“Os abaixo assinados, membros do subcomitê Pró-Escola Moderna do Belenzinho, tendo em vista auxiliar a Sociedade Escola Moderna de S. Paulo na grande obra de educação e ensino racionalistas já iniciada com a fundação de duas escolas, uma das quais à rua Saldanha Marinho, 38 – resolveram promover, em benefício da mesma instituição, uma quermesse, que será realizada em fins de dezembro em lugar apropriado, juntamente com uma festa escolar, em que tomarão parte os alunos da Escola Moderna n. 1, cujo professor organizará um programa composto de hinos, recitativos, etc.

E para que seu esforço possa corresponder à grandeza do objetivo da Sociedade Escola Moderna de S. Paulo, faz-se mister o apoio das consciências emancipadas em favor deste empreendimento.

Assim, pois, os abaixo-assinados esperam merecer seu valioso concurso, enviando-lhes para a quermesse algumas prendas que poderão ser endereçadas à Escola Moderna N. 1, rua S. Marinho, 38, ou à redação d’A *Lanterna*, largo da Sé, 5 (sobrado).

E na certeza de serem cavalheiramente atendidos, subscrevem-se antecipadamente agradecidos:

Manuel Moreno, Marinho Espagnuolo, Luiz Bancini, Adolfo Bertalacine, Mario Brendapice, José Trevisan, João Penteadado.”

Novamente, a organização de subcomitês pela autônoma iniciativa de doadores-constructores interessados no funcionamento das Escolas davam o registro do caráter coletivo da agitação no sentido de conservar em andamento as duas instituições. Além do subcomitê do Belenzinho, foi também organizado, ao menos segundo o registro das páginas de *A Lanterna*, mais um subcomitê no Brás e outro no Ipiranga. Junto às listas de adesão, como na campanha de 1909-1913, os subcomitês formados por doadores-colaboradores se encarregavam conjuntamente aos professores das Escolas e de seus solidários-aprendizes da promoção de atividades de propaganda em que fosse possível angariar recursos e disseminar saberes e práticas de instrução popular ao público que concorria aos seus eventos. A doação de bens para o funcionamento cotidiano das Escolas também era comum. Na edição de *A Lanterna* de 14 de fevereiro de 1914¹⁸⁷, na publicação do balancete semestral da Sociedade Pró-Escola Moderna, é registrada a doação de um globo terrestre e oito mapas vindos da Liga Operária de Campinas.

Em larga medida, a decisão da Sociedade em encampar como parte de seus esforços as Escolas fundadas em São Paulo favoreceu em muito à revitalização de sua *rede solidarizante*, mais do que tudo a partir do trabalho de organização de festividades visando obter de recursos para a manutenção das mesmas. Em 6 de dezembro de 1913, *A Lanterna* anunciava a organização de um grande festival em benefício da Escola Moderna N. 2. Batizado de “festival artístico literário”, em seu anúncio se lia:

“S. ESCOLA MODERNA

Um festival artístico literário promovido pela Escola Moderna N. 2

‘Empenhados na humanitária obra de divulgação do Ensino Racionalista, felizmente iniciado pela Sociedade Escola Moderna de S. Paulo, nos dirigimos ao povo, que trabalha e sofre, ao povo que deseja lutar por uma era de emancipação e de justiça, para chamar a sua atenção acerca do despertar das falanges conscientes, que se lançam à prática das grandes iniciativas tendentes à afirmação de todas as liberdades.

Às famílias que aspiram ver os seus filhos arrancados ao jugo da ignorância, dos vícios e martírios que os aniquilam, e a todos os que sentem a necessidade de uma renovação completa de todos os fatores da atividade social, intelectual e moral, temos a manifestar-lhe que já é tempo de desprezar as ruinosas influências do indiferentismo e colaborar com entusiasmo e energia na sublime obra da Escola Moderna, à qual a negra cúria dos verdugos da humanidade julgou dar fim, assassinando o professor Francisco Ferrer, conseguindo unicamente que o Ensino Racionalista se tornasse uma necessidade universal.

---

¹⁸⁷ “Escola Moderna de S. Paulo – Balancete da Escola Moderna”. *A Lanterna*, ano XIII, nº 221, 14/02/1911.

Esperamos, pois, o concurso de todos os que sinceramente simpatizam com esta luta de elevação moral e intelectual das massas populares e o seu comparecimento a este festival artístico-literário.’

Com este apelo é anunciada a interessante festa que se realizará no dia 15 do corrente, às 7 horas da noite, no Cinema Avenida, à Avenida Rangel Pestana, 111, com o seguinte:

PROGRAMA:

- 1º - Canto do hino *O saber*, pelos alunos;
- 2º - Experiências de física e química pelos alunos;
- 3º - Leitura de várias composições elaboradas pelos alunos Luiza Sipetz, Luiz Ares e Manuel Soares;
- 4º - Representação do interessante diálogo de Leão Tolstoi, *Sabedoria dos meninos*, pelo aluno Nilo Leuenroth e a companheira M. S.;
- 5º - Preleção em português pelo professor Florentino de Carvalho sobre o tema *Educação Dogmática e Educação Racional*;
- 6º - Conferência em italiano por um companheiro sobre um tema escolar;
- 7º - Breve exposição, em espanhol, de idéias de renovação social pelo camarada Galileo Sanchez;
- 8º - Recitação das poesias: de Raimundo Reis, *A operária*, pela aluna Luiza Sipetz; de Hipólito Silva, *Genesis sombria*, pela aluna Áurea Duarte; de Guerra Junqueiro, *Falam pocilgas de operários*, pelo aluno Germinal Rodrigues; de João de Deus, *Salvas fúnebres*, pela aluna Carmen Serrato;
- 9º - Representação do importante diálogo *Um menino demasiado curioso*, pelo aluno Manuel Soares e o camarada A. N.;
- 10º - O festival terminará com o canto *Alegria da infância*, música do hino dos trabalhadores.

Nos intervalos serão exibidas interessantes fitas, cuidadosamente escolhidas.
O bilhete de ingresso custará 1\$000.”

O programa da festividade organizada em benefício da Escola Moderna N. 2 permite vislumbrar nitidamente uma atenção centrada fundamentalmente na participação de seus solidários-aprendizes nas atividades reservadas ao evento. No que tange ao caráter de seus solidários-aprendizes neste anúncio, assim como nos anúncios das outras festividades promovidas em benefício das Escolas em *A Lanterna*, a presença indistinta de meninos e meninas sob o comportamento de solidários-aprendizes permite vislumbrar que a co-educação dos sexos era uma realidade. Além de estimular as possibilidades de uma educação sobre a sexualidade a partir do desenvolvimento dos desejos das próprias crianças quando chegarem à idade adolescente, o mútuo convívio entre os sexos também guardava as premissas do compartilhamento de um mundo que deveria ser comum também no que tange ao estímulo das atividades a serem desenvolvidas. No registro de seus sobrenomes, a presença de origens brasileiras, portuguesas, espanholas e italianas das famílias das crianças faz transparecer que a

composição dos alunos que freqüentavam as Escolas também refletia a pluralidade costurada pela *rede solidarizante* em torno da Sociedade durante os anos de campanha pela obtenção de recursos para a iniciativa.

Na apresentação de composições e dos experimentos que dominavam, no recital de poesias e hinos e na representação de diálogos dramáticos conduzidos pelos solidários-aprendizes, transparecia uma clara preocupação em demonstrar conhecimentos e seus potencialmente variados meios de disseminação. O uso de projeções luminosas e conferências ministradas por instrutores-panfletistas parece delinear também o intuito de atingir uma gama variada de público no que tange às suas faixas etárias e origens, como demonstra a ocorrência de palestras em italiano e em espanhol. A posição destas conferências na ordem das atividades programadas, no meio e não no fim das mesmas, também parece trazer indícios da especificidade da idéia de fazer dessas festividades momento propício para instrução de seu público. Seu posicionamento parece demonstrar que, mais do que nas palavras dos professores, era instigando à observação da gama variada de práticas exercidas pelos solidários-aprendizes que se encontrava o melhor meio de se fazer propaganda e instrução dos operários que viessem a assistir à festa. Não somente observassem, mas também tirassem por si próprios suas conclusões sobre as potencialidades de vivência utópica prometidas pelo uso dos meios de sua pedagogia à infância. Assim, essa estrutura de programação, pautada pela perspectiva de seduzir pelos sentidos, não deixava de ser outra forma de que seu público adulto tivesse um primeiro aprendizado, pelo contato direto, dos meios científicos em que a militância anarquista acreditava ser possível que os mesmos vencessem seus preconceitos adquiridos em sua vivência no mundo.

Essa estrutura singular de organização das festas, pautada pela preocupação com a apreensão de conteúdos e formas de educação popular, bem como do exercício de seus meios, parece se repetir também na primeira grande festividade organizada em favor da Escola Moderna N. 1. No dia 3 de janeiro de 1914, *A Lanterna* trazia aos seus leitores o anúncio de uma festa organizada pelos doadores-construtores reunidos no subcomitê do Belenzinho, conjuntamente ao instrutor-panfletista que dirigia a Escola Moderna que funcionava neste bairro. No anúncio, se lia:

“GRANDE FESTA ESCOLAR E QUERMESSE

Escola Moderna n. 1

Rua Saldanha Marinho, 58.

O sub-comitê da Escola Moderna no Belenzinho, tendo em vista auxiliar a sociedade Escola Moderna de S. Paulo na grande obra de educação e instrução racionalista já iniciada nesta capital com a fundação de duas escolas, que se acham funcionando regularmente – em Belenzinho e no Brás – resolveram promover, em benefício da mesma instituição, uma grande quermesse, que será realizada no dia 18 de janeiro, às 3 e ½ horas da tarde, em Belenzinho, na Vila Taide, juntamente com uma festa escolar constando de conferência, hinos e recitativos, em que tomarão parte os alunos da Escola Moderna n. 1.

A festa, que promete ser atraente, será abrilhantada com a presença da excelente corporação musical ‘Colonial Paulista’, regida pelo sr. Adolfo Rodrigues Pinto, que executará escolhidas peças de seu repertório.

O programa que foi cuidadosamente organizado pelo professor da Escola Moderna n.1, constará do seguinte:

- I – ‘Hino dos Trabalhadores’, pela corporação musical ‘Colonial Paulista’;
- II – Conferência sobre o tema ‘Escola Moderna e problema social’ pelo professor da respectiva escola;
- III – ‘Instrução’, (hino) pelos alunos;
- IV – ‘O Papá’, (recitativo), original de Guerra Junqueiro, pela aluna Antonieta Moraes;
- V – ‘O ratinho’ (recitativo), pelo aluno Paulo Moreno;
- VI – ‘Amanhecer’ (hino), pelos alunos;
- VII – ‘Os Três Reinóis’ (recitativo), pelo aluno Bruno Bertolaccini;
- VIII – ‘O vagabundo’ (recitativo), pelo aluno Abel Tozzato;
- IX – ‘Conheço uma fada’ (hino), pelos alunos.
- X – ‘As toupeiras e a Águia’ (recitativo) pelo aluno Manuel Huche.
- XI – ‘A gota de orvalho’ (recitativo), pela aluna Irma Bertolaccini;
- XII – ‘Canto dos operários’, (hino), pelos alunos, original de Neno Vasco.

Durante os intervalos serão vendidos bilhetes da quermesse, por gentis senhoritas e alunos da Escola Moderna n. 1.

Os bilhetes serão todos premiados, havendo para isso prendas de diversos valores.

A entrada será franqueada ao público, que poderá dirigir-se no dia 18 do corrente, às 3 e ½ da tarde, à Vila Taide, sita à rua Saldanha Marinho, nas proximidades da mesma escola.

O Subcomitê fará o possível para que a festa se revista de todo o brilhantismo, mas para isso se faz mister o concurso das consciências emancipadas.

Assim, e só assim a Sociedade Escola Moderna de S. Paulo poderá realizar com vantagem o seu grande objetivo, aumentando o número de suas escolas racionalistas que são a mais poderosa arma de combate contra as nefastas influências das superstições religiosas e do convencionalismo social.

E, portanto, operários, homens emancipados, concorrei para o desenvolvimento da obra da Escola Moderna.

Ela vos ajuda no trabalho da libertação das consciências, preparando uma sociedade nova, regenerada e feliz, que o sonho de todos os homens de coração e de sentimentos verdadeiramente humanos.

S. Paulo, 1º de janeiro de 1914,
O Subcomitê.”

A organização de quermesses em meio a estas atividades foi uma das mais utilizadas formas de atrair um público variado às festas. Parece também ter sido uma forma alternativa de se registrar as dimensões da participação popular nas mesmas, dado que neste período não se encontram em *A Lanterna* a publicação das listas de doadores, como durante os anos da campanha. Geralmente, após o anúncio de organização das festividades, da publicação de seus programas, o periódico sempre trazia consigo um apelo para doações a serem distribuídas em prendas e o registro dos bens cedidos pelos diversos colaboradores.

Para esta festa, na edição de 17 de janeiro de 1914, *A Lanterna* registrava as seguintes doações:

“Escola Moderna de S. Paulo

A festa da Escola Moderna n. 1

A festa escolar e a quermesse que por iniciativa da Escola Moderna n. 1 e respectivo Subcomitê de Belenzinho vão ser realizadas amanhã, dia 18 do corrente, prometem corresponder à expectativa de seus organizadores, que com isso procuram fazer uma bela propaganda do ensino racionalista e ao mesmo tempo beneficiar a Sociedade Escola Moderna de S. Paulo, cujos trabalhos, por serem dispendiosos, dependem de grandes recursos, que só poderão ser obtidos com o concurso de todas as pessoas que amam o progresso e desejam ver profusamente difundidas entre o povo a educação e a instrução segundo o método racionalista.

A despeito de todas as dificuldades atualmente resultantes da crise, não tem havido falta de concorrência da parte de pessoas simpáticas à causa da Escola Moderna, que é, por assim dizer, a causa da humanidade.

Assim, ao apelo lançado pelo Subcomitê do Belenzinho, que trata de realizar um benefício em favor da Sociedade Escola Moderna de S. Paulo, acudiram, logo, prontas, solícitas, muitas pessoas, que deram à quermesse as seguintes prendas: Martinelli, uma garrafa de vinho do Porto ‘Cláudio’; Pedro Passos, uma garrafa de licor ‘Cacau’; Domingos Passos, uma garrafa de licor ‘Crema de Certoza’; Antonio Muzitano, 12 vidros de loção ‘Rosa’; Ema Tazzato, 1 boneca; Virgínia Cezare, 2 copos fantasia; Izaura Tavares Ledo, 2 copos fantasia; Sara Vieira, 1 copo fantasia; Carlos Lampo, 1 lata de marmelada; Mario Salgueiro, 6 copos; Antonieta Morais, 2 copos fantasia; Assunta Temperine, um aparelho para vinho (prato, copo e moringue de vidro); João Reis, uma chávena dourada; Abel Tozzato, uma cesta de doces; Dante Ramenzzone & Companhia, 6 chapéus de palha para meninos; Tobias Boni, 12 gravatas de seda, uma dúzia de fotografias, 1 exemplar do ‘Progresso Humano’, de Spencer, e outro da ‘Geografie de La Region Française’; Eugenio Cal, 5 brinquedos; Bruno Bertolacine, um brinquedo; Irma Bertolacine, uma toalha de crochet; Edmundo Mazzone, 6 copos; João de Souza, 1 vidro de Água Florida; Camilo Grassine, uma garrafa de vinho do Porto; Dionizio, uma lata de marmelada.

Além das já mencionadas, outras há que publicaremos no próximo número da nossa folha junto com a notícia da referida festa.

Conforme já noticiamos, será realizada hoje a sessão escolar da Escola Moderna n. 1, à rua Saldanha Marinho, 58.”

O teor dos objetos doados para a realização da festa em benefício da Escola Moderna N. 1 permite perceber que, mesmo diante do agravamento da crise econômica vivenciada nestes anos no Brasil¹⁸⁸, a maior parte de seus doadores-construtores provinha de famílias de baixa renda. A variedade de objetos, entre livros, instrumentos domésticos, chapéus, vidros de loção, gravatas, brinquedos, fotografias, alimentos e bebidas parecia ser uma forma de angariar um público diverso, entre mulheres e homens adultos, crianças e jovens. Em larga medida, as listas de doações para as festas permitem perceber que, em geral, o público que as assistia não se diferenciava muito do que o que comparecia às atividades desenvolvidas pela *rede* em torno do Comitê durante os anos da campanha. Na lista publicada em 26 de fevereiro de 1916¹⁸⁹ por conta de mais uma festa, também é possível perceber mais alguns dos indícios dos colaboradores que construía as festas:

“A interessante ‘velada’ na Escola Moderna n. 1

Realizou-se no dia 12 do corrente, à noite, em sua sede, à avenida Celso Garcia, 262, a anunciada festa escolar ao ar livre, cujo programa constou de cantos de hinos escolares, recitação de poesias escolhidas, canções e diálogos pelos alunos da mesma e uma conferência pelo secretário da Sociedade Escola Moderna de S. Paulo, Leão Aymoré.

A festa foi dividida em duas partes: uma literária, que se realizou num tablado, ao ar livre, no quintal da escola, e outra diversiva, que constou de quermesse e baile familiar, que foi realizada nas salas de sua dependência.

A concorrência, à despeito do mau tempo, foi bastante regular e a festa, que esteve animada, durou até a manhã de imediato.

A parte relativa à recitação de poesias foi perfeitamente desempenhada pelos seguintes alunos, que recitaram: Bruno Bertaloccini, *Ternura de mãe*, *O papão* e *O lobo e o cordeiro*; Francisco Tugnoli, *Arte*; Edmundo Scala, *Palavras da Terra*; Marcelina Bari, *Minha mãe* e *Meus dedos*; José Monteiro Cortez, *Meu relógio*; Maria Faggioni, *Sombra*; Lidia Tufi, *Foi para isto...*; Georgina Diniz, *Rotação da Terra*; Isabel Gregório, *O Livro*; Laura Borges, *Guarda-sol*; Catarina Bari, *Dois Auroras* e *Ama*; Gumercinda Gonçalves, *A Mentira*; Ernesto Tozzato, *O Grilo*.

Foram cantados, em coro, com acompanhamento de música por uma orquestra: *A Marselhesa da Paz*, *A Pimentinha*, *O Gaturamo*, *O Sabiá* e *Nas Campinas*.

---

¹⁸⁸ Segundo Boris Fausto em *Trabalho Urbano e Conflito Social*, a constante preocupação governamental com o desenvolvimento da economia cafeeira nestes anos se traduziu, com a depressão dos preços do café, em uma recessão econômica que mais do que tudo ajudou a alimentar o recrudescimento das tensões sociais e das agitações operárias nesse período. A constante referência à crise nos artigos de *A Lanterna*, bem como o crescimento das agitações paredistas e a criação da Campanha Contra a Carestia da Vida corroboram o fato de que neste período o Brasil passava por mais uma de suas fases de recessão econômica.

¹⁸⁹ “A interessante velada na Escola Moderna N. 1”. *A Lanterna*, ano XV, nº 284, 26/02/1916.

Projeta-se, para breve, a construção de um palco cênico na dependência da Escola Moderna n. 1, que servirá para a representação de comédias e dramas pelos alunos.

Contribuíram com prendas para a quermesse as seguintes pessoas: Luiz Cardoso, um pacotinho de doces e um brinquedo; José Priore, três brinquedos; Antonio Andreghetto, doze garrafas de gasosa; Humberto, oito charutos; Domingos Passos, um copo; João Casadei, um copo de fantasia; Acácio Guedes, um prato de uvas; Santinho, um vidro de estrato; Isabel Gregório, uma lata de goiabada; Gumercinda, uma lata de goiabada; Catarina Bari, uma garrafa de groselha e uma garrafa de limão; Joaquim Carvalho, um aparelho de moringue; José Ginarelli, uma garrafa de vinho moscato d'Asti; D.^a Carlota Chiodi, 6 livros, 5 limpa-penas, um babador de crochet e duas latas de marmelada Primor; Bruno Bertolaccini, um paliteiro; Alfredo Tramonte, oito charutos; Crociate, meia libra de chocolate; Caetano Casela, um quilo de bolacha; Emilio e Renato, 2 latas de doces de maçãs e 2 de goiabada; Lídia, uma lata de marmelada; Francisco Tugnoli, uma moringue e um copo; Maria José da Silva, um galé; Edmundo Scala, um par de xícaras douradas; Domingos Bianchini, uma garrafa de vinho do Porto; Antonio Stabile, um copo de fantasia; Georgina Diniz, uma garrafa de vinho do Porto e uma cestinha de vidro; José Monteiro Cortez, dois sabonetes; Ernesto Tozzato, uma garrafa de anisete e uma de cerveja; Angelo Bertazzi, um copo; Maria Rosa, uns ovos; Virginia Cesare, duas latas de goiabada; Antonina Parentes, um copo de fantasia; Elisa Santorio, uma caixa de pó de arroz; Palmira Lopes, uma lata de marmelada; José Sanz Duro, uma lata de geléia; Egisto Colli, uma porção de doces sortidos; José Cerrutti, três garrafas de licores finos; José da Silva, uma lata de marmelada e um copo de fantasia; Maria Faggioni, uma garrafa de vinho italiano e um copo; Laura Borges, uma garrafa de anisete; Manuel Rodrigues, um par de xícaras, um copo e uma garrafa de laranjinha; Inês Krask, uma garrafa de laranjinha; Ana Krask, dois copos de fantasia; Antonio Pereira da Silva, nove folhetos; Giordano Marinho, um frasco de vinho Chianti; Manuel da Silva, uma garrafa de anisete; João Ferreira, um ramallete de flores artificiais; Edmundo Mazzone, um copo; Antonio Silva, meia dúzia de copos; Antonio Musitano, 5 vidros de sabão químico e perfumarias.”

O que esta lista trazia era mais um aspecto comum às listas de doações das festividades em favor da Escola publicadas em *A Lanterna*. Em praticamente todas elas, os solidários-aprendizes das Escolas deixaram o registro de sua participação, através da doação de objetos para as rifas e prendas que ocorriam nas festas em benefício de seu ensino. Além de recitarem composições de sua autoria, poesias infantis e hinos, de participarem das reuniões sobre o cotidiano das instituições conjuntamente a seus pais e professores, seus esforços na organização das festas dão mais um indício de que sua iniciativa não somente era valorizada, mas profundamente necessária para o próprio funcionamento das Escolas que os acolhiam. Estas festividades, no mais das vezes, eram realizadas em terrenos baldios, em salões, em parques ou no espaço das próprias Escolas nem sempre eram bem vistas pelos que desconfiavam da iniciativa. No dia 20 de dezembro de 1913¹⁹⁰, *A Lanterna* registrava que a festa “artístico-literária”

---

¹⁹⁰ “Escola Moderna de S. Paulo – A reunião de terça-feira”. *A Lanterna*, ano XII, nº 213, 20/12/1913.

promovida em benefício da Escola Moderna N. 2 teve de ser adiada, em virtude de um inexplicável e repentino aumento do preço do aluguel do Salão onde a mesma se realizaria. Era comum a publicação de avisos de cancelamento das festas em virtude desse tipo de ocorrência.

Nesta mesma edição, *A Lanterna* trazia a notícia de que seriam publicados nos próximos meses os dois primeiros materiais didáticos inteiramente produzidos pelos colaboradores das Escolas. Tratava-se de um sinal de que, mesmo diante de dificuldades materiais e da oposição enfrentada diariamente pelo amparo à difamação sobre a iniciativa propagada pelos jornais católicos, os trabalhos desenvolvidos pela *rede solidarizante* em torno das Escolas floresciam.

Em 31 de janeiro de 1914¹⁹¹, o coletivo editorial de *A Lanterna* publicava mais uma circular da Sociedade Escola Moderna de São Paulo. Tratava-se de um grandioso anúncio produzido por iniciativa de seu Comitê, destinado a trazer ao público o que a Sociedade já tinha feito e o que estava em seus planos:

“ESCOLA MODERNA DE S. PAULO

O Comitê da Sociedade Escola Moderna de S. Paulo está distribuindo a seguinte circular:

A Comissão Administrativa da Sociedade Escola Moderna saúda-vos cordialmente, e, no intuito de solicitar a vossa valiosa cooperação em prol desta instituição, vem à vossa presença expor-vos a obra que a mesma se propôs levar a cabo.

ORIGEM DA ESCOLA MODERNA EM S. PAULO

A idéia de se fundar em S. Paulo a Escola Moderna e tanto quanto possível difundir-la pelo Brasil todo, surgiu com a morte do inolvidável mártir que primeiro a iniciou na Espanha e que por ela foi covardemente assassinado.

Depois do rumoroso protesto que universalmente se levantou contra esse ato revoltante e indigno do nosso século, que em S. Paulo teve eco estrondoso, os promotores da Escola Moderna em S. Paulo, julgaram conveniente consubstanciar esse gesto energético de repulsa em uma obra duradoura e contínua que viria a ser em terras longínquas a continuação dos esforços começados pelo ilustre extinto que foi seu criador além-mar.

E assim surgiu aqui a Escola Moderna.

O QUE JÁ SE FEZ E O QUE SE PRETENDE FAZER

A atividade desenvolvida para angariar donativos foi ao princípio intensa e tenaz: em um ano e pouco conseguiu-se cerca de quatorze contos de réis. Houve depois, por motivos imperiosos e diversos, um grande período de inatividade.

Mas no correr do mês de Junho p. p., a Comissão recomeçou os seus trabalhos, fundando a primeira Escola Infantil no Bairro do Belenzinho, nesta capital.

---

¹⁹¹ “Escola Moderna de S. Paulo”. *A Lanterna*, ano XII, nº 219, 31/01/1914.

Os bons resultados obtidos com essa primeira escola animaram a Comissão à instalação de outra no Bairro do Pari, o que teve lugar no mês de Agosto p. passado. Esses dois institutos mantêm cursos diurnos para crianças e noturnos para adultos, tendo já ao todo uma freqüência de 150 alunos, mais ou menos.

A Comissão, julgando indispensável a edição de livros próprios para uso dessas e outras escolas que se venham a criar, já encarregou pessoas competentes, que deram início à compilação desses livros, saindo brevemente do prelo os dois primeiros: a *Cartilha* e a *Selecta*.

Em um dos lugares mais sadios dos arredores desta capital será, logo que possível, estabelecido um grande internato para crianças de ambos os sexos, menores de 9 anos, no ato de admissão.

Vai ser também fundada uma escola noturna de ensino integral para adultos, tão perto quanto possível do centro da cidade.

No salão dessa escola haverá semanalmente conferências popular de divulgação científica, sendo essas conferências feitas por intelectuais desta capital, convidados para esse fim.

RESULTADOS MORAIS E INTELECTUAIS DO ENSINO MINISTRADO PELA ESCOLA MODERNA

Os pais que confiam os seus filhos aos cuidados educativos da Escola Moderna podem ficar certos de uma coisa: eles não sairão de lá vitimados pelos prejuízos religiosos ou políticos.

O ensino da Escola Moderna não engendra fanáticos de seita alguma, nem militaristas fanfarrões, nem jacobinos ridículos.

Lá não se incute, mas demonstra-se praticamente às crianças, que os humanos de todas as raças e de todas as cores são igualmente dignos de respeito, sendo todos igualmente suscetíveis das mesmas qualidades e das mesmas aptidões, contanto que sejam favorecidos pelas mesmas circunstâncias.

Lá se fala de religião como fenômeno histórico-social, analisando a sua origem calmamente e comentando demonstrativamente a sua evolução.

O estatuto orgânico desta sociedade concretiza em poucas palavras, mas com clareza, os princípios e o escopo sob cuja influência ela foi criada, determinando:

- a) Criar escolas para nelas se ministrar a educação às crianças e adultos, baseada no método objetivo e racional de ensino, e conseqüentemente separada de qualquer noção mística ou sobrenatural;
- b) Criar bibliotecas e promover conferências de educação popular;
- c) Publicar uma revista pedagógica com o fim de propagar o método de ensino adotado pela Escola Moderna.

Se convencionalmente quisermos dividir o conjunto de conhecimentos ministrados pela Escola Moderna aos seus discípulos, em duas partes: *educação e instrução*, diremos que os conhecimentos morais, que formam a primeira parte, são adquiridos por meio de demonstrações baseadas em fatos verificados e verificáveis, e se assim é para a educação, por mais fortes razões a instrução é tanto quanto possível baseada no modelo experimental.

Não queremos que das nossas escolas saiam papagaios que sabem tudo dizer e nada fazer; e por isso, no lugar do antigo ensino de palavras, fastidioso e maléfico, nós pomos o ensino de coisas interessantes e eficazes.

Homens de espírito lúcido e positivo, eis o que a Escola Moderna pretende formar, e não pobres prejudicados de imaginação fantasiosa.

QUEREIS AJUDAR-NOS NESTA OBRA GRANDIOSA?

Para manter e fazer progredir esta instituição, nós contamos com o auxílio de todos aqueles que, dotados de bons sentimentos e de espírito clarividente, compreendem o alcance de uma tal iniciativa como fator potente de regeneração humana, e porque vos contamos entre os bons, apelamos calorosamente para a vossa boa vontade, rogando-vos a vossa decidida colaboração em prol da Escola Moderna.

Entrai para a nossa associação e vinde ser dela uma unidade ativa.”

Do ambicioso plano deste anúncio, nem tudo se concretizou. As condições financeiras do Comitê jamais permitiram que se estabelecesse o planejado internato para as crianças. Isso, entretanto, não inibiu a realização das conferências de instrução popular propostas, realizadas, geralmente, nas próprias festividades organizadas em benefício das duas Escolas. Os dois materiais didáticos parecem ter sido efetivamente publicados, assim como provavelmente alguns outros.

Entre os anos de 1914 e 1916, mesmo num ritmo menor, em virtude das contenções impostas às famílias operárias e atenções da militância libertária às questões de subsistência e resistência econômica em suas agitações, *A Lanterna* deu registro de diversas festividades e conferências realizadas em favor das Escolas. As notícias publicadas no periódico eram um apontamento de que, mesmo com dificuldades, a *rede solidarizante* em torno das Escolas, norteadas por seu *incitante tópico* de criar meios de sustentar a iniciativa, continuava em funcionamento. O periódico também cedeu seu espaço para noticiar que iniciativas similares floresceram então em outras cidades brasileiras e em São Paulo. Na edição de 6 de junho de 1914¹⁹², o periódico deu notícia de que se fundara uma Escola Moderna em Bauru, enquanto que em 2 de janeiro de 1915¹⁹³ o jornal anunciava a fundação de uma Escola de Ensino Racional em Porto Alegre. Em fevereiro deste ano, *A Lanterna* relatou aos seus leitores-colaboradores que se encontrava em funcionamento na capital uma Escola Nova¹⁹⁴, fundada também por iniciativa de Florentino de Carvalho¹⁹⁵. Junto à Escola fundada em Petrópolis, o surgimento destes núcleos educacionais era uma espécie de materialização de um dos propósitos assumidos pela *rede solidarizante* criada pelo Comitê em seu *incitante tópico* voltado ao florescimento da campanha: auxiliar a desenvolver a iniciativa de constituição de espaços de ensino racionalista onde quer que os mesmos pudessem surgir.

---

¹⁹² “A Escola Moderna em Bauru”. *A Lanterna*, ano XIII, nº 237, 06/06/1914.

¹⁹³ “No Rio Grande do Sul – Escola de Ensino Racional”. *A Lanterna*, ano XIII, nº 265, 02/01/1915.

¹⁹⁴ “Escola Nova”. *A Lanterna*, ano XIV, nº 268, 13/02/1915.

¹⁹⁵ Ao que consta, Florentino de Carvalho deixou a direção da Escola Moderna N. 2 no meio do ano de 1914. Provavelmente em virtude de ter conseguido dar andamento à iniciativa sem precisar de sua presença, Carvalho decidiu se dedicar a outros projetos envolvendo a educação operária, como é o caso da Escola Nova. Depois da saída de Carvalho, o professor e militante libertário Adelino Pinho assumiu a direção da Escola.

Na última edição de *A Lanterna* nesta fase de circulação¹⁹⁶, há um último registro das variadas iniciativas realizadas em torno das Escolas Modernas:

“Escola Moderna n. 1

Conforme anteriormente noticiamos, realizou-se nesta escola, a 9 de agosto, uma interessante festa escolar, que constou de uma conferência sobre higiene pelo dr. Edgard Caldas, música ao piano pelo maestro Benedito Louzada, canto de hinos e recitação de poesias pelos alunos, e também baile e quermesse.

Tomaram parte na festa os alunos seguintes, que recitaram: Cesario Cavassi, *O Gil*; Eugenio Cavassi, *Confissão*; Ernesto Tozzatto, *O ratinho, As ovelhas e Segredo*; Ida Rughetto, *Selim*; Rafaela Marchi, *Ser mãe*; Bruno Bertolaccine, *Genesis sombria, A criança e a caraça e O alcoolismo*; Antonio Parentes, *O alfabeto*; e Georgina Diniz, *Casa do coração*.

Tudo correu admiravelmente bem.

Nessa ocasião foi distribuído aos assistentes o 3º número d’*O Início*, jornalzinho redigido pelos respectivos alunos.

O rendimento bruto da quermesse importou em 126\$000. Mas com música, publicação d’*O Início*, etc., houve uma despesa de 58\$900, o quer dizer que verificou-se um saldo de 68\$100.

Realizaram mais na sua sede, nos dias 3 e 7 do corrente, duas conferências promovidas pela Sociedade Renascença Naturista desta capital.

A primeira, bem como a segunda, foi realizada pelo naturista Eliezer Kaminetzk, que se ocupou do tema ‘A vida simples’.

A concorrência tanto numa como noutra foi bastante regular, tendo feito uso da palavra, também na primeira, o professor João Penteado, apresentando o naturista Kaminetzk, e na segunda o sr. T. Olandim e o redator desta folha, que aplaudiu a iniciativa da Sociedade Renascença Naturista, mas disse lamentar que o regime naturista, no presente, apenas possa ser praticado por uma minoria de privilegiados, que são os senhores da terra.”

Quando *A Lanterna* parou de circular, o jornal *O Início*, produzido pelos alunos das duas Escolas, já se encontrava em seu terceiro número. A notícia da festividade, bem como o espaço cedido pela Escola Moderna N. 1 à palestra da Sociedade Renascença Naturista eram indícios de que as atividades das Escolas prosseguiam sob a mesma estrutura de funcionamento quanto aos seus meios delineados pelos conteúdos referentes ao *incitante tópico* referente à sustentação das mesmas.

Durante os próximos três anos, as duas Escolas se mantiveram funcionando com um mesmo quórum de solidários-aprendizes, entre uma centena e cento e cinquenta crianças. Além do jornal das crianças, a *rede solidarizante* formada em torno das duas instituições conseguiu a produção de mais alguns materiais didáticos, bem como a

---

¹⁹⁶ “Escola Moderna n. 1. *A Lanterna*, ano XV, nº 287, 29/10/1916.

publicação, em 1918, do *Boletim da Associação Pró-Escola Moderna*, voltado a dar notícias sobre o funcionamento das Escolas, bem como fazer propaganda do ensino racionalista.

Mesmo com as dificuldades oriundas do contexto da Grande Guerra de 1914-1918, e das turbulências nas ruas de São Paulo, as duas Escolas continuaram a persistir em sua missão. A explosão acidental de uma bomba na casa de um militante libertário em outubro de 1919 serviu de pretexto para mais uma selvagem repressão às organizações e agitações operárias que floresciam no período. O incidente também serviu de desculpa para que a Justiça Paulista ordenasse o imediato fechamento das duas Escolas paulistanas, sob o pretexto de que ambas eram antros de subversão anárquica.

Na ocasião, os diretores das duas instituições tentaram reverter, por vias legais, a decisão judicial. O diretor da Escola Moderna N. 1, João Penteado chegou mesmo a enviar uma carta a um dos ministros do Tribunal de Justiça de São Paulo clamando pela revisão da decisão. Na mesma¹⁹⁷, se lia o seguinte trecho:

“E se V. Exa. fizer um esforço de memória, lembrar-se-á do menino que há uns bons trinta e dois anos, em Jaú, fazia o trabalho de carteiro particular, levando-lhe correspondência da casa de seu velho pai, Joaquim Camargo Penteado, que era o agente do correio da cidade, para a casa de V. Exa. que, com o seu amigo Dr. Herculano da Gouveia, ilustrado médico, habitava a rua Das Flores.

Aquele menino era eu.

Como V. Exa. está vendo, há entre nós a diferença de duas dezenas de anos, pouco mais ou menos, o que, além da diversidade de meio e de condição social, bem justifica o antagonismo de idéias que, socialmente, nos divide, sem que, todavia, de minha parte, possa resultar a menor soma de antipatia ou de ódio pessoal contra V. Exa., a quem peço a devida vênua, para, por essas linhas protestar contra as asserções feitas por V. Exa. com referência ao anarquismo e a Escola Moderna [...].”

O apelo foi em vão. O antagonismo de idéias era motivo suficiente para que os juízes não modificassem sua intolerante postura. Não foi em vão, entretanto, aquilo que Penteado, junto a anônimos colaboradores, orientados pelos conteúdos dos *incitantes tópicos* em suas *redes solidarizantes*, conseguiu construir. Durante seis anos existiram em São Paulo duas Escolas que, em seu funcionamento, deram uma demonstração ao

---

¹⁹⁷ “Carta de João Penteado ao ministro Miguel de Brito, do Tribunal de Justiça de São Paulo”. In: GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *Pedagogia, educação e movimento operário na primeira república*. São Paulo: PUC/SP (dissertação de mestrado), 1986, p. 301.

povo ou a quem se interessasse que a vivência de um mundo diferente, talvez melhor, era possível.

CONCLUSÃO

“Mas nós sempre vivemos em cortiços e buracos nas paredes. Saberemos como nos arranjar durante algum tempo. Pois não devem esquecer que também sabemos construir. Fomos nós que construímos os palácios e as cidades na Espanha, na América e em toda a parte. Nós, os operários, saberemos construir outros para tomar o lugar dos que forem destruídos. E ainda melhores. Não temos medo de ruínas. Nós herdaremos a terra. Quanto a isso não há a menor dúvida. Os burgueses podem fazer explodir e destruir o seu mundo antes de abandonarem o palco da história. Nós trazemos um mundo novo em nossos corações. E esse mundo está crescendo a cada minuto que passa.”

Buonaventura Durruti

Dentre o rico manancial de práticas, saberes e comportamentos instigados pelas duas campanhas, o que se pôde perceber nesta pesquisa foi uma íntima preocupação com a construção de conteúdos, condutas e orientações permanentemente mediados por um conjunto de princípios e meios em que se tornasse possível singularizar a atuação política e social dos militantes anarquistas em meio à sociedade paulistana de então. Na constante atenção para se traduzir em termos práticos estes princípios e instrumentos teorizados pelos primeiros construtores dos ideários que lhes servia de guia, os libertários reunidos nas duas *redes solidarizantes* conseguiram forjar em seus singulares comportamentos um arcabouço de meios em que lhes fosse possível tanto registrar as contradições das ideologias estabelecidas quanto tentar construir a partir de suas condutas uma vivência utópica em oposição ao vigente. Numa dinâmica relação entre princípios de orientação e os acontecimentos surgidos momentaneamente, em meio a espaços e manifestações variadas de protesto e atividades que instigavam a transformação, floresceu uma singular *cultura de resistência* eivada pela preocupação constante com a concordância entre meios e finalidades em sua inserção nas ruas paulistanas. Blasfemando contra a desumanidade dos poderes estabelecidos, ou sonhando acordados na vivência de construir uma pedra tosca ou cinzelada do mundo que idealizavam, os anarquistas que atuavam a partir de *A Lanterna*, de outros jornais, de associações, de sindicatos, de festas, de conferências, de Escolas desenvolveram nestas campanhas alguns instrumentos em que tornaram potencialmente possível realizar de algum modo pela prática uma experiência de emancipação comum.

Blásfemos ou sonhadores, blasfemos *e* sonhadores, em suas diversas manifestações nas campanhas que tomaram parte, parece ter transparecido o funcionamento de estruturas e de comportamentos que, ao seu modo, refletiam num tanto, a imagem tirada das lembranças de Afonso Schmidt sobre Edgard Leuenroth na produção de suas pastas memorialísticas.

LISTA DE FONTES

Arquivo Edgar Leuenroth, IFCH, Unicamp:

A Lanterna – Folha Anticlerical e de Combate. São Paulo – SP:

- . 1909 (1 – 11);
- . 1910 (12 – 64);
- . 1911 (65 – 119);
- . 1912 (120 – 171);
- . 1913 (172 – 223);
- . 1914 (224 – 270);
- . 1915 (271 – 282);
- . 1916 (283 – 288).

BIBLIOGRAFIA:

- _ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A Vocaço do Prazer: a cidade e a famlia no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- _ARENDT, Hannah. *A Condiço Humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitria, 1983, P.191.
- _____. *Homens em tempos sombrios*. So Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _AZEVEDO, Raquel de. *A resistncia anarquista: uma questo de identidade: (1927-1937)*. So Paulo: Arquivo do Estado, 2002.
- _BAILYN, Bernard. *As origens ideolgicas da Revoluço Americana*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- _BAKUNIN, Mikhail. *Bakunin: Textos Escolhidos*. GUERIN, Daniel (Org.). Trad: Bernd, Zil. Porto Alegre: L&PM, 1980.
- _____. *Estatismo e Anarquia*. So Paulo: Imaginrio, 2003.
- _____. *Federalismo, socialismo, antiteologismo*. So Paulo: Cortez, 1988.
- _BARTHES, Roland. *A Antiga Retrica*. In: *A Aventura Semiolgica*. So Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _BLAJ, Ilana, MONTEIRO, John M (Orgs.). *Histria e Utopias*. So Paulo: Lis Grfica e Editora, 1996.
- _BRETAS, Marcos Luiz. *A Guerra das Ruas: Povo e Polcia na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- _BRITO, Edson Machado de. *Do sentido aos significados do presdio de Clevelndia do Norte: represso, resistncia e a disputa poltica no debate da imprensa*. So Paulo: PUC/SP (dissertaço de mestrado), 2008.
- _CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertrio (Movimento operrio nos anos de 1917 a 1921)*. Campinas: Editora da Unicamp/Pontes, 1988.
- _CAMUS, Albert. *O Homem Revoltado*. Trad: Rumjanek, Valerie. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.
- _CAPELATO, Maria Helena. *O Bravo matutino – Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de So Paulo*. So Paulo: Alfa-mega, 1980.

- _CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.) e PARRA, Lucia Silva. *Combates pela liberdade: o movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP (1924 – 1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- _CARONE, Edgar. *O Movimento Operário no Brasil (1887 – 1944)*. São Paulo: Difel, 1979.
- _____. *A República Velha (Instituições e classes sociais)*. São Paulo, Difel, 1972.
- _CARVALHO, Maria M. Chagas de. *A Escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _COELHO, Plínio Augusto. *Surrealismo e anarquismo: bilhetes surrealistas de Le Libertaire*. São Paulo: Imaginario, 1990.
- _DELGADO, Lucilia de Almeida Neves, FERREIRA, Jorge (orgs.). *O Brasil Republicano*, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _DUARTE, Regina Horta. *Fragmentos da prática anarquista em Minas Gerais: a produção cultural de Avelino Foscolo (1890-1921)*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG (Dissertação de Mestrado), 1985.
- _____. *A Imagem Rebelde: a trajetória libertária de Avelino Fóscolo*. Campinas: Pontes, Editora da Unicamp, 1991
- _DULLES, John Foster. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Trad: Horta, César Parreira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- _FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890 – 1920)*. São Paulo: Difel, 1986.
- _FERNANDES, Heloisa Rodrigues. *A força pública do Estado de São Paulo*. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, O Brasil Republicano: 2º Volume, Sociedade e Instituições (1889 – 1930). São Paulo: Difel, 1977.
- _FERREIRA, Maria de Nazareth. *A imprensa operária no Brasil: 1880 – 1920*. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.
- _FOUCAULT, Michel. *Hermenêutica do Sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _GALLO, Silvio. *Pedagogia do risco*. Campinas: Papirus, 1997.
- _GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *Pedagogia, educação e movimento operário na primeira república*. São Paulo: PUC/SP (dissertação de mestrado), 1986.
- _GOES, Maria da Conceição Pinto de. *A formação da classe trabalhadora: movimento anarquista no Rio de Janeiro, 1888-1911*. Rio de Janeiro: J. Zahar; [S.l.]: Fundação Universitaria Jose Bonifacio, 1988.

- _GUÉRIN, Daniel. *Por Un Marxismo Libertário*. Trad: Monje, Francisco. Madrid: Ediciones Júcar, 1979.
- _____. *O Anarquismo: Da doutrina à ação*. Trad: Pedroso, Manuel. Rio de Janeiro: Germinal, 1968.
- _GUMBRECHT, Hans Ulrich. *As funções da retórica parlamentar na revolução francesa: estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- _HALL, Michael M. (Org.). *Cadernos AEL: Anarquismo e Anarquistas*. Campinas: Editora Unicamp, v.8/9, 1998.
- _HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria Nem Patrão: Vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. & PINHEIRO, Paulo Sergio. *A estratégia do desterro: situação operária e contradições da política cultural anarquista, Brasil 1889-1922*. Campinas: IFICH/Unicamp (Dissertação de Mestrado), 1980.
- _JOLL, James. *Anarquistas e Anarquismo*. Trad: Duarte, Manuel Vitorino Dias. Lisboa: Dom Quixote, 1969.
- _KHOURY, Yara Maria Aun. *Edgard Leuenroth: uma voz libertaria - imprensa, memoria e militancia anarco-sindicalistas*. São Paulo: FFLCH/USP (Tese de doutorado), 1988.
- _KROPOTKIN, Piotr. *O Anarquismo*. São Paulo: Empreza Graphica da Revista dos Tribunaes, 1933.
- _____. *Kropotkin: Textos Escolhidos*. TRAGTENBERG, Maurício (Org. e Trad.). Porto Alegre: L&PM, 1987.
- _____. *Palavras de um Revoltado*. São Paulo: Imaginário, 2005.
- _LOPREATO, Cristina Roquete. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.
- _____. *Sobre o pensamento libertário de Kropotkin: indivíduo, liberdade, solidariedade*. In: História & Perspectivas. N. 27 e 28 jul./dez.2002/jan./jul.2003. Uberlândia: UFU, 2003. p.557-72.
- _____. *O respeito a si mesmo: Humilhação e Insubmissão*. IN: MARSON, Isabel e NAXARA, Márcia. *Sobre a Humilhação: Sentimentos, Gestos e Palavras*. Uberlândia: EDUFU, 2005.
- _LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: UNESP, 1999.

- _LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Igreja e política no Brasil: do Partido Católico à L. E. C. (1874 – 1945)*, Cadernos de História da Igreja no Brasil, vol. 3. São Paulo: Edições Loyola, 1983.
- _MAGNANI, Silvia Ingrid Lang. *O movimento anarquista em São Paulo (1906-1917)*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _MALATESTA, Errico. *Escritos Revolucionários*. São Paulo: Hedra, 2008.
- _MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Trad. Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _MARCHI, Euclides. *A Igreja e a Questão Social: O Discurso e a Práxis do Catolicismo no Brasil (1850 – 1915)*. São Paulo: FFLCH/USP (tese de doutorado), 1989.
- _MICELI, Sérgio. “A gestão diocesana na República Velha.” In: *Religião e Sociedade*, nº 12. São Paulo: Editora Campus, 08/1985.
- _NAGLE, JORGE. “A educação na primeira república”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, O Brasil Republicano: 2º Volume, Sociedade e Instituições (1889 – 1930). São Paulo: Difel, 1977.
- _NASCIMENTO, Milton Meira do. *Opinião Pública e Revolução: aspectos do discurso político na França revolucionária*. São Paulo: Nova Stella: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.
- _NASCIMENTO, Rogério Humberto Zeferino Nascimento. *Indisciplina: experimentos libertários e emergência de saberes anarquistas no Brasil*. São Paulo: PUC/SP, 2006.
- _____. “Escolas de indisciplina: notas sobre sociabilidades anarquistas no Brasil em inícios do século XX”. In: Programa de Estudos Pós-Graduandos em Ciências Sociais, PUC-SP. *Verve: Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária*, nº 14, 11/2008. São Paulo: o Programa, 2008.
- _NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Genealogia da Moral – Uma Polêmica*. Trad: Souza, Paulo César de. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. *Além do Bem e do Mal: Prelúdio a uma Filosofia do Futuro*. Trad: Souza, Paulo César de. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. *A revolta em Albert Camus*. Rio de Janeiro: Booklink, 2001.
- _OLIVEIRA, José Eduardo Montechi Valladares de. *O Anticlericalismo na República Velha: a ação dos anarquistas*. São Paulo: FFLCH/USP (Dissertação de Mestrado), 1996.

- _PASSETTI, Edson. *Ética dos amigos: invenções libertárias*. São Paulo: Imaginário, 2003.
- _PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. *A Classe Operária no Brasil – Documentos (1889 – 1930 Vol.1 – O Movimento Operário*. São Paulo: Alfa Omega, 1979.
- _PIOZZI, Patrizia. *Os arquitetos da ordem anárquica: de Rousseau a Proudhon e Bakunin*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- _POCOCK, J. G. A. Historia intellectual: un estado del arte. In: *Prismas: Revista de Historia Intellectual*, nº5, 2001. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2001. p.145-173.
- _PRÉPOSIET, Jean. *História do anarquismo*. Lisboa: Edições 70, 2005.
- _RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a Utopia da Cidade Disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. *Entre a história e a liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo*. São Paulo: Unesp, 2001.
- _RANDLE, Michael. *Resistencia civil: la ciudadanía ante las arbitrariedades de los gobiernos*. Barcelona: Editora Paidós, 1998.
- _ RODRIGUES, Edgar. *Os companheiros*, vol.1 e 2. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados, 1994.
- _____. *Pequena História da imprensa social no Brasil*. Florianópolis: Editora Insular, 1997.
- _____. *Os libertários: José Oiticica, Maria Lacerda de Moura, Neno Vasco, Fabio Luz*. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados, 1993.
- _____. *Universo Ácrata*. Florianópolis: Insular, v.1/2, 1999.
- _ ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume, 2002.
- _ROSANVALLON, Pierre. Para una historia conceptual de lo político (nota de trabajo). In: *Prismas: Revista de Historia Intellectual*, nº6, 2002. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2002. p.123-133.
- _RUSSELL, Bertrand. *Caminhos para a liberdade: socialismo, anarquismo e sindicalismo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.
- _SEIXAS, Jacy Alves O Esquecimento do Anarquismo no Brasil: A Problemática da (Re) Construção da Identidade Operária. *História & Perspectivas*. N. 11 jul./dez.1994. Uberlândia: UFU, p. 213-32. 1994

- _____. *Anarquismo e socialismo no Brasil: as fontes positivistas e darwinistas sociais*. História e Perspectivas. Uberlândia, n°12/13, p.133-148, Jan/Dez 1995.
- _____. *Indivíduo, Liberdade e Solidariedade em Proudhon: Contribuição para uma genealogia do pensamento e sensibilidades anarquistas*. MACHADO, Maria C. T. e PATRIOTA, Rosângela (Org.). Política, Cultura e Movimentos Sociais: contemporaneidades historiográficas.
- _____. *Ação direta, greves, sabotagem e boicote: violência operária ou pedagogia revolucionária?*. Elizabeth Cancelli. (Org.). Histórias de violência, crime e lei no Brasil. Brasília-DF: Editora Universidade de Brasília, 2004.
- _SKINNER, Quentin. Significado y comprensión em la historia de las ideas. In: *Prismas: Revista de Historia Intellectual*, n°4, 2000. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2000. p.149-191.
- _____. *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*. São Paulo: UNESP, 1999.
- _THOMPSON, Edward Palmer. *Tradicón, revuelta y consciencia de clase: estúdios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Critica, 1984.
- _TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana – vol. I*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- _TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890 – 1945)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- _SOUZA, Wlaumir Doniseti de. *Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante – Das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o Caso Idalina*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
- _WOODCOCK, George. *História das Idéias e Movimentos Anarquistas*. Trad: Tettamanzy, Júlia. Porto Alegre: L&PM, v.1/2, 2002.
- _WOODCOCK, George (Org.). *Os Grandes Escritos Anarquistas*. Trad: Tettamanzy, Júlia. Porto Alegre: L&PM, 1986.